

Autorização concedida ao Repositório Institucional da Universidade de Brasília pelos organizadores e autores dos capítulos do e-book **Estilhos da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil** para disponibilizar a obra, gratuitamente, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

#### REFERÊNCIA

BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhos da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil**. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA] : Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq], 2020. Ebook (356 p.).

# ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA

O NORDESTE E  
A REESCRITA DAS PRÁTICAS  
MUSEAIS NO BRASIL

Clovis Carvalho Britto  
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha  
Suely Moraes Cerávolo  
(Organizadores)



**Prof. Me. Gil Barreto Ribeiro (PUC Goiás)**

Diretor Editorial  
Presidente do Conselho Editorial

**Dr. Cristiano S. Araujo**

Assessor

**Larissa Rodrigues Ribeiro Pereira**

Diretora Administrativa  
Presidente da Editora

#### **CONSELHO EDITORIAL**

Profa. Dra. Solange Martins Oliveira Magalhães (UFG)

Profa. Dra. Rosane Castilho (UEG)

Profa. Dra. Helenides Mendonça (PUC Goiás)

Prof. Dr. Henryk Siewierski (UnB)

Prof. Dr. João Batista Cardoso (UFG Catalão)

Prof. Dr. Luiz Carlos Santana (UNESP)

Profa. Me. Margareth Leber Macedo (UFT)

Profa. Dra. Marilza Vanessa Rosa Suanno (UFG)

Prof. Dr. Nivaldo dos Santos (PUC Goiás)

Profa. Dra. Leila Bijos (UnB)

Prof. Dr. Ricardo Antunes de Sá (UFPR)

Profa. Dra. Telma do Nascimento Durães (UFG)

Profa. Dra. Terezinha Camargo Magalhães (UNEB)

Profa. Dra. Christiane de Holanda Camilo (UNITINS/UFG)

Profa. Dra. Elisângela Aparecida Pereira de Melo (UFT)

Prof. Ms. Euvaldo de Sousa Costa Junior (UFPI)

Clovis Carvalho Britto  
Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha  
Suely Moraes Cerávolo  
Organizadores

**ESTILHAÇOS DA MEMÓRIA:  
O NORDESTE E A REESCRITA DAS  
PRÁTICAS MUSEAIS NO BRASIL**

1ª edição

Goiânia - Goiás  
Editora Espaço Acadêmico

Salvador - Bahia  
Observatório da Museologia na Bahia (UFBA/CNPq)

- 2020 -

Copyright © 2020 by Clovis Carvalho Britto, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Suely Moraes Cerávolo

**Editora Espaço Acadêmico**

Endereço: Rua do Saveiro, Quadra 15, Lote 22, Casa 2  
Jardim Atlântico - CEP: 74.343-510 - Goiânia/Goiás  
CNPJ: 24.730.953/0001-73  
Site: <http://editoraespaocoacademico.com.br/>

**Contatos:**

Prof. Gil Barreto - (62) 98345-2156 / (62) 3946-1080  
Larissa Pereira - (62) 98230-1212

Editoração: Franco Jr.

Imagem da capa: Vidro quebrado azul - Oleksii Vovk | Dreamstime.com

CIP - Brasil - Catalogação na Fonte

E81 Estilhaços da memória : o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil [livro eletrônico] / Organizadores Clovis Carvalho Britto, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha e Suely Moraes Cerávolo. – 1. ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico ; Salvador[BA] : Observatório da Museologia na Bahia[UFBA/CNPq], 2020.  
356 p. ; Ebook.

Inclui referências bibliográficas  
ISBN: 978-65-00-07333-1

1. Museu. 2. Museu – Nordeste – Brasil. I. Britto, Clovis Carvalho (org.).  
II. Cunha, Marcelo Nascimento Bernardo da (org.). III. Moraes, Suely (org.).

CDU 069(1-18)

O conteúdo da obra e sua revisão são de total responsabilidade dos autores.

**DIREITOS RESERVADOS**

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito dos autores. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil | *Printed in Brazil*  
2020

## SUMÁRIO

SOBRE FRAGMENTOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO MUSEOLÓGICO NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ENTRE MUITAS OUTRAS POSSÍVEIS INTRODUÇÕES.....	9
<i>Maria Margaret Lopes</i>	

APRESENTAÇÃO .....	27
<i>Clovis Carvalho Britto</i>	
<i>Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha</i>	
<i>Suely Moraes Cerávolo</i>	

### Parte I

#### GABINETES E COLEÇÕES DE HISTÓRIA NATURAL

COLECIONISMO E ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL HOLANDÊS DE MAURÍCIO DE NASSAU (1637-1644) .....	32
<i>Cláudia Philippi Scharf</i>	

OS JARDINS DO PALÁCIO VRIJBURG: O RECIFE HOLANDÊS E A CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE PLANTAS E ANIMAIS (1637-1645).....	50
<i>Heloisa Meireles Gesteira</i>	

O VIAJANTE FRANCÊS JEAN-BAPTISTE DOUVILLE EM TERRAS BAIANAS E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL NA CIDADE DO SALVADOR: A TRAJETÓRIA DE MUTAÇÕES (1835-1931).....	66
<i>Suely Moraes Cerávolo</i>	
<i>Mariana Cerqueira Rodriguez</i>	

ROMPENDO SILÊNCIOS: JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES LOPES  
E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DA PROVÍNCIA DO  
MARANHÃO (1844) ..... 86  
*Clovis Carvalho Britto*

DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL AO MUSEU DE  
HISTÓRIA NATURAL DO CEARÁ: O PRIMEIRO MUSEU  
CEARENSE (1867-1871)..... 103  
*Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos*

O ONTEM E O HOJE DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL:  
UM ESTUDO DE CASO DO GINÁSIO PERNAMBUCANO..... 120  
*Pollynne Ferreira de Santana*

**Parte II**  
**MUSEUS E COLEÇÕES DOS INSTITUTOS**  
**HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS**

O MUSEU DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO  
DA BAHIA E A CULTURA DO PATRIMÔNIO DA BAHIA  
(1894-1927)..... 140  
*Suely Moraes Cerávolo*

“A GUARDA FIEL DE NOSSAS TRADIÇÕES E DA NOSSA  
HISTÓRIA”: O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E OS HERÓIS  
POTIGUARES (1902-1917)..... 159  
*Magno Francisco de Jesus Santos*

“UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”: EM DEFESA DE  
NOVOS ESTUDOS SOBRE O INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO PARAIBANO..... 177  
*Margarida Maria Dias de Oliveira*

SOBREVIVENTE ENTRE “MUSEUS PERDIDOS”: NOTAS SOBRE  
O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE  
SERGIPE (1912-1946) ..... 195

*Clovis Carvalho Britto*

*Rafael Jesus da Silva Dantas*

*Roberto Fernandes dos Santos Júnior*

CULTURA DA MEMÓRIA E POLÍTICAS DO PASSADO NO  
INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO:  
O MUSEU E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO MARANHÃO NA  
PRIMEIRA REPÚBLICA..... 212

*Jean Costa Souza*

*Paulo Brito do Prado*

A RETÓRICA DAS COISAS: DESLOCAMENTOS, APROPRIAÇÕES  
E NARRATIVAS SOBRE A COLEÇÃO PERSEVERANÇA DO  
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS ..... 230

*Ulisses Neves Rafael*

### **Parte III**

#### **COLECIONADORES, MUSEUS E EXPOSIÇÕES**

SOBRE NEGROS, CANGAÇO E COBRAS-CORAL OU O  
MUSEU DE ARTE DA BAHIA (MAB), ANTES DELE MESMO ..... 248

*Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha*

O MUSEU DE ARTE ANTIGA DO INSTITUTO FEMININO  
DA BAHIA E O COLECIONISMO DE HENRIQUETA MARTINS  
CATHARINO ..... 268

*Marijara Souza Queiroz*

“COM GRANDE JÚBILO, JUSTO ENTUSIASMO E ORGULHO VOS  
APRESENTO O PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA”:  
O PIAUÍ NA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE 1923 ..... 286

*Laila Pedrosa da Silva*

EM “RESPEITO ÀS SAGRADAS RELÍQUIAS DE NOSSA HISTÓRIA”: O MUSEU HISTÓRICO E DE ARTE ANTIGA DE PERNAMBUCO, ENTRE 1928 E 1933 ..... 304  
*Rodrigo Cantarelli*

DO MUSEU HISTÓRICO AO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ: A DANÇA DOS OBJETOS NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS ..... 321  
*Ana Amélia Rodrigues de Oliveira*

“VISITANDO A CASA DO HOMEM QUE CONTA A HISTÓRIA DE SERGIPE”: JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MUSEU SERGIPANO DE ARTE E TRADIÇÃO (1948)..... 335  
*Jean Costa Souza*

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES ..... 352

# SOBRE FRAGMENTOS DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO MUSEOLÓGICO NO NORDESTE BRASILEIRO: UMA ENTRE MUITAS OUTRAS POSSÍVEIS INTRODUÇÕES

MARIA MARGARET LOPES

“A historiografia brasileira tem uma dívida para com os museus deste país”.  
Maria Cristina Oliveira Bruno (1999, p. 334)

Em 1953, Heloisa Alberto Torres (1895-1977), a primeira mulher diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro de 1938 a 1955<sup>1</sup>, publicou em inglês informações sobre os museus do Brasil.<sup>2</sup> O *Museums of Brazil* ressaltava tanto o crescimento vertiginoso dos museus brasileiros na primeira metade do século XX – que chegavam então, em sua conta, em torno de 150 –, como o auxílio prestado aos museus pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que Heloisa Alberto Torres também integrou. A diretora do Museu Nacional afirmou que na época em que a República havia sido proclamada em 1889, existiam apenas sete museus no Brasil, o que há anos já foi desmistificado pela retomada dos estudos sobre os museus brasileiros desde o final dos anos de 1980.

O interesse da diretora do Museu Nacional em sistematizar um conhecimento sobre os museus brasileiros já vinha de há algum tempo. No primeiro volume da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* de 1937, Heloisa Alberto Torres já havia publicado algumas informações “sumaríssimas e

<sup>1</sup> A bibliografia sobre Heloisa Alberto Torres, particularmente na Antropologia brasileira é vastíssima, tendo como autora referencial Mariza Corrêa (2003).

<sup>2</sup> Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Lúcia de Abreu Gomes, do curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da UnB, pela cópia dessa preciosidade, pouco trabalhada ainda pela literatura museológica brasileira. Sobre outras iniciativas nesse sentido, especialmente na década de 1950 da diretora do Museu Nacional, ver também Ewbank (2019).

incompletas”, a partir de levantamentos anteriores e da prática no Museu Nacional, sobre as pessoas e instituições que possuíam coleções ou objetos arqueológicos ou etnográficos, visando desmentir que no Brasil não havia interesse por essas áreas de conhecimento (TORRES, 1937).

Nas suas obras, evidentemente datadas, a diretora do Museu Nacional não deixou de ressaltar as dificuldades em obter as informações de que precisava. No *Museums of Brazil* de 1953, subdivididos em níveis de localidades: museus federais, estaduais, municipais, eclesiásticos, de associações civis e particulares, Heloisa Alberto Torres conseguiu reunir informações sobre museus do Nordeste em Alagoas, na Bahia, no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco, no Maranhão, no Piauí, em Sergipe e no Rio Grande do Norte, agora não mais apenas para as coleções arqueológicas e antropológicas. Vários desses museus estão contemplados nos *Estilhaços*, e grande parte dos 150 museus listados por Heloisa Alberto Torres em *Museums of Brazil* está esperando ainda pelo acerto de contas da historiografia. Mas, desde então, uma produção hoje já significativa pelo menos sobre os museus brasileiros desde o XIX vem se avolumando, dispersa por áreas disciplinares, enfoque locais, mas ainda não completamente reconhecida e incorporada pela historiografia da Museologia no país.

É nessa perspectiva que os *Estilhaços* se colocam, como uma contribuição significativa para esse acerto de contas. Justamente porque ampliam os museus de Heloisa Alberto Torres em números, localidades, temporalidades e, fundamentalmente, em suas abordagens analíticas. É, nesse esforço, que identifico os *Estilhaços da memória* no melhor sentido de cada uma dessas palavras como “fragmentos” e “produção de conhecimentos”.

Os *Estilhaços* reúnem em suas três partes temáticas que se inter cruzam – História Natural; História-Geografia-Arqueologia-Etnografia; e Colecionadores-Museus-Exposições – diversas temporalidades e aspectos de panoramas museológicos da região Nordeste do país. Abrem inúmeras perspectivas de análises, possibilidades de novas abordagens inspiradoras e diferentes rotas de leituras. Segui na minha leitura a trilha da produção geográfica dos conhecimentos científicos, à maneira que Livingstone (2003), já há alguns anos, propôs analisar espaços como museus, jardins botânicos, zoológicos, laboratórios ou países, regiões e localidades. Por um lado, os conhecimentos produzidos têm a marca da sua localidade e, por outro, se não inseridos em seus complexos contextos datados, sociais, políticos, econômicos, culturais não conseguem ser entendidos.

Os dois primeiros textos dos *Estilhaços* já problematizam as marcas das dificuldades tão recorrentes na historiografia de se traçar rígidas barreiras envolvendo temporalidades, territorialidades e pertencimentos. Levam, a nós leitores, de volta aos territórios que ainda não eram o Brasil, no século XVII. Abordando aspectos de pesquisas densas de já longas trajetórias sobre o chamado “Brasil Holandês”, as autoras dos artigos sobre o colecionismo de Nassau evidenciam o rompimento das barreiras entre História Natural e Arte “segundo procedimentos padrão da História Natural moderna, bem como do fazer artístico predominante na Holanda seiscentista” e as práticas usuais da Companhia das Índias. Além disso, evidenciam a localidade do jardim / zoo / “laboratório de experimentos” e biblioteca – espaços museológicos articulados – que se conectavam e se inspiravam no Anfiteatro de Anatomia e no Horto Botânico de Leiden. Refletem “sobre os usos e a circulação de plantas, animais e de saberes” e de gentes característicos da expansão mercantil da Europa de então (MARGÓCSY, 2014). Se a “circulação” se consolidou como perspectiva de análises da produção de conhecimentos, desde textos clássicos, como o de Secord (2004), por exemplo, ela ainda não foi efetivamente incorporada nos quadros de análises da Museologia brasileira. Desses textos, como de todos os outros neste livro, emerge justamente a indicação da importância de voltarmos nosso olhar para a circulação dos objetos, das gentes e dos conhecimentos para a construção, manipulação, mobilização, dispersão de coleções, ou mesmo para seus fins.

Moedas de troca para seu prestígio no universo europeu, como lembra Mariana Françaço (2014) – referência obrigatória sobre o universo colecionista de Nassau, presente nos dois textos – as coleções obtidas de seus naturalistas, dos caciques das nações do Nordeste, dos reis africanos, integravam-se plenamente ao comércio escravocrata e canavieiro da Companhia das Índias. Se o palácio Vrijburg de Mauritsstad não foi o primeiro museu brasileiro justamente porque ainda não existia o Brasil, foi sem dúvida um dos primeiros espaços palacianos a reunir coleções no território do sul da América. O que me parece, valeria muito ser mencionado, buscando toda sua complexidade, nas disciplinas museológicas no país, ao lado dos demais espaços colecionistas da América Espanhola (PODGORNY e LOPES, 2016), adensando o quadro das sempre mal repetidas e incompreendidas histórias dos gabinetes europeus.

Os textos sobre os gabinetes de História Natural que se seguem nesse primeiro agrupamento dos *Estilhaços* continuam ressaltando “as trocas e intercâmbios, negociações, cooperação e disputas que operaram como mecanismos

de poder” próprias das coleções e museus, nos gabinetes de História Natural de Salvador, da província do Maranhão, no Ceará e no Ginásio Pernambucano. O colecionismo e o patrimônio cultural baiano na cidade de Salvador são aqui acompanhados, através das contingências locais, das disputas, de naturalistas-viajantes controversos, da relevância de coleções de produtos de História Natural no período, das “trajetórias mutantes” do Gabinete de História Natural do Liceu Provincial, da Faculdade de Medicina, do Ginásio da Bahia.

“Trajetórias mutantes” quase poderia ser o tema que reúne esses artigos e grande parte dos outros que se seguem. Os primeiros evidenciam a riqueza do mapeamento da geografia das trajetórias dos espaços museais; as continuidades e rupturas das mudanças de endereço em São Luís, Fortaleza, Recife; das coleções que são mobilizadas, transferidas, com ou sem seus agentes, transformando-se como os próprios espaços museais que as abrigaram, adquirindo ambos novos significados.

“Silenciados” ou perdidos por um tipo de historiografia, esses textos trazem à tona a temática tão atual dos *lost museums* (LUBAR *et al.*, 2017; JARDINE *et al.*, 2019). Trazem também personagens fundamentais e absolutamente perdidos pela historiografia museológica brasileira, como o engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes no Maranhão ou o médico Joaquim Antonio Alves Ribeiro, organizador de um primeiro museu no Ceará, anterior mesmo ao mais conhecido Museu Rocha de Fortaleza. Outros nomes se avolumam nos demais artigos do livro, trazendo à luz personagens ainda desconhecidos ou pelo menos pouco conhecidos como efetivos construtores da Museologia brasileira, questionando, por ampliar de modo significativo, as histórias hegemônicas de um único construtor da Museologia no país.

Todos os textos apontam também para a necessidade da busca por maior documentação como propõem os artigos sobre os gabinetes do Maranhão, do Ceará ou do Ginásio Pernambucano. A busca por documentação, sua preservação e disponibilização torna-se – agora que perdemos aí sim, literalmente, a documentação original do Museu Nacional do Rio de Janeiro – fundamental para ampliarmos mais a compreensão e o alcance das práticas científicas das ciências museológicas (PICKSTONE, 1994), do papel atribuído ao colecionismo nas províncias e da circulação de coleções no Brasil oitocentista.

Esses artigos, como todos os outros, apoiam-se em ampla e diversificada bibliografia, inúmeras imagens – fontes de pesquisa também – na troca de correspondências, em amplas leituras de fontes inéditas, no manancial de informações facilmente disponíveis hoje nos jornais da Hemeroteca Digital da

Biblioteca Nacional. Desses textos dos *Estilhaços*, emergem temáticas como, por exemplo, a da importância do colecionismo particular na origem desses museus que, no Ceará, em 1867, registrava os horários de abertura ao público e o preço do ingresso, que não visava ao lucro, mas sim a manutenção e a “aquisição de novos produtos” para o Museu de História Natural.

Outro tema absolutamente desconsiderado em nossa historiografia, se não voltado para as artes, e um aspecto inovador trazido por esses textos, é o comércio de coleções (não só para as coleções de arte). “Seguir o dinheiro”, para além do mercado de artes, abordagem já amplamente incorporada pela bibliografia museológica internacional (ANDERSEN *et al.*, 2012; PEREIRA, 2017), ainda tem poucos adeptos entre nós, com exceções honrosas (GROLA *et al.*, 2016). E é do Gabinete do Ginásio Pernambucano que surge o viés a ser explorado da circulação das coleções através do comércio – que será seguido em outros artigos do livro –, pela compra de coleções didáticas em casas comerciais famosas, especializadas nesse tipo de produtos. As coleções existentes nas escolas, os museus escolares, histórico-pedagógicos, já mais investigados na literatura, foram disseminados pelo país nas sucessivas modernizações de ensino (BARAUSSE e POSSAMAI, 2019).

Iniciando a exploração dos objetos das coleções, esses textos dos *Estilhaços* destacam os “protocolos de colecionismo”, a relevância e os detalhes fornecidos pelas etiquetas antigas, como recomenda toda uma literatura museológica internacional (LOURENÇO e GESSNER, 2013) voltada para “seguir os objetos” (DASTON, 2004) que aqui começa a ser contemplada mais recentemente (AZEVEDO, 2018). Todos esses museus do XVIII, XIX e até início do XX não deixavam de ressaltar a modernidade de suas propostas no destaque da História Natural que, como os museus, se transformava (CURRY *et al.*, 2018). A relevância das Ciências Naturais no período, a função instrutiva – em seu sentido mais amplo – das coleções reunidas pode ser explicativa para as transferências para as bibliotecas e escolas, sítios de sociabilidade científica nas capitais das províncias, ao lado dos Institutos Históricos e Geográficos que também reuniam coleções de produtos da natureza.

E são esses museus dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Sergipe, do Maranhão e de Alagoas que conformam a segunda parte dos *Estilhaços*, distanciados da historiografia laudatória e comemorativa, apoiados na referência incontornável, quando se trata dessas instituições, a Manoel Salgado – como era conhecido (GUIMARÃES, 2007).

Remanescentes do antiquarismo, os Institutos Históricos e Geográficos, de Montevidéu ao Maranhão, todos tentaram seguir a trilha do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) do Rio de Janeiro, tratando de inventar suas próprias histórias locais e nacionais. “Reinventada, lida e disciplinada pelo olhar da ciência da História” do XIX (GUIMARÃES, 2001, p. 28) a tradição dos antiquários europeus reunia fontes tanto textuais quanto materiais, sem precisar se desculpar pela presença de objetos em suas coleções (LEVINE, 1986).

É essa tradição dos antiquários normatizada que contribuiria para a profissionalização cada vez maior da História, da Arqueologia e da Etnologia. Esses Institutos Históricos e Geográficos também do Nordeste brasileiro – desde seus estatutos, publicações e iniciativas mal ou bem-sucedidas de coletas – começavam a lançar as bases particularmente da Etnografia no país. Seus complexos acervos reafirmavam o desmentido de Heloisa Alberto Torres de que no Brasil não havia interesse por essas áreas de conhecimento.

Como evidenciam os artigos dos *Estilhaços*, seguindo a trilha dos objetos, buscaram recolher e preservar em suas coleções complexas o que restava dos materiais e documentos representativos dos “usos, costumes e língua dos indígenas”, ao lado dos produtos da natureza, dos quadros de heróis, das armas, esculturas e dos bens dos “notáveis do país”, dos móveis das famílias abastadas. E é justamente a presença dessas coleções “estranhas”, incômodas, “silenciadas” para leituras marcadas por anacronismos, que os textos aqui reunidos começam a desvendar.

Os textos sobre os IHGs nos *Estilhaços*, riquíssimos em detalhes, pelas descrições densas de suas coleções, deixam claro que aqui também, estes não se envergonhavam de suas coleções, pelo contrário. Ofertas de objetos podiam substituir a entrega de um trabalho original ou traduzido, para que alguém se tornasse sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB). Assim como em Natal poderiam se tornar sócios, mesmo sem serem “homens de letras”, aqueles que contribuíssem para o “aumento do patrimônio, da biblioteca, do arquivo, ou do museu do Instituto”.

Como os demais artigos dos *Estilhaços*, esses também garimpavam documentos, revisitaram literaturas – muitas vezes mais conhecidas apenas regionalmente – perseguiram as revistas publicadas pelos institutos. Assim como o fizeram todas as instituições de cultura científica, os artigos nos fazem lembrar a importância da valorização da circulação das produções dos IHGs através de intercâmbios de suas publicações (TAVARES e FIGUEIRÔA, 2012) para a construção das suas redes de sociabilidade pelo país, o que lhes poderia garantir maior proeminência local.

Esses textos dos *Estilhaços* nos levam a refletir também sobre aquelas ideias de museus, não só nacionais, mas também locais, como pretensos instrumentos de representação e construção de nacionalidades e localidades. Ou seja, de comunidades imaginadas, como dupla articulação de “nação naturalizada e de natureza nacionalizada” à maneira que Jaime Aranha (2011) se apropriou tão bem da “fórmula feliz” de um dos diretores do Museu Nacional (DUARTE, 2005).

Esses são textos que buscam se distanciar de leituras construídas a *posteriori* sobre construções genéricas de nacionalidades, que obscurecem as complexidades de articulações locais, por vezes não tão espetaculares, mas mais elucidativas. Estas marcam as distâncias entre a sempre apregoada “construção da nação” e a organização de um pequeno museu local, com o que se conseguia obter fosse ao acaso, por ilustres desconhecidos, por doadores generosos, interessados em se eternizarem através objetos de suas famílias ou até “por um pedaço da madeira silicificada ‘encontrado em baixo do Bendegó, quando foi removido para o Rio de Janeiro’”. Aliás, ‘demarcar os bens da Bahia’, gerar confiança na preservação do patrimônio local e reverter o fluxo dos desvios para o exterior ou Museu Nacional do Rio de Janeiro faziam parte “de preencher materialmente o que seria o regional para sua inserção no nacional” como adverte o texto sobre o IGH da Bahia.

Problematizando literatura sobre museus históricos, diversas concepções históricas, contextos históricos e sociopolíticos, os artigos dos IHGs nos *Estilhaços* que avançam para o século XX nos sugerem indagações, maiores investigações e análises sobre até que ponto é possível ou em que medida se associam acervos e projetos de concepção de Histórias (BREFE, 2005; POULOT, 2013). Em Natal, retratos e bustos comprovavam a “História épica, majestosa sobre os heróis potiguares” que retrava “a verdade histórica da vida potyguar”. Em mais um exemplo de que os processos de acumulação se tornam também processos de dispersão (ACHIM e PODGORNÝ, 2014) e da necessidade de maiores investigações, em João Pessoa a partir “de uma Paraíba sem história”, inventava-se a história da grandeza paraibana independentizada de Pernambuco e das “coisas do sul”, escrita pelos “próprios paraibanos”, enquanto um pequeno museu armazenava coleções de numismática, armas, louças, objetos domésticos e artefatos indígenas.

Tal qual muitos museus, a trajetória do próprio Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) em São Luís, como nos explica o artigo sobre a escrita da História no Maranhão, seria marcada por sucessivas refundações,

reivindicadas, no entanto, numa linha de continuidade desde suas origens no XIX. Como em outros institutos, o IHGM manteria seus vínculos políticos com setores das elites locais nas diferentes temporalidades e um museu “para a invenção do Maranhão”, com “objetos doados por personalidades do estado, sócios ou representantes de famílias ricas da região para compor uma coleção marcada por silêncios de tantas outras narrativas possíveis”.

No museu “sobrevivente” de Aracaju, os troféus e relíquias dos grandes fatos e vultos, as moedas e as medalhas silenciavam os indígenas e afro-brasileiros, seguindo concepções ainda persistentes à época. O artigo nos leva através dos jornais, em visita guiada à sua exposição de 1946, onde diferentemente de outras salas com os nomes representativos da memória local, os objetos de matriz africana compunham uma “sala sem nome”, que, no entanto já exibia “um verdadeiro país de Ogum”, retirado das invasões policiais dos terreiros. Os nomes atribuídos às salas de exposição que também surgem em outros textos dos *Estilhaços* estão por merecer ainda estudos detalhados.

E é justamente o percurso realizado pelos objetos sequestrados – desde a invasão dos terreiros, em Maceió na década de 1910, na “Operação Xangô” até sua incorporação ao patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL) –, que é problematizado no artigo sobre “os deslocamentos, as apropriações e interpretações” da “coleção Perseverança” que reúne “despojos dos objetos rituais localizados nos xangôs”, que foram durante longo tempo as “únicas representações do universo religioso e das práticas culturais afro-brasileiras”.

Outras narrativas absolutamente diversas e até há pouco silenciadas continuam circulando pela diversidade das coleções reunidas através do tempo no último conjunto de textos dos *Estilhaços*. São os negros, passando pelo cangaço, pelas cobras, pelo colecionismo feminino na Bahia, pelas exposições da indústria do Piauí, por outra mais singular de artefatos etnográficos/antropológicos em Recife, pela Antropologia invadindo os museus de História no Ceará até alcançar a casa do homem da Arte e Tradição.

Como os anteriores, os artigos que se seguem avançam justamente por essas outras narrativas possíveis e podem ser lidos como alinhados às considerações dos clássicos de Sharon Macdonald (2006) por exemplo, em favor da interdisciplinaridade, da maior aproximação de teorias e práticas e da potencialidade de outras perspectivas de análises sobre representações e construções de significados nas discussões teórico-metodológicas da Museologia (BRUNO, 2020) incluindo dimensões raciais, de gênero, de etnicidade, de pú-

blicos, como diversos autores também seguiram no Brasil (CURY, 2020). Tais proposições têm contribuído para um certo desvio por assim dizer “de uma preocupação quase exclusiva com a política de identidade para uma maior compreensão das práticas museológicas e dos seus efeitos na sociedade, incluindo uma leitura mais simpática do próprio trabalho museológico, mais aberta a compreender o impacto de uma série de contextos sobre essas práticas” (MESSAGE e WITCOMB, 2015, p. xlv).

Desses textos da última parte dos *Estilhaços* surgem os detalhes que compunham as coleções que continuavam complexas, os “protocolos de colecionismo” que as organizavam, avançando para a temática da importância da documentação museológica, dos registros dessa documentação, como as “fichas datadas” que nos possibilitam releituras e reinterpretações ou para a importância das imagens fotográficas (ou em suas ausências, suas descrições pormenorizadas) – que estão presentes em diversos outros textos dos *Estilhaços* – e que nos aproximam dos padrões expositivos do passado (SOLER, 2020) como no artigo sobre o Museu de Arte da Bahia (MAB) e os que se seguem também em suas “trajetórias mutantes”.

As mulheres das elites baianas organizadoras, doadoras, expositoras e públicas das chamadas coleções do universo “feminino, doméstico” (BARTLETT e HENDERSON, 2016) se apresentam com ênfase no colecionismo de Henriqueta Martins Catharino para o Instituto Feminino da Bahia. Evidenciar as trajetórias de objetos desde seus usos, sua chegada ao museu, até suas sucessivas viagens, exposições, quadros teóricos-interpretativos dentro dos próprios museus como há muito propôs Alberti (2005); quem são, explicitamente com seus nomes e sobrenomes os(as) doadores(as) de museus, quando a documentação nos permite (RUIZ, 2018), são outros aspectos inovadores desse texto. Apoiado em um olhar atento aos marcadores relacionais de gêneros também nos museus (LOPES, 2016; QUEIROZ e SOMBRIO, 2018), o texto nos propõe a reconhecer a presença de mulheres nas várias dimensões dos museus também da construção da Museologia brasileira.

As exposições provinciais/estaduais no Brasil são temas que ainda estão por merecer maior atenção da literatura museológica, como já o faz o artigo sobre a Exposição Estadual de 1923, em Teresina, comemorativa da Independência, a que o Piauí aderira antes mesmo do “grito”, apesar do “isolamento dada a situação geográfica”. Essas exposições em geral prospectivas, como as do Paraná, Minas Gerais, Sergipe (SANTOS e CONCEIÇÃO, 2011) ou Piauí, buscavam encontrar seu lugar no nacional do país e na modernida-

de do mundo em tentativas de superar o “abandono”, a “incúria” que, como reclamavam no Piauí, lhes atribuía o governo do Rio de Janeiro. Tornando visíveis as coleções expostas vindas inclusive do interior do Piauí, o artigo ressalta a importância dos catálogos – objetos mais importantes de muitas coleções. Tais exposições, inclusive interiorizadas em seus próprios locais, visavam reunir produtos, que lhes conferisse alguma potencialidade, para que redefinidos, fossem apresentados como entendiam que fosse o nacional do Rio de Janeiro ou já de São Paulo.

Com coleções menos de arte – mais de História –, coleções etnográficas em que se começa a visualizar uma Antropologia do cotidiano, o artigo sobre o Museu Histórico e de Arte Antiga de Recife, depois Museu do Estado, evidencia inúmeros paralelos com outros museus presentes nos *Estilhaços*. Trazendo as diferenciações de propostas museológicas nas diferentes fases de existência do museu, o artigo destaca o papel do Estado na subvenção aos museus, pela compra de ricas coleções de objetos antes que o “martelo do leiloeiro os dispersasse”. Ao tom das iniciativas pioneiras no contexto da criação da Inspeção Estadual de Monumentos Nacionais na década de 1930, para preservação do patrimônio “antes do Patrimônio” na frase também feliz de Ana Lúcia Abreu (GOMES e LOPES, 2018), o artigo avança para situar as exposições dos anos de 1930, como experiências mais diferenciadoras de outros museus do país, pela incorporação de perspectivas antropológicas e valorização do folclore.

Trajetórias interrompidas, retomadas, mutantes comuns a muitos dos museus presentes nos *Estilhaços* ganham força no artigo sobre o Museu Histórico do Ceará – tornado Museu Histórico e Antropológico do Ceará e, finalmente, Museu do Ceará –, através de considerações sobre seus processos expositivos. O artigo seguiu a abordagem criativa da ressignificação das coleções, pela renomeação de “secções” e salas como as de Antônio Bezerra, das Armas, que se tornariam da Cidade, do Sertão, do Índio ou dos Generais, que visavam caracterizar um museu nordestino e cearense, já na década de 1960. Identificando na escrita da História Regional, não só as mudanças político-administrativas, mas também as mudanças nas concepções de História e de museu nas exposições construídas, o artigo nos desafia a nos insurgirmos contra os “rótulos estabelecidos pelos museus”.

Em seu último artigo, os *Estilhaços* nos convidam a acompanhar visitantes, mediados por seu proprietário, a um museu-casa, transferido de Itaporanga D’Ajuda para Aracaju, no início dos anos de 1950. Essas coleções tam-

bém complexas, descritas em detalhes, se desmembrariam nos anos seguintes, para integrar novos acervos de novas instituições, como em quase todos os museus mencionados no livro. Já inserido nas perspectivas da Arte e Tradição, do Folclore do Iphan, o artigo sobre o Museu Sergipano sugere relativizarmos a percepção de que o Iphan não tinha predileção por museus e seus agentes (GOMES e LOPES, 2018; REYS, 2018). Já começa a ser problematizada a importância do auxílio prestado aos museus pelo Sphan, desde os anos de 1937, a que se referia Heloisa Alberto Torres – auxiliar imprescindível de Rodrigo Mello Franco de Andrade e construtora da Museologia no Brasil.

A “reinvenção do Nordeste” brasileiro, a partir “do olhar do Nordeste brasileiro”, como propõem os organizadores dos *Estilhaços* na sua apresentação, abre caminhos para inúmeras outras propostas de agrupamentos temáticos, tipológicos etc. para análises sobre os museus da região. Mas, continuando na trilha geográfica de abordagem dos espaços museológicos do Nordeste, os *Estilhaços* também sugerem outras leituras como contribuições mais amplas às tentativas de compor um universo dos museus que existiram no Brasil, na tradição iniciada por Heloisa Alberto Torres.

Em cada artigo sobre um museu específico, são mencionados vários outros museus. Um panorama sobre os museus baianos começa a se esboçar nos artigos dos *Estilhaços*, que sinalizam a existência de diversos outros museus, a partir de meados do XIX até às coleções atuais. O mesmo início de um quadro geral se esboça para Sergipe, onde as menções avançam para museus no interior, até os anos de 1950. Em Pernambuco, coleções já existiam no antigo Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco surgido, a partir da Sociedade de Artistas Mecânicos, na década de 1830. E em Maceió, além do museu do IHGAL, o artigo menciona com precisão que “desde 16 de setembro de 1897, na Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros, existia um museu geral, famoso pelas suas coleções de mineralogia e numismática”. Detalhes importantes como esses chamam a atenção para a necessária continuidade desse projeto exemplar.

Nessa trilha da produção geográfica dos conhecimentos científicos, em seu conjunto, os *Estilhaços* são uma contribuição para o avanço de pelo menos duas rotas de investigação entrelaçadas e interdependentes que a historiografia ainda deve aos museus do Brasil. Não se trata aqui de propor levantamentos numéricos – tentativas sem muito sucesso têm sido feitas. Talvez já não seja mais o caso de tentar, como não conseguiram as iniciativas desde as de Heloisa Alberto Torres.

Mas sim, de um lado, contribuir para traçar *big pictures*, quadros mais abrangentes sobre a existência de passados museológicos brasileiros e, por outro, descrições e análises densas, localizadas, que coloquem em evidência as contradições, as contingências específicas das construções, circulação e perdas de nossas coleções e museus. Adensar quadros amplos de histórias institucionais de museus evidentemente não está mais na moda atualmente. Mas suas contribuições são inevitáveis, especialmente para cursos de formação, para construção de disciplinas academicamente emergentes como a Museologia no país. E são mesmo necessárias e desejáveis uma vez que não dispomos ainda de tais quadros sobre as iniciativas regionais ou estaduais ou de cada localidade para a Museologia brasileira particularmente para a transição do século XIX até à primeira metade do século XX.

Quadros amplos não são também apenas somatórios das pesquisas já existentes, e sim abordagens teórico-metodológicas apoiadas criticamente na ampla e interdisciplinar bibliografia internacional existente, mas também naquelas produções nacionais que já existem. E é isso que começam a propor os textos dos *Estilhaços* através de bibliografias interdisciplinares que praticamente não se repetem, partindo de fontes primárias sobre museus para percorrer uma série de disciplinas buscando melhor compreender e desafiar o que se passa tanto nos museus, como em relação aos quadros disciplinares em que cada trabalho se insere, para construir releituras “sem fronteiras” teórico-metodológicas, articuladoras e inovadoras entre prática e preocupações globais contemporâneas, como há anos Macdonald e Fyfe (1996) já propunham. Quadros que nos capacitem considerar em que medida nossos museus trazem as marcas específicas de suas culturas locais e as marcas comuns do país ou de regiões do mundo e de culturas científicas em suas contemporaneidades.

E, talvez, com um olhar muito paulista, paulistano, em nossa dívida para com os museus deste país, faltam-nos ainda análises históricas *big pictures* regionais, estaduais, municipais a exemplo do que Waldisa Rússio fez em sua dissertação de mestrado pioneira, datada, mas referência fundamental até hoje para a Museologia brasileira, identificando no estado de São Paulo as questões centrais pelas quais passaram os museus, os períodos de maiores ou menores iniciativas seja de poderes locais, estaduais, associações ou de agentes pouco conhecidos da historiografia (GUARNIERI, 1977).

No entanto, já não faltam esforços nesse sentido a exemplo dos trabalhos coordenados pelas colegas do Rio Grande do Sul ou da quantidade de trabalhos monográficos, mesmo que não necessariamente sistematizada, sobre

os museus de Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro. Faltam sim, a exemplo da proposta de Waldisa Rússio, análises mais densas das agências e dos agentes responsáveis por esses processos em diferentes momentos históricos em cada estado, em cada localidade, talvez. Na verdade, é preciso deixar claro que as localidades se definem pela abordagem da pesquisa, pela definição do que são considerados seus “objetos fronteiriços” como propõe um dos textos marcantes da minha própria formação museológica, em cuja atualidade insisto (STAR e GRIESEMER, 1989). Ainda considero que permanece bastante atual a proposição de Waldisa Rússio que sugeria ser “preciso na prática, a construção de uma política museológica, calcada na realidade nacional e nas várias realidades regionais, para que os museus possam se viabilizar como preservadores da memória e inspiradores de mudanças” (GUARNIERI, 1977, p. 146).

Em algum outro lugar, já escrevi que se costuma valorizar muito os museus como preservadores de memórias – num sentido mais restrito do termo –, mais do que como locais de produção de conhecimentos, propostas para o futuro. Mas apesar disso, os museus guardam muito pouco de suas próprias memórias. Para que os museus se tornem cada vez mais locais de produção de conhecimentos, inspiradores de mudanças, é fundamental recuperar suas histórias, como o fazem os textos dos *Estilhaços*.

Considereei uma honra, não tendo uma maior inserção na Museologia do Nordeste brasileiro, o privilégio de aprender muito e partilhar algumas ideias suscitadas pela oportunidade de ler em primeira mão os *Estilhaços*.

Desmistificar a não existência de um passado museológico brasileiro não é tarefa fácil. Há que se mudar mentalidades, opções teórico-metodológicas e fundamentalmente incentivar a pesquisa sobre a história dos museus no Brasil como parte integrante da Museologia, de seus cursos, de sua produção. E essa é a principal contribuição deste livro, que se insere nessa perspectiva de investigação histórica sobre o colecionismo e a Museologia no Nordeste do país.

Pouco a pouco, com iniciativas como a que este livro nos traz, espero, vamos saldando a nossa dívida para com os museus deste país.

*Maria Margaret Lopes*  
Brasília, junho da quarentena, de 2020.

## Referências

ACHIM, Miruna; PODGORNY, Irina. (Orgs.). *Museos al detalle: Colecciones, antigüedades e historia natural, 1790-1870*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2013.

ALBERTI, Samuel J. M. M. Objects and the Museum. *Isis*, Chicago, v. 96, n. 4, p. 559-571, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/498593>.

ANDERSEN, Casper *et al.* The money trail: A new historiography for networks, patronage, and scientific careers. *Isis*, Chicago, v. 103, n. 2, p. 310-315, 2012.

ARANHA FILHO, Jayme M. *Guia da Impermanência das Exposições: uma investigação sobre transformações do Museu Nacional do Rio nos anos de 1940*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Teses\\_dissertacoes\\_tcc/Tese\\_ARANHA.pdf](http://www.museunacional.ufrj.br/semear/docs/Teses_dissertacoes_tcc/Tese_ARANHA.pdf).

AZEVEDO, Miriam Della Posta de. *Acervos que escrevem a história: a trajetória do Museu de Geociências do IGc-USP contada pelas suas coleções*. Dissertação (Mestrado Interunidades em Museologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BARAUSSE, Alberto; POSSAMAI, Zita Rosane. Museus de Educação: Histórias e perspectivas transnacionais. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 8, n. 16, p. 12-15, 2019.

BARTLETT, Alison; HENDERSON, Margaret. What is a feminist object? Feminist material culture and the making of the activist object. *Journal of Australian Studies*, v. 40, n. 2, p. 156-171, 2016.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Editora UNESP; Museu Paulista, 2005.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A importância dos processos museológicos para a preservação do patrimônio. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Supl. 3, p. 333-337, 1999.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: entre abandono e destino. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, n. 9, v. 17, p. 19-28, 2020.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CURY, Marília Xavier. Metamuseologia: Reflexividade sobre a tríade musealia, musealidade e musealização, museus etnográficos e participação indígena. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, n. 9, v. 17, p. 129-146, 2020.

CURRY, Helen Anne *et al.* (Orgs.). *Worlds of Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

DASTON, Lorraine. The Glass Flowers. In: DASTON, Lorraine (Ed.). *Things That Talk: Object Lessons from Art and Science*. New York. Zone Books, 2004, p. 223-254.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. La nature nationale: entre l'universalité de la science et la particularité symbolique des nations. *Civilisations*, Bruxelas, v. 52, n. 2, p. 21-44, 2005.

EWBANK, Cecilia de Oliveira. O desaparecimento dos museus no Rio de Janeiro e a (re) existência do Museu Nacional. *Ventilando Acervos*, Florianópolis, volume especial, n. 1, p. 109-118, 2019.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: O gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu; LOPES, Maria Margaret. Agentes e agências na proteção do patrimônio antes do Patrimônio: Heloisa Alberto Torres e Museu Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 50, p. 85-99, 2018.

GROLA, Diego Amorim *et al.* Nurturing Collecting and the Trade in Objects: The formation of the Museu Paulista, 1850s-1910s. *Museum History Journal*, v. 9, n. 1, p. 93-107, 2016.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. *Museu: um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, 1977.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VI-DEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-28.

HEIZER, Alda L.; LOPES, Maria Margaret. *Colecionismo, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

JARDINE, Boris *et al.* How collections end: objects, meaning and loss in laboratories and museums. *BJHS Themes*, v. 4, p. 1-27, 2019.

LEVINE, Phillipa. *The Amateur and the Professional: Antiquarians, Historians and Archaeologists in Victorian England, 1838-1886*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

LIVINGSTONE, David N. *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2003.

LOPES, Maria Margaret. Gender, Collecting Practices, Museums. *HoST - Journal of History of Science and Technology*, v. 10, p. 1-9, 2016.

LOURENÇO, Marta C.; GESSNER, Samuel. Documenting Collections: Cornerstones for More History of Science in Museums. *Science & Education*, v. 23, n. 4, p. 727-745, 2013. Disponível em: [https://www.academia.edu/7706045/Special\\_issue\\_History\\_of\\_Science\\_in\\_Museums\\_Science\\_and\\_Education](https://www.academia.edu/7706045/Special_issue_History_of_Science_in_Museums_Science_and_Education)

LUBAR, Steven *et al.* Introduction. Lost Museums. *Museum History Journal*, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2017.

MACDONALD, Sharon *et al.* *A Companion to Museum Studies*. Oxford: Wiley-Blackwell. 2006.

MACDONALD, Sharon; FYFE, Gordon. *Theorizing Museums: Representing Identity and Diversity in a Changing World*. Oxford: Blackwell Sociological Review, 1996.

MARGÓCSY, Daniel. *Commercial visions: science, trade, and visual culture in the Dutch golden age*. Chicago: University of Chicago Press, 2014.

MESSAGE, Kylie; WITCOMB, Andrea. 'Museum Theory: An Expanded Field'. In: MESSAGE, Kylie; WITCOMB, Andrea (Eds.). *Museum Theory: An expanded field*. Blackwell Publishing: Malden, MA, USA, and Oxford, UK, p. xxxv-lxiii, 2015.

PEREIRA, Elisabete de J. dos S. *Actores, colecções e objectos: coleccionismo arqueológico e redes de circulação do conhecimento - Portugal, 1850-1930*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência/Museologia), Universidade de Évora, Évora, 2017. Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21555>

PICKSTONE, John V. Museological Science? The Place of the Analytical/Comparative in Nineteenth-century Science, Technology and Medicine. *History of Science*, v. 32, p.111-138, 1994.

PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret. Filling in the Picture: Nineteenth-Century Museums in Spanish and Portuguese America. *Museum History Journal*, v. 9, n. 1, p. 3-12, 2016.

POULOT, Dominique. Another history of museums: from the discourse to the museum-piece. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 27-47, 2013.

QUEIROZ, Marijara; SOMBRIO, Mariana. (Orgs.). *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 7, n. 13, 2018.

REYS, Nathalia Gianini. *Descobrendo trajetórias: análises, aspectos e idealizadores do 1º Congresso Nacional de Museus de 1956 em Ouro Preto*. Tra-

balho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia), Universidade de Brasília, 2018. Prêmio Associação Brasileira de Escolas de Ciência da Informação - Melhor TCC Centro-Oeste.

RUIZ, Ana Baeza. Museums, archives and gender. *Museum History Journal*, v. 11, n. 2, p. 147-187, 2018.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. “Certamen Agrícola, Industrial e de Manufaturas”: o aparecimento do Novo Século e a participação de Sergipe nas exposições nacionais. In: HEIZER, Alda; LOPES, Maria Margaret (Orgs.). *Colecionismo, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, p. 239-255, 2011.

SECORD, James A. Knowledge in Transit. *Isis*, Chicago, v. 95, n. 4, p. 654-72, 2004.

SOLER, Mariana Galera. *Biodiversidade Musealizada: Formas que Comunicam*. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência/Museologia), Universidade de Évora, Évora, 2020.

STAR, Susan Leigh; GRIESEMER, James R. Institutional Ecology, ‘Translations’ and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley’s Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. *Social Studies of Science*, v. 19, n. 3, p. 387-420, 1989.

TAVARES, Giovana Galvão; FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. A divulgação da “casa do saber”: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1940-1979). In: AIRES, Aidenor *et al.* (Orgs.). *Formação de Goiás contemporâneo: identidade histórico-geográfica e político-cultural*. Goiânia: KELPS, p. 23-39, 2012.

TORRES, Heloísa Alberto. *Museums of Brazil*. Translated by John Knox. Rio de Janeiro: Ministry of Foreign Affairs, 1953.

TORRES, Heloísa Alberto. Contribuição para o estudo da proteção ao material arqueológico e etnográfico no Brasil. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 1, p. 9-30, 1937.

## APRESENTAÇÃO

CLOVIS CARVALHO BRITTO  
MARCELO NASCIMENTO BERNARDO DA CUNHA  
SUELY MORAES CERÁVOLO

O leitor tem em mãos o resultado de uma provocação, cuja causa surgiu da distorção que distancia e deixa insuficiente a compreensão do complexo, multifacetado e amplíssimo campo das práticas museais e de preservação do patrimônio cultural para a própria história da cultura no Brasil e, em certo sentido, para a da circulação das ideias. O ângulo de entendimento dessas mesmas práticas é aqui defendido com o olhar do Nordeste brasileiro. Ao deslocar do eixo Sul-Sudeste, não se pretende refutar a historiografia já desenvolvida ou em desenvolvimento em nosso país. Ao contrário, a intenção é a de ampliá-la recompondo *estilhaços* esparramados para que juntos façam despontar o silenciado, o pouco explorado ou conhecido.

O que se apresenta decorre do forte investimento na garimpagem e cuidadoso cruzamento de fontes, analisado em distintas explanações e enriquecido pela formação de cada um dos pesquisadores, o que torna a visada interdisciplinar. Desse ponto de vista, tem-se a possibilidade de ultrapassar princípios metodológicos excludentes e não raro restritivos, para perseguir históricas continuidades ou descontinuidades e aquilo que carregaram nas sucessivas temporalidades.

O que alinhou temas e autores que aceitaram a provocação foram basicamente duas intenções: a de somar àquele panorama lacunado outros passados museológicos (RÚSSIO, 2010), e a de expandir a historiografia sobre colecionismo, gabinetes, museus e exposições, tirando da invisibilidade ocorrências museais dos nove estados brasileiros: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Como em outras paragens do país, do ponto de vista histórico, o Nordeste *inventado* (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011), criou e desenvolveu muito daquelas expressões. Fator que nos leva a reavaliar o processo de formação do terreno museal brasileiro passando a considerá-lo mais orgânico do que poderia se pensar a princípio, em funcionamento e produtor de efeitos e resultados locais, nacionais e internacionais em movimento intrínseco à dinâmica cultural. Desse modo, o consistente painel aqui apresentado reforça a perspectiva que manifestações museais foram e são constituídas de visões plurais e híbridas.

Há, nas numerosas historiografias – museológicas, pode se dizer – do Nordeste brasileiro, elementos singulares, constituintes da própria história das práticas colecionistas, expositivas e museológicas – e seus múltiplos desdobramentos – em nosso país. Os textos aqui reunidos adensam essa perspectiva ao evidenciar ocorrências que abrangem do século XVII a primeira metade do século XX, atestando a ampla rede de circulação de pessoas, saberes e objetos.

Dos movimentos de vindas e idas que desde os tempos coloniais agitaram conexões, a transferência para o exterior de produtos naturais, artefatos e mesmo pessoas, ou armazenamento em solo brasileiro, não se pode perder de vista que o trânsito exploratório, mas, também, o de reciprocidades, ativou a transmissão de modelos museais que foram adequados às condições e às necessidades locais, o que não as torna de menor expressividade.

Ao relatar formações museológicas no Nordeste em planos particularizados como o colecionismo que redundou em gabinetes de História Natural, os museus dos importantes institutos históricos e geográficos, os museus estaduais ou privados, nota-se, por um lado, a absorção do universo museal refletido em uma pluralidade de expressões que mobilizaram agentes empenhados em articular ideias e coisas. E, por outro, e em camada um pouco mais profunda, as intenções expressas ou veladas nos discursos que seguem tendências de época. A atividade colecionista, ao que parece atávica ao ser humano, faz às vezes de fio condutor para focalizar vários níveis de correlação quer com os modelos do exterior ou mesmo internos, quer com o desejo de entrosamento com as preocupações político-sociais e as intelectuais que percorriam *em fluxo* o território de dimensões continentais. No entanto e, sobretudo, procuraram trazer para o local – regional – a sincronização, em diferentes momentos, do esperado para a produção das ciências, da modernização, do modelo desenhado para o progresso e para a educação, tornando elementos materiais em simbólicos para construir a História, dar relevo as expressões artísticas regionais

ou, então, compor quadros do mais “puro” nacional caso, por exemplo, do folclore e da chamada “arte popular nordestina”.

Em período tão extenso não surpreende as interferências de mudanças, dentre elas, as das diretrizes ideológicas e, no que compete ao mundo dos museus, das formas e modos de apresentá-los. A questão gira, principalmente, sobre a compreensão dos objetivos que iluminam a quem e para quem serviam. O que leva à pergunta: quais os interesses (e desinteresses) em jogo e os porquês de determinadas seleções?

Outro aspecto importante atingido pelas mudanças e presente de algum modo nas análises é a constatação do desmanche de vários acervos e instituições que, no entanto, não se perderam totalmente. Entre impossibilidades e resistências, e sob o jugo da impermanência, coleções foram repassadas no seu todo ou em partes, agregadas ou não a outras instituições, fazendo surgir, em outro ponto e momento, antigos acervos revestidos de nova etapa e usos.

Não se pretendeu, é certo, alcançar respostas definitivas, e se faz desnecessário replicar nossas intenções. Não há definitivos em se tratando do campo científico, especialmente quando é contínua a discussão na perspectiva de diálogos disciplinares possíveis, e da longa e paciente escavação de “estilhaços da memória” em arquivos, hemerotecas, correspondências, relatórios, material imagético e tantos outros documentos a exemplo das sempre reservadas fichas de registro dos museus que podem elucidar caminhos e *descaminhos*. A cada passo de avanço, encontram-se personagens – muitas vezes os mesmos – que vão se cruzando nos grupos de elite, nos das governanças, nos dos intelectuais, nos programas museais instituídos e levados adiante por desejos e afetos pessoais ou pela crença da integração cultural de princípios políticos, concepções científicas, ideais românticos ou, até mesmo, em nome da fé que professaram.

No fim e ao cabo, as práticas e manifestações museais tratam do patrimônio cultural. Como afirma David Harvey (2001) há tantas concepções de patrimônio quanto praticantes, uma vez que cada sociedade tem seu relacionamento com o passado incessantemente produzido pelas pessoas de acordo com conceitos e experiências a elas contemporâneas. Harvey sugere olhares em longa duração. Tradições, diz ele, não são fixas. Justamente por isso o acompanhar dessas manifestações museológicas no Nordeste brasileiro se torna mais significativo pela observação de pontos móveis, o que explicita motivações emanadas de experiências variáveis inclusive dentro do mesmo grupo.

Ao nosso ver, os fragmentos do passado cuidadosamente reunidos e recompostos procuram assegurar outro grau de informação sobre a historiografia das práticas museais no Brasil. O que equivale sublinhar: o Nordeste brasileiro também é reinventado aqui! Nossa expectativa é a de que o leitor seja provocado pela empreitada e, mais que isso, a aprecie.

## Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HARVEY, David C. Heritage Pasts and Heritage Presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, v. 7, n. 4, p. 319-338, 2001.

RÚSSIO, Waldisa. Existe um passado museológico brasileiro? (1979). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional*. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

## Parte I

---

# GABINETES E COLEÇÕES DE HISTÓRIA NATURAL

# COLECIONISMO E ILUSTRAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL HOLANDÊS DE MAURÍCIO DE NASSAU (1637-1644)

CLÁUDIA PHILIPPI SCHARF

“Colecionismo e Ilustração Científica no Brasil Holandês de Maurício de Nassau (1637-1644)” comenta um conjunto de ilustrações de flora e de fauna realizadas durante o governo de Maurício de Nassau no Brasil Holandês, no século XVII, conhecido como *Libri Principis*<sup>1</sup> (livros do príncipe): dois volumes encadernados com desenhos e pinturas realizadas entre os anos de 1637 e 1644 no nordeste brasileiro, por artistas e cientistas de sua comitiva, produzidos de modo a construir uma iconografia dos animais e das plantas de seus domínios no Brasil. Apesar de existir por quase quatro séculos, esse conjunto tem recebido pouca atenção, considerado desaparecido desde a Segunda Guerra Mundial até 1977, quando foi encontrado na Biblioteca Jaguelônica da Universidade de Cracóvia, na Polônia.

Com efeito, com a descoberta do Novo Mundo, se acentua o interesse pela História Natural, a formação dos gabinetes de curiosidades por nobres e estudiosos e a necessidade de engajar artistas em expedições de exploração de novos territórios. Nessa conjuntura, o projeto pessoal de Maurício de Nassau se insere no contexto colecionista europeu do século XVII (a partir do projeto colonialista iniciado no século XVI) e, conseqüentemente, na conjuntura da ampliação e classificação de conhecimentos. Assim sendo, a coleção de Maurício de Nassau, sobretudo os *Libri Principis*, se insere num contexto muito mais amplo que o da ocupação holandesa do nordeste brasileiro.

---

<sup>1</sup> Essa denominação se deve ao fato de cada imagem vir acompanhada de uma frase ou parágrafo escrito por Maurício de Nassau, cujo curto texto tece algum comentário a respeito da imagem (Figuras 2, 3 e 5) ou, talvez, pelo fato de que Nassau tenha encomendado sua confecção.

## História Natural e colecionismo

A História Natural moderna foi assunto internacional no século XVII em diversos países, especificamente, em cidades como Praga, Bolonha, Nuremberg, Leiden, Paris e Londres, nas quais a prática da pesquisa era cultivada em cortes e universidades assim como em ambientes privados, em gabinetes, jardins e laboratórios. Remanescente da curiosidade renascentista, a ambição de conter uma infinita manifestação da natureza em um único espaço – chamado museu – se expande no século XVI, quando a aventura ultramarina propicia os sonhos mais ousados.

No século XVII, já era prática comum entre nobres e estudiosos a formação de um gabinete de curiosidades, como explica Françaço (2014, p. 54):

Foi no século 16, graças à expansão ultramarina dos europeus, que o interesse por objetos tomou as dimensões de uma efetiva prática colecionista, difundida entre nobres e burgueses em diversas cidades da Europa. Daquele momento em diante, estas coleções ficariam conhecidas como *Kunstkammers* ou *Wunderkammers*: coleções de arte, de maravilhas, de raridades ou curiosidades.

Paralelamente, o interesse pela História Natural se desenvolve sobremaneira na Europa com a ocupação sistemática do Novo Mundo. Novas espécies animais e vegetais, assim como o contato com grupos humanos antes desconhecidos instigam o interesse de estudiosos, de colecionadores e da população em geral. Os gabinetes de curiosidades são enriquecidos com espécimes de fauna, de flora e todo tipo de objeto curioso, diferente e/ou desconhecido.

Essa prática se consolida no Renascimento com o interesse por antiguidades greco-romanas e objetos exóticos vindos de terras pouco conhecidas, como o Oriente e o recém-descoberto Novo Mundo. O objetivo do gabinete era enquadrar e controlar o não familiar: o objeto de prodígio ou de maravilhamento. Esses objetos eram classificados em *mirabilia* (objetos que surpreendem por sua raridade, evocando curiosidade e senso de admiração/respeito, dando prestígio ao colecionador), *artificialia* (combinação de trabalho da natureza com criação humana) e *naturalia* (fauna, flora e minerais, além de itens incrivelmente raros ou possuindo alguma afinidade com o mundo das fábulas – seres deformados ou atípicos, como anões e gigantes, “chifre de unicórnio”, fósseis e corais – que desafiavam a classificação convencional dos

objetos naturais). Teriam como função representar o local onde foram encontrados e recolhidos, a parte pelo todo, segundo Mason (1994), possibilitando a reconstrução e o entendimento do universo, divino e terrestre (YAYA, 2008, p. 174). Dessa forma, o gabinete de curiosidades seria como um “microcosmo” do mundo conhecido, seu conteúdo formando um “teatro do mundo” (*theatrum mundi*).

Entre objetos de prodígio e objetos de investigação, as curiosidades serviam para retratar o universo e representar sua diversidade. Seja na intimidade do gabinete ou em atividades da corte, a História e a História Natural se tornaram elementos inseparáveis, fundindo um passado antigo com o exotismo em voga, permitindo assim uma reconstituição do mundo conhecido (YAYA, 2008, p. 180). É importante ressaltar que no século XVII, sob a classificação de História Natural, estavam agrupadas disciplinas que hoje formam campos autônomos, tais como a Astronomia, a Meteorologia, a Geografia, a Botânica, e a Zoologia (GESTEIRA, 2014, p. 18), assim como a Filosofia da Natureza englobava a Física pura e a Biologia Geral.

O homem moderno precisava entender o mecanismo do universo e os motivos da sua diversidade, e para realizar tal tarefa, necessitava organizar e classificar o material que possuía. A popularidade que os gabinetes de curiosidades ganham refletia a necessidade de classificar e ordenar apropriadamente o conhecimento disponível. Assim como outras ciências emergentes, a História Natural surge, então, como uma estrutura de conhecimento que concebe o mundo como um caos a partir do qual o cientista produz uma ordem. Não se trata simplesmente de representar o mundo tal qual ele é, mas exige a intervenção humana – principalmente intelectual – para que se componha a ordem (PRATT, 1999, p. 65 e 78): “Cobrindo a superfície do globo, ela enquadrava plantas e animais em termos visuais, subsumindo-as e realocando-as numa ordem de feitura europeia, finita e totalizante”. Dessa forma, os documentos dessa nova História são espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins. Espaços intemporais onde, despojados de todo comentário, de toda linguagem circundante, os seres se apresentam uns ao lado dos outros, aproximados segundo seus traços comuns. O gabinete de História Natural e o jardim expõem as coisas em quadro e o que se esgueirou entre esses teatros e esses catálogos não foi o desejo de saber, mas um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso: uma nova maneira de fazer história (FOUCAULT, 2002, p. 145).

Segundo Yaya (2008, p. 173), o fenômeno da coleção privada se desenvolveu dentro de um contexto intelectual que veio a ter uma imensa e unificante influência nos modos de coletar e classificar o conhecimento. Esse movimento intelectual envolvia não apenas o estudo das artes e técnicas desenvolvidas pelo gênio humano, mas também fenômenos extraordinários observados na natureza. A compreensão do mecanismo que regula os fenômenos do engenho humano e da natureza forneceria a chave para o conhecimento do universo. Além da História e da História Natural, a cosmografia estava preocupada com os padrões que estruturavam o universo, combinando o conhecimento astronômico com a Geografia. Muitas cosmografias seguiram o conteúdo e os padrões das primeiras coleções.

O interesse por coleções de objetos exóticos é favorecido e incentivado pelo comércio ultramarino, fazendo com que viajantes lucrassem ao venderem seus objetos a príncipes e nobres detentores de um gabinete de curiosidades. A partir da segunda metade do século XVI, certos indivíduos, aproveitando-se de posições estratégicas em postos de comércio, formaram seus próprios gabinetes de curiosidades, como Maurício de Nassau ao se tornar governador-geral do Brasil Holandês.

Pensemos, então, na importância da Holanda no contexto do século XVII, país europeu para onde convergiam mercadorias de todo o mundo conhecido, sobretudo pela atuação da Companhia das Índias Orientais e Ocidentais, favorecendo a formação de um ambiente cosmopolita e sofisticado, propício ao desenvolvimento das ciências e das artes, no qual a existência dos gabinetes de curiosidades seria mais um fator favorável a esse desenvolvimento. Por exemplo, os territórios germânicos e neerlandeses abrigaram os mais importantes centros de publicação da Europa e foram os primeiros a fornecer crônicas ilustradas e relatos de viajantes, assim como numerosos poemas e sátiras políticas cujo tema era a América (YAYA, 2008, p. 178).

### **Ilustração científica**

O estudo científico de plantas e animais, com avanços importantes da botânica e da entomologia, inicia-se no século XVI e, como vimos, recebe um grande impulso com as viagens ultramarinas. A descoberta, coleta, transporte, cultivo e criação de plantas e animais exóticos em jardins e hortos europeus impulsionam o conhecimento científico e, com ele, a necessidade de estudo, classificação e registro das espécies. Dessa forma, a ilustração científica surge

como uma nova área – tanto no campo da arte como no da ciência – e os artistas, acompanhando os cientistas viajantes, são requisitados a suprirem essa demanda.<sup>2</sup>

É importante salientar a sincronicidade de vários eventos fundamentais no contexto europeu do século XVII, como: a ruptura com a escolástica medieval; o desenvolvimento da História Natural com a ocupação do Novo Mundo; o crescimento do colecionismo (a partir do século XVI), com a formação de gabinetes de curiosidades; a idade do ouro da arte holandesa, com sua ênfase na descrição; o desenvolvimento de tecnologias como o uso de lentes de aumento e o aperfeiçoamento do microscópio na Holanda (e sua utilização por artistas como recurso na reprodução de detalhes); o desenvolvimento científico do estudo de plantas e animais; o surgimento de pinturas de arranjos florais – florilégios<sup>3</sup> – e o consequente desenvolvimento na técnica de representação de tal tema; o comércio e as viagens ultramarinas com comitivas de artistas e cientistas com o objetivo de produzirem um inventário textual e visual do Novo Mundo.

## O desenvolvimento de métodos de registro visual

Os naturalistas e artistas que integravam comitivas em viagens ultramarinas se valiam do uso de técnicas rápidas e eficazes para a captura de imagens, como o desenho a lápis ou carvão, a aquarela e/ou guache para colorir. Alpers (1999, p. 301) afirma que a técnica da aquarela foi favorecida pela técnica do desenho na Europa setentrional e que, na Holanda do século XVII, muitos dos desenhos de animais ou flores são executados com essa técnica, que é um meio que suprime a distinção entre desenho e pintura e foi original-

<sup>2</sup> Martins (2009, p. 13) afirma: “As historiadoras Lorelai Kury e Magali Romero de Sá, traçam um percurso da ilustração botânica do séc. 16 ao séc. 20, analisando a produção de inúmeros cientistas e viajantes, em suas estreitas relações com a flora nacional. Assim, é possível verificar como, no decorrer do tempo, os sentidos para as viagens científicas foram sendo reinventados, aprofundados e ampliados” A mesma autora alega (p. 35) que: “Muitos artistas ajudaram a dar visibilidade aos trabalhos botânicos. Os grandes livros ilustrados sobre flora e fauna, bem como os atlas pitorescos da época, além do valor científico estrito, eram muito procurados em função de sua beleza. Por ocasião da publicação dos resultados das viagens, não era raro que fossem arregimentados os melhores pintores de história natural da Europa”.

<sup>3</sup> Segundo Martyn (2014, p. 34): “Florilégios (do latim *florilegium*, ‘compilação de flores’) impressos foram produzidos na Europa, particularmente na França, na Alemanha e nos Países baixos, durante o séc. 17, refletindo o aumento do interesse em ciências e filosofia que prevalecia na época. A primeira coleção de ilustrações realmente descrita sob o título de *Florialegium* foi provavelmente publicada pelo artista flamengo Aedriaen Collaert, na Antuérpia, em 1600”.

mente empregada no interesse da instantaneidade da representação. Os esboços realizados *in loco* eram aprimorados posteriormente durante a viagem ou no retorno à Europa, onde seriam utilizados para a produção de gravuras para ilustração de livros ou pinturas a óleo.

A historiadora da arte Rebecca Parker Brienen, em artigo de 2006 e em livro de 2010, discorre sobre as técnicas utilizadas pelos pintores e naturalistas da comitiva de Maurício de Nassau, salientando que as imagens realizadas em solo brasileiro tinham um objetivo claramente científico e foram produzidas de acordo com os padrões vigentes à época. Esses padrões buscavam a fatura de imagens de flora e de fauna a partir do vivo, esmerando-se na representação o mais fiel possível da realidade, com a reprodução das cores e do *habitat* das espécies, além de textos explicativos acompanhando as imagens, buscando um rigor científico já em voga na época e tentando captar o máximo possível de informações sobre o espécime representado, incluindo detalhes anômicos e dimensões.

Claudia Swan (2005, p. 9 e 10) ressalta que a História Natural moderna assimilava espécimes desconhecidos do Novo Mundo através de uma densa descrição desses espécimes. Essas descrições dependiam largamente da evidência visual do espécime observado, que era feita através do domínio do registro de informações na forma de imagens. Assim, no decorrer do século XVI, os avanços no conhecimento do mundo natural foram feitos pela via da produção de imagens, que ganhou urgência em função da recente tecnologia de impressão. Na virada do século XVII, a publicação de textos amplamente ilustrados – muitos na Holanda – descreviam, verbal e visualmente, o mundo das plantas e dos animais e o configurava de acordo com a prática classificatória da época. O imperativo do emprego da imagem para esse fim era que ela tinha o valor de verdadeira evidência visual.

Durante o século XVI, um vocabulário específico surgiu e passou a ser largamente empregado para certificar a veracidade das imagens: em latim, os termos *contrafacta* (literalmente “feito contra”) e *ad vivum* (“ao vivo”), que em formas vernaculares transformaram-se em termos como *naer het leven* (holandês), *nach dem Leben* (alemão), *al vivo* (italiano), *au vif* (francês) e *from life* (inglês). Esses termos foram amplamente empregados em toda a Europa para descrever desenhos, pinturas e impressos, servindo para garantir a acurácia das imagens em relação ao que elas retratavam. No século XVII, esses termos foram usados cientificamente ou no contexto da história natural para garantir a verificabilidade da descrição, designando uma mimesis parti-

cular e funcional (SWAN, 2005, p. 10). Especificamente na Holanda do século XVII, artistas que retratavam coisas “ao vivo”, aderiam a um modo historicamente específico de representação. No caso das ilustrações produzidas no Brasil Holandês, Brienen (2010, p. 56) destaca:

Os desenhos e estudos a óleo brasileiros de Eckhout e Marcgraf foram concebidos numa época em que tanto os artistas quanto os cientistas tentavam descobrir a linguagem visual propícia à representação da natureza. [...] em um tempo marcado por uma fronteira imprecisa entre a arte e a ciência, convém dizer que ambas podiam ser consideradas modelos apropriados para projetos tão distintos entre si como a *História Naturalis Brasiliae* de Piso e Marcgraf (Figura 1) e os cartões de tapeçaria executados para Gucht, em Delft, e para os Gobelins, em Paris.

Assim como os gabinetes de curiosidades continham objetos que representavam lugares longínquos e desconhecidos, a imagem de um espécime representava o próprio espécime, atestando a veracidade de sua existência, pois fora produzida a partir do espécime vivo e por alguém que esteve no seu *habitat* natural. Brienen (2006 e 2010) aproxima o conceito de *contrafactum* de Peter Parshall<sup>4</sup> ao de *ad vivum* de Claudia Swan (2005). O *contrafactum* atesta a correspondência da imagem ao original uma vez que este não está disponível para verificação. Da mesma forma, as imagens feitas *ad vivum* prometem conformidade com o tema retratado, uma correspondência icônica que lhes confere o *status* de documento. Muitas vezes, diversas ilustrações representam parte do *habitat* do espécime – o que era prática comum para as ilustrações de História Natural, como demonstra Swan (2005) – e vem acompanhada de um texto de alguém que o viu com seus próprios olhos, a exemplo do material produzido pela equipe de Maurício de Nassau, com comentários manuscritos que acompanham parte das ilustrações.

Entretanto, afirma Brienen (2006, p. 297), há poucas investigações sobre como combinações específicas de recursos visuais e características físicas – além da evidência linguística – podem ter feito um espectador acreditar que a imagem fosse um portador confiável de informações. Contradizendo essa afirmação, Alpers (1999, p. 233) argumenta que para compreender a

<sup>4</sup> Peter Parshall (*apud* BRIENEN, 2006, p. 296), conceitua *contrafactum*: “o tipo ou a classe de representação designada por *contrafactum* veio a ser determinada principalmente pela intenção de transmitir alguma partícula de informação considerada transmissível através de uma imagem”. Especialmente nos casos em que o original não está disponível para fins de verificação, tal designação foi considerada necessária para garantir ao público a precisão da representação.

Figura 1. Frontispício do livro *História Naturalis Brasiliae*<sup>5</sup>



Fonte: Imagem digitalizada do original, cedida pelo Instituto Ricardo Brennand em Recife (PE).

<sup>5</sup> Gravura em cobre, edição policromada de 1648, em latim, p. 3.

relação entre o artista holandês e a tradição técnica, é preciso considerar que, longe de repudiá-la, o artista do século XVII realizava sua obra declarando-se o melhor dos artesãos. A autora sustenta que as imagens, mais fortemente que os textos, são um meio de apreensão de novos conhecimentos sobre o mundo para os holandeses. Também escreve que devemos olhar a arte holandesa circunstancialmente, buscando não somente vê-la como uma manifestação social, mas também acessar as imagens mediante a consideração de seu lugar, papel e presença na cultura mais ampla. A autora evoca Constantijn Huygens (secretário de Estado e figura cultural influente e compromissada com as artes na Holanda seiscentista), que liga as imagens à vista e à visão, especificamente ao novo conhecimento, tornado visível graças à recém-adquirida tecnologia das lentes.

Podemos supor então, no caso específico do Brasil Holandês, que o conhecimento de uma nova cultura ocorreu predominantemente pela captação de múltiplos aspectos através das imagens e que os holandeses as utilizaram como forma de catalogar e conhecer novos territórios e, ao contrário de outros relatos sobre o Novo Mundo e seus habitantes, as ilustrações em questão não corroboraram uma visão europeia fantasiosa de um Novo Mundo povoado por seres, animais e flora exóticos e fantásticos, que predominou no século XVI e XVII. Alpers (1999, p. 309 e 310) afirma ainda que:

A equipe sem precedentes de observadores ou descritores (se assim podemos chamá-los) que o príncipe Maurício reuniu incluía homens peritos em história natural e em cartografia, e também em desenho e pintura. [...] Eles reuniram um registro pictórico único da terra brasileira, seus habitantes, sua flora e suas coisas exóticas. [...] Tal interesse na descrição deve ser colocado contra os relatos fabulosos do Novo Mundo, que ainda estavam na moda.

Conforme apresentado anteriormente, podemos concluir, a partir da argumentação de Swan, Brien e Alpers, que os cientistas e artistas da comitiva de Maurício de Nassau atuavam seguindo procedimentos padrão da História Natural moderna, bem como do fazer artístico predominante na Holanda seiscentista. Maurício de Nassau atuava, por um lado, como mecenas das ciências e das artes – conduta condizente com os padrões vigentes para a nobreza – e, por outro, como fornecedor de informações importantes sobre os territórios sob domínio holandês para a Companhia das Índias Ocidentais e outras instituições holandesas, como a Universidade de Leiden.

Sendo assim, as ilustrações para História Natural produzidas durante o período nassoviano no Brasil foram realizadas dentro de parâmetros de produção visual científica que estavam sendo definidos à época. Tiveram por objetivo descrever e reproduzir a natureza, buscando incluir a maior quantidade possível de informações para a criação de uma iconografia do novo território, produzindo, classificando e ordenando esse novo conhecimento, de forma a atender às demandas da História Natural moderna, dos gabinetes de curiosidades, da grande quantidade de publicações na área e também dos interesses comerciais da Companhia das Índias Ocidentais.

### A coleção de História Natural de Maurício de Nassau

Quando parte para a Europa, em maio de 1644, Nassau leva consigo um monumental inventário da costa e parte do interior do Nordeste brasileiro, na forma de objetos, espécimes, textos e imagens. A coleção que amalhou nos sete anos e quatro meses de seu governo no Brasil incluía objetos e artefatos de povos nativos, plantas e animais – vivos, secos ou empalhados – mapas detalhados da região (jamais cartografada até então com tamanha precisão e riqueza de detalhes até o século XIX), plantas e projetos arquitetônicos, e imagens – paisagens, cenas rurais e urbanas, retratos, naturezas mortas – na forma de pinturas sobre tela, desenhos a lápis, carvão, pastel, juntamente com aquarelas, guaches e óleos sobre papel.

Uma vez na Holanda, patrocina, com recursos próprios, a publicação de dois livros: o primeiro, de 1647, relatando e exaltando seus feitos como governador-geral do Brasil Holandês, intitulado *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub praefectura illustrissimi comitis I. Mavritii, Nassoviae*; e o segundo, de 1648, sobre História Natural do Brasil, intitulado *Historia Naturalis Brasiliae*, editado e anotado por Johannes de Laet, 1648.<sup>6</sup> Os livros discorriam sobre a Medicina local, as plantas e venenos, a flora, a fauna

---

<sup>6</sup> Segundo Whitehead e Boeseman (1898, p. 27), esse livro é um marco na História Natural moderna: é a primeira publicação ilustrada que descreve espécimes da América do Sul desconhecidos na Europa, além de conter um tratado de medicina tropical. Foi realizado com material estudado, coletado e registrado no Brasil. Por 150 anos, a *Historia Naturalis Brasiliae* forneceu os nomes vernaculares e as descrições de cerca de 301 plantas e 367 animais brasileiros. Desempenhou um papel fundamental na História Natural do Novo Mundo, não sendo suplantada nem substituída até o aparecimento das obras de Spix, Martius e outros cientistas no início do século XIX. As espécies descritas foram incluídas nos compêndios de História Natural dos séculos XVII e XVIII, sendo que centenas delas chegaram à era moderna da taxionomia de plantas e animais servindo de base – ou base parcial – para as espécies classificadas por Carolus Linnaeus (1707-1778) na décima e décima segunda edições do seu *Systema naturae* (1758 e 1766).

e os habitantes, além de dados sobre Geografia e Astronomia. As duas publicações são fartamente ilustradas, com gravuras em madeira e em cobre e com alguns exemplares aquarelados a mão, sendo as duas únicas publicações que reproduziram imagens feitas no Brasil<sup>7</sup> (Figura 4). Examinando a iconografia da *Historia Naturalis Brasiliae*, percebemos que a grande maioria das xilogravuras dos mamíferos, peixes e crustáceos, insetos etc. são muito semelhantes às imagens dos *Libri Principis* (Figuras 2 e 3). Todavia, parte das plantas, cujos exemplares são em número bastante reduzido e sem maior detalhamento no volume I dos *Libri Principis*, foram feitas a partir das imagens em óleo sobre papel, posteriormente agrupadas no *Theatrum rerum naturalium brasiliae* e cuja autoria é atribuída à Eckhout por Brienen (2010).

Figura 2. Çiri, *Libri Principis* A36, p. 352

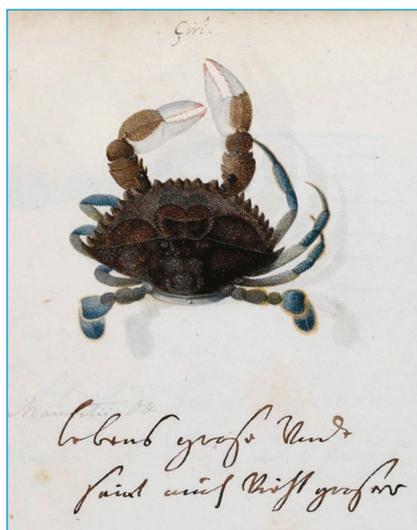


Figura 3. Guaiâ, *Libri Principis* A36, p. 338



Fonte: Imagem digitalizada, disponível no site da Biblioteca Jaguelônica.

<sup>7</sup> Whitehead e Boeseman (1989, p. 29) acreditam, contudo, que certos livros contemporâneos à *Historia Naturalis Brasiliae* possam ter utilizado as xilogravuras da sua primeira edição, sobretudo nas compilações zoológicas e botânicas subsequentes que incluíam espécies do Novo Mundo. Algumas das xilogravuras da *Historia Naturalis Brasiliae* aparecem no *Museum Wormianum* de Ole Worm (1655), publicado em Leiden por Elsevier, citando apenas um dos casos. Ao que parece, as poucas xilogravuras de humanos despertaram grande interesse, havendo ainda a possibilidade de uso das xilogravuras por artistas, como no caso da pintura *Americque*, de Van Kessel, nas tapeçarias *Tenture des Indes*, e os tapuias e os chilenos que aparecem modificados no *Neu-polirter*, de Erasmus Franz.

Figura 4. *História Naturalis Brasiliae*, edição policromada de 1648, p. 182 e 183



Fonte: imagem digitalizada do original, cedida pelo Instituto Ricardo Brennand em Recife (PE).

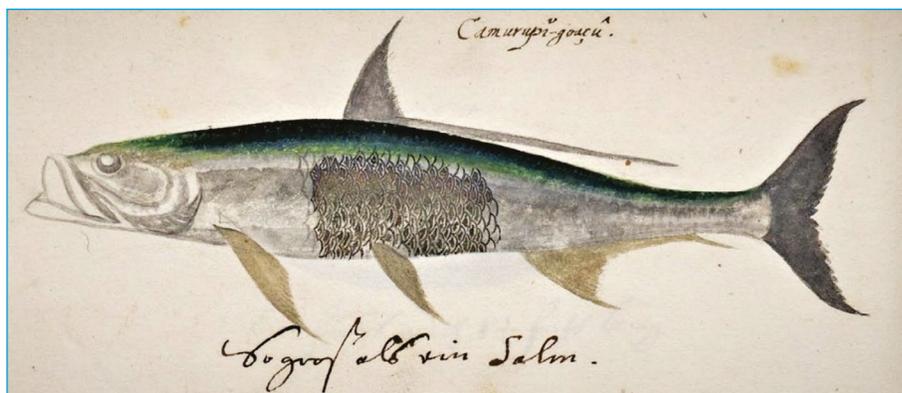
O gabinete de curiosidades de Nassau foi instalado em seu palácio na cidade de Haia, chamado *Mauritshuis* e, ao longo dos anos, foi bastante visitado, causando assombro e encantamento a nobres, intelectuais, colecionadores, curiosos e políticos que passaram por seu “museu”.

Com o objetivo de se destacar no meio nobiliárquico e militar, Nassau utiliza sua coleção para apresentar reis, príncipes e nobres em troca de favores e ascensão social. Em 1652, significativa parcela de sua coleção foi cedida ao príncipe Frederico-Guilherme, eleitor de Brandemburgo, em troca de dignidades nobiliárquicas e terras nos arredores de Cleves. O acervo, que continha aquarelas e desenhos já encadernados em dois tomos, conhecidos como *Libri Principis*, além de numerosas pinturas em folhas avulsas, foi então incorporado à biblioteca privada do eleitor em Berlim.<sup>8</sup> Dentre todo o material

8 A *Coleção Berlinka*, que se encontra hoje na Biblioteca Jaguelônica da Universidade de Cracóvia, na Polônia, é composta de desenhos e pinturas sobre papel que incluem sete volumes: os *Libri Principis* ou *Manuais* (dois volumes), o *Theatrum rerum naturalium Brasiliae* (quatro volumes) e a *Miscellanea Cleyeri* (um volume). Essa

produzido sob seu mecenato, eles podem ter sido àqueles aos quais Nassau esteve mais estreitamente ligado e as espécies neles retratadas parecem ter sido as que mantinha no zoológico e jardins de sua residência na “Cidade Maurícia” atual Recife. No volume I, as ilustrações seguem o seguinte ordenamento: imagens de plantas, aves, peixes e outras espécies aquáticas, anfíbios e répteis, insetos, aracnídeos e outros invertebrados, finalizando com duas imagens de mamíferos. O volume II continua com ordenamento semelhante: ilustrações de mamíferos, aves, peixes, crustáceos, tartarugas e outros animais aquáticos, finalizando com insetos, aracnídeos e répteis. A Figura 5 indica como teria sido a confecção das ilustrações dos *Libri Principis*: desenho do espécime sobre papel, seguido de superposições de camadas de aquarela para alcançar a volumetria e as tonalidades desejadas e finalização com o detalhamento de texturas, inacabadas nesse exemplo. Esse tipo de imagem transmite informações essenciais: permite reconhecer um animal e distingui-lo de espécies semelhantes, como a forma geral, a cor, o tipo de nadadeira ou pés, o número de nadadeiras ou de dedos dos pés, o comprimento da cauda etc. Na maioria das ilustrações, o espécime é representado de perfil, o que é característico dos estudos da natureza, bem como ilustrações de animais encontrados nos primeiros textos da História Natural moderna.

Figura 5. *Camurupi-goacû*, *Libri Principis* A37, p. 305



Fonte: imagem digitalizada, disponível no site da Biblioteca Jaguelônica.

coleção contém 803 ilustrações sobre papel referentes ao Brasil holandês, tendo sido utilizadas as técnicas de pintura a óleo, guache, aquarela, desenhos a lápis, carvão, pastel e nanquim. Dessas 803 ilustrações, apenas 13 possuem assinatura.

Imagens assim produzidas pretendem minimizar a presença do artista e seus poderes inventivos, demonstrando um relacionamento direto, individual, com a natureza: a principal preocupação dos ilustradores de História Natural teria sido a transmissão de informações visuais precisas sobre os animais e as plantas.

A despeito de sua caracterização como artística ou científica, a ilustração de História Natural tem ocupado um lugar marginal nos estudos da História da Arte, que convencionalmente têm estipulado que obras de arte e imagens científicas diferem constitucionalmente e irreconciliavelmente: as primeiras são veículos de expressão estética, enquanto que as últimas transmitem informações quase anonimamente (SWAN, 2005, p. 8.). Esse tipo de pensamento, que prevaleceu no século XIX, opunha arte e ciência: a subjetiva arte *versus* a objetiva ciência que emerge, da mesma forma que desenvolvia modelos disciplinares distintos para a arte e para a ciência (também para a História da Arte e para a História da Ciência), e tem ocultado significativas áreas sobrepostas (SWAN, 2005, p. 9). Essa tradição parece elucidar o fato de ilustrações de História Natural terem sido negligenciadas pela História da Arte até recentemente, como declara Freedberg (1999, p. 411), Swan (2005, p. 8) e Alpers (1999, p. 310), tendo merecido atenção sobretudo de especialistas nas áreas das Ciências Naturais.

Não podemos esquecer que, no século XVII, os materiais artísticos não eram industrializados e que os artistas holandeses eram exímios artesãos e habitavam uma região onde era possível encontrar os mais variados artigos provenientes dos mais longínquos rincões do planeta. Entretanto, a preparação dos materiais artísticos exigia tempo, além de instrumentos e materiais específicos (Figura 6), o que leva a indagar como se deu a produção de obras no Brasil Holandês. Podemos supor que os pintores da comitiva de Nassau, Frans Post e Albert Eckhout, produziram grande número de pinturas – com diversos temas – já levando em consideração os interesses científicos da comitiva. O médico Willem Piso e o naturalista George Marcgraf pretenderam fazer um registro minucioso da fauna e da flora brasileiras, com objetivo claramente científico. Consideremos também a ênfase na descrição presente na formação artística e no imaginário dos pintores dos Países Baixos, a utilização de lentes de aumento – e, eventualmente, de microscópio – para observação e representação minuciosa de plantas e animais, e o conceito da representação *ad vivum* integrado à arte e ao fazer científico holandês. O resultado é um impressionante inventário visual da fauna, flora, paisagens terrestres e marinhas,

tipos humanos e arquitetura. O registro da fauna e da flora – que não poderia ser considerado ilustração botânica e zoológica pelos padrões da ciência atual – esmerava-se, entretanto, na representação o mais verossímil possível da realidade, com a reprodução de cores e do *habitat* das espécies, além de textos explicativos acompanhando as imagens, buscando um rigor científico já em voga na época. As imagens produzidas a lápis, nanquim, pastel, aquarela, guache e óleo pela comitiva de artistas e cientistas de Maurício de Nassau foram importantes protótipos para uso posterior: transformaram-se em gravuras, pinturas em óleo sobre tela, pinturas murais e tapeçarias, mesmo após a morte de seus autores. Foram copiadas e reproduzidas por seus contemporâneos e extemporâneos e, provavelmente, mais exemplares do que é conhecido hoje circularam por coleções privadas. No início do século XVIII, segundo Joppien (1979, p. 298), a maioria das grandes cortes da Europa (Berlim, Copenhagen, Dresden, Paris, São Petersburgo) foi afetada pelas repercussões da *Coleção Brasiliana* de Maurício de Nassau.



Figura 6.  
Caixa de pintura  
em carvalho, com  
potes de tintas a  
óleo, (c. 1640-  
1660), *Rijksmuseum*,  
Amsterdam

Fonte: Acervo da autora,  
junho de 2017.

Finalmente, a “expedição” de Maurício de Nassau ao Brasil continua sendo um episódio legendário no encontro da Europa com o mundo não europeu devido aos muitos resultados que produziu nos campos da história natural, medicina, astronomia e arte. Além disso, foi a primeira a trazer artistas profissionais para trabalharem no Novo Mundo. A grande quantidade de pinturas e desenhos que produziram é composta tanto por obras de arte quanto por material científico e registros feitos a partir de observações empíricas. Esse grande registro visual permaneceu sendo a mais extensa e variada coleção formada até as viagens do Capitão Cook, na segunda metade do século XVIII.

## Conclusão

Várias questões foram apontadas neste capítulo quanto às implicações da produção de ilustrações científicas para a História e, especificamente, para a História da Arte. A argumentação apresentada por historiadores da arte que apontam para a falta de estudos sobre a produção de imagens para a história natural no Brasil Holandês demonstra a necessidade de pesquisas mais profundas com esse propósito. Pesquisas não só no âmbito da História e da História da Arte, mas também da História da Arte técnica e da ciência da conservação. As ilustrações dos *Libri Principis* são fruto do desenvolvimento da configuração geopolítica europeia no século XVII e de parâmetros epistemológicos da História Natural, foram produzidas e organizadas de acordo com protocolos estabelecidos para registro visual de novas espécies. Isso as coloca numa posição diferenciada em relação às demais ilustrações sobre papel da comitiva de Nassau (*Theatrum rerum naturalium brasiliae* e *Miscellanea Cleyeri*), pois somente elas parecem ter sido produzidas com interesse exclusivo no registro de espécies, ou seja, para História Natural. Contudo, as peculiaridades e individualidades inerentes a cada artista permanecem presentes em suas obras, apesar do rigor científico buscado, o que nos abre um importante caminho para pesquisas sobre a fronteira entre ciência e arte, constatando-se o quanto ela pode ser tênue e obscura e como os interesses da arte e da ciência convergem de forma espetacular na produção dessas ilustrações.

## Referências

ALPERS, Svetlana. *A Arte de Descrever: a Arte Holandesa no Século XVII*. São Paulo: EdUSP, 1999.

BRIENEN, Rebecca Parker. *Albert Eckhout: visões do paraíso selvagem* (obra completa). Rio de Janeiro: Capivara, 2010.

BRIENEN, Rebecca Parker. "From Brazil to Europe: The Zoological Drawings of Albert Eckhout and Georg Marcgraf". In: *Intersections: Yearbook for Early Modern Studies*, v. 6, 2006.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1966].

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: O gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.

FREEDBERG, David e VRIES, Jan de. *Art in history, History in art: Studies in seventeenth-century Dutch culture*. Santa Monica: The Getty Center for the History of Art and the Humanities, 1991.

GESTEIRA, Heloísa. O Recife Holandês: História Natural e Colonização Neerlandesa (1624-1654). *Revista da SBHC*, v. 2, n. I, p. 6-21, 2004.

JOPPIEN, Rüdger. The Dutch Vision of Brazil. Johan Maurits and his artists. In: BOOGAART, E. (Org.). *Johan Maurits van Nassau-Siegen 1604-1679. Essays on the occasion of the tercentenary of his death*. The Hague: The Johan Maurits van Nassau Stichting, p. 297-376, 1979.

MARTINS, Ana Cecília (Org.). *Flora Brasileira: história, arte & ciência*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

MARTYN, Rix. *A era de ouro da arte botânica*. São Paulo: Ed. Estampa, 2014.

MASON, Peter. From Presentation to Representation: Americana in Europe. *Journal of the History of Collections*, v. 6, n. 1, p. 1-20, 1994.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

SCHARF, Cláudia Philippi. *Libri Principis e as Ilustrações de Fauna do Brasil Holandês: fatura, técnicas, materiais e autores*. 327p. il. Tese (Doutorado em Artes Visuais), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SCHARF, Cláudia Philippi. Ilustração Científica no Brasil Holandês: a natureza retratada nos desenhos, pinturas e gravuras dos viajantes do séc. 17. *Anais do XXXVII Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: História da Arte em Transe*. Salvador, 8 a 12 de outubro de 2017, p. 428-442. Salvador: CBHA, 2018 [2017].

SWAN, Cláudia. *Art, Science, and Witchcraft in Early Modern Holland*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

WHITEHEAD, P. J. P.; BOESEMAN, M. *Um Retrato do Brasil Holandês do Século XVII*. Animais, plantas e gente pelos artistas de Johan Maurits de Nassau. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Ed., 1989.

YAYA, Isabel. Wonders of America: The curiosity cabinet a site of representation and knowledge. *Journal of the History of Collections*, n. 20, v. 2, p. 173-188, 2008.

# OS JARDINS DO PALÁCIO VRIJBURG: O RECIFE HOLANDÊS E A CIRCULAÇÃO DE SABERES SOBRE PLANTAS E ANIMAIS (1637-1645)

HELOISA MEIRELES GESTEIRA

Partir de um lugar específico, os jardins do Palácio Vrijburg e de um tempo delimitado – os anos 1637 e 1645 – para refletir sobre a construção de conhecimento de História Natural a partir do Recife Holandês, é uma opção em trabalhar a escala local, precisamente os jardins do Conde de Nassau, sem perder, porém, o contato com processos mais amplos no tempo e no espaço, isto é: as relações entre as práticas da História Natural e suas articulações com a expansão mercantil europeia na Época Moderna. A dinâmica de formação desse jardim colonial, que teve uma vida curta, nos permite refletir sobre os usos e a circulação de plantas, animais e de saberes. Por isso, entendemos esse espaço como um lugar privilegiado para a observação da natureza durante o período aqui analisado, ainda mais quando sabemos que este foi inúmeras vezes visitado pelo médico Guilherme Piso<sup>1</sup> e pelo astrônomo e naturalista Georg Marcgraf.<sup>2</sup>

Reconhecemos que esse jardim, situado na residência oficial do então governador do Recife Holandês, o Conde João Maurício de Nassau-Siegen,

---

<sup>1</sup> Piso nasceu em Leiden em 1611, matriculou-se na Escola de Medicina desta cidade, seguindo posteriormente para a Universidade de Caen, na França, onde completou seus estudos em 1634. Veio para o Recife Holandês em 1637 como médico oficial da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Ao retornar para a Holanda em 1644, Piso frequentou alguns centros de estudos de medicina, entre eles a Universidade de Leiden, onde ficou por quatro anos e, posteriormente, o Colégio Médico de Amsterdam, aí permanecendo entre 1655 e 1670, falecendo nesta cidade em 1678.

<sup>2</sup> Georg Marcgraf nasceu em 1610, em Liebstad, região da Westfalia na atual Alemanha. Depois de uma estadia em Leiden, onde estudou Botânica e Astronomia, Marcgraf embarcou para a América em 1638 e realizou observações sobre a natureza e sobre o céu do hemisfério sul. Marcgraf permaneceu no Recife holandês até 1644, quando seguiu para a costa ocidental da África, lá falecendo neste mesmo ano.

fazia parte de uma vasta coleção do Conde também composta por objetos e artefatos indígenas. O jardim integrava o gabinete de curiosidades de Nassau. Os objetos naturais e artificiais, oriundos das quatro partes do mundo, foram levados para o local de diversas formas: pelas mãos dos estudiosos, pelas atividades comerciais e como objetos ofertados ao Conde. Juntos e expostos, formavam uma *ménagerie*. Ou seja, espaços que reuniam coleções de animais e plantas existentes na Europa na Época Moderna (FRANÇOZO, 2014). Além de um lugar aprazível, o Jardim era uma forma de afirmação do poder do Conde na cidade recém-construída sob seus auspícios, a *Mauritsstad* – cidade Maurícia –, onde destacava-se o Palácio Vrijburg.

O jardim do Conde, situado no principal empório da colônia batava na América, mantinha características semelhantes às do horto botânico da Universidade de Leiden, com o qual mantinha trocas de informações. Os jardins eram espaços privilegiados para os estudos de História Natural no período e foram importantes para a reunião de espécies oriundas dos quatro continentes, como que materializando as conquistas do comércio ultramarino europeu. As *ménageries* de Nassau também seguiram este padrão (FINDLEN, 1996).

O jardim do Conde nos permite refletir sobre as interações entre o comércio colonial e a circulação de informações sobre as espécies naturais. Hoje, por meio dos livros escritos e publicados na Holanda durante o século XVII, especialmente os livros de História Natural, além de outros registros coevos, podemos recuperar dados que permitem identificar aspectos ligados à formação da coleção viva e sua importância para a coleta, sistematização e circulação de informações acerca da natureza, veiculadas em suportes impressos, gravados e manuscritos. O jardim de Nassau, localizado no Recife Holandês, foi um empório onde comércio e conhecimento sobre plantas e animais se retroalimentaram, como vem sendo demonstrado pelos estudos recentes que valorizam as práticas de coleta de informações sobre o uso de plantas e animais, em particular as espécies ainda desconhecidas na Europa. Oriundas de terras distantes, alcançavam alto valor comercial, como o caso dos papagaios e aves de plumagem colorida (SCHIEBINGER, SWAN, 2007; FRANÇOZO, 2014).

A ampliação e a construção do conhecimento acerca da História Natural na Europa, durante a Época Moderna, não podem ser entendidas a partir de um modelo rígido, que distancie as práticas realizadas nas instituições europeias daquelas realizadas durante as viagens, articuladas ao processo de cir-

culação dos comerciantes, funcionários, missionários, médicos. Estes também observavam e recolhiam informações junto a populações locais conhecedoras dos usos da flora e fauna das regiões ultramarinas. Informações essas que passaram a circular como objetos científicos e também como mercadorias, conforme apontado por Kapil Raj (2010) em seus estudos. Seguindo essa perspectiva, consideramos que a História Natural também se constitui a partir da interação entre os diversos agentes integrantes das redes mercantis formadas na Época Moderna.

Longe de ser uma prática restrita aos sábios, especialmente a coleta de espécies e de informações sobre os usos dos animais e plantas contavam com a participação de diferentes agentes sociais. Os jardins e hortos europeus entre os séculos XVI e XVII ampliaram significativamente as informações chegadas do ultramar pelas mãos de soldados, missionários, comerciantes, administradores coloniais e médicos (BARRERA, 2002). A dificuldade de exemplares vivos sobreviverem às longas travessias e à diversidade do clima fez com que uma profusão de desenhos, gravuras e textos – manuscritos e impressos – ampliasse o conhecimento que se tinha na Europa sobre as Índias Ocidentais e Orientais.

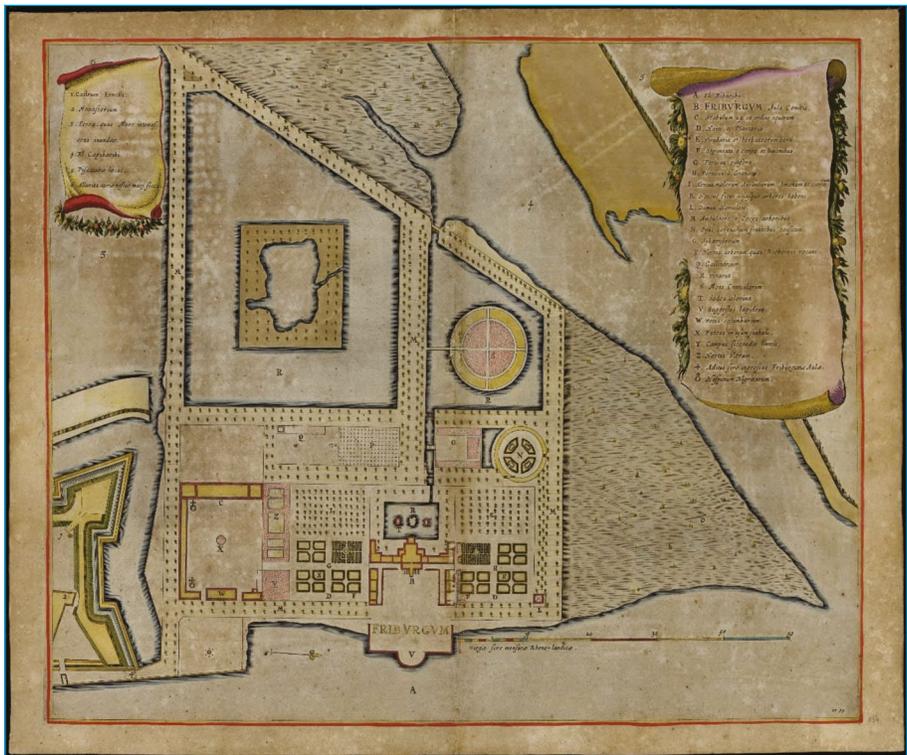
O contato entre sábios, comerciantes e nobres foi importante nesse processo. No caso em tela, inúmeros agentes envolvidos ligavam-se à Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, ou Westindische Compagnie (WIC), a começar pelo Conde João Maurício de Nassau-Siegen. De linhagem alemã e com vasta experiência nas guerras religiosas do Norte da Europa, acabou sendo convocado para assumir o governo da colônia, onde permaneceu entre os anos de 1637 e 1644, quando, depois de desavenças com a WIC, retornou para Holanda. Parte de sua coleção foi distribuída na Europa em forma de presentes, inclusive o livro editado em 1648, a *História Natural do Brasil*, de Guilherme Piso (1948) e George Marcgraf (1942).

O diretor da WIC, Johannes de Laet, autor de livros sobre o Novo Mundo, articulou a contratação de Marcgraf para que este viajasse ao Recife Holandês. O médico Guilherme Piso, também funcionário da WIC, cuidou de publicar em 1658 a *Historia Natural e Médica das Índias Orientais e Ocidentais*. Esses livros, junto com outros registros da época, nos permitem refletir sobre esse jardim colonial do século XVII. No caso da experiência neerlandesa na América, os desenhos de animais e plantas feitos por pintores, como Frans Post e Albert Eckhout, e não especialistas, como Zacharias Wagener e Kaspar Schmalkalden, também foram importantes meios de circulação das informa-

ções sobre a natureza. Contudo, neste trabalho nos concentraremos mais nas contribuições de Piso e Marcgraf.

O jardim circundava o Palácio Vrijburg, delimitando o terreno. Um de seus lados terminava nas margens do Rio Capibaribe (A), onde uma rampa de pedra dava também acesso ao palácio (V). Essa forma de representar o jardim como parte do conjunto arquitetônico ligava-se à concepção de arquitetura do início do século XVII neerlandês que muito se inspirava no modelo italiano renascentista. A entrada por terra ficava no canto esquerdo, onde se encontrava o forte príncipe Ernesto, visível também no canto esquerdo da gravura.

Figura 1. Planta que representa os jardins e a residência oficial do Conde João Maurício de Nassau-Siegen



Fonte: Caspar van Baerle. *Rerum per octenium in Brasiliae*. Amstelodami: Typographeio Ioannis Blaeu, 1647.

Em cada lado da construção, (B) encontravam-se plantações de ervas e arbustos cercados de limoeiros (D, E, F). Próximo às plantações, à esquerda, situava-se um caminho de vinhas (G) e, à direita, um caminho de romãzeiras (H). Logo atrás da construção, havia o viveiro de peixes (R) e, ao seu redor, um lugar reservado para cisnes (T). Na mesma direção do viveiro, do lado esquerdo, encontravam-se as plantações de frutas cítricas (I) e, do lado direito, árvores de frutos variados (K). Ainda neste plano relativo à extremidade esquerda da planta, encontrava-se o estábulo (C) com sua entrada (X), a habitação dos escravos (#) e um pombal (W). Bem próximo deste, havia uma plantação de vegetais (Z). Logo acima, situavam-se um galinheiro (Q), um bananal (P), um lugar reservado para jogos (O) e um cercado circular (N). Na parte superior da planta, surgiam novamente os viveiros de peixes (R) e, próximo ao menor deles, um espaço circular dividido em quatro partes para criação de coelhos (S). Essas divisões aparecem geometricamente bem traçadas na planta e, entre elas, bem como ao redor de todo o terreno, encontram-se caminhos repletos de coqueiros (M).

Segundo alguns relatos da época, os jardins foram o ponto de partida para a ocupação e preparo do terreno onde foi erguida a residência de Nassau. Segundo o humanista neerlandês, Gaspar Barléus<sup>3</sup>, o local serviria de limite e proteção:

O Conde, edificando, teve o cuidado de atender à salubridade, procurando o sossego e obtendo a segurança do lugar, sem descuidar também da amenidade dos hortos. De fato, observou-se tal ordem no distribuir as árvores que, de todos os lados, ficavam os vergéis protegidos pelos fortes e por treze baterias. (BARLÉUS, 1974, p. 150)

Além da fortificação, as árvores tinham a função de não deixar a residência do Conde exposta ao ataque. Por isso, os jardins aqui assumem uma função importante nas cidades coloniais: a defesa. A árvore escolhida para cercar o terreno foi o coqueiro. O transplante de espécimes adultos por ordem do Conde chamou a atenção de Georg Marcgraf (1942), uma vez que o naturalista indicou que o transplante após dois anos seria prejudicial e inócuo, pois a árvore não resistiria. Contudo registrou: “Vi, todavia, ser transplantado uns grandes, isto é de vinte e quatro ou mais anos com bom resultado, no ano de

<sup>3</sup> Gaspar Barléus, humanista holandês, foi professor de lógica na Universidade de Leiden. Depois, ingressou no Ateneu Ilustre, posteriormente Universidade de Amsterdam. Recebeu das mãos de Nassau o material que utilizou para compor sua obra sobre os oito anos do governo.

1640, em Maurícia, sendo empregados neste trabalho cerca de trezentos homens”. (p. 139)

Figura 2. Detalhe da vista do Palácio do Conde de Nassau. Gravura feita a partir do quadro de Frans Post



Fonte: Caspar van Baerle. *Rerum per octenium in Brasiliae*. Amstelodamis: Typographeio Ioannis Blaeu, 1647.

Os coqueiros destacam-se na gravura intitulada *Friburgum*. A hipótese de que a planta tenha chegado à América muito antes dos portugueses, simplesmente pela possibilidade do fruto ser trazido por correntezas, ou seja, por fatores naturais, não deve ser descartada. O coqueiro é originário das ilhas Polinésias, sueste asiático e já era difundida na costa africana no século XVI. Contudo, a entrada regular e o cultivo se deram a partir do estabelecimento dos portugueses e, segundo Gabriel Soares de Sousa (1987), em seu relato,

“foram os primeiros cocos da Bahia de Cabo Verde, donde se encheu a terra” (p. 168). Segundo José Eduardo Mendes Ferrão (2013), o coco foi muito apreciado pelos navegantes portugueses. Nos navios, o fruto resistia às longas travessias, uma vez que seco podia ser consumido e ainda guardava um sumo que substituíra a água, muitas vezes escassa nas viagens. Por essa razão, os coqueiros foram sendo introduzidos nos pontos de abastecimento dos navios ao longo da costa ocidental da África e Ilhas do Atlântico até a costa do Brasil ainda no século XVI (FERRÃO, 2013).

A escolha do coqueiro para cercar o terreno não foi aleatória. Sua elegância natural e o fato do fruto ser útil para o homem certamente contribuiu para que fosse plantado e tivesse destaque ao servir como limite do terreno. Guilherme Piso considerava a planta “célebre em todas as Índias”, podendo ser uma espécie que representava os espaços conquistados pelos neerlandeses no quadro das disputas coloniais. Na descrição do fruto, Marcgraf mais traz alguns comentários importantes sobre o fruto. O primeiro nome que aparece é “Inaia Guacaiba” e o fruto “Inajaguaçu”, provavelmente como os indígenas denominavam. Em seguida, informa que “No Congo a planta é chamada *Ejaquiambu* e o fruto *Quititangaquiambu*” e, finalmente, o nome dado em português, coqueiro e seu fruto coco. O nome dado no Congo, ou em quaisquer outras regiões da África de onde embarcavam os cativos, por vezes aparece na obra do naturalista Marcgraf, o que nos indica uma intenção de relacionar essa planta, tal qual Guilherme Piso, às ligações ultramarinas do Recife Holandês, que como ponto de produção de açúcar dependia da mão de obra africana, adotando o padrão de ocupação lusa. O porto do Recife Holandês era visitado pelas frotas que singravam os mares com a bandeira da República das Províncias Unidas e da Companhia das Índias Ocidentais e Orientais em várias direções. Os navios que vinham da Europa e os que para lá partiam; os que paravam no Recife e seguiam para as Índias Orientais contornando a África pelo cabo da Boa Esperança, e os que viajavam entre o Recife e as regiões do Congo e Angola (PUNTONI, 1999; ALENCASTRO, 2000).

O médico neerlandês Piso ressaltou uma das virtudes do coco no combate ao escorbuto, que tanto afligia os homens que passavam muito tempo no mar:

Quando as nozes estão maduras, aquele humor leitoso se condensa e adere à concavidade, [...] retirado e comido, mal cede em qualidade a alguma outra polpa, [...] nutre e refaz suavemente; por isso é muito pro-

curado pelos viajantes cansados das viagens marítimas e atacados por escorbuto. (PISO, 1948, p. 298)

O trânsito de navios assegurou a presença de uma variedade de plantas. Johan Nieuhof, soldado contratado pela WIC, em seu relato, ressalta a importância do jardim em reunir os três mundos que a Companhia deveria ligar pelos laços do comércio: a Europa, a África e as Índias.

Na parte da ilha, que fica entre os rios Capibaribe e Beberibe e entre o Forte Ernesto e o forte triangular de Waerdenburgh, encontravam-se os já citados jardins do Conde Maurício, providos de todas as variedades de plantas, frutas, flores, verduras que a Europa, a África, ou ambas as Índias poderiam proporcionar. (NIEUHOF, 1981, p. 45)

Havia uma imensa variedade de plantas no jardim. Gaspar Barléus (1974) listou algumas dividindo-as em duas categorias: as conhecidas e as desconhecidas dos europeus. Entre as conhecidas, estavam o coqueiro, as laranjeiras, os limoeiros, naturais da Ásia; as romãzeiras, encontradas no norte da África, sul da Europa e Sul da Ásia, e as figueiras, originárias do Oriente próximo. Entre as que o autor classifica como desconhecidas, destacam-se os mamoeiros, os jenipapeiros, ambos nativos da América tropical; as mangabeiras, encontradas no cerrado brasileiro; os cajueiros e as pitangueiras nativos do Brasil; as pacobeiras ou bananeiras, originárias da Índia e da Malásia; além desses, os cabaceiros, os araticuns jamacarés, as uvalheiras, os tamarindeiros, os castanheiros, as tamareiras, as vinhas, arbustos, legumes, ervas medicinais e plantas ornamentais.

O jardim de Nassau era também um entreposto para onde uma diversidade de plantas e animais era transportada e dali partia para outros lugares, majoritariamente para a Europa onde alimentava o comércio europeu de bens de luxo e a economia de dádivas (FRANÇOZO, 2014). Os objetos eram levados como presentes ao Conde pelos moradores do Recife Holandês e por grupos indígenas aliados. Essa prática garantiu a presença de uma variedade de espécies naturais num só lugar. O trabalho de coleta, observação e sistematização do conhecimento dos naturalistas certamente foi intensificado e facilitado por essa prática de troca de presentes, elemento importante para a construção da História Natural do período, uma vez que garantia o fluxo de espécies naturais, sobretudo em direção aos gabinetes de curiosidades, hortos e jardins europeus, que passaram a receber produtos vindos de terras distan-

tes. Essa circulação, ainda que não exclusivamente motivada pelos interesses científicos, foi imprescindível para a parte da formação de coleções durante a Época Moderna.

Além de serem transportadas nos navios, as espécies chegavam ao jardim de várias formas. Segundo Frei Manuel Calado (1987), no local, podiam ser vistos animais típicos da região e de outros lugares, tais como papagaios, araras, jacus, canindés, jaburus, mutuns, galinhas de Guiné, patos, pavões, perus, galinhas, pombas, tigres, onças, suçuaranas, tamanduás, bugios, quatis, saguis, apearás, cabras de Cabo Verde, carneiros de Angola, cotias, pacas, antas, javalis e coelhos. Esses eram trazidos pelos moradores que criaram afeição ao Conde e viam nele “um pai, e (isto) lhes aliviava muito a tristeza, e dor de se verem cativos”, como o Frei considerava os moradores portugueses que ficaram na região dominada pelos neerlandeses (CALADO, 1987, p. 100).

Ainda que nosso interesse seja entender o jardim como espaço de construção do conhecimento sobre História Natural nesse período, esses relatos são fundamentais para reconstituirmos este espaço. Mais do que isso, o registro de Frei Calado, que frequentou a residência do Conde de Nassau, demonstra que a chegada de novas espécies no jardim dependia dessas práticas. A remessa de presentes possibilitou, inclusive, a presença de animais vindos de regiões longínquas, neste caso, as “galinhas da Guiné”, que aparecem descritas na *História Natural do Brasil*:

[...] semelhante às nossas galinhas, no tamanho e na figura. [...] O corpo é coberto de penas pretas, marchetadas de elegantíssima manchas brancas, oblongas nas asas e redondas, nas outras partes, um pouco menores no dorso do que no resto do corpo. Semelhantes a esta vi umas trazidas da Serra Leoa, mas tinham o pescoço cercado ao redor ou envolvido por uma faixa membranosa de um cinzento-azulado. [...] Esta ave é chamada ‘quetele’ pelos habitantes do Congo. (MARCGRAF, 1942, p. 192)

Nas páginas do livro *História Natural do Brasil*, podemos perceber que tanto Guilherme Piso (1948) como Marcgraf (1942) realizaram viagens ao interior e, em algumas ocasiões, acompanharam expedições que visavam explorar áreas mais apartadas do litoral, os sertões. Em outras, seguiam o próprio Conde de Nassau em seus deslocamentos pelas capitânicas conquistadas ou em situação de guerra contra os portugueses, visando à ampliação dos ter-

ritórios batavos nessa porção da América. Entre os neerlandeses, as motivações de guerras, a busca de metais e o apresamento indígena também estimulavam as jornadas por terras americanas. Nessas entradas, é provável que espécies fossem coletadas ou mesmo trocadas com as populações indígenas. Ainda que fosse oportuno nas horas de descanso realizar alguma observação de animais e plantas dos sertões, acreditamos que esses momentos eram aproveitados mais para coletar, ou melhor, capturar, espécies que depois seriam transportadas para o Recife. Em trecho de um diário de Marcgraf ao Ceará, em expedição realizada entre junho e agosto de 1639, encontramos registros desse procedimento.

A motivação da viagem era a guerra contra indígenas. Não conhecemos o percurso exato por onde a comitiva se deslocou, a tropa era composta por 250 brasileiros (provavelmente índios tupis), 150 tapuias e 15 brancos para fazer guerra contra os índios “selvagens”. Ao longo do diário, Marcgraf menciona a captura de vários animais: tatus, emas, porcos, jacus, veados e preás. No diário, há o registro apenas do apresamento dos animais, o que nos permite concluir que essas oportunidades foram aproveitadas para ampliar a *ménagerie* do Palácio Vrijburg. No Recife, os trabalhos de observação e descrição seriam realizados, o que possibilitou, nesse contexto, a produção de uma quantidade de textos e imagens. Levadas para os jardins do Conde, um local seguro e aprazível, as espécies eram minuciosamente descritas pelos sábios e artistas utilizando recurso textual e imagético, segundo o modelo da História Natural da Época Moderna.

As expedições para o interior realizadas por Piso e Marcgraf não devem ser entendidas como viagens científicas, de realização de estudos *in loco*. Porém, é interessante sublinhar que as condições locais, a constante guerra com os portugueses e a busca por riquezas nos sertões reforçam a importância para os sábios da existência no Recife Holandês de um lugar seguro onde pudessem sistematizar o conhecimento acerca da natureza americana. O jardim do Palácio Vrijburg, protegido do teatro da guerra, ofereceu a segurança necessária para que as espécies coletadas em diferentes circunstâncias e levadas para o recinto fossem minuciosamente observadas e desenhadas pelos sábios que formavam a corte de Nassau. Eis mais uma especificidade do jardim em situação colonial. Mesmo sendo um entreposto, não deixou de ser um local de produção de conhecimento. Importante lembrar que Marcgraf se deslocou pelo interior do continente mais vezes do que Piso, que era médico e concentrou suas atividades no Recife.

Os livros de História Natural confeccionados a partir da estadia de Piso e Marcgraf no Recife Holandês podem ser chaves interessantes para qualificar o jardim como um espaço importante para a reunião de informações que seriam compiladas nas obras: *História Natural do Brasil (Historia Naturalis Brasiliae)*<sup>4</sup> e *História Natural e Médica da Índia Ocidental (Indiae utriusque re naturali et medica)*.<sup>5</sup> *História Natural do Brasil*, editado em 1648, divide-se em duas partes. A primeira, atribuída a Guilherme Piso, intitulava-se “Da Medicina Brasileira” e dividia-se da seguinte forma: “Do ar, da água e do lugar”, “Das doenças endêmicas”, “Dos venenos e seus antídotos” e, por último, “Das propriedades dos símplices”. A segunda, “História das Coisas Naturais do Brasil”, resultou dos trabalhos de Jorge Marcgraf. Nessa parte do livro, a intervenção de Johannes de Laet aparece em vários momentos, uma vez que assumiu a edição da obra em decorrência da morte do naturalista antes de retornar aos Países Baixos. Essa parte estrutura-se em oito livros. Os três livros que abrem o volume são dedicados às plantas; o quarto livro aos peixes; o quinto às aves; o sétimo aos insetos e o oitavo aos costumes indígenas. Todas essas categorias transitaram pelos jardins do Conde.

Já a obra editada por Guilherme Piso, em 1658, estrutura-se de forma diferente. A obra de Piso divide-se em cinco livros: “Dos ares, das águas e dos lugares”; “Da natureza e cura das doenças familiares à Índia Ocidental e sobretudo ao Brasil”; “Dos animais aquáticos, voláteis e terrestres que se podem comer”; “Das árvores, arbustos e ervas medicinais e alimentícias, que nascem no Brasil e nas regiões vizinhas”; “Das plantas daninhas, dos animais venenosos e seus antídotos”.

Além disso, foram incluídos os estudos de Marcgraf “Tratado topográfico e meteorológico de Brasil, com a observação de um eclipse solar”, “Comentário sobre os brasileiros e chilenos”, e os de Jacob Bontius, “História Natural da Índia Oriental” e “Mantissa Aromática”. Bontius foi médico e botânico enviado pela Companhia das Índias Orientais para a Batávia, principal entreposto neerlandês no Índico.

Embora o resultado das obras não se restrinja aos trabalhos realizados no Recife Holandês, iremos analisar alguns trechos que evidenciam que os jardins assumiram um papel importante no sentido de permitir uma observa-

<sup>4</sup> MARCGRAF, Georg; PISO, Guilherme. *Historia Naturalis Brasiliae*, Lugdum Batavorum, Apud Franciscum Hackium, Amstelodamis, Elzevirium, 1648. Biblioteca Nacional.

<sup>5</sup> PISO, Guilherme. *Indiae Utriusque re naturali et medica*, Amstelodamis, Apud Ludovicum et Danielem Elzevirios, 1658. Biblioteca Nacional.

ção minuciosa das espécies, tornando-se indiscutivelmente um lugar de coleta de objetos e informações que, posteriormente, seriam incorporados às coleções científicas situadas nos Países Baixos. Eis aqui um exemplo desse processo de transferência evidenciado por Guilherme Piso: “Dissequei com meu auxiliar uma fêmea viva (cujo esqueleto, todo formado de ossos fortes, presenteei ao Museu Anatômico de Leida)” (PISO, 1957, p. 665).

Johannes de Laet, nas notas que complementam os trabalhos de Marcgraf, referiu-se ao recebimento de espécies que foram enviadas do Brasil para serem estudadas mais detalhadamente na República. Esse procedimento repete-se com Piso, que acompanhou as duas edições de seu livro, reconhecendo a superioridade da segunda publicação em relação à primeira pelo fato de ter tido maior tempo de análise do material coletado durante sua viagem ao Brasil.

Em *História Natural e Médica das Índias Ocidentais*, de 1658, Piso (1957) deixou transparecer a importância da correspondência mantida com os sábios da República quando ainda se encontrava no Brasil, particularmente com aqueles que estavam ligados à Universidade de Leiden. Um exemplo dessa troca está na descoberta de uma espécie nova, o *iamacuru* ou figueirada-índia: depois de descrever sua forma e seus atributos, Piso falou da importância de ter enviado um tronco dessa espécie para o Horto de Leiden, onde seria também examinado: “Por isso, com suma indústria, mandei levar do Brasil um tronco da grossura de uma perna humana, medindo cerca de vinte pés de comprimento, e agora está no Horto Acadêmico de Leida, aos cuidados do Ilustríssimo Professor D. Vórstio” (p. 403).

Essa prática é recorrente nos livros aqui analisados. Isso reforça a tese de que uma das particularidades do exercício intelectual realizado no Recife Holandês era seu vínculo estreito com a República, onde as informações eram reelaboradas e se concretizava outra etapa da elaboração de conhecimento. Muitas vezes, as informações eram comparadas com informações que já circulavam na Europa. A relação leva a pensar que o jardim da Cidade Maurícia muitas vezes serviu de entreposto de produtos recolhidos nas viagens e enviados para a República. Em contrapartida, produtos também eram enviados pela metrópole para serem plantados na colônia com o objetivo de verificar sua adaptação num ambiente distinto do original, prática que se intensificou com os descobrimentos. Essa era uma atividade importante na medida em que se acreditava que o clima e o meio eram fatores determinantes nas diversas con-

formações das espécies, bem como nas suas diversas atribuições. As espécies de outras regiões, encontradas no jardim, refletem uma preocupação dos neerlandeses em sistematizar tal atividade.

O jardim, como vimos, servia tanto como local de adaptação das plantas, quanto para se estudar as melhores formas de cultivo de determinada espécie. Nos limites dos jardins do Conde, contudo, pode-se especular que a tentativa de introduzir espécies era feita de forma apenas experimental, ou seja, plantava-se a semente diretamente na terra, sem colocá-la em estufas ou utilizar qualquer outro artifício. Procurava-se apenas estabelecer quais plantas poderiam ser cultivadas na região. Nas descrições das espécies, tanto em Piso como em Marcgraf, é frequente a indicação do lugar de origem das plantas, as quais são divididas em três categorias: silvestres, cultivadas e aclimadas. O jardim pode, assim, expressar uma relação de troca, mesmo que desigual, na medida em que as análises mais acuradas acerca da natureza eram feitas na metrópole, onde os dados podiam ser comparados a partir da consulta a livros sobre a História Natural do Novo Mundo.

O jardim do Conde representou um espaço por excelência de observação do meio americano e de coleta de espécies. Isso não significa que os jardins perderam seu valor positivo, considerando-se a situação estritamente colonial. Podemos identificar algumas práticas experimentais que foram ali realizadas, como, por exemplo, a observação de Piso sobre o processo de reprodução das espécies, pois o acasalamento vinha ganhando importância para o processo de classificação (SCHEURLEER, 1945):

Eu ainda não pude saber se de fato este nosso 'Acarpeba' nasce, também à maneira das carpas, isto é, sem comércio do macho com a fêmea, como pelos autores é atestado acerca das carpas; embora muitas vezes me esforçasse por observar isto nos viveiros do ilustríssimo Príncipe Maurício. (PISO, 1957, p. 170)

Ao longo dos textos de Piso e de Marcgraf, encontram-se referências aos experimentos que realizaram no Brasil. Várias espécies foram dissecadas, permitindo que o olhar dos estudiosos penetrasse nas entranhas da natureza. Dessa forma, o jardim do Conde, seguindo o modelo do Anfiteatro de Anatomia e do Horto Botânico situados em Leiden, foi palco dessas experiências e espaço que reuniu uma coleção viva que certamente contribuiu para os trabalhos de História Natural durante a colonização neerlandesa na América.

## Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARLÉUS, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

BARRERA, Antônio. Local Herbs, Global Medicines. In: SMITH, Pamela; FINDLEN, Paula. (Editores). *Merchants and Marvels. Commerce, Science, and Art in Early Modern Europe*. London: Routledge, 2002.

BERKEL, K. van; HELDEN, A. van; PALM, L. (Ed.). *A history of science in the Netherlands: survey, themes and references*. Leiden: Brill, 1999.

BOOGAART, Ernst van den *et al.* *La Expansión Holandesa en el Atlántico*. Madrid: MAPFRE, 1992.

BOOGAART, Ernst van den *et al.* *Johan Maurits van Nassau-Siegen, 1604-1679, A Humanist Prince in Europe and Brazil*. Haia: Johan Maurits van Nassau Stichting, 1979.

BOOGAART, Ernst van den *et al.* *Zo wijd de wereld strekt*. Haia: De Stichting Johan Maurits van Nassau, 1980.

BOESMAN, Martin; WHITEHEAD, Peter James Palmer. *Um retrato do Brasil holandês do século XVII: animais, plantas e gentes pelos artistas de John Maurits*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1989.

CALADO, Frei Manuel. *O Valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

FERRÃO, José Eduardo Mendes. Na linha dos descobrimentos dos séculos XV e XVI: Intercâmbio de plantas entre África Ocidental e América. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 36, n. 2, p. 250-269, 2013.

FINDLEN, Paula. *Possessing Nature: Museums, collecting, and scientific culture in Early Modern Italy*. California: University Press, 1996.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: O gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

MARCGRAF, Georg; BOORGAART, Ernst van den; BRIENEN, Rebecca Parker. *Brasil Holandês: Informações do Ceará de Georg Marcgraf (junho-agosto de 1639)*. Rio de Janeiro: Index, s. d.

MARCGRAF, Georg. *História Natural do Brasil*. Tradução de Mons. Dr. José Procópio de Magalhães. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1942.

NIEUHOF, Johan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981

PISO, Willem; MARCGRAVIUS, Georgius. *Historia naturalis Brasiliae*. Leiden: Franciscum Hackium. Amstelodamis: Lud Elzevirium, 1648.

PISO, Guilherme. *História Natural do Brasil Ilustrada*. Tradução do professor Alexandre Correia. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

PISO, Guilherme. *História Natural e Médica da Índia Ocidental*. Tradução de Mario Lobo Leal. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1957.

PISO, Willem. *Indiae Utriusque re naturalis et medica*. Amstelodamis: Apud Ludovicum et Danielem Elzevirios, 1658.

PUNTONI, Pedro. *A mísera sorte: a escravidão africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

RAJ, Kapil. Surgeons, Fakirs, Merchants, and Craftsman: Making L' Empeur's Jardin in Early Modern South Asia. In: RAJ, Kapil. *Relocating Modern Science: Circulation and Construction of Knowledge in South Asia and Europe, 1650-1900*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.

SCHIEBINGER, Londa, SWAN, Claudia (Editores). *Colonial Botany: Science, Commerce, and Politics in the Early Modern World*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2007.

SCHEURLEER, T. H. “Un amphiteatre d’anatomie moralizée”. In: MEYES (Ed.). *Leiden University in the Seventeenth Century: An Exchange of Learning*. Leiden: University Press, 1945.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987. Coleção Brasileira, v. 117.

# O VIAJANTE FRANCÊS JEAN-BAPTISTE DOUVILLE EM TERRAS BAIANAS E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL NA CIDADE DO SALVADOR: A TRAJETÓRIA DE MUTAÇÕES (1835-1931)

SUELY MORAES CERÁVOLO  
MARIANA CERQUEIRA RODRIGUEZ

## Confluências globais e o Gabinete de História Natural na Bahia

O colecionismo do começo do século XIX na Bahia transpassada por naturalistas e viajantes ainda é um tema a se explorar, trazendo elementos importantes para compreender a historicidade das práticas museológicas compondo o panorama dos investimentos museais no Nordeste brasileiro e, por extensão, no Brasil. A motivação para estudar a formação, continuidade e descontinuidade do Gabinete de História Natural instalado na cidade do Salvador no Oitocentos diz respeito à investigação dessas práticas integrantes e reconhecidas pelas interligações com o político, econômico, social e cultural desde as relações coloniais (LOPES, 2009; BRIGOLA, 2010; FRANÇOZO, 2014). No horizonte mundializado das políticas de expansão ultramarina, iniciadas em séculos anteriores (GRUZINSKI, 2014), se estabeleceram as condições para o recolhimento dos chamados produtos naturais. Com isso, as trocas e intercâmbios, negociações, cooperação e disputas operaram como mecanismos de poder. Com mira no local se desdobraram e particularizaram em amálgamas contribuindo, por sua vez, para alavancar a bagagem de conhecimentos científicos e pragmáticos construídos desde os confins do mundo. Para essa abordagem, leva-se em conta, no caso de coleções, museus e exposições, que esses dispositivos museológicos ajudaram a implantar e desenvolver estruturas organizadas atuando entre as duas margens do Atlântico. Em termos de formação de acervo, não se tratou de evocar, mas, coletar o mais possível, o mais visível e palpável complementado pela estratégia de reprodução, aos

mínimos detalhes, do mundo animal, vegetal e dos povos nativos em pinturas, aquarelas e gravuras como o fez Mauricio de Nassau muito bem assessorado pela comitiva de “médicos, naturalistas, astrônomos, cartógrafos, geógrafos, pintores, arquitetos [...]” (SCHARE, 2019, p. 27).

Do acumulado e estocado em gabinetes de curiosidades na segunda metade do século XVI, o passo posterior foi o estímulo ao intelecto na criação de classificações e categorias que organizaram as próprias práticas na tentativa de demarcar pertinências compondo e, simultaneamente, opondo os objetos tangíveis à contracorrente das digressões metafísicas (RASSE, 1999). O século seguinte, o XVII, viu substituir, em termos de ciência, a “maravilha pela diligência, a curiosidade pela utilidade” (DASTON, 2017, p. 89), chegando ao XIX com viagens e expedições pela Ásia, África e América, encontrando o debate sobre a ciência natural em estágio de sistematização (SILVA, 2014).

Se é verdade que coleções e museus ajudaram a promover os campos do saber, não faltou negociação, ativada pelo comércio de objetos (ou coleções), mantida por comerciantes de espécimes (e casas comerciais) e diretores de museus (GROLA, 2013) com vistas a ampliá-los. Dinâmica acrescida de doações e permutas de modo a instalar a infraestrutura indispensável para estudos nos museus de História Natural, que demandou preparadores e lugar de armazenamento (PODGORNY & LOPES, 2013). Paralelamente aos objetivos científicos ou comerciais, o gosto pelas viagens, a paixão de ver e saber e o instinto explorador por simples curiosidade acompanhavam os viajantes. Desejos explicitados no escrito do naturalista viajante M. Alcide D’Orbigny em *Voyage Pittoresque des deux Amériques*, publicado em 1836, propondo o resumo geral de “todos os viajantes” que passaram do litoral para o sertão se aventurando por terras e rios. Obra composta por relatos, mapas e gravuras descreve sobre o Brasil generalidades do Amazonas e aspectos das províncias do Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Através das observações de D’Orbigny (Brasil, Capítulo XXIV) remonta-se à imagem de pinceladas idílicas da “Bahia ou São Salvador”, grande entreposto dos produtos de muitas comarcas e províncias vizinhas, limitada ao Norte pelo “Bom-Fim” e, ao Sul, pela Vitória.<sup>1</sup> Cidade segmentada entre alta e baixa, trapiches na Praia (Conceição da Praia) concentrando comerciantes e mercadores de açúcar (o melhor vindo do Recôncavo), tabaco,

<sup>1</sup> A freguesia da Vitória caracterizava-se pela morada da elite abrigando desde o início do XIX, cônsules, comerciantes prósperos nacionais ou estrangeiros (NASCIMENTO, 2007, p. 120).

algodão e “outros objetos” de exportação (sem explicitá-los), e as farinhas, grãos e legumes de consumo local. Localidade emoldurada de casas com janelas de treliças e balcões, verdes hortas nos vales, ruas percorridas por “palaquins [cadeiras] carregados por negros”, comida farta em carnes e frutas – laranjas, mangas, pitangas, melões d’água, abacaxis em geléias comercializadas pelas negras vendedoras –, igrejas e fortes. A obra de D’Orbigny foi uma das fontes que o historiador baiano Wanderley Pinho, interessado nos salões e damas do Segundo Reinado, se baseou para citar as qualidades da alta classe (*haut classe*) “doce, afável, polida” da Bahia, com hábitos europeus (PINHO, s/d, p. 33). Da Bahia descrita pelo viajante recolhe-se a informação, trabalhada adiante, sobre a “magnífica escola” que abrigou hospital e a Faculdade de Medicina (antes Escola de Cirurgia) após a expulsão dos jesuítas (D’ORBIGNY, 1836, p. 156), palco, se assim se pode dizer, da acirrada e inicial disputa por espaço para instalar o Gabinete Douville. O viajante não cita a presença de gabinetes de história natural, Wanderley Pinho sim, em menção a opulência da família “Ferreira Bandeira na Soledade” possuidora, dentre os luxuosos bens, de “grande gabinete de física e história natural” (PINHO, s/d, p. 52), nos dando rápido indício do hábito colecionista entre particulares na Bahia.

Sem perder de vista o enquadramento da escala global e olhos voltados para as práticas museológicas na Província da Bahia, integrada à malha interna de relações – a exemplo do Museu Nacional no Rio de Janeiro – e com o exterior, retomamos o caso específico do Gabinete Douville (CERÁVOLO & RODRIGUEZ, 2018), procurando explorar outros ângulos desta passagem da historiografia cultural da Bahia em tempos de transição do Primeiro para o Segundo Reinado.

A pesquisa sobre o Gabinete de História Natural na cidade do Salvador partiu de excertos retroativos de ofícios administrativos publicados em 1910 na revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), informando a doação de produtos naturais pelo francês Jean-Baptiste Douville para a Província da Bahia em 1835. Os excertos deram as primeiras pistas para coletar fontes que ajudassem apreender os motivos e a composição do que teria sido o conteúdo dessa doação, e como se deu a criação e a sequência do gabinete e deste para museu.

Douville (1794-1837) foi personalidade de feitos controversos a ponto de Pierre Verger (1976) polemizar se naturalista caluniado ou impostor mascarado. Sujeito de difícil trato, concluiu Anne Stamm (1970), tanto ga-

nhou como perdeu as honrarias recebidas da Sociedade Geográfica de Paris em 1832 (admitido em 1826), por supostas descobertas realizadas por volta de 1830 em discutível viagem que teria feito ao Congo na África.<sup>2</sup> Desgostoso com as críticas recebidas, teria projetado viagem de Lisboa ao Brasil, com intenção de voltar para África, mas, findou assassinado em condições obscuras nas proximidades do Rio São Francisco (STAMM, 1970, p. 9; VERGER, 1976, p. 104). Ao analisar as congruências e incongruências dos resultados apresentados por Douville sobre o Congo, Anne Stamm traz a data de 14 de abril de 1835 para a doação das “coleções brasileiras” enviadas para a Escola de Medicina da Bahia que seria a base do Museu de História Natural deixando registrado, para a mesma Sociedade, que andara entre “indígenas selvagens” (STAMM, 1970, p. 9). Recebida a oferta pelo governo da Província da Bahia, inicia-se uma nova etapa pela oficialização do gabinete com material, até onde se tem notícia, recolhido em sua jornada. A doação foi, portanto, um ponto da trama desenvolvida antes e depois pelas peripécias do viajante francês e os não menos significativos eventos que remexeram com situações locais como se fossem peças de um jogo, exigindo movimentos simultâneos dos agentes envolvidos para assentar o quebra-cabeça que se formou.

Iniciamos com alguns detalhes registrados no caderno de campo manuscrito deixado por Douville, as dificuldades com as quais o governo provincial lidou para armazenar e harmonizar o destino daqueles produtos com o que era esperado cumprir em termos de ciências naturais destacando, em seguida, passagens que demonstram a expansão e retração da coleção justaposta ao Liceu Provincial que, por seu turno, se ajustou às reformas educacionais desenvolvidas ao longo do tempo. Por condições locais, a coleção primeira depositada em escola pública, administrada por aquele governo, foi se transformando em algo próximo a museu escolar (sem que tenha sido assim chamado), do que assumindo a posição de Museu Provincial de História Natural, como em certo momento esperado. O seu fim – ou parte dele – terminou dissolvido em outras instituições museológicas na mesma cidade, a capital da Bahia. Para desenvolver a abordagem, seguimos as proposições para o estudo de manifestações museais de acordo com Heloisa Barbuy (2008), procurando dar relevo

---

<sup>2</sup> Jean-Baptiste Douville realizou outras viagens: Argentina; passou pelo Rio de Janeiro (onde foi detido por falsificação) e Angola. Anne Stamm coloca a dúvida se as realizou para fazer fortuna com o comércio de escravos ou viagens de exploração. A partir de Angola, empreende longa viagem que resultou em 1832 na polêmica obra *Voyage au Congo et dans l'Intérieur de l'Afrique Équinoxiale, Vol. 3: Fait dans les Années 1828, 1829 et 1830*. Em 1830, envia do Rio de Janeiro para a Sociedade Geográfica de Paris o recolhido em África. Em 1833, estava de volta ao Brasil (STAMM, 1970, p. 8-9).

aos processos culturais relativos às práticas museológicas e não ao grau de ciência alcançado.

## O caderno de campo de Douville e possibilidades do doado

A propósito da relevância dos cadernos de campo, Irina Pdogorny (2019) escreve que sem eles a “vida de um funcionário, cientista, viajante, o transcorrer de um museu” se perde, fato constatado ao consultar o manuscrito de Douville que, mesmo com limitações de leitura e as diferenças entre os dois trabalhos de digitalização<sup>3</sup>, possibilita captar aspectos de suas andanças por terras baianas. O manuscrito, objeto de interesse posterior dos modernistas no debate sobre as questões da identidade brasileira (SILVA, 2012), compõe-se de cadernos divididos em capítulos e em tópicos temáticos ou em dias, anotados à margem esquerda.

O viajante francês registra a vista “charmosa” da Bahia e em crise pela revolta dos comerciantes de alimentos que fecharam seus negócios.<sup>4</sup> Douville atravessou vilas, rios, lagoas e cachoeiras e, em trabalho de naturalista, descreve os itinerários, as coordenadas geográficas, os dados de barometria e higrometria, os aspectos geológicos (rochas) que observou no caminho, a vegetação nativa e culturas como a do café<sup>5</sup>, a flora para o que dá o nome vulgar e científico das plantas e os usos das plantas medicinais pelos índios<sup>6</sup>, bem como a fauna. Denomina “Catálogo das coleções” o grupo de madeiras encontradas na Comarca de Ilhéus.<sup>7</sup> Do ponto de vista que se pode dizer etnográfico do contato com grupos indígenas, anota os vocabulários<sup>8</sup>, os costumes, as habilidades, as relações entre homens e mulheres, o casamento, os ritos, a músi-

<sup>3</sup> O manuscrito de Douville se encontra disponível em duas plataformas virtuais: na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, intitulado *Notes du voyage fait chez les sauvages du Brésil, les Cutachos, les Mongoyos, les Patachos, les Kerequimu, les Gadios et les Machacalis, fait pendant les années 1833, 1834 et 1835, par J.-B. Douville*. Par J. B. Douville, membre de plusieurs sociétés savantes françaises et étrangers. 1836. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mss1428018/mss1428018.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428018/mss1428018.pdf)>. E na Bibliothèque Sainte-Geneviève (MS3507), na França. Disponível em: <<https://archive.org/details/MS3507>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

<sup>4</sup> Nos anos de 1830 a 1837, a Bahia se viu agitada por rebeliões de cunho político em sociedade agrária exportadora com base em relações de trabalho escravista e em que a atividade comercial era caminho para construir riqueza. Sobre as tensões e o clima político na Bahia consultar Lina M. Brandão de Aras (1995) e Dilton Oliveira de Araújo (2009).

<sup>5</sup> Digitalização Bibliothèque Sainte-Geneviève, p. 94.

<sup>6</sup> Digitalização Bibliothèque Sainte-Geneviève, p. 77 e 80.

<sup>7</sup> Digitalização da Biblioteca Nacional, p. 35.

<sup>8</sup> Como o *Vocabulaire des la langue des Camacans*. Digitalização Bibliothèque Sainte-Geneviève, p. 74-75.

ca e outros aspectos da vida. Para obter víveres, diz ter trocado *perles* (miçangas) com os índios.<sup>9</sup> Anota informações sobre vilas, cria tabelas e estatísticas e observa o comportamento das mulheres mais de perto nas casas que o acolheram, como também os costumes e superstições dos negros escravizados. Redigido em francês com pequenas inserções em inglês e português entremeia trechos intitulados “histoire de ma vie”. Reproduz correspondências enviadas para os mais diversos sujeitos da malha de relações que sustentou pedidos, reclamações, envios de equipamentos ou produtos recolhidos.

O experiente Douville cuidou de formar a rede de comunicação para superar as distâncias entre a região da Comarca de Ilhéus e o Rio das Contas e a cidade do Salvador, através do envolvimento de particulares, administradores ou do clero, assegurando o apoio e benefícios para sua empreitada. Cita-se a correspondência (em português) da Comarca de Ilhéus para o presidente da Província da Bahia, uma vez que nos dá parâmetros de como a viagem foi encarada pelos locais, com argumentos favoráveis ao empreendimento: Douville, naturalista que viajara pelo centro da África, estava penetrando no interior da Comarca para se instruir nos “usos, costumes e linguagem” dos “selvagens”. O missivista, em nome da Comarca, solicitava a cooperação e auxílio para a sua entrada no território justificada pela utilidade das informações que recolhesse.<sup>10</sup> Em outra correspondência do arcebispo da Bahia para o vigário da Comarca de Ilhéus, portanto, no fluxo inverso (capital/interior), o clérigo reforça o “animado do zelo da sciencia, e sentimentos da humanidade” e os benefícios – para o país e para a religião – que traria a expedição Douville pelo fato de explorar os costumes dos “indígenas selvagens” privados do Evangelho e da civilização. Motivo para bem acolher o viajante que se predispunha a tão “generoso sacrifício”.<sup>11</sup>

O argumento de contatar os índios nas citadas missivas era de suma importância. Destaca Kaori Kodama (2009, p. 37-38) que o nomear as “nações” indígenas significava preencher a topografia do Império sendo bem-vindos os relatos de viajantes ou relatórios administrativos comentando características e hábitos. É preciso esclarecer que, mesmo antes da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1838, a questão do território brasileiro – e terras provinciais – estava sendo cuidada, daí a preocupação e proveito em ter informações sobre as viagens de naturalistas que as percor-

<sup>9</sup> *Notes du voyage...*, Cahier 6, 1833, p.132 (digitalizada, BSG).

<sup>10</sup> Digitalização Bibliothèque Sainte-Geneviève, p. 40.

<sup>11</sup> Digitalização Bibliothèque Sainte-Geneviève, p. 42.

riam para além do litoral. Portanto, interessava ao governo imperial brasileiro conhecer do modo mais efetivo possível os limites territoriais que tomaram feições mais definitivas após a Independência em 1822, segundo Biaggi e Droulers (2000), em decorrência da construção em etapas da cartografia. Os mapas serviam à diplomacia, tratados com países vizinhos e defesa dos limites territoriais assunto afim às demandas de soberania e enfrentamentos com divisões internas (BIAGGI, 2015). Todavia, no Brasil, nesse aspecto, a coleta de informações para estabelecer dados sobre o território brasileiro se deu de forma lenta. A solicitação do Ministério do Império chegou à Bahia no final de 1827; era preciso superar os problemas de comunicação entre a capital da província e os núcleos do interior, incluindo a Comarca de São Jorge dos Ilhéus no caminho por terra para o Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas provida de bom porto para a ligação por mar com a cidade do Salvador (OLIVEIRA, 2017, p. 27-28).<sup>12</sup> Quanto à coleta de objetos da História Natural complementava as explorações e esse resultado, ainda segundo Kaori Kodama, deveria chegar ao Real Museu da Corte (depois Museu Nacional), o que correspondia ao esforço coletivo para mapear as terras brasileiras e construir o acervo representativo do país para o que a Província da Bahia foi chamada.<sup>13</sup> O Museu no Rio de Janeiro firmou-se como captador dos resultados materiais desse Brasil esquadrihado.

Formar coleções de produtos naturais tinha lá expectativas e interesses múltiplos, incluindo os pessoais, que antecederiam e acompanhavam o resultado das expedições. Douville declara sua paixão pelas viagens e financiou suas aventuras<sup>14</sup>, entretanto, havia “instruções” que, na França, desde a segunda metade do século XVIII, propunham o serviço à pátria e para a humanidade ao tempo em que era esperada a composição de saber útil e universal (LOREAY, 1998). Assim, para com a França, demonstrou o interesse em glorificá-la, desejo expresso ao rei Luis Felipe alegando a utilidade das viagens que ajudavam a nutrir a imaginação dos povos e demonstrar, na posteridade, a sabedoria, fortuna e saber dos governantes<sup>15</sup>, Como francês e membro da

<sup>12</sup> Sobre a Comarca de São Jorge de Ilhéus consultar Nora de Cássia Oliveira (2017, p. 48-55).

<sup>13</sup> Ofício de Estevão Ribeiro de Resende ao Presidente da Província da Bahia. Disponível em: <[http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_manuscritos/mssp0001099/mssp0001099.pdf](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mssp0001099/mssp0001099.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2019.

<sup>14</sup> Douville levou voluntários e contratou canoeiros, comprou materiais e utensílios necessários (digitalização BN *Notes du voyage...*, *Cahier* 12, 1834, p. 125).

<sup>15</sup> *Ma defense ou Réponse a l' anonyme anglais du Foreign Quarterly Review sur le Voyage au Congo par J. B. Douville*. Paris: Chez Paulin, Librairie, October 1832, p. 5; 15. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1042591/f4.image.r=Jean%20Baptiste%20Douville>>. Acesso em: 3 set. 2019.

Sociedade Geográfica de Paris, fundada em 1823, dedicada a ampliar a cartografia com objetivos científicos e utilitários de fins civis e militares, a sua expectativa, igualmente declarada, de contribuir para o desenvolvimento dos conhecimentos geográficos, mesmo colocando sua vida em perigo, como fez questão de deixar registrado. Talvez, com essa expectativa, Douville tivesse a intenção de provar sua competência como naturalista para a agremiação geográfica francesa e, ao mesmo tempo, responder às críticas recebidas pela mal resolvida viagem ao Congo. Mapear as terras baianas foi serviço contratado pelo governo da Província da Bahia a Douville para “levantar os mapas de Geo. e Top”, cobrando despesas de viagem e envio da relação de equipamentos necessários para o serviço, segundo as notas da Biblioteca Nacional (BN). Entretanto, parece que não cumpriu o contrato, pois, seguindo-se as mesmas notas, tem-se o relato de que Douville juntou notícias do jornal *Correio da Bahia* (1835) que o acusavam de não ter cumprido a missão, o que procurou retrucar.<sup>16</sup>

Apontando os interesses pessoais e os previstos e aceitos à época imbricados uns aos outros, conjecturamos que a viagem de Douville foi bem recebida pela administração provincial, pelo menos inicialmente, até que os jornais o acusassem de impostor.<sup>17</sup> Não se tem notícia que tenha divulgado de modo mais sistemático, digamos, informações científicas. Nem sequer teve tempo para isso já que, conforme Alfredo de Carvalho<sup>18</sup>, referenciado nas mesmas observações da BN, Douville se fez passar por médico e foi assassinado em 1836.<sup>19</sup>

No que diz respeito à coleta de produtos, no relato ao rei Luis Felipe, afirma o viajante que, depois de sua saída da França, fizera muitas coleções de objetos de História Natural. Remessas desses produtos eram enviadas de tempos em tempos para a cidade do Salvador desde que alcançara a região traçada em seus planos. Em 1833, em missiva para o cônsul da França na Bahia (cidade do Salvador), avisa o despacho através de barco por via marítima de

<sup>16</sup> Digitalização BN cf. da folha 103 a 154; notas s/n.

<sup>17</sup> Douville, segundo Cid Teixeira, além de naturalista, foi comerciante, “negociante de algodão em rama e de tecidos” (TEIXEIRA, 1986, p. 16).

<sup>18</sup> Alfredo de Carvalho historiador pernambucano escreveu a obra de três volumes *Biblioteca Exótico-brasileira*, integrando autores estrangeiros que escreveram sobre o Brasil, da letra A até a letra M. Verbetes - CARVALHO (Alfredo de) – Biblioteca Exótico-brasileira. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. 1964 –; autoria Odilon Nogueira de Matos. *Revista de História*, USP, v. 34, n. 69, 1967. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/revhistoria/article/view/126021/122860>>. Acesso em: 4 set. 2019.

<sup>19</sup> Anne Stamm (1970, p. 10) aponta o ano de 1837 para a morte de Douville bem como Verger (1976, p. 104).

três caixas numeradas (por vezes, fardos numerados)<sup>20</sup>, com madeiras – e a recomendação de que fossem colocadas ao sol para secar –, plantas, animais e uma arca com flechas.<sup>21</sup>

Com efeito, o colecionismo naturalista há muito se consolidara e fundamentava-se no fluxo das informações, na conquista de objetivos e obtenção de resultados. As coleções de produtos naturais tinham valor econômico, apreciáveis como presentes para compor os gabinetes reais e de nobres fazendo parte das relações de dominação, alianças e disputas além do que, com muita probabilidade, elevar o nome de quem as formava (como o fez Nassau).<sup>22</sup> Infiere-se da missiva ao rei Luis Felipe, quando Douville comenta sobre coleções que, o doado para a Província da Bahia, era parte do que recolheu durante o período de viagem.<sup>23</sup> Tem-se notícia de que animais, vegetais e minerais foram depositados por Douville na “*caza [sic] da botanica*” da Escola de Medicina da Bahia.<sup>24</sup> Outras vias reforçam que o conjunto enviado para a cidade do Salvador formava-se de material daqueles três reinos da natureza. Através da crítica contundente do Dr. Jonathas Abbott, médico e anatomista da Faculdade de Medicina, figura de projeção na sociedade baiana<sup>25</sup>, ao entrar na disputa para garantir espaços na edificação do antigo Colégio dos Jesuítas no Terreiro de Jesus para aquela Escola, tem-se as seguintes indicações do material oferecido pelo “Francez Douville” – espécimes animais (quadrúpedes), aves, insetos, moluscos, peixes e vegetais – que estavam “no pior [sic] estado possível” (BRITTO, 2002, p. 210-212). Ou seja, em péssimas condições para o que é

<sup>20</sup> Anota o tipo de marcação - D#1, D#2, D#3. *Notes du Voyage... Cahier 5*, 1833, p. 105-106 (digitalizada, BSG).

<sup>21</sup> *Correspondance. A Monsieur M[...]. Consul de France à Bahia*. Digitalização Bibliothèque Sainte-Geneviève, p. 89-90.

<sup>22</sup> Sobre a coleção de Maurício de Nassau consultar Mariana de Campos Françaço (2014).

<sup>23</sup> A remessa de produtos naturais para o exterior é fato reconhecido pela historiografia. Cita-se para consulta a título de exemplo *Sobre a posição da Bahia na fase pioneira da investigação naturalística*, de Oliveira M. de Oliveira Pinto (médico, zoólogo, especialista do estudo de aves no Brasil, 1896-1981) retaçando a contribuição de viajantes baianos para estudos da História Natural (RIGHB, v. 82, 1958-1960, p. 103).

<sup>24</sup> Há indicação do *Catalogo dos animaes, vegetaes e mineraes depositados por Monsieur Jean-Baptiste Douville na caza da botanica da Eschola de Medicina de Bahia* (1835) na Biblioteca Nacional da França, BNF via plataforma Gallica, sob guarda da Sociedade Geográfica de Paris. A mesma plataforma indica outros documentos disponíveis em: <[https://data.bnf.fr/fr/11900541/jean-baptiste\\_douville/](https://data.bnf.fr/fr/11900541/jean-baptiste_douville/)>. Acesso em: 4 set. 2019.

<sup>25</sup> Jonathas Abbott (1796-1887) inglês; chegou à Bahia em 1812, aprovado com o título de cirurgião em 1820, lente substituto da cadeira de Anatomia em 1825 e quatro anos depois toma posse da cadeira de Anatomia Geral e Descritiva. Em 1832, por defesa de tese, adquire o grau de doutor em Medicina pela Escola da Bahia. Estudou em Paris e em Palermo. A ele se creditou a existência de museu anatômico a ser chamado, após sua morte, Museu Abbott. De suas viagens, formou a Coleção ou Galeria Abbott de obras e objetos de arte. Parte dessa coleção formou a Pinacoteca vinculada ao Museu do Estado da Bahia, depois Museu de Arte da Bahia (MAB) onde algumas dessas obras estão expostas (Cf. GALVÃO, 2007). Sobre a coleção de arte consultar Cláudia de Oliveira (2014).

preciso ponderar que as longas distâncias, o clima quente e os meios de transporte, a fragilidade do material e possivelmente a falta de preparo adequado não favoreciam a preservação do recolhido.

Com sua oferta, Douville acabou criando desavenças diretas entre a administração da Província da Bahia e os lentes da Faculdade de Medicina, para resolver o problema: onde acomodar o doado?

## O Gabinete de História Natural e uso institucional no Liceu Provincial

Com o decorrer do tempo, dois aspectos se destacam na passagem do Gabinete Douville para Gabinete de História Natural. O primeiro refere-se ao lugar em que foi acomodado que, antes da criação do então recentíssimo Liceu Provincial (1836-1837) gerou disputas com a Faculdade de Medicina em fase que também conquistava espaços para funcionamento. Um segundo destaque refere-se ao uso institucional dado ao Gabinete até que parte fosse distribuída por outras instituições museológicas da capital baiana.

Para apreender os porquês da discórdia sobre o espaço é preciso ter em mente o percurso iniciado como Escola de Cirurgia da Bahia<sup>26</sup>, cuja criação por Carta Régia (1808) contemplava o estudo das ciências naturais e determinava que fosse instalada nos hospitais militares (bem como no Rio de Janeiro a Escola de Anatomia, Medicina e Cirurgia). Na Bahia, o Hospital Real Militar (criado em 1799), subordinado ao governador e a membro militar, ocupava o antigo e extinto Colégio Jesuíta<sup>27</sup> e, ali, eram ministradas as aulas teóricas e, as práticas, nas enfermarias. O Plano de Organização das Escolas Médicas do Império – Lei de 03 de outubro de 1832, Regente Pedro II – criara o curso farmacêutico<sup>28</sup> junto ao médico e o de obstetrícia, compondo a recém-nomeada

<sup>26</sup> Sequência das denominações posteriores: Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1816); Faculdade de Medicina da Bahia (1832); Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia (1891); Faculdade de Medicina da Bahia (1901); Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia (1946); Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (1965), cf. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)* Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escirba.htm>>. Acesso em: 4 set. 2019.

<sup>27</sup> Os religiosos jesuítas se instalaram em 1551, os beneditinos em 1582, os carmelitas em 1586, para além dos limites murados da cidade de topografia acidentada, com vistas à catequização dos gentios e, com isso, fazendo expandir a área urbanizada (CARDOSO, BAETA, 2015, p. 101-148).

<sup>28</sup> Na Bahia, a botica do curso de Farmácia ficou alojada a princípio no Convento de Santa Tereza que em meados do século XX abrigou o Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O primeiro currículo daquele curso era formado por conhecimentos físico-químicos exigindo laboratório químico como para os cursos superiores, Botânica requerendo o Horto Botânico, e a prática em uma botica durante três anos (CORRAL e coautores, 2009).

Faculdade de Medicina da Bahia (SANTOS, 2008, p. 28-29). No mesmo ano, o Hospital Militar foi transferido para o Quartel da Palma, com a denominação Hospital Regimental<sup>29</sup>, e a edificação do Colégio dos Jesuítas no Terreiro de Jesus designada para a Faculdade. Em paralelo, a própria expansão curricular requeria melhores instalações<sup>30</sup>, motivo para que Jonathas Abbott, então vice-diretor da Faculdade, reclamasse das salas para laboratórios, biblioteca e o que mais fosse necessário para o bom funcionamento da instituição de ensino. Assim, desqualificou o conjunto doado e o lugar que a administração provincial pretendia utilizar: era “húmido, escuro, baixo, pouco arejado”, ao nível do solo e próximo à cisterna (BRITTO, 2002, p. 210-212), portanto, totalmente impróprio para conservar a coleção.

O que parece ter aplacado a disputa foi a fundação do Liceu Provincial, decretada por lei em 1835 e em funcionamento em 1837, instalado no Convento dos Frades Franciscanos no Largo da Palma, para reunir em um só estabelecimento as “aulas de humanidades”<sup>31</sup>, precisando de corpo docente e verbas.<sup>32</sup> Ao contrário do parecer desfavorável de Jonathas Abbott que visitara em sua estada em Paris – o “riquíssimo e inexaurível” Gabinete de História Natural, o Jardim das Plantas com coleções dos três reinos da natureza, onde cátedras eram ministradas, museus de arte, além das aulas das quais participou e muitas visitas ao Gabinete de Anatomia Comparada (GALVÃO, 2007) –, o material doado por Douville foi visto com bons olhos pelo Liceu. Ali serviria para estudo, observação e exposição, precisando de condições de armazenamento e de apresentação e pessoal preparado para aplicar os princípios taxonômicos, atividade considerada científica. Foi contratado

---

<sup>29</sup> Hospital Real Militar da Bahia. Arquivo Nacional da Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa). Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/200-hospital-real-militar-da-bahia>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>30</sup> Posteriormente, em 1883, planos para ampliar o corpo principal do Edifício da Faculdade projetava novos pavimentos (contando com desapropriação de casas ao redor), para criar salões e salas para laboratórios de química orgânica e biológica, anfiteatro destinado à fisiologia experimental, e expansão dos museus que comportava ou pretendia comportar: o museu e laboratório de botânica e zoologia, e a mudança do chamado museu de anatomia (iniciado por Jonathas Abbott) para pavimento novo (*Faculdade de Medicina da Bahia. Memória histórica dos acontecimentos mais notáveis da Faculdade de Medicina da Bahia relativos ao ano de 1883. Dr. José Olympio d’Azevedo* (p. 5, p. 21-24). Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27394>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>31</sup> Segundo a reportagem “O Gymnasio da Bahia, desde sua fundação em 1837 até o presente”. *Revista Bahia Ilustrada*, Ano II, n. 7, 1918, s/n.

<sup>32</sup> Lei nº 33 de 9 de março de 1836. Em 1890, Instituto Oficial do Ensino Secundário; 1895 - Ginásio da Bahia (Lei nº 117, 24 de agosto) (FARIAS & MENEZES, 1937: 11; 20; 22).

um médico<sup>33</sup> e dentre suas funções deveria explicar as qualidades dos exemplares e propriedades para a medicina, agricultura e indústria (FARIAS & MENEZES, 1937).

A oficialização do Gabinete Douville para Gabinete de História Natural – que seria o *Muzeu Provincial* – no Liceu relaciona-se com as demandas para organizar a instrução pública; elo simbólico para fortalecer a existência de uma nação inspirado nas ideias liberais assumidas por Pedro I, e registradas na Constituição de 1824. Na Província da Bahia, em termos de ensino, os representantes do governo imperial procuravam demonstrar trabalho e cumprimento das diretrizes trazendo para os discursos oficiais a importância das ciências naturais por conta da indústria e agricultura pela riqueza e melhoramentos que representavam para a vida do país.

A percepção do Gabinete de História Natural do Liceu variou da importância ao descrédito. As notícias de 1846 são interessantes para aquilatar essa situação pendular. Nesse ano, o presidente da Província atesta o cenário deplorável do ensino público precisado de muitas reformas. O Liceu não tinha receita para gastos miúdos (tinta, papel, lápis, giz, água e outras), e o governante pede a designação de verba contínua. Já para o Gabinete de História Natural, para suprir despesas eventuais, destina parte da verba da compra de livros. Mesmo com a perda dos “primeiros objectos adquiridos [...] estragados pelo tempo” o Gabinete achava-se em ordem e com a “mais moderna classificação de produtos”; cumpria melhorá-lo.<sup>34</sup> Separado da Faculdade de Medicina, esperava-se, uma década depois, que o material do Gabinete a ela servisse. Tornado “grande”, comporia o “resumo” das riquezas naturais do que havia na Província para ser visitado por naturalistas nacionais e estrangeiros. Pedro II, em sua viagem à Bahia em 1859, percorreu as instalações do Liceu Provincial, assistiu a aulas e examinou o Gabinete de História Natural, pedindo informações sobre o exposto.<sup>35</sup> A princesa Teresa Cristina da Baviera foi outra nobre visitante (em agosto a outubro de 1888) elogiando as peças etnográficas indígenas – cocares,

---

<sup>33</sup> Inicialmente, o médico Eduardo Ferreira França (1809-1857) formou-se em Paris, de volta à Bahia tornou-se lente da Faculdade de Medicina. Para mais informações, ver: <[http://www.cdpm.org.br/antigo/dic\\_bio\\_bibliografico\\_francaeduardo.html](http://www.cdpm.org.br/antigo/dic_bio_bibliografico_francaeduardo.html)>. Acesso em: 13 set. 2019.

<sup>34</sup> *Falla Assemblée Legislativa Provincial da Bahia, 1846, Presidente da Provincia Francisco Jose de Sousa d'Andrea, Instrução Publica. Lyceo* (p. 28). Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/109/000026.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>35</sup> SOUSA, Bernardo Xavier Pinto de. *Memorias da viagem de SS. Magestades Imperiaes as províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espirito Santo*. Tomo 1, 1861, p. 110-111. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242431>. Acesso em: 10 set. 2019.

“armas selvagens” –, e a seção de zoologia em que teria solucionado dúvidas sobre aves observadas durante suas viagens pelo interior do Brasil.<sup>36</sup>

Apesar do discurso otimista provedor de recursos e eventuais visitantes, o afimco em desenvolver o gabinete no cotidiano era relativizado pelos obstáculos decorrentes do atendimento administrativo de tantas frentes ao mesmo tempo na capital e no interior da Província da Bahia, cujas *Fallas* são fontes pródigas de explicações oficiais. Um desses obstáculos foi o fato do Liceu, para o ensino secundário, ser preterido em prol do ensino particular pelos segmentos mais abastados.

Concorria para o sucesso ou insucesso do gabinete o montante de verbas disponibilizadas pelo Liceu para pagamento de funcionários e demonstrações práticas e aquisição de novas peças, o que interferia no próprio uso pedagógico do que ali se encontrava. Em determinados períodos, desanimador. Em 1840, por exemplo, o diretor do Gabinete tivera “cinco ouvintes às suas demonstrações; no anno findo apenas um”<sup>37</sup>, evidência da tímida ressonância perante a própria instituição de ensino e da receptividade da sociedade. Em 1856, a anunciada decadência criticava que apesar do título “pomposo” – Gabinete de História Natural – não animava nem o estudo nem a curiosidade e, sem verba, não havia como adquirir pássaros ou insetos; melhor fechá-lo.<sup>38</sup>

A visitação ao público estava regulamentada desde o início (de segunda a sábado, das 9h às 14h; fechado aos domingos e dias santos), aberta para os que queriam estudar ou observar de perto os objetos naturais disponibilizados em mesas defronte às estantes, mas não retirados. A frequência era a esperança para incentivar o ensino e a atenção com a economia regional<sup>39</sup>, o que esclarece o objetivo da divulgação. No entanto, o aparato que deveria servir aos alunos para ver e lidar com elementos da História Natural, localizado e funcionando nas dependências do Liceu, não parecia vinculado diretamente à formação de seus alunos como que separado do currículo, mesmo com a finalida-

<sup>36</sup> Egas M. Barreto de Aragão extraiu o trecho sobre a visita da princesa do livro *Meine Reise in den brasilianischen Tropen* (1896). Como julgam a Bahia. *Revista do IGHB*, ano XVII, v. XVII, n. 36, p. 83-86.

<sup>37</sup> *Relatório apresentado ao Concelho de Instrução Publica a Assembléa Legislativa Provincial da Bahia 1846*. Edição 00002, Gabinete de História Natural, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=5593>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>38</sup> *FALLA Recitada na Abertura da Assembléa Legislativa da Provincia da Bahia – Presidente Alberto Tiberio de Moncorvo e Lima, 1856, Instrução Publica, Gabinete de Historia Natural*, p. 33. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=359>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>39</sup> *FALLA maio 1879. Assembléa Legislativa Provincial da Bahia. Dr. Antonio de Araújo de Aragão Bulcão. Lyceu*. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=359>>. Acesso em 10 set. 2019.

de de ensinar as regras de classificação aliadas aos conhecimentos de física e química. O descontentamento expresso nos documentos oficiais correspondia à queixa de não conseguir despertar o gosto para o estudo da História Natural e, muito menos, servir as inúmeras aplicações para a indústria e a agricultura. A disciplina História Natural e suas ramificações só passou a integrar o ensino desde o primário depois da reforma proposta por Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, Presidente da Província, em 1881, acrescentando as:

[...] *sciencias naturaes* ensinando as regras da classificação, [que] fornecem considerável somma de conhecimentos uteis; – a *physica e a chimica* – ‘d’onde brotão mil correntes fertilisadoras que espalhão-se por todas as artes em toda a pratica da vida’, ‘bases que são de uma multidão de profissões especiaes; servindo ainda para guiarem o homem em grande numero de circunstancias diferentes’.<sup>40</sup>

Nomeado depois *Musêo Provincial* (ou Museu de História Natural), para o bom funcionamento da instrução pública, foi traçado um plano de recuperação pelo visível declínio. Posto em mãos de professor de botânica e zoologia, para alcançar o objetivo instrutivo e ampliar a coleção era preciso, entretanto, contratar um preparador, efetivar trocas de duplicatas e triplicatas com o gabinete de zoologia, botânica e anatomia comparada da Faculdade de Medicina, além de criar uma seção agrícola e industrial para motivar visitantes.<sup>41</sup>

Apesar das dificuldades, a área do Liceu Provincial serviu para a mostra da Exposição Provincial na cidade do Salvador em 1872, antecedendo a Exposição Nacional no Rio de Janeiro e a Internacional de Viena, na Áustria em 1873 (CUNHA, 2010). O catálogo geral notificou o “Gabinete de Historia Natural, a cargo do Sr. Dr. Luiz Alvares dos Santos, professor de Botanica e Zoologia do Lyceu”<sup>42</sup>, e os espécimes apresentados: mamíferos (seguido de comentário sobre o fornecimento de carnes e aproveitamento de partes), aves, répteis, ofídios, batráquios, peixes, insetos, vermes, moluscos, zoófitos, ma-

<sup>40</sup> Reforma (de 5 janeiro) inspirada no Decreto do Ensino Livre do ministro do império Leôncio de Carvalho conhecida como Regulamento Bulcão. *Relatório Dr. Antonio de Araujo de Aragão Bulcão, 25 de março de 1881, Ensino Provincial*, p. 29. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=5593>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>41</sup> *Directoria Geral da Instrução Publica da Bahia 29 de Fevereiro de 1876. Instrução Publica, Musêo Provincial*, p.20. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/150/000103.html>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>42</sup> Graduado pela Faculdade de Medicina em 1849. MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA 1916 – 1923 1925 – 1941 ANEXO 1 Memórias da Participação da FMB em Acontecimentos Notáveis do Século XIX, 2012, p. 27. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24837/4/Anexo%201.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

deiras do reino vegetal, minerais, artefatos indígenas (ornatos de penas, tanga, instrumentos de guerra, arcos e setas, entre outros) e observações sobre as aplicações da História Natural.<sup>43</sup>

Sintoma da retração por que passou o museu do Liceu pode ser lido em Relatório de 1882. Ainda que com os cuidados do zeloso professor das ciências naturais, que trazia de seu material particular mapas, preparações de plantas e de animais “para melhor intelligencia de suas lecções”, seus esforços foram desaproveitados: faltava assiduidade e dedicação dos alunos.<sup>44</sup> Fatores que sugerem o descompasso entre a legislação, os ideais civilizatórios da instrução pública e o que efetivamente poderia ser realizado ou cumprido.

### Trajatória mutante, ao modo de desfecho

Experimentando momentos de ampliações e outros de esvaziamentos com a perda de peças em 1932, a essa altura Ginásio da Bahia, o diretor Dr. Alfredo Constantino Vieira decidiu enviar para a Pinacoteca do Estado e Museu do Estado da Bahia<sup>45</sup> o que podia ser dispensado para o ensino da História Natural junto com o respectivo laboratório, e a promessa de peças preparadas pelos alunos (FARIAS & MENEZES, 1937, p. 114). Não se tratava mais, evidentemente, do conjunto doado por Douville como procuramos demonstrar no decorrer de nossa argumentação. Em outra instituição pública, o Museu do Estado, aberto ao público e que em 1931 ocupava o Palacete Pacífico Pereira em pleno Campo Grande, ponto das festividades cívicas do Dois de Julho, comemorando a Independência na Bahia<sup>46</sup>, o diretor do Ginásio ponderou: o material ficaria ali a serviço de muitos mais do que na escola. A coleção que alavancou a instalação do Gabinete de História Natural, com o objetivo de se tornar o Museu de História Natural da cidade do Salvador e funcionou mais como uma espécie de museu escolar<sup>47</sup>, por volta dos anos de 1940, voltou a se chamar ‘gabinete’ no sentido mesmo de equipamento de sala de aula.

<sup>43</sup> *Catalogo da Exposição Provincial da Bahia 1872*. Bahia: Typographia de J. G. Tourinho, 1872.

<sup>44</sup> *RELATORIO Dr. João dos Reis de Souza Dantas Passou Administração da Provincia Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza. Museu ou gabinete de Historia Natural*, p. 175, Bahia: Typographia do Diário da Bahia, 1882. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&PagFis=10740&Pesq=museu>>. Acesso em: 10 set. 2019.

<sup>45</sup> Sobre o Museu do Estado da Bahia consultar Suely Moraes Cerávolo (2011).

<sup>46</sup> Comemoradas até os dias atuais as festividades dos Dois de Julho tem longa historicidade. Consultar: Wlamyra R. de Albuquerque (1999).

<sup>47</sup> Sobre as diferentes percepções de museus escolares no Brasil, consultar Maria Gabriela Petry e Vera Lúcia Gaspar de Silva (2013).

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *O Tutu da Bahia: transição conservadora e formação da nação 1838-1850*. Salvador: EDUFBA, 2009.

ARAS, Lina M. Brandão de. *A Santa Federação Imperial – Bahia 1831-1833*. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

BARBUY, Heloisa. Dos gabinetes de curiosidades aos museus do século XIX. Contexto de florescimento dos museus modernos no Ocidente. In: ALMEIDA, Maria de; VERGARA, Moema de Rezende. (Orgs.). *Ciência, história e historiografia*. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, p. 245-255, 2008.

BIAGGI, Enali. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira. Os mapas como um meio de delimitar o território. *Terra Brasilis*, n. 4, p. 1-19, 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1094>>. Acesso em: 3 set. 2019.

BIAGGI, Enali Leca de; DROULERS, Martine. Cartographie et formation territoriale. *Cahiers des Amérique Latines*, n. 34, p. 39-60, 2000. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cal/6487#text>>. Acesso em: 3 set. 2019.

BRIGOLA, João Carlos. *Os viajantes e o ‘livro dos museus’: as coleções portuguesas através do olhar dos viajantes estrangeiros (1700-1900)*. Porto: Edição Dafne Editora, 2010.

BRITTO, Antonio Carlos Nogueira Britto. *A Medicina Baiana nas brumas do passado. Séculos XIX e XX. Aspectos Inéditos*. Salvador: Contexto e Arte Editoria, 2002.

CARDOSO, Luiz Antonio F.; BAÊTA, Rodrigo E. A construção da paisagem urbana da área central de Salvador: da fundação até finais do século XIX. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; LUDEÑA, Wiley. (Orgs.). *Diálogos Metropolitanos Lima-Salvador: processos históricos e desafios do urbanismo contemporâneo*. Salvador: EDUFBA, v. 1, p. 101-148, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20222>. Acesso em: 10 set. 2019.

CERÁVOLO, Suely Moraes; RODRIGUEZ, Mariana Cerqueira. Colecionismo na Bahia oitocentista: o Gabinete de História Natural (1835-1889). *Revista Brasileira História da Ciência*, v. 11, n. 2, p. 197-211, 2018. Disponível em: <[http://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=61](http://www.sbhc.org.br/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=61)> Acesso em: 1 set. 2019.

CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia: entre ideais e realidades (1918-1959). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 1, 2011.

CORRAL, Florentina Santos Diez Del; SOUZA, Mirabeau Levi Alves de; NEGRÃO, Odulia Lebereiro. *Do Boticário ao Farmacêutico: o ensino de Farmácia na Bahia de 1815 a 1949*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/162>. Acesso em: 2 set. 2019.

CUNHA, Cinthia da Silva. *As exposições províncias do Império: a Bahia e as exposições universais (1866 a 1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

DASTON, Lorraine. ‘O que pode ser um objeto científico?’. Reflexões sobre monstros e meteoros. In: *Historicidade e Objetividade*. São Paulo: LiberArs, p. 79-90, 2017.

D’ORBIGNY, M. Alcide. *Voyage Pittoresque des deux Amériques*. Paris: L. Tenré Librairie-Éditeur e Henri Dupuy, 1836. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b86267486.texteImage>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FARIAS, Gelasio de Abreu; MENEZES, Francisco da Conceição. *Memoria Historica do Ensino Secundário Oficial na Bahia durante o primeiro século (1837-1937)*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

FRANÇOZO, Mariana de Campos. *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014.

GALVÃO, Fernando Abbott. *O Diário de Jonathas Abbott*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 2007.

GROLA, Diego Amorim. *Caçadores, negociantes e museus: Ferdinand Schwanda e o comércio internacional de espécimes científicos, 1905-1913*. 2013. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4147979/Ca%C3%A7adores\\_negociantes\\_e\\_museus\\_Ferdinand\\_Schwanda\\_e\\_o\\_com%C3%A9rcio\\_internacional\\_de\\_esp%C3%A9cimes\\_cient%C3%ADficos\\_1905-1913](https://www.academia.edu/4147979/Ca%C3%A7adores_negociantes_e_museus_Ferdinand_Schwanda_e_o_com%C3%A9rcio_internacional_de_esp%C3%A9cimes_cient%C3%ADficos_1905-1913)>. Acesso em: 27 ago. 2019.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: EDUSP, 2014.

KODAMA, Kaori. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1849 e 1860*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. 2. ed. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

LORELAI, Kury. Les instructions de voyage dans les expéditions scientifiques françaises (1750-1830). *Revue d'histoire des sciences*, v. 51, n. 1, p. 65-92, 1998. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rhs\\_0151-4105\\_1998\\_num\\_51\\_1\\_1310.pdf](https://www.persee.fr/doc/AsPDF/rhs_0151-4105_1998_num_51_1_1310.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2019.

OLIVEIRA, Fernando Abbott. *O Diário de Jonathas Abbott*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2007.

OLIVEIRA, Claudia de. Jonathas Abbott: individualidade e colecionismo na Bahia no século XIX. *Sociologia & Antropologia*, v. 4, n. 2, p. 565-584, 2014. Disponível em: <[http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2015/05/v4n02\\_11.pdf](http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2015/05/v4n02_11.pdf)>. Acesso em 3 set. 2019.

OLIVEIRA, Nora de Cassia Gomes. *O Conselho Geral de Província: Espaço de experiência política na Bahia - 1828-1834*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PETRY, Maria Gabriela. SILVA, Vera Lucia Gaspar de. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *Hist. Educ.*, Santa Maria, v. 17, n. 41, 2013.

PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, s/d.

PODGORNY, Irina. “El pasado era un cuadernillo de notas que se me extravió”: a proposito de Zama, de Lucrecia Martel (Argentina, 2017). *Museologia & Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 213-216, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/issue/view/1748>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

PODGORNY, Irina; LOPES, Maria Margaret. Trayectorias y desafíos de la historiografía de los museos de historia natural en América Del Sur. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 15-25, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101471420130001-00003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101471420130001-00003)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

RASSE, Paul. *Les Musées à la lumière de l'espace public: Histoire, évolution, enjeux*. França: L'Harmattan, 1999.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. *Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)*. Dissertação (Mestrado em História da Ciência), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHARF, Cláudia Philippi. *Libri Principis e as ilustrações de fauna do Brasil Holandês: fatura, técnicas, materiais e autores*. Tese (Doutorado em Artes Visuais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SILVA, Victor Rafael Limeira da. A vegetação, a zoologia e os indivíduos humanos na escrita de Alfred Russel Wallace sobre a Amazônia (1848-1852).

*Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia - 14º SNHCT*, 2014. Disponível em: <[https://www.14snhct.sbhct.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=800](https://www.14snhct.sbhct.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=800)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

STAMM, Anne. Jean-Baptiste Douville: voyage au Congo (1827-1830). *Cahiers d'études africaines*, v. 10, n. 37, p. 5-39, 1970. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/cea\\_0008-0055\\_1970\\_num\\_10\\_37\\_2843](http://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1970_num_10_37_2843)>. Acesso em: 23 ago. 2019.

VERGER, Pierre. Jean-Baptiste Douville, naturaliste calomnié ou imposteur démasqué. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 12, p. 91-108, 1976. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20775/13378>>. Acesso em: 23 ago. 2019.

# ROMPENDO SILÊNCIOS: JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES LOPES E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DA PROVÍNCIA DO MARANHÃO (1844)

CLOVIS CARVALHO BRITTO

Como e por que razão deixou de existir o  
gabinete de História natural do Maranhão,  
princiado sob tão bons auspícios?  
(Ladislau Netto, 1870)

O trecho em epígrafe foi extraído do relatório que Ladislau Netto, então diretor interino do Museu Nacional do Rio de Janeiro, elaborou em 1870. No relatório, Ladislau informou que um fato merecedor de destaque consistia na “estrea da correspondência do Museu Nacional com o gabinete de História natural [Novembro de 1844], fundado pouco antes na capital da província do Maranhão” (p. 86), e concluiu questionando os motivos que teriam contribuído para o desaparecimento do gabinete maranhense. Na verdade, a questão foi acompanhada de uma segunda provocação: “E porque rasão se não tem confraternizado este e os outros pequenos gabinetes das províncias ao Museu Nacional da Corte?” (p. 87).

Após esse questionamento de Ladislau Netto, é possível conjecturar que o Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, fundado em 1844 em São Luís, e outros pequenos gabinetes das províncias, integraram uma zona de silêncio. Visto nessa ótica, o silêncio é uma forma de poder e de produção de significados. Talvez, por essa razão, Eni Orlandi (2007) o considera como categoria do discurso, fazendo do não dito algo que significa. A autora, por sua vez, diferencia esse silêncio fundador da política do silêncio – silenciamento – materializado como silêncio constitutivo (quando uma palavra

silencia outra) e como silêncio da censura (o que é proibido de ser dito). Esse ato de “pôr em silêncio” é muitas vezes realizado nas narrativas instituídas nos e a partir dos museus, nas tentativas de monumentalização e arquivamento de determinadas lembranças e esquecimentos, gerando, inclusive, presenças incômodas e alguns “vazios institucionais” (FANINI, 2009).

A questão é que são esses mesmos mecanismos seletivos que iluminam percursos, nomes e legados, os utilizados para a invenção do anonimato, a fabricação da desimportância, a instituição de vazios repletos de significados. Por isso, Michele Asmar Fanini (2009) reconhece que investigar presenças consiste em um estudo das ausências, fruto de uma engenhosa operação. Dessa forma, os silêncios podem sinalizar “não sua inexistência de fato, mas sua presença como parte do ‘inenarrável’, estando situados, por restrições várias, ‘fora do acontecimento’” (p. 16). Interditos que nesse itinerário também serão reconhecidos como rastros, indícios que possibilitarão ler os testemunhos a contrapelo, problematizando, inclusive, as intenções de quem os construiu.

Isso é importante quando evidencio que, após o questionamento realizado por Ladislau Netto, e os textos de seus contemporâneos na década de 1870, a próxima referência que identifiquei sobre a existência do Gabinete de História Natural do Maranhão tenha ocorrido mais de um século depois na tese de doutoramento de Maria Margaret Lopes sobre as ciências naturais e os museus no Brasil no século XIX:

É bem verdade que havia tempos o Museu da Corte já convivia com outras coleções existentes e mesmo colaborara para impulsionar a criação e a manutenção de outros museus, como foi o caso do Gabinete de História Natural da Bahia, o do Gabinete de História Natural do Maranhão, criado em 1844 e o do IHGB, organizado em 1854. No Ceará, em meados de 1871, um colecionador particular, o Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, médico da Santa Casa de Misericórdia e Capitão Cirurgião da Guarda Nacional, possuía um pequeno museu com objetos de História Natural, aberto ao público. Sabemos da existência dessa coleção porque o médico solicitou doá-la ao governo para compor o núcleo inicial de um Gabinete de História Natural na província. [...] Se no Ceará ainda não se constituía um museu, por outro lado, em Belém, o gabinete da ‘Sociedade Filomática do Pará’, do qual se originaria o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, já era realidade desde 1866. (LOPES, 2009, p. 151-152)

A citação do Gabinete de História Natural do Maranhão, no rol dos gabinetes das províncias brasileiras no século XIX, consistiu em ação importante que rompeu, de algum modo, o silenciamento em torno de sua existência. Apesar de pouco conhecido e de ainda permanecer anarquizado na maioria dos trabalhos sobre a história dos museus no país, a generosidade de Maria Margareth Lopes (2009) em nomeá-lo, informando o ano de sua criação, consistiu em importante indício em meio aos “vazios institucionais”. Certamente, a pesquisadora se deparou com o Gabinete do Maranhão em suas pesquisas nos documentos do Museu Nacional e na leitura do relatório de Ladislau Netto, referenciado em seu trabalho.

Esses indícios contribuíram para a leitura do relatório de 1844 elaborado pelo então diretor do Museu Nacional, o cientista maranhense Frei Custódio Alves Serrão. Nele, é possível identificar o envio de coleções retiradas de suas duplicatas para o Gabinete de História Natural do Maranhão: “prontificar huma outra collecção de 130 productos mineraes, que com outra de 135 Aves e 4 Mammaes, preparada pela Secção de Zoologia” (*RELATÓRIO...*, 1845, p. 6). Transcrevendo os relatórios das seções do Museu Nacional, Verona Campos Segantini (2015) sublinha que os objetos doados ao nascente Gabinete do Maranhão foram armados e montados em peanhas por Alves Serrão, concluindo que essa doação extrapolava o mero envio de duplicatas, mas delineava protocolos de colecionismo, ordenação e exibição da natureza:

Cada indivíduo desta coleção levou um rótulo com um número correspondente a idêntico numero de um catálogo, que acompanhou esta remessa, e neste catálogo todas as espécies, foram convenientemente caracterizadas, e denominadas, tendo cada uma seu nome científico e vulgar. [...] Prontificou porém esta seção ainda nesse período outra coleção de 130 produtos minerais, convenientemente caracterizados, denominados, e também classificados em gênero, famílias e seções os quais de Ordem do Governo foram remetidos ao Gabinete de História Natural da Província do Maranhão. (In: SEGANTINI, 2015, p. 155)

Os museus de História Natural tiveram um papel importantíssimo na institucionalização das ciências naturais ao longo do século XIX no Brasil. Esse é o argumento de Maria Margareth Lopes (2009), que comprovou o papel central do Museu Nacional do Rio de Janeiro nesse processo, herdeiro de uma mudança de olhar promovida pelos gabinetes e jardins de História Natu-

ral que, por meio de exposições catalogadas, estabeleceram novos modos de se fazer história. Não é por acaso que sua trajetória dialoga com a “Casa dos Pássaros”, um entreposto colonial que integrava os Museus do Império Luso-Brasileiro e, no argumento da autora, foram suas concepções e modelos que sustentaram a criação e a configuração dos primeiros anos do Museu Real do Rio de Janeiro.

No contexto brasileiro, compete destacar uma das orientações da *Instrução para viajantes e empregados nas colônias sobre maneiras de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural*, publicada no Rio de Janeiro em 1819 em benefício do Real Museu e Gabinete de História Natural:

Para melhor se-conseguir aquelle Estabelecimento parecia-me que em alguma Casa pública do Governador ou Ministro de cada uma das Capitánias houvesse um Gabinete de História Natural com todos os productos de sua Capitania somente; e que o Museu da Corte do Rio de Janeiro tivesse pelo menos um Productó irmão de cada um dos Productos dos museus parciaes das mesmas Capitánias. [...] Regulado o Museu do Rio de Janeiro, e feito o competente Catálogo, deveria remeter-se para cada uma das Capitánias uma cópia do que neste pertencesse, aos Productos que dellá tivessem sido remetidos [...] arranjando-se dest’arte o Museu parcial com o seu Catalogo similhantemente ao Museu e Catálogo geraes (*INSTRUCÇÃO...*, 1819, p. 9-10).

É possível que essa Instrução tenha contribuído para a proliferação de Gabinetes de História Natural em diferentes províncias brasileiras ao longo do século XIX, muitos deles marcados por trocas de objetos e informações com o Museu Nacional. Esses trânsitos e reelaborações podem ser observados, por exemplo, nas trajetórias do viajante francês Jean-Baptiste Douville e a criação do Gabinete de História Natural da Bahia (CERÁVOLO; RODRIGUEZ, 2018); do naturalista francês Louis Jacques Brunet e o Gabinete de História Natural de Pernambuco (GONZALES, 2016); do médico Joaquim Antônio Alves Ribeiro e sua tentativa de implantar um Gabinete no Ceará (VASCONCELOS, 2015).

No bojo desse debate e na tentativa de compreender o questionamento de Ladislau Netto, transcrito na epígrafe, apresentarei considerações iniciais sobre a trajetória do engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes (1803-1895) e do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, destacando-os na história do colecionismo e dos museus no Brasil.

## “Todos os mais objectos que me viessem as mãos”: itinerâncias de um engenheiro colecionador

A trajetória do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão é indissociável da atuação colecionista do engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes, conforme argumentei anteriormente. Compete, assim, apresentar os indícios que atestam essa minha hipótese na medida em que retirar dos silêncios aspectos de suas itinerâncias poderá contribuir para a visualização das condições de possibilidade da implantação e configuração das ações museológicas no Maranhão Oitocentista ou, conforme destacou Maria Margareth Lopes (2009), para a compreensão dos seus “ideais de funcionamento” (p. 12).

José Joaquim Rodrigues Lopes nasceu em 13 de janeiro de 1803 em São Luís do Maranhão. Era filho do português José Joaquim Rodrigues Lopes e da maranhense Brígida Rosa Lopes. Em 1818, foi para Lisboa onde concluiu os preparatórios no Colégio dos Nobres e estudou na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho, instituição onde se formou em Engenharia. Paralelamente, cursou Ciências Naturais na Casa da Moeda sob a orientação do naturalista Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque (Cf. SILVA; ARANHA, 1885; COUTINHO, 2005).

Na verdade, sua formação em Lisboa, entre os anos de 1818 e 1827, contribuiu para que ele tivesse contato com o universo das ciências naturais, especialmente com os Gabinetes de História Natural e suas coleções. O Colégio de Nobres possuía uma das mais completas coleções de instrumentos científicos, posteriormente transferidas para a Universidade de Coimbra (Cf. BRIGOLA, 2003). A Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho era uma escola de formação de engenheiros militares que, para a formação como oficial engenheiro, exigia a habilitação na Academia Real da Marinha, além de facultar seus alunos frequentarem o curso de Matemática da Universidade de Coimbra.

Esses trânsitos são significativos para a compreensão da trajetória de José Joaquim Lopes Rodrigues, especialmente quando se evidencia o lugar ocupado pelas ciências naturais na formação em Engenharia naquele contexto, com aulas práticas em Gabinetes de Física, Química e Mineralogia:

A princípio, enquanto, por exemplo, os botânicos dissecavam as partes sexuais das plantas e os zoólogos estudavam a anatomia dos animais, os mineralogistas iam para os laboratórios e procuravam analisar quimicamente os minerais para descobrir sua natureza. Dessa forma, a Minera-

logia se desenvolve com uma forte ligação com a Química. Perguntar sobre a origem de espécies naturais, no entanto, parece muito significativo tanto em Mineralogia, quanto em Botânica e Zoologia. Até o final do século XVIII, os três domínios da História Natural eram objeto de estudo de ciências de laboratório. As viagens e trabalhos de campo eram importantes para a coleta de espécies, que eram levadas aos gabinetes e lá estudadas cientificamente. (MENEZES, 2005, p. 53-54)

Desse modo, é evidente que a formação de José Joaquim Lopes Rodrigues em Portugal esteve calcada em trânsitos pelas principais instituições de estudo da História Natural, cujas coleções estavam preservadas em gabinetes. Portanto, é plausível que em seu retorno ao Brasil, em 1827, tenha seguido carreira no Corpo de Engenheiros Militares, ocupando diversos cargos na Província do Maranhão, de Pernambuco, em São Leopoldo e no Rio de Janeiro. Sua trajetória foi marcada pela elaboração de diversos mapas, pela condução de variadas obras públicas e pela atuação em funções políticas de relevância, tendo recebido do Governo Português o título de Barão de Mattoso.

Enquanto existem diversos registros de sua atuação como engenheiro, militar e político, suas contribuições como cientista natural e colecionador são pouco conhecidas. César Augusto Marques (1876) informou que José Joaquim Lopes Rodrigues foi o responsável pela organização do Gabinete de História Natural, em 1839, por ordem do então presidente da Província do Maranhão, Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. Na verdade, é possível visualizar seus esforços em 1838 visando criar um museu a partir de sua coleção particular:

Ilm. e Exm. Sr. – Quando tive a honra de offerecer ao Governo desta Província os objectos, cuja colleção forma o nosso nascente Muzeo, prometti ir enviando todos os mais objectos, que da mesma natureza me viessem as mãos; fiel pois a esta promessa, tenho a honra de passar as mãos de V. Exc. os instrumentos bélicos dos índios, que com este serão apresentados a V. Exc. e que me chegarão proximamente do Pará: digni-se V. Exc. aceita-los, afim de com elles se ir pouco a pouco augmentando o nosso Muzeo, ainda assas atrasado. Deus Guarde a V. Exc. Maranhão, 12 de Outubro de 1838. Exc. Sr. Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província. José Joaquim Lopes Rodrigues. (*Publicador Maranhense*, 27 out. 1838, p. 2)

O documento sugere que a coleção doada por José Joaquim Lopes Rodrigues (Figura 1) tinha um perfil eclético, não necessariamente seguindo os



delineamentos de um Gabinete de História Natural. Todavia, é provável que ela também possuíse objetos de Mineralogia e Zoologia. Isso se comprova pela normativa de 1844, quando o Governo da Província do Maranhão solicitou a listagem dos objetos que integravam essas seções da Biblioteca Pública a fim de criar o Gabinete de História Natural da Província, conforme analisarei no próximo item.

Figura 1. José Joaquim Lopes Rodrigues, 19 ago. 1868

Fonte: Arquivo de José Arthur Montenegro, Biblioteca Riograndense.

Tudo indica que o Museu Maranhense idealizado por José Joaquim Lopes Rodrigues em 1838 não foi inaugurado e que os objetos por ele doados constituíram as seções da Biblioteca Pública Provincial. Acredito que o projeto foi adiado em virtude dos impactos da Balaiada, revolta popular ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841 (Cf. COSTA, 2018), e, portanto, a criação do museu só seria concretizada em 1844, a partir da reconfiguração do projeto inicial visando o estabelecimento do primeiro Gabinete de História Natural da Província e de um dos primeiros gabinetes do país, conforme as orientações do governo imperial.

### **No silêncio da Biblioteca Pública: de Museu Maranhense a “alguns objectos da História Natural”**

A atuação do Engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes foi fundamental para o estabelecimento do Gabinete de História Natural do Maranhão. O Gabinete, também conhecido como Museu Maranhense, resultou do empreendimento colecionista do engenheiro que, conforme destaquei, desde 1838,

doou sua coleção para a Província no intuito de formar um museu e continuou remetendo objetos para ampliá-la. Certamente em virtude das funções de engenheiro, que lhe possibilitavam viajar por diferentes espaços dentro e fora do Maranhão, possuía maiores condições de realizar sua ação colecionista. Não é sem motivos que era o responsável pela elaboração de mapas e pela maioria das obras públicas da Província, sendo diretor do Arquivo Militar e responsável pelos objetos ali reunidos.

Certamente, esses fatos, juntamente com sua formação no campo das ciências naturais, credenciaram José Joaquim Lopes Rodrigues a ser o responsável pela criação e direção do Gabinete de História Natural em 1844. Os documentos consultados me permitem supor que sua coleção doada em 1838 teria sido acomodada na Biblioteca Pública, contribuindo para a criação das seções de Zoologia e Mineralogia e para uma coleção numismática. Isso é reforçado pelo fato da Província do Maranhão, em documento datado de 17 de setembro de 1844, designá-lo para elaborar uma listagem desses objetos a fim de informar ao governo imperial e subsidiar a criação de um Gabinete na capital São Luís:

Ao Major Graduado de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes – Remetta Vmc. à esta Presidência com a possível brevidade uma relação de todos os objectos existentes na Biblioteca, e a seu cargo, pertencentes às secções de Zoologia, e mineralogia tanto dos seus nomes technicos, ou scientificos se os tiverem, como das denominações vulgares porque são conhecidos; assim como a enumeração dos objectos numismáticos, para que tudo seja levado ao conhecimento do Governo Imperial, afim de se adoptarem as providencias necessárias tendentes ao Estabelecimento de hum Gabinete de História Natural n’esta Cidade. (*Publicador Maranhense*, 12 out. 1844, p. 2)

O fato é que, após essa determinação, o Gabinete de História Natural foi criado conforme atestam o *Relatório da Repartição dos Negócios do Império do anno de 1844 (RELATÓRIO... 1845)*, que destaca o envio de objetos do Museu Nacional para o referido Gabinete. Além disso, o relatório elaborado por Ladislau Netto, em 1870, informa a existência de um catálogo com os objetos, provavelmente a listagem elaborada por José Joaquim Rodrigues Lopes a pedido do presidente da Província:

Um dos factos mais importantes dessa epocha (Novembro de 1844), foi a estreia da correspondência do Museu Nacional com o gabinete de História natural, fundado pouco antes na capital da província do Maranhão. O nosso Museu recebeu com grande regozijo o catálogo d'aquelle gabinete que, a julgarmos pelo que já então possuía, parecia destinado a ser o depositário dos thesouros naturaes do rico valle do Amazonas, e para innodar-se melhor ao novo museu do norte, deu-se pressa em mandarlhe como penhor de acatamento e de espontânea adhesão, um presente de cento e trinta mineraes e de cento e trinta e nove productos zoológicos de suas mais bellas collecções. (NETTO, 1870, p. 86-87)

Conforme destaquei na introdução deste capítulo, o maranhense Frei Custódio Alves Serrão, diretor do Museu Nacional, organizou e enviou para o nascente Gabinete do Maranhão “huma outra collecção de 130 productos mineraes, que com outra de 135 Aves e 4 Mammaes, preparada pela Secção de Zoologia” (*RELATÓRIO...*, 1845, p. 6), seguindo as orientações da *Instrucção para viajantes e empregados nas colônias sobre maneiras de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural* (*INSTRUCÇÃO...*, 1819). Esses dados contribuem para visualizar que o novo Gabinete possuía uma expressiva coleção e surgia legitimado por uma estreita relação com o Museu Nacional da Corte, certamente em virtude do então diretor também ser natural do Maranhão e manter vínculos constantes com aquela província.

A listagem dos objetos doados pelo Museu Nacional ao Gabinete de História Natural do Maranhão pode ser visualizada em diferentes edições do *Publicador Maranhense* ao longo do primeiro semestre de 1845, a pedido de José Joaquim Rodrigues Lopes: “Rogo-lhe por bem do serviço público queira estampar em sua Folha a inclusão relação dos objectos mineralógicos e zoológicos que o Museu Nacional do Rio de Janeiro enriqueceu o nascente Museo Maranhense, confiado a minha direcção” (*Publicador Maranhense*, 2 abr. 1845, p. 3).

O pedido informa que o engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes havia sido escolhido para ser o diretor do Gabinete, instituição também conhecida como Museu Maranhense. Esses nomes aparecem como sinônimos na documentação consultada, certamente para reforçar a ideia de continuidade do Gabinete de História Natural com a coleção doada pelo engenheiro em 1838 para formar um museu no Maranhão. Além disso, a formação e a atuação do Major José Joaquim na direção do Arquivo Militar e na seção de Mineralogia e Zoologia da Biblioteca Pública contribuíram para sua escolha como diretor

do nascente museu. Do mesmo modo, a elaboração do catálogo de acordo com a Instrução de 1819 e seu envio ao mineralogista Frei Custódio Ferrão, diretor do Museu Nacional, atestam que o engenheiro possuía as credenciais necessárias para dirigir um Gabinete de História Natural.

Apesar de não identificar a listagem completa dos objetos enviados pelo Museu Nacional, em virtude do desgaste de algumas páginas do *Publicador Maranhense*, é possível observar que a coleção era incrementada com minerais e animais de várias partes do Brasil e do mundo, conforme alguns dos itens transcritos a seguir:

Lista 1: Relação de doações do Museu Nacional ao  
Gabinete de História Natural do Maranhão

MINERAES

Secção 4<sup>a</sup>

Metaes communs

Família Siderides

(Ferro, Cobalto, Nikel)

Sider arseniados

90 - Nickelina compacta

De Schneeberg (Saxonia)

91 - Cobaltina crystallisada

De Tunaberg (Suécia)

Sid. Arsenio-sulfurados

92 - Mispikel granoliforme

De Cornwall (Inglaterra)

Sid. Sulfurados

93 - Marcassite crystallisada

De Antonio Pereira (Minas)

94 - Chalkopyrites compacta

De Anglesey (Inglaterra)

95 - Leberkises compacta

De Antonio Pereira (Minas)

Sid. Oxidados

96 - Oligisto Metaloide

De Tapanhuacanga (Minas)

97 - Oligisto sanguino

De Cornwall (Inglaterra)

98 - Limonite fibrosa

De Antonio Pereira (Minas)

99 - Limonite compacta

De Eisenerz (Styria)  
 [...]

ZOOLOGIA  
 CLASSE 1.<sup>a</sup>  
 Mammaes  
 Ordem Caniceiros  
 Família Cheiropteros  
 Tribo Morcegos  
 A - *Phlostoma perespecillata* Geoff do Rio de Janeiro  
 Ordem roedores  
 Família roedores claviculados  
 B - *Sciureus vulgaris* L  
 De França  
 C - *Mus pillorides* Pallas (Albino)  
 Do Rio de Janeiro  
 D - *Mus lemmus* L  
 Da Noruega  
 CLASSE 2.<sup>a</sup>  
 Aves  
 Ordem aves de rapina  
 Família aves de rapina diurnas  
 1 - *Falco Communis* L  
 De França  
 2 - *Falco subbuteo* L  
 De França  
 3 - *Falco tinnuncules* L  
 De França  
 4 - *Falco Sparreri* Wils  
 Do Rio de Janeiro.

Fonte: *Publicador Maranhense*, 1845.

As novas doações, além de incrementarem a coleção do Gabinete Maranhense também contribuíram para que o mesmo obtivesse visibilidade e integrasse o rol de museus do Império Luso-Brasileiro. Exemplo disso consiste nas doações que enviou ao Museu Nacional do Rio de Janeiro: “A província do Maranhão lembra-nos alguns mineraes de cobre que d’ahi vierão para o nosso Museu em abril de 1845” (NETTO, 1870, p. 87); e para o Museu de Coimbra: “Ao Major José Joaquim Rodrigues Lopes - Tem Vmc. a authorização que pede em o seu offício de 22 do corrente sob n. 31 para fazer presentear o Muzeo de Coimbra com alguns objectos que existem em duplicata no nosso nascente Muzeo” (*Publicador Maranhense*, 30 abr. 1845, p. 1).

O aumento de coleções demandou a Província do Maranhão um maior investimento no Museu. Em 26 de fevereiro de 1845, por exemplo, o *Publicador Maranhense* divulgou que a Inspetoria do Tesouro Público Provincial destinou ao Major José Joaquim Rodrigues Lopes “a quantia de cincoenta mil reis para empregar na compra de vidros e álcool e mais objectos para o Museu Maranhense” (p. 2). Além disso, o museu ocupava uma sala da Biblioteca Pública Provincial, que desde 1831 estava implantada na parte superior do Convento do Carmo, na Rua do Egito, no Centro de São Luís. Nesse aspecto, é importante destacar o esforço do Major Joaquim José Rodrigues Lopes para tentar aprovar as obras necessárias na Biblioteca Pública. Apesar de acumular os cargos de diretor do Museu Maranhense, diretor do Arquivo Militar e chefe do Corpo de Engenheiros, sendo responsável pela execução das obras públicas na Província, obteve autorização para poucos investimentos que contemplaram apenas uma reforma no telhado do Convento do Carmo.

O Museu Maranhense não possuía dotação própria e os recursos provinciais eram destinados à Biblioteca Pública, sob a responsabilidade do bibliotecário Trajano Cândido dos Reis. Os recursos mal permitiam a aquisição de alguns livros, conforme é possível constatar nos relatórios dos presidentes da Província. Independente das condições desfavoráveis, o museu seguia as regras aprovadas para o expediente da Biblioteca: funcionava das 8h às 14h (exceto aos domingos e feriados); eram proibidas conversas em voz alta e passeios em seu interior sob pena de expulsão; e somente poderiam frequentá-lo pessoas que se apresentassem “descendentemente vestidas” (Cf. Lei da Província do Maranhão nº 9 de 30 de abril de 1835, In: *COLLECÇÃO...*, 1847). Conforme destacaram César Augusto Castro e Ana Luíza Pinheiro (2006), era uma instituição “restrita aos homens brancos de poder aquisitivo e, principalmente, que soubessem ler e escrever. Privilégios de poucos em todas as províncias” (p. 40).

O fato é que o Gabinete de História Natural e a Biblioteca Pública estavam contíguos ao Liceu Maranhense, serviam como espaços auxiliares das aulas ali ministradas e não possuíam os recursos necessários para o adequado funcionamento:

O controle sobre as materialidades de leitura e as dificuldades para ampliar o acervo ou fazer as reformas precisas na Biblioteca esbarravam na crise econômica, política e social desencadeado com a Balaiada e, principalmente com o empobrecido da sociedade endinheirada local

com a desvalorização do algodão maranhense no mercado internacional. Neste quadro, calavam-se os comentários sobre a Biblioteca ou qualquer apoio financeiro, físico e material a mesma. Na década de 40, continuava como um lugar sombrio, paredes escuras, estantes abarrotadas de livros que dividiam espaço com outros objetos escolares, como lousas e carteiras. Situação agravada com a instalação do museu de história natural, que também funcionava no interior da Igreja do Carmo. Sob um ponto de vista social era de grande importância para a província possuir uma biblioteca e um museu, entretanto, nenhum dos dois tinha significado, muito pelo contrário, estavam fadados à ruína. (CASTRO; PINHEIRO, 2006, p. 41)

Em meio às dificuldades, o Gabinete de História Natural persistia graças aos esforços do Major José Joaquim Rodrigues Lopes. Apesar de não encontrar indícios na documentação, provavelmente o Gabinete estimulou a criação da Sociedade Filomática Maranhense, fundada em 1845, responsável pela “propagação de conhecimentos úteis, nas Sciencias Físicas e Naturaes” (*Publicador Maranhense*, 20 dez. 1845, p. 2). As duas instituições evidenciam o lugar ocupado pela História Natural naquele contexto e, certamente, o Museu era um dos espaços privilegiados dos membros dessa sociedade. Isso ganha relevância quando se observa que, em Belém, o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, se originou do Gabinete da “Sociedade Filomática do Pará” (LOPES, 2009), e a existência de matérias que indicam doações de minerais para a Sociedade Filomática do Maranhão: “Em uma das sessões o Exm. Sr. Francisco de Sá offerecera uma amostra de magnifico cobre de minas, descobertas na Chapada. [...] o Sr. J. Boyer leu uma memória sobre as minas [...] que tem sido descobertas na Província do Maranhão, e apresentou algumas amostras” (*Diário Novo*, 24 jul. 1847, p. 2). A Sociedade também realizava em uma das salas do Paço Municipal cursos elementares de Química Aplicada, Mineralogia, Botânica e Zoologia. Todavia, ao contrário da experiência paraense, o Gabinete de História Natural e a Sociedade Filomática Maranhense tiveram vida curta e, tudo indica, encerraram suas atividades ainda na primeira metade do século XIX.

Com relação ao Gabinete de História Natural, curiosamente, o último documento que localizei informando a sua existência refere-se a um pedido do Major José Joaquim Rodrigues Lopes, datado de 27 de maio de 1846, solicitando a sua substituição na direção do museu e do Arquivo Militar, em decorrência de uma licença de seis meses para ir a Corte. O mesmo documento

informa que a direção do museu ficou sob responsabilidade do Dr. Alexandre Theophilo de Carvalho Leal, inspetor interino da Instrução Pública. Após o retorno do Major José Joaquim ao Maranhão, em 1847, tudo indica que ele continuou responsável apenas pelo Arquivo Militar. Após essa data, a documentação da Província do Maranhão não mais se refere à existência do Museu Maranhense ou do Gabinete de História Natural. O que se nota são tentativas de colocar a Biblioteca Provincial sob a responsabilidade da Inspeção Pública, fato que ocorreu em 1851 quando a mesma foi anexada ao Liceu Maranhense.

A partir de 1848, os relatórios da Província do Maranhão não se referem mais a um museu, mas a uma coleção de objetos de História Natural pertencente à Biblioteca Pública. Em 12 de agosto de 1848, o relatório de Antônio Joaquim Amaral, então presidente da Província, sugeriu a criação de um Gabinete de História Natural com os objetos existentes na Biblioteca Pública, fato que denota a inexistência do Museu e a acomodação do que restou de sua coleção nas estantes da Biblioteca:

Na Biblioteca Pública também se precisa fazer melhores accommodações, e em ordem a se separarem de suas Estantes alguns objectos da História Natural, que ali existem com os livros, podendo ser collocados em algum pequeno Gabinete aonde se cuide convenientemente de sua conservação, promovendo-se além disso o seu augmento, o que não he difficil, em hum Paiz abundante em riquezas naturaes. (*Publicador Maranhense*, 12 ago. 1848, p. 2)

Essa situação foi reiterada por Herculano Ferreira Penna, presidente da Província do Maranhão, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa no dia 14 de outubro de 1849. Nele, além de informar o estado calamitoso em que se encontrava a Biblioteca, colocando em hasta pública uma considerável quantidade de livros arruinados, sublinhou a realização de pequenos reparos no edifício visando preparar “um gabinete para depósito de vários objectos de História natural, que não podem sem inconveniente ser guardados como até agora nas mesmas estantes dos livros” (PENNA, 1849, p. 36-37). O relatório do bibliotecário público Trajano Cândido dos Reis, apresentado a Antônio Gonçalves Dias em 1851, também sublinha que os objetos de História Natural ainda continuavam na Biblioteca, separados em três estantes: “Contem actualmente a bibliotheca o seguinte: - livros bons, 2.691; em estado sofrível, 575; inteiramente estragados, 75; ao todo, 3341; dous globo ter-

restre e celeste e uma esfera armilar. Além d’isto, contém mais vários objectos de história natural, arrumados em três estantes” (GONÇALVES DIAS, 1853, p. 377).

Na verdade, muitos desses objetos sobreviventes da coleção de José Joaquim Rodrigues Lopes e que, posteriormente, somados a muitas doações, geraram o Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, permaneceram na Biblioteca Pública e integraram o Gabinete de História Natural da Sociedade de Instrução Popular Onze de Agosto (Lei Provincial nº 991 de 10 de junho de 1872) e o Gabinete de História Natural do Liceu Maranhense. A trajetória dessa coleção consiste em mote para outra pesquisa sobre os gabinetes na segunda metade do século XIX e início do século XX no Maranhão.

Por fim, reitero que meu intuito não foi responder ao questionamento que Ladislau Netto apresentou em 1870 sobre os motivos resultantes no fim do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão. O que me moveu foi a tentativa de romper alguns silêncios na escrita da história dessa instituição e de seu principal articulador visando compreender as motivações de sua criação, seus deslocamentos materiais e simbólicos e algumas das condições de possibilidade para visualizar o colecionismo pela lente das ciências naturais no Nordeste oitocentista.

## Referências

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CASTRO, César Augusto; PINHEIRO, Ana Luíza Ferreira. Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão Provincial. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 4, n. 1, p. 38-50, jul./dez. 2006.

CERÁVOLO, Suely Moraes; RODRIGUEZ, Mariana Cerqueira. Colecionismo na Bahia oitocentista: o Gabinete de História Natural (1835-1889). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 197-212, jul./dez. 2018.

*COLLECÇÃO das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão*. Maranhão: Typografia L. J. Ferreira, 1847.

COSTA, Maria Bertolina. “*Liberdades sertanias*” no Maranhão: da América Portuguesa à Balaiada (1839-1841). Tese (Doutorado em História), Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

COUTINHO, Milson. *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia lusomaranhense*. São Luís: Instituto Geia, 2005.

FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GONÇALVES DIAS, Antônio. Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas (Em carta ao Ilmo. e Exmo. Visconde de Monte Alegre, ministro do Império). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 16, v. 16. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, p. 370-384, 1853.

GONZALES, Rômulo José Benito de Freitas. Construindo uma coleção: as expedições científicas de Louis Jacques Brunet e o Museu do Ginásio Pernambucano (1857-1862). *Anais do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016.

*INSTRUÇÃO para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objectos de história natural arranjada pela administração do R. Museu de História Natural de Paris*. Traduzida por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, expedida pelo Excelentíssimo Ministro e Secretário e Estado dos Negócios do Reino. Do original francez impresso em 1818. Augmentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sobre a História Natural do Brazil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Corte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1819.

LOPES, Maria Margareth. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

MENEZES, Messias Gilmar. *Claude Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império*. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro: acompanhadas de uma breve notícia de suas collecções e publicadas por ordem do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PENNA, Herculano Ferreira. *Falla dirigida pelo Exm. Presidente da Província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, a Assembleia Legislativa*. Maranhão: Typografia de J. A. C. de Magalhães, 1849.

*RELATÓRIO da Repartição dos Negócios do Império do anno de 1844 apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1845.

SENGANTINI, Verona Campos. “*Maneira decente e digna de expor aos olhos do público*”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SILVA, Innocêncio Francisco da; ARANHA, Brito. *Suplemento ao Dicionario Bibliographico Portuguez (Tomo 13)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. Quando as musas perderam a inspiração: considerações sobre um museu obliterado no século XIX. *Anais do II Seminário Brasileiro de Museologia*, Pernambuco, 2015.

# DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL AO MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL DO CEARÁ: O PRIMEIRO MUSEU CEARENSE (1867-1871)<sup>1</sup>

EDUARDO HENRIQUE BARBOSA DE VASCONCELOS

No livro *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*, a pesquisadora Maria Margaret Lopes (2009) fez um grande trabalho de síntese e apresentou as linhas gerais do desenvolvimento dos museus e das ciências naturais no Brasil oitocentista. Na obra centralizou-se nos casos específicos do Museu Nacional, Museu do Paulista (Ipiranga), Museu Paranaense e Museu do Pará (posteriormente Museu Emílio Goeldi). Todavia, chamou-me atenção a referência que a pesquisadora fez ao mencionar um pesquisador cearense e a existência de um museu nessa província, ao comentar que:

No Ceará, em meados de 1871, um colecionador particular, o Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, médico da Santa Casa de Misericórdia e Capitão Cirurgião da Guarda Nacional, possuía um pequeno museu com objetos de História Natural, aberto ao público. [...] O médico solicitou doá-la [sua coleção] ao governo para compor o núcleo inicial de um Gabinete de História Natural na província em troca de uma distinção honorífica (LOPES, 2009, p. 151).

Mesmo não enfocando a realidade da Província do Ceará, a autora mencionou o pedido de doação da coleção do Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro

---

<sup>1</sup> Apresento aqui, de forma geral, alguns aspectos do processo histórico que envolveram a coleção de História Natural que posteriormente foi a base do Museu Provincial. No momento, preparo uma pesquisa que abordará mais amplamente esse tema. Para facilitar a leitura, a grafia das palavras foi atualizada. Entretanto, nomes próprios, expressões e títulos de obras foram mantidos com a grafia original.

ao presidente da Província no ano de 1871, que, por sua vez, solicitou ao então diretor do Museu Nacional, Ladislau de Souza Mello Netto, que emitisse um parecer sobre o caso. Em sua resposta, o diretor respondeu afirmativamente, pois essa seria uma boa oportunidade de criação de um museu local, caso os artigos ofertados estivessem em boa condição e fossem de qualidade (LOPES *apud* VASCONCELOS, 2007, p. 159).

O parecer positivo atestado por autoridade científica, nesse caso, o diretor do Museu Nacional, não satisfez o presidente da Província, muito provavelmente o fluminense bacharel em Direito, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, que não efetivou a aquisição da coleção. De acordo com Maria Margaret Lopes (2009), “[...] o presidente da Província do Ceará considerou que os objetos não estavam em muito bom estado, não eram tão curiosos” (p. 152). E continua a autora, “[...] o médico [doador da coleção] gozava de posição modesta, escassos honorários e nenhuma posição de homem de saber”. Por fim, complementa, “[...] além do que, como considerava que muito poucas pessoas em Fortaleza se dedicavam a História Natural, tratava-se de uma despesa elevada para a província, que tinha necessidades mais urgentes” (p. 152).

Apesar de ter abordado a coleção Margaret Lopes abordou de forma *en passant* a coleção de História Natural do Dr. Alves Ribeiro, restringindo-se às informações anteriormente mencionadas. Nesse sentido, o presente artigo tem como escopo principal apresentar aspectos da trajetória e das coleções do Gabinete de História Natural que, como coleção particular foi iniciada nos anos finais de 1850, aberta à visitação pública mediante pagamento em 1867 e transferida em 1871 para a administração provincial por meio de doação. Tomamos os anos de 1867 (abertura da coleção particular para visitação) e 1871 (criação do Museu Provincial) como referência, reconhecendo que mesmo com nomes distintos constituem-se na mesma coleção de objetos de História Natural.

## O Criador

Ao buscar compreender a história da constituição do Gabinete Cearense, passamos a procurar notícias sobre o seu criador. No *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, obra publicada por Sacramento Blake em 1883, encontramos o seguinte registro:

Joaquim Antonio Alves Ribeiro - Natural da província do Ceará, nasceu na cidade de Icó a 9 de janeiro de 1830 e faleceu a 2 de maio de 1875. Sendo doutor em medicina pela universidade de Cambridge (sic),

nos Estados Unidos, onde clinicou por algum tempo, e aprovado pela faculdade do Rio de Janeiro em sua volta ao Brasil, estabeleceu-se em sua província natal e ali serviu no hospital de caridade. Era cirurgião da guarda nacional, cavaleiro da ordem da Rosa, membro da imperial academia, hoje academia nacional de medicina, da sociedade Auxiliadora da indústria nacional e de outras associações de letras, nacionais e estrangeiras, e fez parte, como membro adjunto, da comissão brasileira na exposição universal de Vienna d’Austria em 1873 (BLAKE, 1883, p. 83-84).

Identificamos outro registro, também de cunho biográfico, no *Dicionário Biobibliográfico Cearense* escrito por Guilherme Studart (Barão de Studart), com breves informações sobre o naturalista em questão:

Joaquim Antonio Alves Ribeiro - Um dos 17 filhos de Antonio M. el Alves Ribeiro e de Da Alexandrina Mendes Ribeiro, nasceu em Icó a 9 de Janeiro de 1830 e faleceu em Fortaleza a 2 de Maio de 1875, vítima de um cancro no estômago. Sua mãe faleceu a 7 de março de 1860 com quase 55 anos de idade. Formado em medicina pela Universidade de Harvard, Cambridge, em 1853, sustentou tese perante a Faculdade da Bahia, vindo exercer sua profissão na província natal. Era médico do hospital de Caridade de Fortaleza, cirurgião da Guarda Nacional, Cavaleiro da Ordem da Rosa (2 de Dezembro de 1858) e de Cristo (12 de Outubro de 1867), sócio correspondente da Imperial Academia de Medicina do Rio de Janeiro, da Sociedade Medica de Massachussetts, da Sociedade de História Natural de Frankfurt, da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional. A esse medico se deve o 1.º museu que o Ceará viu; após sua morte as diversas coleções, algumas bem preciosas, passaram por doação ao governo do Estado, que as confiou á Biblioteca Pública, e mais tarde foram removidas para a Escola Normal. Casou em Fortaleza com sua prima pelo lado materno D.a Adelaide Smith de Vasconcellos, filha de José Smith de Vasconcellos e de sua mulher D.a Francisca Mendes da Cruz Guimarães, l.os Barões de Vasconcellos, falecidos ele no Rio de Janeiro a 8 de Outubro de 1903 e ela a 4 de Agosto de 1873 em Liverpool. (STUDART, 1910, p. 6)

Vinte e sete anos separam oficialmente as duas publicações. A primeira veio a lume em 1883 e a segunda em 1910. Ao compararmos as duas referências, percebemos que Sacramento Blake (1883), de forma breve, apresenta informações exclusivas de cunho profissional, públicas ou ligadas aos afazeres burocráticos. Já o texto escrito por Guilherme Studart (1910), mescla informações profissionais e pessoais.

Além da diferença temporal entre as duas obras, há diferença de informações, pois, Blake afirma que Alves Ribeiro graduou-se em Medicina em Cambridge, onde clinicou e fez a revalidação do seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Já Studart, afirma que Alves Ribeiro se formou em Harvard, fez revalidação de sua tese na Faculdade de Medicina da Bahia e desenvolveu suas atividades profissionais em seu torrão natal.

Ao compararmos os dois registros biográficos, fica nítido que o registro feito por Sacramento Blake contém alguns erros frutuosos, provavelmente, de enganos ou pequenas confusões, pois o criador do primeiro museu do Ceará fez o curso de Medicina em Harvard (HARVARD UNIVERSITY, 1890, p. 230) que fica localizada em Cambridge (cidade do Condado de Middlesex no estado de Massachusetts, nos Estados Unidos) e, segundo o *Levantamento Nominal dos Formandos de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia* (COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA, 2012), o Dr. Alves Ribeiro fez a revalidação do seu diploma na Faculdade de Medicina da Bahia. Infelizmente ainda não encontramos outras indicações que ele tenha clinicado ou desenvolvido sua atividade profissional nos Estados Unidos da América.

Por último, faz-se necessário ressaltarmos o total mutismo de Sacramento Blake (1883) quanto ao Museu de História Natural do Ceará criado pelo Dr. Alves Ribeiro. O mesmo não ocorreu no registro de Guilheme Studart (1910), que de forma enfática afirmou: “A esse médico se deve o 1<sup>a</sup>. museu que o Ceará viu; após sua morte as diversas coleções, algumas bem preciosas, passaram por doação ao governo do Estado” (p. 6).

Quando Studart publicou seu *Dicionário Bibliográfico* na primeira década do século XX, o regime político republicano já estava consolidado e, ao registrar que “as coleções foram doadas ao governo do Estado”, devemos entender que as coleções e suas respectivas peças ficaram sob os auspícios do governo provincial (regido pelo Império) a partir de 1871.

## O Gabinete de História Natural

A história do Gabinete de História Natural, o primeiro museu do Ceará, é uma história lacunar, com poucos e escassos registros. Assim, não obtivemos maiores informações e detalhes sobre como a coleção do Dr. Alves Ribeiro foi constituída. Quando ele começou a coletar as peças? Quais os primeiros objetos? Quem o ajudou? Quem visitou e pesquisou nesse museu? Por se tratar de uma coleção particular, feita para uso privado de estudos sobre a Histó-

ria Natural, ainda não temos condições de responder a essas e a outras questões, pois falta-nos os documentos concernentes a esse primeiro momento da coleção do Dr. Alves Ribeiro.

Todavia, por meio de um anúncio de jornal em um periódico publicado em Fortaleza, somos informados de que, em 1867 a coleção, até então de uso particular e de acesso restrito, passa a receber visitantes: “Amanhã abrir-se-á às 4 horas da tarde o Museu de História Natural na rua da Boa Vista, quina da travessa Municipal. Igualmente estará aberto todos os domingos e dias santos a mesma hora (sic)” (*Jornal Pedro II*, Fortaleza, 24 jul. 1867, p. 4.). Além dos horários e da localização do estabelecimento, o anúncio ainda informava aos interessados que: “os bilhetes vendem-se a porta do edifício a 500 réis cada um. O proprietário, não mirando interesse pecuniário, é, contudo, obrigado a taxar aos visitantes essa esportula, a fim de ocorrer às despesas com o estabelecimento, e a aquisição de novos produtos.” (p. 4)

O que deveria ser um prato cheio para os periódicos da cidade, naquele momento, a abertura de um novo espaço, acabou não sendo privilegiado e, nos dias seguintes, não houve nenhum artigo, nota ou comentário noticiando a abertura do museu nos jornais. Houve, por meio de outros anúncios pagos, a divulgação do horário de funcionamento do estabelecimento: “Este estabelecimento estará aberto todos os domingos e dias santos das 4 às 6 horas da tarde. As pessoas de fora da cidade o poderão visitar nos dias uteis de meio dia às 2 horas da tarde” (*Jornal Pedro II*, Fortaleza, 25 jul. 1867, p. 3). Passados pouco mais de dois meses da abertura do Museu, os anúncios pagos nos jornais continuaram. A publicação do dia 29 de setembro de 1867 apresentou um novo horário de funcionamento: “Este estabelecimento estará aberto todos os domingos e dias santos das 11 às 1 horas da tarde. As pessoas de fora da cidade o poderão visitar nos dias uteis de meio dia às 2 horas da tarde, obtendo previamente os bilhetes de entrada na casa do seu diretor. Dr. Ribeiro” (*Jornal Pedro II*, Fortaleza, 29 set. 1867, p. 3).

A curiosidade crescente e os constantes anúncios nos jornais ajudaram, aos poucos, a chamar a atenção para o Gabinete de História Natural ao ponto de em 1868 o presidente da Província do Ceará, Pedro Leão Vellozo, mencionar diretamente o estabelecimento ao dizer que:

O Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro, médico estabelecido nessa cidade que, segundo estou informando, tem-se dedicado aos estudos das ciências naturais, conseguiu, depois de alguns anos, formar uma coleção

de diversas espécies naturais que apresenta ao exame público e de utilidade, pois que como sabe V. Exc<sup>a</sup>. na opinião de Cuvier<sup>2</sup> – um museu de história natural é uma escola de instrução pública. A criação desse museu pelos esforços de um particular é fato importante para a ciência e um serviço real, que merece ser tomando em consideração e auxiliado pelos poderes públicos em proveito da província, e animação a tentativas de igual utilidade (*RELATÓRIO...*, 1868, p. 12).

O presidente da província, em um tom elogioso, reconheceu, na passagem anterior, o esforço e a dedicação do criador do museu em seus estudos de ciências naturais, ressaltando a utilidade educacional dos museus e reforçando a necessidade dos poderes públicos apoiarem essa e outras iniciativas benéficas à província.

Após pouco mais de seis meses do elogio feito por Pedro Leão Vellozo, em 1º de novembro de 1868, o novo presidente da Província do Ceará, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, no tópico Museu, registrou que: “Ao Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro, médico desta cidade, deve-se a existência de um estabelecimento daquela natureza, já em proporções superiores aos recursos de um amador particular” (*FALLA...*, 1868, p. 26).

Parcimonioso, o novo presidente da província atestou a grandiosidade que o museu possuía ao reafirmar que o estabelecimento já detinha proporções superiores à de um amador. Mesmo sendo essa uma informação válida, pois é um testemunho de época, faz-se necessário problematizarmos, pois sem suscitar maiores informações, mencionando apenas as poucas linhas, qual a experiência do presidente da Província na área de museus e/ou coleções de História Natural para sustentar que o estabelecimento possuía recursos superiores a de um amador? Seria essa apenas uma opinião pessoal sem lastro científico?

Da afirmativa de Cavalcanti de Albuquerque, temos na sequência uma afirmação mais ponderada. Assim, em 1869, um novo presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, também teceu suas considerações sobre o museu:

Existe nesta capital, como não vos é desconhecido, um curioso estabelecimento nesse gênero, devido aos esforços do seu proprietário, o Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro.

---

<sup>2</sup> Jean Leopold Nicolas Frédéric Cuvier, usualmente conhecido como Georges Cuvier, é considerado o pai da Paleontologia. Nasceu em 1769 e faleceu em 1832.

Tendo tido já o prazer de o visitar, me parece, que não está em condições muito inferiores a outros da mesma espécie, que existem em diversas províncias, os que tem custado grossas somas aos cofres públicos”. Tão decididos esforços, empregados tão utilmente, merecem atenção dos homens esclarecidos, e devem ser animados por todos aqueles, que presam o estudo das ciências, e aplaudem as vocações para os conhecimentos úteis (*RELATÓRIO...*, 1869, p. 25).

Um pouco mais longo que seu antecessor, os três parágrafos proferidos pelo novo presidente da Província cearense abordam respectivamente: a curiosidade do estabelecimento; a comparação com outros museus<sup>3</sup>; e a necessidade de apoiar os conhecimentos úteis. Tanto o primeiro parágrafo quanto o terceiro são tópicos usuais mobilizados para falar dos museus, ou seja, a curiosidade e a quase obrigatoriedade do poder público apoiar financeiramente essas instituições. Entretanto, o segundo parágrafo é bastante inovador pois sugere que o seu autor conheceu ou teve algum tipo de experiência prévia com museus existentes em outras províncias do país, nem que seja apenas como visitante.

Assim, após visitar o Gabinete de História Natural, Freitas Henrique sugeriu que esse não era tão inferior quanto os outros que ele conheceu e que custaram grossas somas aos respectivos governos. O presidente do Ceará afirmou que em outras províncias haveria museus maiores e mais dispendiosos; que o Gabinete de História Natural era inferior, mas nem tanto, sem o custo oneroso dos outros museus. Ao embasar sua análise pelo viés pragmático da relação custo e benefício, o administrador implicitamente sugeria o baixo custo aos cofres públicos, pois o Gabinete de História Natural foi montado e era mantido por um particular. A sociedade cearense usufruía, dessa forma, de um grande benefício.

Como já foi mencionado na primeira citação do presente artigo, em 1871, o Gabinete de História foi oferecido na forma de doação à Província Ceará pelo seu criador e então mantenedor. Rapidamente, a administração provincial se manifestou sobre o assunto:

Havendo o Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro oferecido à província um gabinete de história natural, que possuía, a fim de servir de núcleo à criação de um museu público, – dei conhecimento de semelhante oferta

---

<sup>3</sup> Para uma visão geral dos museus no Brasil do século XIX, com ênfase na década de 1870, ver Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos (2019).

à Assembleia Provincial, que então funcionava, rogando que felicitasse os meios de concorrer às despesas, que a aceitação acarretaria (*RELATÓRIO...*, 1872, p. 19).

Assim, após comunicação à Assembleia Provincial, o Barão de Taquary, então presidente da Província, ordenou a execução das providências necessárias para o recebimento da doação:

Em data de 4 de dezembro último, autorizei o pagamento da quantia de 520\$000 reis, despendida com a aquisição de estantes e armários para o museu, e a 22, a despesa de 80\$000 reis com a substituição de vidros que se quebraram no transporte das mesmas estantes, e com a fatura de uma grade de madeira. [...] Por ato de 30 de dezembro, nomeei um guarda para o museu, com gratificação anual de 400\$00 reis, o qual tem de servir sob as ordens e mediante instruções do Bibliotecário. Este ato, versando sobre a criação de um emprego, fica dependente da aprovação da Assembleia Provincial (*RELATÓRIO...*, 1872, p. 20).

A coleção de objetos de História Natural, inicialmente uma coleção privada, após a doação, passou a ser parte do patrimônio da Província do Ceará, possuindo um local fixo para o abrigo das coleções e com visitação aberta ao público.

## De Gabinete a Museu Provincial

Após a aceitação da doação do Gabinete de História Natural, este passou a funcionar no mesmo prédio da Biblioteca Pública do Ceará, na praça Marques de Herval, no Centro de Fortaleza (*ALMANAK...*, 1873). Como é possível ver no documento anexo a este capítulo<sup>4</sup>, o museu possuía variadas espécimes: macacos, gatos do mato, aves, peixes, aranhas, conchas... Por ter sido uma coleção feita por um pesquisador cearense e em terras cearenses, supõem-se que os exemplares que constituíram o museu eram em sua maioria da fauna e da flora do Ceará, mas como não há a indicação da origem na lista de classificação dos objetos, não temos como efetivamente fazer tal afirmação.

Uma dificuldade que surge ao verificarmos a lista de classificação dos objetos é o grande poder de síntese que os seus responsáveis detinham, o que

<sup>4</sup> *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará* (1873), classificação de objetos do Museu Provincial.

impossibilita uma visão mais ampla das coleções, conforme verificamos no ponto concernente ao reino mineral:

#### REINO MINERAL

Encontram-se variadas amostras de rochas, cujo número se eleva a 560, sendo 25 de minerais de ferro, chumbo, cobre, ouro, ferro tetanífero (sic) e bismuto (*ALMANAK...*, 1873, p. 365).

Caso os responsáveis pela classificação tivessem sido mais detalhistas, poderiam ter especificado mais as 560 rochas, informando suas formas, tamanhos e pesos. A indicação da origem também auxiliaria bastante, como foi feito na coleção paleontológica com a indicação da existência de peixes fósseis da serra do Araripe – na região sul do Ceará – e da existência de ossadas obtidas por meio de escavações feitas em Quixeramobim – região central do Ceará – (*ALMANAK...*, 1873). Mas nada disso foi feito e assim só temos a informação bruta da existência de 560 rochas.

Ainda é possível ver essa mesma dificuldade no detalhamento da coleção Arqueológica e Numismática:

#### ARQUEOLOGIA [e] NUMISMÁTICA

Encontra-se (sic) instrumentos de índios próprios para a guerra e para a caça, 2 remos bem trabalhados, uma arma de fogo de extraordinária grossura, 1 fotografia de Lopes, 1 par de tamancos próprios para andar sobre o gelo.

Quanto a numismática, encontram-se moeda de cobre, de prata e papel moeda de Paraguai (*ALMANAK...*, 1873, p. 365) .

Mais uma vez nos indagamos sobre quais instrumentos próprios dos indígenas eram esses? De onde vieram? Como foram obtidos? Mas como já foi dito, infelizmente não há o detalhamento dessas informações. E junto com os objetos indígenas uma arma de fogo, uma foto de Francisco Solano Lopes e calçados para andar no gelo. Objetos dignos de uma cabine de curiosidade, especialmente a foto do presidente do Paraguai e as botas. O retratado foi morto na guerra do Paraguai (1864-1870) e as botas, no Ceará, não teriam utilidade nenhuma.

Por fim, concluímos mencionando as palavras de Austríiliano Deoscorides Damon Padilha, encarregado do museu e responsável pelas informações prestadas ao *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província*

*cia do Ceará* (1873), que percebeu de forma nítida que a continuidade e crescimento do museu passavam pelo engajamento tanto do poder público quanto do interesse dos particulares: “Tais são os objetos que constituem o museu, é de esperar que tome outras proporções, se porventura as câmaras municipais e mesmo particulares tomarem interesse pelo engrandecimento desta instituição atentas as recomendações que se tem feito para esse fim” (*ALMANAK...*, 1873, p. 365).

## Referências

*ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Ceará para 1873*. Fortaleza: Editor João Baptista Pereira, p. 361-365, 1873. (Imagens anexas)

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. 7 v.

COLÉGIO BRASILEIRO DE GENEALOGIA. Levantamento nominal dos formandos de 1812 a 2008 da Faculdade de Medicina da Bahia – UFBA. 2012. Disponível em: [http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/b\\_formandos\\_medicina.pdf](http://www.cbg.org.br/wp-content/uploads/2012/07/b_formandos_medicina.pdf). Acesso em: 9 dez. 2019.

*FALLA Recitada na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial do Ceará Pelo Excelentissimo Presidente da Província Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque no dia 1<sup>a</sup>. de novembro de 1868*. Fortaleza. Typographia Brasileira Propriedade de J. Evangelista, 1868.

HARVARD UNIVERSITY. *Quinquennial Catalogue of the Officers and Graduates of Harvard University 1836-1890*. Published by the University in the two hundred and fiftty-fourth year of the college. For sale by Charles W. Server. 1890.

*Jornal Pedro II*, Fortaleza, 24 jul. 1867, p. 4.

*Jornal Pedro II*, Fortaleza, 25 jul. 1867, p. 3.

*Jornal Pedro II*, Fortaleza, 29 set. 1867, p. 3.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a Pesquisa Científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

STUDART, Guilherme Chambly (Barão de Studart). *Dicionário Bio-bibliográfico Cearense*. Tomo II. Fortaleza, CE: Tipografia Minerva, 1910.

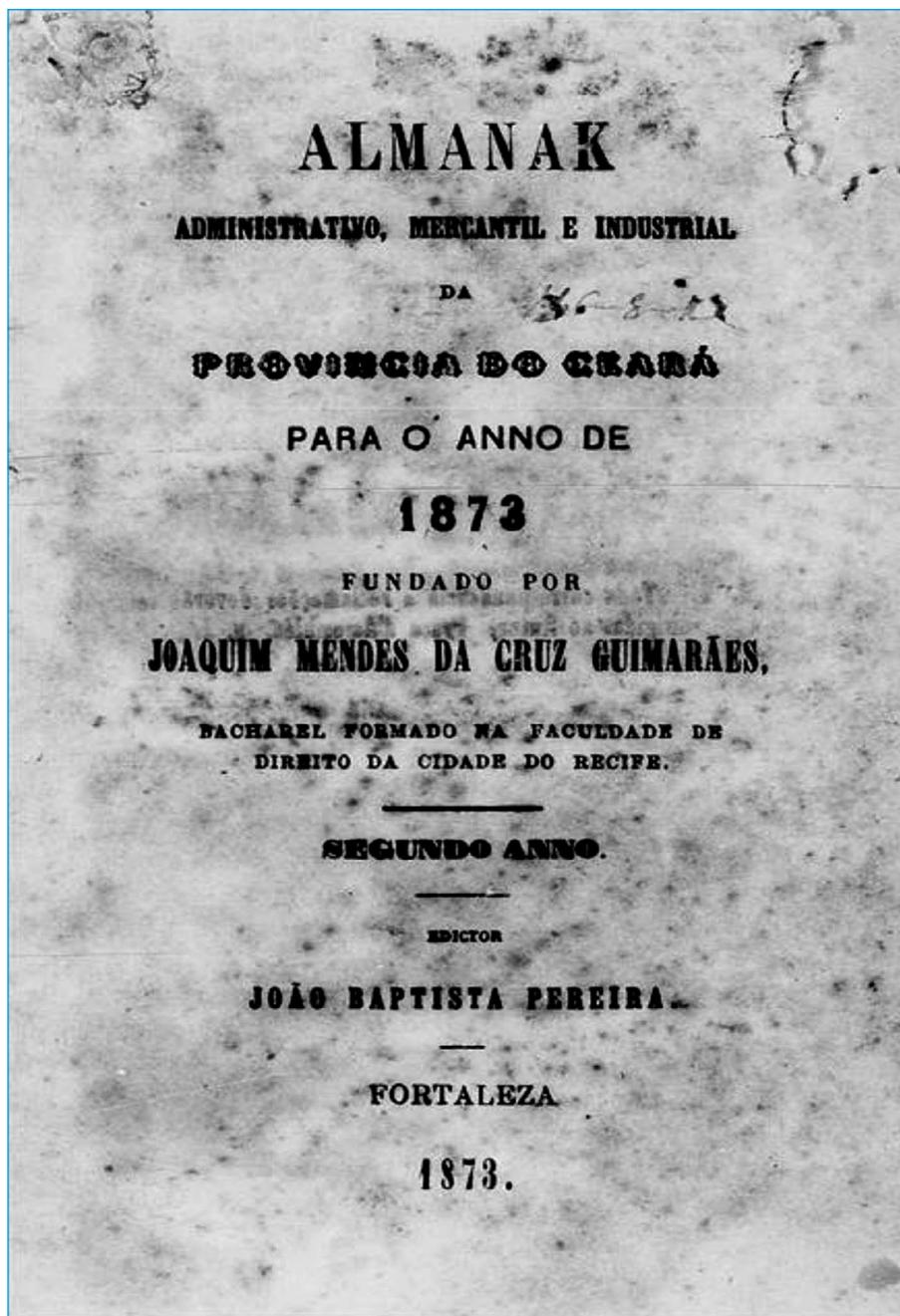
VASCONCELOS: Eduardo Henrique Barbosa de. O Paradoxo Nacional: Os museus brasileiros nas Exposições Universais de 1870. In: VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de (Org.). *História das Ciências: saberes e práticas em análise*. São Paulo: Intermeios, p. 151-166, 2019.

VASCONCELOS. Eduardo Henrique Barbosa de. “Apagando o passado, escrevendo a história”: a história das ciências oitocentistas “fora do centro”. In: VASCONCELOS. Eduardo Henrique Barbosa de *et al.* *O Local – imaginário e real: escritos sobre história regional*. Curitiba, PR: Editora Prismas, 2017.

*RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Pedro Leão Vellozo Passou a Administração da Província ao Excelentíssimo Senhor 1º. Vice-Presidente Dr. Antonio Joaquim Rodrigues Junior no dia 22 de abril de 1868*. Fortaleza Typographia Brasileira Propriedade de J. Evangelista; 1868.

*RELATÓRIO Apresentado à Assembleia Provincial do Ceará pelo Presidente da Mesma Província o Exm. Sr. Desembargador João Antônio de Araújo Freitas Henriques no dia 1º. de setembro de 1869*. Fortaleza Typografia Constitucional, 1869.

*RELATÓRIO com que o excelentíssimo Senhor Conselheiro Barão de Taquary Passou a Administração da Província do Ceará ao Excelentíssimo Senhor Comendador Joaquim da Cunha Freire 2º. Vice-Presidente da Mesma no dia 8 de Janeiro de 1872*. Fortaleza: Typografia Constitucional, 1872.



*Bibliothecario.*

Dr. Herculano de Araujo Salles, nomeado por acto de 27 de janeiro de 1873, r. Formoso n.º 56.

**Museu ou Gabinete de Historia Natural.**

Funciona em um compartimento do edificio em que se acha a bibliotheta, na praça do Marquez de Herval.

A collecção de objectos de historia natural de que é constituído este museu foi offerecida a provincia pelo Dr. Joaquim Antonio Alves Ribeiro.

A classificação dos objectos, que constituem o nucleo do museu provincial, é a seguinte:

**ZOOLOGIA.****CLASSE DOS MAMIFEROS, QUADRUPEDES SEM OSSOS  
MANSUPIAES.***Ordem 1.ª—Primates.*

Esta ordem contem individuos de duas especies do genero—Platyrrhinos—macacos americanos, e—Stentor—dous macacos e uma guariba.

*Ordem 2.ª*

Como representando esta ordem encontra-se na collecção uma preguiça, a mais importante das especies de genero—Bradypus.

*Ordem 3.ª—Carniveros.*

Estão representados na collecção pelos generos—Canis, Procion e Felis;—a saber: guará (canis jubatus), Craty (Procion Cancrivoros), onça (feliz onça), maracajá (felis pardacis) e gato do matto (felis tigrerio).

Encontrão-se: um guará, um cuaty, uma onça, dous maracajás e um gato, bem preparados e conservados.

*Ordem 4.ª—Roedores.*

Esta ordem, tão numerosa e importante no paiz, de especies as mais curiosas, está apenas representada na collecção por dous mocós.

*Ordem 5.ª—Ruminantes.*

D'esta ordem apenas existe o genero—Cervus—1 veado de dimensões crescidas, e muito bem preparado.

*Ordem 6.ª*

Ha duas especies do genero—Mimocophaga—1 tamandú e 1 tamandú bandeira mymocophaga—jubata a maior especie do genero.

## QUADRUPEDES COM OSSOS MARSUPEAES.

*Ordem unica.*

## MARSUPEAES CARNICEIROS.

Esta ordem é representada pelo caçaco, conhecido vulgarmente no Rio de Janeiro por—gambá—e nas provincias do norte pelo nome de—Caruê, Cariguê.

## CLASSE DAS AVES.

*Ordem 1.ª—Rapaces.*

## Familia das diurnas.

Na collecção encontram-se tres individuos da tribu dos abutres dos generos—cathastes e sarcoranphus, o urubú commum e o urubú rei.

## Familia das nocturnas.

Existem na collecção cinco corujas.

*Ordem 2.ª*

## Passaros—Familia 1.ª

Encontram-se quatro bem-ti-vis—dous rouxinões, um gallo da serra do Pará.

Familia 2.<sup>o</sup>—Fissirostros.

Encontram-se dous gaviões do genero—Cypselus.

Familia 3.<sup>o</sup>—Conertaras.

Encontram-se tres canarios do genero—Lenarcia, dous chechéos, uma caraúna, um corrupião de encontro, dous ditos xantornus.

Familia 4.<sup>o</sup>—Temirostros.

Existem 11 beija-flores ou colibus.

Ordem 3.<sup>o</sup>—Trepadores.

Existem 1 tucano, 1 arara, 1 papagaio, 1 maracanã, 5 periquitos, 4 picapáos, 3 anus e 1 jandaia.

Ordem 4.<sup>o</sup>—Gallinacea.

Esta ordem tão grande e curiosa pelas variadas especies, que a constituem, é representada na collecção por 2 jacús, 1 gallinha de guiné, 1 dita domestica, 2 rabos de cascavel, 2 ditos caboclos e 1 jurity.

Ordem 5.<sup>o</sup>—Pernaltos—Pressirostros.

Encontram-se 4 individuos de genero charadrius—Lavadeiras.

Familia Culterastros.

Esta familia é representada por duas garças.

Familia Lingerastros.

D'esta familia existem; 1 guará, 1 maçarico—generos —Ibis e Tringa.

Familia Macrodaetylos.

São d'esta familia as jaçanãs, de que se encontram no museu sete individuos.

*Ordem 6.ª*

## Familia 1.ª—Lamellinostros.

D'esta pequena familia possui o museu 3 patos e 1 patury.

## CLASSE DOS REPTIS.

*Ordem dos Aubonios.*

Encontram-se d'esta classe, 1 tartaruga e 1 jaboty.

*Ordem dos Samios,*

Dous teju-assús, 1 corcodilo—camalião—representam esta ordem.

*Ordem dos Ophydios.*

Cobras de veado, caninana, coral, surucucú se encontram na collecção em perfeito estado de conservação.

## CLASSE DOS PEIXES.

E' quasi nulla a representação d'esta classe, encontram-se apenas algumas poucas especies.

## CLASSE DOS CEPHALOPODES.

Ha poucos individuos d'esta classe e esses mesmos imperfeitos.

## CLASSE DOS CRASTACEOS.

D'esta classe se encontra apenas uma especie de camarão.

## CLASSE DOS ARACHNIDES E DOS INSECTOS.

Encontram-se muitos individuos d'estas classes perfectos e bem conservados.

## ZOOPLITOS.

D'esta divisão zoologica encontram-se poucas especies, algumas algas, estrellas do mar.

## COLLECÇÃO PALEONTOLOGICA.

Existem 109 fragmentos de calcarea com impressões de peixes fosseis, encontrados abaixo dos talhados da serra do Araripe em valles e correços fundos, cujo alveo é calcareo.

Existem tambem fragmentos de ossada de animaes fosseis, encontrada em excavações feitas no municipio de Quixeramobim.

## REINO MINERAL.

Encontram-se variadas amostras de rochas, cujo numero se eleva a 560, sendo 25 de mineraes de ferro, chumbo, cobre, ouro, ferro tetanifero e bismuth.

## ARCHEOLOGIA NUMISMATICA.

Encontram-se instrumentos de indios proprios para a guerra e para a caça, 2 remos bem trabalhados, uma arma de fogo de extraordinaria grossura, 1 photographia de Lopes, um par de tamancos proprios para andar sobre o gelo.

Quanto a numismatica, encontram-se moedas de cobre, de prata e papel moeda de Paraguay. Taes são os objectos que constituem o museu, é de esperar que tome outras proporções, se por ventura as camaras municipaes da provincia e mesmo particulares tomarem interesse pelo engrandecimento d'esta instituição attentas as recommendações que se tem feito para este fim.

Encarregado do museu, Austricliano Deoscorides Damon Padilha, nomeado por acto de 27 de janeiro de 1873, r. Amelia.

-----

### Lazareto da lagoa funda.

A cargo do inspector da saude publica.

Foi mandado edificar a 10 de novembro de 1855, por contracto, de ordem da dresidencia do conselheiro Paes Barreto, de 5 do mesmo mez e concluiu-se a 7 de março de 1856. Custou 8:9578800 réis.

# O ONTEM E O HOJE DO GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL: UM ESTUDO DE CASO DO GINÁSIO PERNAMBUCANO

POLLYNNE FERREIRA DE SANTANA

Este texto é resultado de investigações que iniciei em 2014 e continuam até o presente momento em nível de mestrado. O objetivo geral desses estudos que vêm sendo realizados é compreender a história das coleções didáticas da atual Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano (EREMGP)<sup>1</sup>, antigo Liceu Provincial, localizado na cidade do Recife, na Rua da Aurora. Neste trabalho, especificamente, tratarei da coleção didática do ensino de História Natural que compunha um dos sete gabinetes da instituição de ensino no período de 1931 a 1934.

O estudo dessa coleção é importante para compreender o investimento realizado pelo colégio no ensino de História Natural. Para isso, utilizei como fontes para a pesquisa um relatório de gestão e uma coleção fotográfica, do ano de 1931 a 1934, em que é possível identificar informações quantitativas e qualitativas sobre os materiais didáticos e instrumentos científicos usados nas aulas práticas. O uso de objetos didáticos para lecionar o conteúdo sucedia das reformas de ensino que ocorreram entre o final do século XIX e início do XX. Também realizei uma pesquisa de campo para apresentar as coleções de História Natural que passaram pelo processo de musealização<sup>2</sup> (BRUNO, 2015)

<sup>1</sup> Em sua trajetória, o Ginásio Pernambucano passou por variações em sua denominação, a saber: Liceu Provincial (1825); Gymnasio Pernambucano (1855); Instituto Benjamin Constant (1893); Gymnasio Pernambucano (1899); Colégio Estadual de Pernambuco (1935); e, por fim, Ginásio Pernambucano (1975) (MONTENEGRO, 1979) e hoje é chamado de Escola de Referência em Ensino Médio Ginásio Pernambucano (EREMGP).

<sup>2</sup> “[...] O ‘processo de musealização’ [...], diz respeito aos sistemas museológicos de administração da memória. [A administração da memória que ocorre pela elaboração dos] processos de representação do real e estabelece estratégias de educação para a memória e para o patrimônio. Este campo também tem sido interpretado como

e, hoje, formam a coleção museológica do Museu de História Natural Louis Jacques Brunet, localizado nas dependências do EREMGP.

Este capítulo está organizado em duas etapas. Primeiro, analisarei os resultados alcançados com a pesquisa histórica realizada na documentação administrativa do colégio e as fotografias das coleções didáticas que existiam nele. Por último, apresentarei as coleções didáticas sobre o ensino de História Natural que estão musealizadas atualmente.

### **O Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)**

A documentação administrativa estudada é composta por duas tipologias, são elas: textual e iconográfica. Seu título é *Relatório apresentado ao Exmo. SNR. Secretário da Justiça e Interior pelo DR. Ricardo José da Costa Pinto Triênio (1931-1934)* e, atualmente, compõe o acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE), localizado na cidade do Recife.

Para o estudo do relatório de gestão, recorri ao trabalho realizado por Pollyne Ferreira de Santana e Emanuela Sousa Ribeiro (2016). As autoras apresentam como se deu o processo de documentação museológica e a forma que realizaram a pesquisa histórica dessa coleção didática para compor a ficha de catalogação<sup>3</sup> do acervo fotográfico. Ao consultar essas fichas de catalogação, identifiquei a quantidade e a qualidade dos gabinetes de ensino e das coleções didáticas que existiam no Ginásio Pernambucano no período de 1931 a 1934.

No total, o colégio pernambucano tinha sete gabinetes de ensino. As fotografias registram os espaços após a conclusão da reforma, a saber: Gabinete de Geografia (1 foto); da História da Civilização (1 foto); de Cosmografia (1 foto); de Física (3 fotos); de Química (2 fotos); de História Natural (10 fotos); e Ciências Naturais (2 fotos) (RELATÓRIO, 1934). Após a identificação desses espaços de ensino é que o Gabinete de História Natural foi selecionado para o mapeamento de sua coleção didática. O motivo se deu por ser

---

um universo gerador de divisas econômicas, ou por seu tradicional vínculo com a valorização do patrimônio que está sob sua guarda, ou pelo fato de gerar fluxos turísticos e de lazer, alavancando economias locais ou globalizadas” (BRUNO, 2015; p. 3-7).

<sup>3</sup> A ficha de catalogação foi desenvolvida por Ana Cláudia de Araújo Santos (2014) e é específica para acervo fotográfico.

uma coleção hoje musealizada e por ser objeto de estudo da minha pesquisa de mestrado.

O investimento realizado nesses espaços de ensino estaria relacionado ao modelo educacional da época (SANTANA; RIBEIRO, 2016). A reforma em todo o colégio ocorrida em 1931 a 1934 foi resultado das exigências da Reforma de Francisco Campos (1931) e da gestão do diretor Ricardo da Costa Pinto por pretender oferecer aos recifenses uma escola que colaboraria para o “progresso” social e intelectual dos cidadãos (RELATÓRIO, 1934). A mudança de ensino em vigor possibilitava compreender o investimento realizado, principalmente, nos gabinetes das disciplinas de ciências, pois se dava pelo aumento de aulas dessas matérias no currículo escolar e por destacar a importância em realizar experimentações para ensinar o conteúdo às turmas no ensino secundário e no ensino fundamental (ARAÚJO *et al.*, 2018; OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

O Gabinete de História Natural e sua coleção didática geravam encantamento em quem os conhecia. Nas pesquisas já realizadas nos acervos de documentação administrativa (RELATÓRIO, 1934), do jornal *Diario de Pernambuco* e textuais (MONTEGRO, 1979), é possível mencionar alguns dos admiradores durante a trajetória do colégio, entre eles estão o ex-presidente Getúlio Vargas, o Dr. Nóbrega da Cunha (inspetor-geral do ensino secundário), o naturalista Rodolpho von Ihering e o imperador D. Pedro II. A então reforma que ocorreu na gestão do Dr. José da Costa Pinto só fez acentuar ainda mais a qualidade que o gabinete sempre teve.

A relevância do Gabinete de História Natural já era concebida muito antes da reforma ocorrida no colégio. Por ver ainda a necessidade de um maior investimento nesse gabinete, o então diretor do colégio realizou uma ampliação do espaço, organização, compra e consertos dos objetos didáticos. Com a finalização da reforma, o espaço passou a ocupar uma área de 336,90 m<sup>2</sup>, boa iluminação e ventilação. Além de seções para os estudos de Zoologia e Mineralogia (RELATÓRIO, 1934).

Em consulta às fotografias do Gabinete de História Natural e a sua documentação administrativa, pode-se observar o modo de organização do espaço e a identificação da coleção didática. Desta, apresentarei as informações sobre as estruturas do local e algumas imagens para a visualização dos resultados da reforma.

Figura 1. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

A Figura 1 destaca o local para as aulas teóricas de História Natural. A sala é interligada por outra, como observa-se no segundo plano da foto, que era usada para as atividades práticas. Esse modelo de gabinete não era uma exigência tida na reforma de ensino de Francisco Campos (SANTANA; RIBEIRO, 2016). A decisão tida pela direção do colégio foi justificada pelo risco de quebra e o tempo que levaria para locomoção e montagem dos equipamentos como ocorria antes da reforma (RELATÓRIO, 1934). No local, conforme apresentado pela iconografia, é possível identificar o modelo de cadeiras usadas pelos alunos, armários, objetos didáticos expostos nas paredes e a presença de janelas e iluminação na sala.

Figura 2. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

Na Figura 2, é possível notar a variedade de tipologias da coleção didática, a sala utilizada para as aulas práticas e a organização do gabinete. Pela foto, observa-se a presença de animais taxidermizados e quadros parietais<sup>4</sup> por toda a sala, o mobiliário usado para a exposição dos objetos que se dava por meio de mesas, prateleiras e armários envidraçados, e que os objetos eram identificados por legendas. A coleção didática atendia aos conteúdos de Mineralogia, Geologia, Botânica e Zoologia, segundo a documentação administrativa do colégio, essas áreas do conhecimento seriam subáreas da História Natural (RELATÓRIO, 1934).

<sup>4</sup> Quadros parietais: “material didático usado para a transmissão de conhecimentos escolares. É uma representação gráfica de determinados conteúdos escolares numa superfície plana. São chamados de parietais, pois são pendurados nas paredes para serem observados por todos os alunos simultaneamente” (FARIA, 2007, p. 1). Para maiores informações sobre a coleção de quadros parietais do Ginásio Pernambucano, ver Pollyne Ferreira de Santana e Rebecka Borges da Nóbrega Chaves (2019).

A coleção didática de Zoologia era formada por mamíferos, aves, répteis, peixes, insetos, crustáceos, espongiários, moluscos e esqueletos. É possível extrair informações dos registros administrativos, a localização, denominação científica e popular, a classe e grupo que os animais representados no acervo pertencia (RELATÓRIO, 1934).

Os mamíferos taxidermizados da coleção eram um total de 85 exemplares. As espécies representadas no acervo eram do continente africano (dois exemplares) e as demais da região amazônica (RELATÓRIO, 1934).

A coleção de aves era de 253 exemplares de animais taxidermizados. Na Figura 2, nota-se que a maioria estava acondicionada em armários com portas de vidro. As espécies tratavam-se de aves diurnas e noturnas, porém não há informações da região que elas habitavam (RELATÓRIO, 1934).

Figura 3. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

A pequena coleção de répteis pode ser vista na Figura 3. Também organizada em armário com portas de vidro e com placa de identificação da coleção. Ao todo são 14 espécies representadas na coleção. Entre elas, estavam os quelônios, crocodilianos, sáurios e ofídios. A sua conservação se dava por meio líquido e seco (RELATÓRIO, 1934).

Os cardumes estavam representados na coleção do gabinete em um total de 24 espécies. A origem desses animais, a quantidade, o estado de conservação e as imagens sobre esse acervo são parcas e, por vezes, inexistentes nas fontes iconográficas e administrativa consultadas. No entanto, é possível ter a noção de sua relevância, conforme é relatado pelo diretor do Ginásio Pernambucano em seu relatório de gestão. Nessa documentação administrativa, há relato de uma aula lecionada pelo naturalista professor Rodolpho von Ihering<sup>5</sup> para a turma do quinto ano sobre peixes. A informação apresentada pelo Dr. Ricardo da Costa Pinto se trata de um comentário feito pelo naturalista brasileiro sobre a grande quantidade de acervo e instrumentos científicos disponível para a comunidade escolar do Ginásio Pernambucano (RELATÓRIO, 1934).

A coleção de instrumentos científicos do gabinete foi listada sem mencionar a quantidade. Nessa coleção, era possível encontrar epidiascópio com 59 dispositivos, microscópio monocular de Leitz, escalas de Mohs e de Kobell, goniômetros de Coranget e de Hauy, pinça de turmalina, micrótomo de Ranvier, maçaricos, modelos de cristais típicos, quadros murais diversos e produtos biológicos de origem animal e vegetal com 200 (duzentas) preparações microscópicas sobre partes da planta, bactérias, alimentos vegetais, sangue, insetos e de Geologia (RELATÓRIO, 1934).

---

<sup>5</sup> Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering possuía conhecimento sobre Zoologia, que adquiriu através de seu pai, Hermann Friedrich Albrecht von Ihering. Em 1901, foi nomeado vice-diretor de finanças do Museu Paulista. Após o pedido de desligamento do Museu Paulista, funda a fábrica de metal Santa Izabel, em 1917, onde trabalha por dez anos. Nesse período, afastado das atividades de naturalista, fez uso de bibliografias especializadas da Zoologia para revisar os conteúdos da área, organizando, assim, um dicionário zoológico. Entre 1926 e 1927, retorna seus trabalhos em laboratórios de parasitologia na Faculdade de Medicina de São Paulo. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/iherrod.htm>> Acesso em: 6 dez. 2019.

Figura 4. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

Já a coleção de insetos, comprada em 1930, pode ser observada na Figura 4. Era um total de 576 espécies, em boas condições de preservação, ordenadas e classificadas em 21 caixas envidraçadas e distribuídas nas prateleiras, antes mesmo da reforma do colégio. Alguns quadros parietais sobre o conteúdo de química e fósseis foram identificados na imagem (RELATÓRIO, 1934). Mas, infelizmente, não há informações detalhadas dessas coleções na documentação administrativa em estudo.

Há informação sobre uma coleção de crustáceos no relatório de gestão. Mesmo com ausência de fotografias, é possível identificar que o acervo contava com 46 exemplares, todos com identificação de suas respectivas classe e ordem (RELATÓRIO, 1934).

Uma coleção de esponjas marinhas de nove espécies, conservada em meio líquido, também integrava o acervo do Gabinete de História Natural. A sua procedência é advinda “dos mares Mediterrâneo, Adriático, das Costas

da Nice, da Córsega e da Tunísia” (RELATÓRIO, 1934, p. 36). Essa é uma coleção que também não teve registros fotográficos.

Na coleção de moluscos, existiam 285 exemplares representados por conchas. A concha “[...] é o que constitui o involucre externo que serve de habitação a maioria dos animais do ramo dos moluscos” (RELATÓRIO, 1934, p. 36) e com elas seriam lecionados os conteúdos sobre moluscos (RELATÓRIO, 1934). Não há fotos da coleção.

Ainda havia uma coleção de esqueletos de mamíferos, aves e peixes, um total de 31 ossadas. A coleção de estruturas ósseas dos mamíferos possuía dez exemplares: esqueleto humano, macaco, tigre, gato, cão, lebre, coelho, canguru, antílope e cavalo. A coleção das aves era integrada por sete esqueletos contemplando falcão, pavão, garça, goleano, papagaio, picanço e galo. A de peixes por dez esqueletos das espécies moreia, perca, carpa, labro, raia, cadoz, esquadrilino, esturjão, tanca e peixe agulha. Os esqueletos dos répteis eram de cágado europeu e preto, tartaruga grega e serpente, ao todo, quatro esqueletos (RELATÓRIO, 1934).

Na seção de Mineralogia, a coleção didática não teve registro fotográfico. Contudo, na documentação administrativa, há um índice dos minerais presentes no acervo e a informação de que dez classes eram ali representadas. A classificação dos minerais seguia o modelo desenvolvido pelo docente da Universidade de Monique, o professor Paul Groth.<sup>6</sup> (RELATÓRIO, 1934)

Uma outra coleção didática denominada de “Preparações Naturais” foi identificada no documento administrativo. É preciso de estudos mais aprofundados sobre o que se tratava essa coleção. No entanto, é possível mencionar que ela era formada por: mamíferos (85 exemplares), aves (253 exemplares), répteis (16 exemplares), peixes (34 exemplares), insetos (576 exemplares), crustáceos (46 exemplares), moluscos (285 exemplares), esponjas marinhas (9 exemplares), “polypeiros” (26 exemplares), ninhos e ovos (48 exemplares), esqueletos de vertebrados (31 unidades), crânios e ossos (22 exemplares), preparação em álcool (14 exemplares), preparações dissecadas (2 exemplares), preparações teratológicas (4 exemplares), herbário de plantas em pastas (32 exemplares) e minerais e fosseis (3.250 exemplares) (RELATÓRIO, 1934).

---

<sup>6</sup> O professor Paul Heinrich Ritter Von Groth foi “geólogo e mineralogista [...] definiu dados cristalográficos de mais de 7.000 cristais. Fundou o Museu de Mineralogia de Munique e foi editor da Revista de Cristalografia e Mineralogia (*Zeitschrift für Kristallographie und Mineralogie*), tida como uma publicação de referência mundial no assunto”. Disponível em: <<http://sites.ulbra.br/mineralogia/vultros.htm>> Acesso em: 1º dez. 2019.

A coleção de modelos didáticos no gabinete era relacionada aos estudos de Botânica, Anatomia Humana e Animal (RELATÓRIO, 1934). Todos os exemplares foram fotografados e serão apresentados com as informações identificadas na documentação administrativa.

Figura 5. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

Os modelos didáticos de Botânica estão organizados em um armário, distribuídos em três prateleiras e com identificação, conforme a Figura 5. Eles são referentes a réplicas de plantas de cultura (17 exemplares), plantas venosas e medicinais (13 exemplares), plantas carnívoras (4 exemplares), flores e frutos (39 exemplares), inflorescências (9 exemplares), raiz, caule e folhas (3 exemplares), cogumelos e fungos (22 exemplares) (RELATÓRIO, 1934).

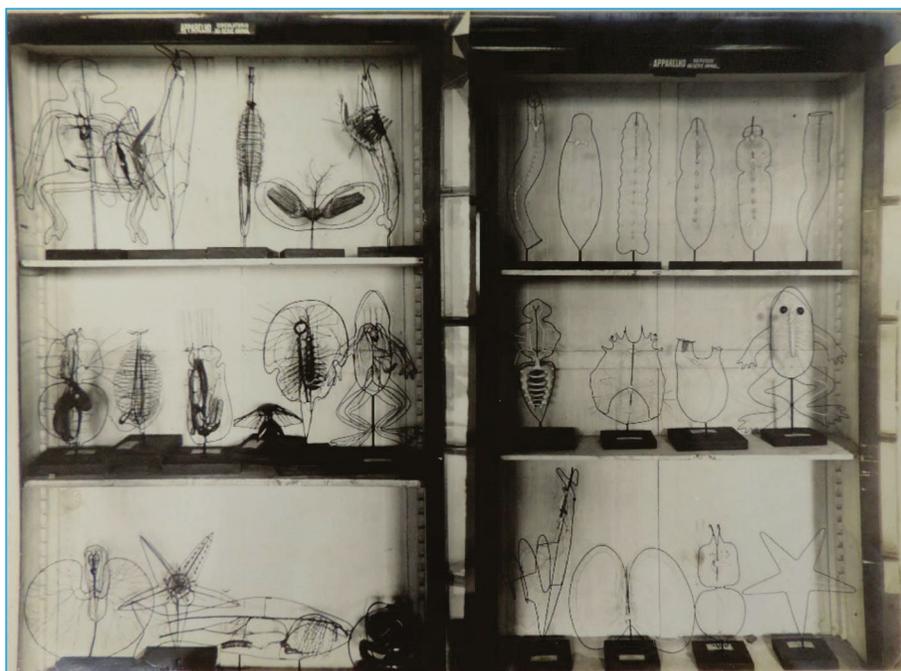
Figura 6. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

Para os estudos da Anatomia Humana, existiam 23 exemplares no acervo. Eles representavam o sistema nervoso central, cardíaco, auditivo, circulatório e da visão (RELATÓRIO, 1934). Os objetos também estavam expostos em armários, com identificação do conteúdo em uma legenda e organizados em prateleiras, como se pode observa na Figura 6.

Figura 7. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

Os modelos didáticos representavam o “systema nervoso dos articulados, moluscos, echinodermas e vermes (12 exemplares) e do Systema circulatorio dos moluscos, vertebrados e articulados (17 exemplares) e Cryptogamos (9 exemplares)” (RELATÓRIO, 1934, p. 46). Seus objetos tinham um modelo diferenciado das demais coleções didáticas do gabinete, em virtude de que os materiais utilizados em sua produção eram de arame e madeira. A disposição dos objetos era igual a das demais coleções.

As atividades de ensino de História Natural também contavam com uma área externa. Esse local foi identificado na documentação administrativa como sendo um de horto botânico e aquário (Figura 8).

Figura 8. Gabinete de Ensino de História Natural do Ginásio Pernambucano (1931-1934)



Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano (APEJE).

Nesse local, os alunos orientados pelos docentes poderiam aprender os conteúdos da disciplina através de plantas e peixes do espaço. As plantas eram classificadas em denominação científica e popular. Um tanque também foi construído para a criação de peixes e plantas aquáticas (RELATÓRIO, 1934).

### **A Coleção de História Natural musealizada**

A coleção didática da EREMGP utilizada no final do século XIX e início do XX para atender às metodologias de ensino prático exigidas na época está salvaguardada atualmente no Museu Louis Jacques Brunet. Essa instituição museológica encontra-se localizada no colégio e a origem de sua formação ainda apresenta muitas lacunas.

No entanto, nas pesquisas realizadas por Ruy de Ayres Bello (1978), é possível identificar que em 1816 houve o interesse de criar um museu no Ginásio Pernambucano. Devido a intenção da instituição atuar conforme o modelo francês é que surgiu o desejo de criar um museu escolar para atender às atividades de ensino.<sup>7</sup> Assim, os materiais didáticos que comporiam o museu seriam adquiridos pelo Tollenare, viajante francês que esteve na cidade nos anos de 1816 e 1817, a pedido do padre João Ribeiro (BELLO, 1978).

Ainda não é possível identificar a veracidade da criação desse museu escolar no colégio pernambucano. Contudo, durante as pesquisas sobre essa instituição museológica, é perceptível o interesse do Governo da Província quando investiu na contratação do naturalista francês Louis Jacques Brunet, em 1855. Ainda há necessidade de investigações maiores sobre a própria história desse naturalista, seus trabalhos e sua atuação no colégio.

Em um breve estudo realizado a partir de algumas publicações sobre o naturalista, é possível perceber que Louis Jacques Brunet realizou várias atividades no âmbito nacional e internacional. Era da cidade de Moulis, na França, e sempre atuou profissionalmente como as atividades de naturalista. Chegou em Pernambuco no ano de 1852 para estudar a vegetação do Estado. Após três anos de permanência na região, foi contratado para ser professor da disciplina de Ciências Naturais do Ginásio Pernambucano. Além de lecionar essa disciplina, organizou o museu<sup>8</sup> e a coleção didática de História Natural do colégio. A maioria dos objetos coletados foi resultado de suas expedições na região pernambucana e de doações dos amigos naturalistas de outros locais. Outra instituição museológica que recebeu contribuições do Brunet foi o Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1860. Lá, ele desempenhou a função de naturalista viajante para coletar materiais que integrariam a coleção do museu carioca. Nos dois anos seguintes, aconteceram duas tentativas de contratar Louis Jacques Brunet para trabalhar no Instituto Imperial Baiano (IIBA), mas não tiveram sucesso. Somente, em 1863, com o seu pedido de desligamento do Ginásio Pernambucano, é que o naturalista francês iniciou as suas atividades na formação dos laboratórios e programa de ensino para as matérias de História Natural, Química, Engenharia, Matemática e Meteorologia do IIBA (Cf. ARAÚJO, 2011; LOPES, 2009; MONTENEGRO, 1979).

<sup>7</sup> Sobre museu escolar, consultar Vânia Maria Siqueira Alves (2016), Marília Gabriela Petry (2013) e Diana Gonçalves Vidal (1999).

<sup>8</sup> O termo usado nas pesquisas textuais para se referir ao local que guardava das coleções didáticas é “museu”. Contudo, no relatório de gestão do período de 1931 a 1934, é notado que esse espaço era denominado ora de gabinete ora de museu.

Não é possível identificar os objetos taxidermizados por Louis Jacques Brunet no museu do Ginásio Pernambucano. No entanto, o museu, localizado no colégio, leva o seu nome em homenagem aos serviços prestados por ele na instituição. O acervo é formado por coleções de História Natural e boa parte dele pode ser identificado nas fotografias do Gabinete de História Natural que foram apresentados ao longo deste capítulo, referentes ao período de 1931 a 1934.

Na pesquisa de campo, identifiquei que na coleção museológica há um total de 3911 peças, segundo consta no inventário museológico da instituição. Dentre delas, as tipologias no acervo são de Zoologia, Entomologia, Geologia, Botânica, Arqueologia e Paleontologia e Numismática.

Na coleção de Zoologia, pode-se encontrar itens relacionados a animais taxidermizados, além dos livros de estudos feitos pelo naturalista Louis Jacques Brunet. Os animais taxidermizados tratam-se de mamíferos, aves e peixes advindos de várias regiões do país, em especial do Norte e do Nordeste do Brasil. Os estudos realizados por Brunet resultaram em livros feitos por ele e que hoje integram a biblioteca do colégio, todavia, ainda não existem pesquisas sobre essa coleção. Durante as atividades iniciais da pesquisa, em busca de informações sobre a coleção do museu, identifiquei que esse material é resultado de suas pesquisas de campo. Nos seus estudos, é possível visualizar anotações, desenhos e gravuras impressas (SANTANA e RIBEIRO, 2015).

O acervo que está em caixas em madeira, com tampas de vidro e que segue o modelo apresentado anteriormente na fotografia (Figura 4), expõe a coleção de entomologia. Os exemplares dessa coleção são secos e ordenados conforme a classe que está identificada na legenda de cada caixa. Do ponto de vista da conservação, as caixas aparentam ter sofrido alguma intervenção há pouco tempo, pois as suas estruturas e o acervo estão bastante preservados (SANTANA e RIBEIRO, 2015).

A coleção de Botânica consiste em modelos didáticos fabricados por empresas estrangeiras. Esses modelos consistem em cópias de plantas e de suas partes. Ainda é possível destacar a presença de quadros parietais usados para o ensino dessa disciplina. Os estudos sobre a formação dessa coleção de modelos didáticos, seus usos e os fornecedores responsáveis resultaram em vários questionamentos que acompanham minha pesquisa durante o mesurado. Neste momento, as atividades que estão sendo realizadas possibilitam identificar que a coleção de modelos didáticos de Botânica contém um total de 133 objetos. Seus fabricantes são oriundos de países como França (LES FILS

D'ÉMILE DEYROLLE), Itália (GB PARAVIA EC) e Alemanha (SCHUTZ-MARKE), cuja identificação pode ser conferida pelas etiquetas dos fornecedores ainda existentes nos objetos.

Os objetos arqueológicos e paleontológicos podem ser encontrados no acervo museológico. Eles também foram localizados durante os estudos dos registros administrativos e fotográficos (Figura 4), na coleção didática do Ginásio Pernambucano. Informações específicas sobre essa coleção não foram identificadas nas fontes da década de 1930. Porém, no século XX, essa coleção recebeu um acréscimo devido às atividades arqueológicas feitas pelo arqueólogo francês Laroche. O arqueólogo atuou nas atividades de docência e de gestão do museu do colégio (MONTENEGRO, 1979).

No mais, observo que a preservação dessas coleções é de grande relevância para compreender como se deu o ensino de História Natural nesse período. Os estudos de Emanuela Sousa Ribeiro (2015) informam que a instituição museológica localizada atualmente no Ginásio Pernambucano é a única coleção museológica de tipologia da História Natural do século XIX que está preservada em Pernambuco, além de ser o único museu escolar desse mesmo período ainda existente em Pernambuco.

## Considerações finais

Os estudos sobre as coleções didáticas que existiram no Gabinete de História Natural entre os anos de 1931 a 1934 foram fundamentais para conhecer um pouco da formação da coleção museológica do Museu de História Natural Louis Jacques Brunet. Contudo, ainda há muitas lacunas a serem preenchidas sobre a formação e os usos desses objetos nas atividades de ensino. As respostas para esses questionamentos ainda são bastante difíceis em virtude da documentação administrativa do início das atividades do Ginásio Pernambucano se encontrar com várias lacunas e o restante do acervo, localizado em 2014 nas dependências de uma outra escola, não estar disponível aos pesquisadores em decorrência dos trabalhos de conservação no Arquivo Público do Estado.

As pesquisas realizadas e as que estão em desenvolvimento possibilitam compreender a história da educação do estado de Pernambuco, os investimentos realizados na instituição de ensino e a forma em que eram realizadas as atividades da disciplina de História Natural. Outro ponto que implica a realização deste trabalho é contribuir com a divulgação do acervo museológico e

motivar outros pesquisadores interessados nos temas em torno da cultura material a realizarem seus estudos.

## Referências

ALVES, Vânia Maria Siqueira. *Museus escolares no Brasil: de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia*. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ARAÚJO, Bruno Melo de; ABALADA, Victor Emmanuel Teixeira Mendes; RIBEIRO, Emanuela Sousa; GRANATO, Marcus. De objetos de ensino a patrimônio: estudo comparativo dos objetos científicos e de ensino nos laboratórios do Colégio Pedro II e do Ginásio Pernambucano. *Anais do 16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Campina Grande, p. 1-16, 2018.

ARAÚJO, Nilton de Almeida. Estrangeiros na criação da Escola Agrícola da Bahia (1863-1877). In: LOPES, Maria Margareth; HEIZER, Alda (Orgs.). *Colecionismos, práticas de campo e representações*. Campina Grande: EDUEPB, p. 193-206, 2011.

BELLO, Ruy de Ayres. *Subsídios para a história da educação em Pernambuco*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1978. Coleção Pernambucana, v. XVIII.

BRITTO, Maria Leopoldina. *A trajetória do Currículo de Ensino Fundamental na Rede estadual de Pernambuco nos séculos XIX-XX - Aproximações do texto e do contexto*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

BRUNO, Cristina. *Os Territórios da Memória e a Memória dos Territórios*. Palestra proferida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2015.

FARIA, Joana Borges de. *Os quadros parietais nas escolas do Sudeste brasileiro (1890-1970)*. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as Ciências naturais no século XIX*. 2. ed. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

MONTENEGRO, Olívio. *Memórias do Ginásio Pernambucano*. Recife, Imprensa Oficial, 1943.

OLIVEIRA, Edson de Almeida Ferreira; SANTOS, Nadja Paraense dos. *A mudança das instalações do laboratório de química do externato do Colégio Pedro II entre 1925-1932*. Anais do VI Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade, Rio de Janeiro, 2015.

PETRY, Marília Gabriela. *Da recolha à exposição: a constituição de museus escolares em escolas públicas primárias de Santa Catarina (Brasil – 1911 a 1952)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, 2013.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Sobreviveu, quem diria: o processo de musealização do Gabinete de História Natural do Ginásio Pernambucano no século XX*. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, João Pessoa, p. 1-20, 2015.

SANTANA, Pollynnne Ferreira de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Museu Escolar: um estudo de caso do Museu de História Natural Jacques Brunet - Recife-PE*. Anais do II Seminário Brasileiro de Museologia. Recife: SEBRAMUS, 2015. v. 5. p. 739-745 (Resumo Expandido).

SANTANA, Pollynnne Ferreira de; CHAVES, Rebecka Borges da Nóbrega. *O saber emoldurado: Conhecendo a coleções de quadros parietais do Museu Louis Jacques Brunet (Recife-PE)*. Anais do IV Seminário de Gestão do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia Recife, Ed. UFPE, 2019.

SANTANA, Pollynnne Ferreira de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. *Documentação museológica em acervo fotográfico: um subsídio para conhecer os gabinetes e laboratórios de ensino do Colégio Ginásio Pernambucano no período de 1931 a 1934*. Anais do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T, Rio de Janeiro, 2016.

SANTOS, Ana Cláudia de Araújo. *Aspectos memoriais existentes nos retratos dos reitores da Universidade do Recife / Federal de Pernambuco (1946-1971)*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez de Souza. *A memória e a sombra: a escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

### **Fonte documental consultada**

*RELATÓRIO apresentado ao Exmo. SNR. Secretário da Justiça, Educação e Interior pelo DR. Ricardo José da Costa Pinto Triênio (1931-1934)*. Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE). Caixa 13; Seção de Relatórios do Período de (1923; 1931-1934); 37 fotografias.

## Parte II

---

# MUSEUS E COLEÇÕES DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

# O MUSEU DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA E A CULTURA DO PATRIMÔNIO DA BAHIA (1894-1927)

SUELY MORAES CERÁVOLO

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) criado em 1894 encontra-se em atividade na cidade do Salvador, referenciado no espaço virtual<sup>1</sup> e instalado na edificação construída nos idos de 1923 no endereço da Avenida Sete de Setembro. À época, nos inícios do regime republicano, o Brasil vivia contraposições entre modernizar mais rapidamente para igualar-se ao desejado patamar civilizatório europeu, e as oscilantes condições de cada região, distintas no litoral e no sertão, o que expunha as desigualdades em um país de extensão continental não mais escravista, mas, carregando a herança de levas e levas de iletrados. A faceta modernizante e civilizatória acompanhou governantes como Pedro II, interessado na ciência e nas letras, que provocou a participação do país nas exposições universais pela projeção no plano internacional quer para apresentar os produtos das províncias e respectivas riquezas com mira no comércio, quer para abrir mais um portal de trânsitos, comunicação e intercâmbios com o exterior, em particular com a França. A situação instalada em tempo de transição política era desafiante pensando em um presente e no futuro, cheia de promessas e planos ambiciosos.

O IGHB pretendia preencher várias lacunas no pensar de época: a da instrução, ciência, literatura, história pátria e a da Bahia como que rebocando do passado projetos não realizados que ficaram no caminho para dar lugar a expectativas. Nelas, a implantação do observatório astronômico, jardim e horto botânico, laboratório químico e um museu compondo o conjunto para dar an-

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www.ighb.org.br/>>. Acesso em: 19 set. 2019.

damento à ciência.<sup>2</sup> Na inviabilidade de reviver o Instituto Histórico da Bahia (Instituto Histórico Provincial ou Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, segundo jornais), criado em 1856, visitado pelo monarca em outubro de 1859<sup>3</sup> e fenecendo alguns anos depois (1877)<sup>4</sup>, a nova agremiação prontificava-se em colaborar na resolução de problemas deixados pelo Império no enalço da relação positiva com a República e comprometida, desde a implantação de Estatutos, em resolver esperas do passado, dentre elas, um museu para a Bahia.

Com foco específico na contribuição do museu do IGHB para o enraizamento da cultura do patrimônio na Bahia, estabelecida na associação das práticas culturais em ato e da cultura institucionalizada, ambas sociais e resultantes de escolhas intelectuais e categorias de público (POULOT, 1999), as circunscrevemos àquela instância de produção de legitimidade cultural, o museu. Nele confluem, em um determinado presente, os usos do passado na coleta da cultura material e nas representações simbólicas, integrando os mecanismos de patrimonialização.

Da prática em ato apreendemos no estudo realizado sobre o colecionismo do IGHB de 1894 a 1927 (CERÁVOLO, 2017), que o IGHB expandiu a oportunidade de sujeitos sociais se engajarem no projeto para além dos agremiados, instituindo dinâmicas de sociabilidade, condutas e saberes. Ao participarem da formação das coleções museológicas, ali resguardaram o material considerado representativo de famílias, de eventos locais tidos como importantes mesmo que passageiros, para lembrar enfim acontecimentos na cidade de Salvador, no estado da Bahia ou no país se inscrevendo na história da Bahia e, através dela, na do Brasil. Se a estratégia do IGHB fora a de crivar raízes atraindo forças sociais para seus objetivos, pode-se dizer que foi bem-sucedida, na medida em que crescia o capital simbólico com o prestígio e reconhecido poder conquistado pela agremiação. O recolher de elementos da cultura material, a princípio dirigido para associados pelo presentear ou doar, e o aceite de uma série de coisas no caso dos não sócios, ultrapassou o previsto pelo estatuto para o museu assim delimitado: artefatos dos usos e costumes indígenas, os instrumentos, as armas e objetos dos notáveis do país, os produ-

---

<sup>2</sup> Plano que também fora da Real Sociedade Baiense dos Homens de Letras, concebida em 1810, como “espécie de filial” da Real Academia de Lisboa (SILVA, 1978).

<sup>3</sup> *Viagem Imperial Á Bahia. 7 de outubro de 1859. Felicitação a S. M. o Imperador pelo presidente do Instituto Historico Dr. José de Goes Siqueira (RIGHB, Ano I, nº 2 [1998], 1894, p. 272-273; p. 276-283).*

<sup>4</sup> No discurso de abertura realizado em 3 de maio de 1856, a agremiação pretendia ocupar-se da História, Geografia e Estatística, esta ciência nova propagada a partir da Inglaterra, visava o progresso e conhecer os recursos do Estado. Assinado: Romualdo, Arcebispo da Bahia. (*O Instituto Histórico da Bahia...*, 2001, p. 9-16).

tos da natureza de qualquer ramo da ciência e da fauna natural da Bahia<sup>5</sup>, em notório seguimento do acolhido em museus de História Natural no Brasil no XIX.<sup>6</sup> Porém, escolhas para compor conjuntos museológicos estão impregnadas do lado reverso que filtra interesses pragmáticos e intelectuais e acoberta ideologias de dominação conseqüentemente legitimando a exclusão e a subordinação (RASSÉ, 1999). Por essa perspectiva, salienta-se o enraizamento da cultura do patrimônio de dupla expressão – a do que lhe integra e o seu contrário, ou seja, daquilo que lhe é posto às margens – deixando explícitas as fronteiras do institucionalizado na agremiação baiana, como que repassando o que pertencia da esfera privada para a pública e, nessa condição, reproduzindo, pela circularidade do descrever e prescrever que diz da eficácia política, as desigualdades sociais atuantes (BOURDIEU, 1998).

O estratagema de absorção de coisas com parâmetros muito mais amplos do que os delimitados estatutariamente favoreceu o hábito de doar para o IGHB, movimento que entendemos encadeado à “lição das coisas” fortemente espraiada pelos superlativos eventos das exposições universais consolidando a cultura visual<sup>7</sup>, e das quais a Província da Bahia participou atrelada à nação Brasil (CUNHA, 2010). Receber ofertas e publicizá-las ajudou a reunir e apresentar artefatos na agremiação baiana, no agora estado federativo, preenchendo materialmente o que seria o regional e este no nacional.

É necessário pontuar que o colecionismo em ação sancionado no IGHB incentivou a preservação dos bens da Bahia para a Bahia, para tentar estancar a evasão de documentos e bens materiais, problema reclamado pelo primeiro presidente Tranquilino L. Torres. Um prejuízo, de acordo com o discurso, facilitado pela falta de associações patrióticas. Saíam os documentos de arquivo “defraudados por ordens superiores”, os produtos de História Natural, riqueza nos países civilizados, saíam as artes, escoava-se tudo “pela porta franca

<sup>5</sup> *Estatutos do Instituto Geographico e Historico da Bahia. Título I – Fins e organização. Capítulo I – Fim e Objecto do Instituto. Objecto do Instituto, Capítulo I, § 5º (RIGHB, 1998, Anno I, set. 1894, nº 1, p. 37-38).* Nos Estatutos aprovados na sessão da Assembléia Geral de 31 de maio de 1914 (*Capítulo I, Do Instituto, seus fins e sua organização*) foi mantido o objetivo em coligir, conservar e classificar documentos e “outros objectos que lhe possam fornecer elementos de informação” para constituir a biblioteca, o arquivo e o museu, sem especificar a natureza desse museu (RIGHB, 1914, nº 40 e 41, p. 3).

<sup>6</sup> Sobre os museus de História Natural no Brasil e produção de ciência, consultar Maria Margaret Lopes (2009).

<sup>7</sup> A relevância da participação nas exposições precisa ser contextualizada pelo que representaram na sociedade ocidental industrial oferecendo ao olhar produtos e processos, pertinentes a conjunturas econômicas, sociais, culturais e políticas voltadas para o mercado, repercutindo na malha cultural e imaginário coletivo (SCHROEDER-GUDEHUS & RASMUSSEN, 1992). Esses “fenômenos de visualidade” dirigiam-se para a sociedade burguesa no intuito de instruí-las o que induziu o desdobramento em inúmeros museus no século XIX (BARBUY, 2002).

da indiferença para a corte ou para os paizes estrangeiros, ávidos e invejosos de nossas riquezas”<sup>8</sup>; um verdadeiro “saque” aos bens da Bahia.<sup>9</sup> Naquele momento crucial, era preciso assegurar a instalação e a consolidação da nova sociedade irmanada em edificar localmente a história e demarcar os bens da Bahia, e reverter o fluxo dos desvios do Museu Nacional (antes Museu Imperial) para um museu na Bahia que seria, em termos ideais, similar ao do Rio de Janeiro que recebia apoio do governo e realizava pesquisas. Além disso, era preciso estabelecer condições no Instituto baiano para arquivar documentos cuja criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, “filho da sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional”<sup>10</sup> (SAIN, instalada em 1827), patronato de Pedro II, se tornara a desembocadura, lá armazenando e centralizando a construção da história e a do passado da nação – e a das províncias –, seguindo o Instituto Histórico de Paris do qual participavam brasileiros. Não à toa, a revista da agremiação carioca publicou lembretes com recomendações aos sócios nas províncias para enviar notícias e descrições com o objetivo de suprir a história e a parte chamada de histórica geográfica.<sup>11</sup> Possivelmente, exemplares da cultura material da “indústria” indígena e amostras de produtos naturais (mineraiis, vegetais) e do mundo animal, acompanhassem o tão diligente pedido.<sup>12</sup> Importante salientar que os institutos históricos e geográficos influenciaram a geração de museus estaduais, colocando-os na vanguarda do movimento de proteção aos bens imóveis e móveis em nosso país (VIANA, 2002), como ocorreu com a criação do Museu do Estado da Bahia em 1918.

O desvio de bens tornou-se fato, o ponto crítico era criar confiança. O envio de coisas e documentos para o Museu no Rio de Janeiro ou para o IHGB tornara-se opção causada pela fragilidade das próprias instituições na cidade do Salvador, caso do museu anexo ao “Instituto Oficial do Ensino Secundário”, ou seja, do Liceu Provincial, como atesta o excerto de relatório publicado em 1895 na revista da agremiação baiana – *Revista do IGHB (RIGHB)*. A concepção de museu como arquivo complementar advinha, segun-

<sup>8</sup> Discurso do Ex. Sr. Presidente Dr. Tranquilino L. Torres (*RIGHB*, Anno II, [1998], 1895, nº 4, p.149-165).

<sup>9</sup> *Memoria Historica sobre o Instituto Fundado em 1855*. Bahia, setembro 1894. Tranquilino L. Torres (*RIGHB*, Anno II, [1998], 1895, nº 1, p. 65-81).

<sup>10</sup> Cônego Januario da Cunha Barbosa, Rio, 17 de Dezembro de 1838. *Lembrança. Do que devem procurar nas provincias os socios do Instituto Historico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. (*RHGB*, 1908, nº 2, p. 109-111).

<sup>11</sup> *Lembrança... idem ibidem*.

<sup>12</sup> A agremiação carioca manteve o próprio museu, previsto no ideário dos associados funcionando como “suporte da memória” com elementos da história do Império e fins patrióticos, e como gabinete de História Natural para uso dos sócios e do governo imperial, assim, de fins educativos (BITTENCOURT, 2005).

do o mesmo excerto, da limitação dos arquivos públicos em recolher somente documentos oficiais, e a crença que o antiquarismo (então anacrônico) (GUIMARÃES, 2002) poderia render boas ligações do colecionamento com pesquisas.<sup>13</sup> Pelo final do século XIX, a capital da Bahia contava, em termos de coleções ou museus sob gestão do governo, com: o museu do Liceu Provincial (funcionando a partir de 1837), acolhendo material da história natural, e parte da chamada Galeria Abbott de obras de arte formada pelo médico Jonathas Abbott, comprada pelo governo provincial<sup>14</sup>; gabinetes ou museus específicos na Faculdade de Medicina, como o de anatomia que teria se chamado Museu Abbott em homenagem ao mesmo médico (GALVÃO, 2007, p. 447). No interior, um museu também de anatomia comparada e de veterinária na Imperial Escola Agrícola da Bahia (Escola Agrícola de São Bento das Lages, 1875)<sup>15</sup>, caracterizado como pedagógico a ser visto por professores, alunos e convidados (RANGEL, 2017). Eram poucas, portanto, as instituições públicas que poderiam abrigar e desenvolver coleções para aprendizado e exposições mais abertas ao público em Salvador ou interior, com a incipiente estrutura existente; outro desafio da Bahia republicana.

Com insuficiências estruturantes para a educação e a cultura de modo geral, a preocupação com a evasão do patrimônio ficou latente<sup>16</sup> e, aos poucos, cercada pela criação de novos órgãos públicos: o Museu do Estado da Bahia em 1918, anexo do Arquivo Público, ambos dirigidos por Francisco Borges de Barros, sócio do IGHB, historiador e dedicado funcionário em recolher documentos e peças históricas espalhadas em arquivos ou outras repartições administrativas; a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais em 1927, a Pinacoteca em 1931, igualmente anexada ao museu estadual (CERÁVOLO, 2011;

---

<sup>13</sup> *O Instituto Histórico da Bahia*; excerto do relatório apresentado por Antonio Pedro de Mello, secretário do governo para o governador Joaquim Manoel Rodrigues Lima (*RIGHB*, 1998, Anno II, set. 1895, n.º 5, p. 321-323 e 322).

<sup>14</sup> A coleção de arte do Dr. Jonathas Abbott da Faculdade de Medicina da Bahia foi adquirida pela Província da Bahia pela Lei nº 1.054, de 27 de junho de 1868. A ideia era formar um museu provincial (GALVÃO, 2007, p. 450).

<sup>15</sup> *IMPERIAL ESCOLA AGRÍCOLA DA BAHIA* - Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 19 set. 2019.

<sup>16</sup> A evasão de bens da Bahia foi tema do IGHB antes do movimento preservacionista da década de 1920 relacionado à identidade nacional. O sócio Wanderley de Araujo Pinho propôs, em 1917, constituir, dentro do instituto, a Comissão dos Monumentos e das Artes para elaborar o inventário de bens imóveis e móveis (*Proteção dos monumentos públicos e objectos históricos*, publicado pela revista do IGHB no ano seguinte). Segue as ideias de José Duarte Ramalho Ortigão (ou Ramalho Ortigão) que escreveu *O culto da arte em Portugal* (1896). Em 1930, elaborou projeto de lei para proteger os bens nacionais pela Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional, apoiada por congêneres estaduais. Projeto não apresentado ao Congresso Nacional desmantelado por Getúlio Vargas.

DÓCIO, 2014). Relembrando que, desde o século XIX, espocaram museus de História Natural de maior prestígio e considerados científicos – contendo inclusive “objetos históricos” –, além dos de arte e coleções variadas transformadas em museus, fundamentais para instituir símbolos identitários para nações e resignificando objetos em “objetos de cultura” (BARBUY, 2002; ANDERSON, 2008; POULOT, 2003, p. 27). O surgimento de museus no Brasil não foi, portanto, fato isolado e ajudou a dar curso à modernidade, figurando nos planos das elites ao lado de instituições como bibliotecas, escolas, academias, sociedades científicas e hortos, seguindo particularmente matrizes europeias ajustando-as aos trópicos.

Do espírito colecionista de coisas distintas – reapropriadas e adequadas a certa ordem de pertencimento pelo ato classificatório (VOUILLOUX, 2001) –, sincronizadas a dimensões temporais sobrepostas, apreende-se, no discurso museológico, amplas atitudes sociais, circunstâncias e costumes que apresentam variações e traçam complexas histórias de legados que não estacam no tempo. Atitudes assim agenciadas comprovam a importância dos estudos da história cultural dos museus a partir da certificação que operam dentro de extensas redes sociomateriais, capazes de encravar hábitos de coleta de determinados objetos (*object[s] habits*), como propõem Alice Stevenson e coautores (2017). Para os mesmos autores, os museus se inscrevem em áreas disciplinares, instituem seus objetos e fazem a si mesmos em processo. Vetores que procuramos salientar tomando como ponto de partida o extenso material proporcionado pelas listas de ofertas, publicadas na revista institucional no marco cronológico mencionado, observando a contraposição entre os objetivos definidos inicialmente levando a agremiação privada entesourar bens simbólicos de significado cultural para a Bahia, e o que ficou materializado no museu.

Destacamos aqui os seguintes aspectos dirigindo a argumentação: a coleção museológica do IGHB, de acordo com as informações levantadas em três décadas de ofertas, procurando salientar a ordem de pertencimento e algumas singularidades que dizem da visão social do museu, bem como a da História e da História regional, e sobre o acervo, conforme as impressões do historiador paulista Affonso d’Escragnolle Taunay, diretor do Museu Paulista<sup>17</sup>, que em 1927 conheceu o IGHB, deixando uma das poucas impressões registradas sobre o museu (no período aqui definido), e do sócio Silio Boccanera Junior, entusiasta da agremiação e do museu.

---

<sup>17</sup> Affonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), diretor do Museu Paulista e do anexo Museu da Convenção Republicana na cidade de Itu (SP) (Cf. ZEQUINI, 2012).

## Da coleção museológica do IGHB (1894-1927): singularidades do hábito colecionista

A entrada de peças para o museu do IGHB dependeu de regras estatutárias para os sócios separados em categorias: fundadores, associados, efetivos, correspondentes, honorários e beneméritos. Ofertas, doações e donativos requisitos de admissão ou compromisso (além da taxa ou jóia), eram tão importantes que poderiam substituir a entrega de um trabalho original ou traduzido, no caso dos sócios efetivos. Com efeito, doar para museu significa aderência aos ideais institucionais e troca de benefícios e obrigações de caráter material e simbólico, com resultados para quem dá e quem recebe (LIMA & CARVALHO, 2005). Nem sempre, contudo, a oferta de objetos era indicada diretamente para o museu do IGHB, e o aceite cabia as comissões que deviam, segundo as regras estatutárias, receber, examinar e julgar os bens chegados, avaliando o valor histórico, científico ou literário quando significativos para o estado da Bahia.<sup>18</sup>

No aceitar de coisas, parece certo que os livros seriam encaminhados para a biblioteca e os documentos para o arquivo da agremiação, mas, no caso de moedas e medalhas poderiam ir para a biblioteca ou para o museu.<sup>19</sup> Muitas ofertas surgem endereçadas genericamente ao instituto caso, por exemplo, do pequeno conjunto de “reliquias” divulgadas na revista *Bahia Ilustrada* quando das comemorações dos 25 anos do IGHB: a “riquíssima coroa de louros em ouro” que pertencera ao Visconde de Montesserate; uma cédula de 100\$000 pelas mãos do Dr. Alexandre Porphyrio; o quadro a óleo pela *Empresa do “Imparcial”*, representando Rio Branco no “leito de morte”, pintado pelo retratista italiano Carlo De Servi. E, no mesmo espírito de remanescências, a evocação de acontecimentos contemporâneos – a ata em pergaminho da inauguração da estátua do Barão do Rio Branco, em 13 de maio de 1919, pela Associação dos Empregados do Comércio da Bahia; um passe de alimentação recebido pelo Dr. Alexandre Pereira quando integrou a missão brasileira durante a Guerra 1918-1919.<sup>20</sup>

<sup>18</sup> No caso de algo não afinado aos objetivos do instituto, o aceite dependeria da avaliação do parecer de uma comissão. A princípio as seguintes: Admissão de Sócios; Fundos e Orçamentos; Estatutos, Revista, Livros e Jornais; Manuscritos, Autógrafos e Documentos; Geografia, História e Etnografia; Estatística, Demografia e História Natural; Topografia, Geodésia e Arqueologia; Filatelia, Numismática, Cerâmica e Inscrições; Mapas, Cartas Geográficas, Plantas e Retratos; Biografias. Ocorreram mudanças posteriores na composição das comissões pela falta de atividades ou inadequação aos campos do saber (SILVA, 2006).

<sup>19</sup> *RIGHB*, 1906, Anno XIII, v. XIII, nº 32, p. 199-202.

<sup>20</sup> *Bahia Ilustrada*, 1919, Edição 0020-0021, Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=066940&PagFis=1099&Pesq=museu>>. Acesso em: 19 set. 2019.

O IGHB não dependia exclusivamente das ofertas para formar e ampliar as coleções do museu.<sup>21</sup> Objetos considerados históricos e peças de mobiliário foram repassados de órgãos públicos para o instituto, ou mesmo outros materiais caso do “tôro de madeira silicada, que se acha[va] no pátio do edifício, [supondo] ser aroeira do sertão, e [...] encontrado em baixo do *Bendegó*, quando foi removido para o Rio de Janeiro”.<sup>22</sup> Como se vê, não se trata do meteorito protagonista da saga iniciada em terras baianas (Cf. SILVA, 2010), mas exemplar que esteve próximo ou, assim, afirmado.

Aspecto importante para o estudo dos museus recai sobre a definição ou não de seções, o que implica na estrutura científica para fins de pesquisa e reflete a organização do arranjo espacial, especialmente ao nos reportarmos à museografia do século XIX e inícios do século XX, pautada em séries extensas como convinha aos museus de história natural e alguns dos seus ramos – a numismática, arqueologia, zoologia –, dentro do método taxonômico (para artes em escolas de pintura). No caso do IGHB, as informações são desconstruídas; em alguns momentos, entende-se que o museu estava organizado em seções, em outros que havia seções em separado, caso da mineralogia.<sup>23</sup> Observa-se através das listas e informações coletadas de outras fontes que não houve preocupação em formar séries. Por esse ângulo, a evidência maior em priorizar o recebido (ou adquirido) em termos de exemplares da cultura material, do que com a pesquisa nos padrões científicos requeridos pela ciência de então.

Se os livros tinham destino certo para biblioteca, e os documentos para o arquivo, para o museu ou o próprio instituto, o doado compôs uma grande mescla de generalidades muito além do determinado pelo Estatuto, isto é, material indígena, o dos notáveis mais diretamente relacionados à história do Brasil e da Bahia (a exemplo de tela com a imagem de Rui Barbosa, que pode ser vista na Biblioteca do IGHB), exemplares da fauna e flora. Não obstante, raramente se ler argumentos ou justificativas nas referidas listas, não é de todo estranho o aceite de generalidades pensando-se nos efeitos que poderiam repercutir nas relações sociais, a simpatia para com próprio gesto de doação ou pelo valor do ofertado ligado a eventos ou a passagens acontecidas na cidade do Salvador ou dos quais a Bahia participou. Cita-se para ilustrar os muitos

---

<sup>21</sup> Compras para casos em que pessoas não quisessem ofertar. Itens citados: selos, moedas, objetos de cerâmica, os dos indígenas, os de homens notáveis nacionais ou estrangeiros, produtos naturais, mapas, plantas, cartas geográficas, retratos, biografias, manuscritos, autógrafos, documentos. *Agradecimento (RIGHB)*, nº 1, set. 1894, s/n.

<sup>22</sup> *RIGHB*, Anno XVI, v. XVI, 1909, nº 35, p. 157.

<sup>23</sup> Relatório do 1º. Secretario Conselheiro João Torres. *RIGHB*, Anno V, mar. 1898, nº 15, p. 286-295.

exemplares de madeiras do estado, pelo sócio e engenheiro civil Miguel de Teive e Argolo, pioneiro na construção de estradas de ferro, apresentados na exposição de Chicago como descrito nas Ofertas<sup>24</sup>, o que certamente qualifica a doação pela importância desses eventos para a Bahia e para o país. Outro exemplo interessante da participação da Bahia em eventos desse porte, no caso nacional, foi a doação do mapa bordado à máquina Singer, exposto na Exposição Internacional Comemorativa do 1º Centenário da Independência de 1922, realizada no Rio de Janeiro.<sup>25</sup>

Por outro lado, os artefatos indígenas e material arqueológico que interessavam receber poderiam ser encaixados na classe das artes (BARATA, 1986), ou como provas da ocupação ancestral e legitimidade da propriedade territorial, ainda que o retrato da Nação determinado pelo IHGB procurasse espelhar a civilização branca e europeia (GUIMARÃES, 1988). Na agremiação baiana, dois artefatos arqueológicos foram descritos: um por Bernardino de Souza<sup>26</sup>, e outro por Theodoro Sampaio. Os únicos artigos sobre peças do museu entre 1894 e 1927. O artigo de Theodoro Sampaio foi replicado na revista *Bahia Ilustrada*<sup>27</sup> que, como outros impressos dessa natureza, foi instrumento de divulgação de valores culturais de mais fácil consumo (MARTINS, 2008), o que nos dá certa dimensão do lugar social ocupado pelo IGHB e de Theodoro Sampaio.

Dentre os artefatos etnográficos, relacionados ao desbravamento e ao conhecimento dos habitantes das terras do Norte (Acre, Amazonas), ou Nordeste brasileiro, pode-se incluir a indumentária de couro de vaqueiros. Os objetos “estranhos” se ajustavam aos ideais educativo-pedagógicos da agremiação baiana pelo contraponto entre dois pólos de pesos invisíveis, mas, conscientemente estabelecidos. De um lado, os objetos dos “homens notáveis”,

---

<sup>24</sup> Argolo enviou 80 amostras de madeira de um conjunto de 82 exemplares para a seção brasileira de Silvicultura e Floresta. Grupo 19, peça de exposição nº 47. (*Catalogue Brazilian Section at the World's Columbian Exposition, Chicago*, 1893, p. 62. Disponível em: <<https://archive.org/stream/cataloguebrazil00expogoog#page/n0/mode/2up>>. Acesso em: 19 set. 2019. Mais fósseis diversos, 34 encontrados próximo ao km 22 em prolongamento da estrada de ferro Bahia-São Francisco (*RIGHB*, 5, 1998, p. 310-311). Sobre Miguel de Teive e Argolo (1851-1916), consultar <<http://www.historia-bahia.com/bibliografia/argollo.htm>>. Acesso em: 19 set. 2019.

<sup>25</sup> *RIGHB*, nº 48, p. 517-524.

<sup>26</sup> Uma igaçaba dos Kraás (dentre a doação de 50 artefatos indígenas) para o que Bernardino de Souza comentou a função dupla de conter água ou enterramentos (Doação do Dr. Vital Cardoso do Rego) (*Museu do Instituto Histórico. Urna funerária dos caboclos. RIGHB*, Anno XXIV, nº 43, p. 227-230).

<sup>27</sup> Valorizados como documento para os estudos do homem americano no contexto pré-colombiano (*Dois artefatos indígenas. Do Museu Archeologico do Instituto Geographico e Historico da Bahia. RIGHB*, 1916, Anno XXIII, v. XI, n.º 42, p. 27-31). *Bahia Ilustrada*, 1921, Edição 0035. Hemeroteca Biblioteca Nacional). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=066940&pasta=ano%20191&pesq=>>>. Acesso em: 19 set. 2019.

civilizados, letrados, cultos e pactuados com o regime político e, no extremo inverso, os de grupos rebeldes ou supersticiosos recolhidos à força, signos dos vencidos e, por isso mesmo, “troféus” (VIANA, 2002, p. 39). Ainda que não registrados com esse rótulo no IGHB, a oposição se revela pelo emprego das palavras “cangaceiro” e “bandoleiro” em evidente situação marginal e socialmente subjugada perante o aceite do Instituto e a elite que acolhia e o representava, e perante a titulação dos doadores (coronel atuante da polícia, leia-se, o Estado; doutor) na posição superior do vencedor. Deslocados do cenário de uso e repassados para o instituto ficavam sob a regência da ideologia ali gerada e disseminada servindo, portanto, de fator para a produção de sentido cravando o direcionamento para reafirmar o lugar separado dos conflitos sociais que aconteciam ao redor de um IGHB *ilha*, metaforicamente falando. Era dever dos agremiados manter e apoiar a “vida normal do nosso Instituto [...], [que] vae correndo em regulares condições [...]”, disse um secretário em 1901.<sup>28</sup>

Na medida em que se estabelecia a função colecionista do instituto, objetos não previstos inicialmente foram aceitos, como antes mencionado, o que pode ser lido como falta de critérios rígidos e ampla flexibilidade para receber as ofertas possivelmente determinada mais pela missão a que se propunha o IGHB, do que pela demarcação estatutária daquilo que comporia o museu. Pelo lado do ofertante, não se descarta certo envolvimento emotivo e de afetividade, além do interesse em inscrever a vida pessoal na coletiva, implícito, como vimos, no próprio ato de doar e receber. A leitura pontual de cada doação traz indícios para o acolhimento da memória individual e familiar, criando a oportunidade para resguardá-las e lugar físico para a salvaguarda de alguns desses bens, sendo assim, o lugar correto para tutelar as memórias privadas, tornando-as públicas.

Uma vez instalada a rotina colecionista, se estabelece a brecha para incluir o sujeito “comum” em aliança de mútuo interesse. Exemplares antes fechados em ambientes domésticos e deslocados para o IGHB ficaram impregnados de outra dimensão social e cultural. Retomando as generalidades, aos olhos do leitor atual, muitas ofertas recebidas nos parecem singulares e curiosas. Em mais uma exemplificação ali chegaram fragmentos, pedaços, a almofada bordada com a inscrição “Salve 2 de Julho”; a “garrafa-paisagem de areia colorida”; as flores lançadas do avião “Plus Ultra” comandado por um arrojado aviador em evoluções sobre a cidade do Salvador, recolhidas por um

<sup>28</sup> Relatório do Cons. 1º. Secretário. *RIGHB*, nº 27, ano VII, p. 103-110. Grifo do autor.

doutor e entregues ao instituto por um terceiro<sup>29</sup>; a doação de “duas penas de pato que pertenceram ao falecido D. Pedro II, ex-imperador”, enviadas pelo sócio, Coronel Rogociano Pires Teixeira, nome constante nas listas das ofertas.<sup>30</sup> Mesmo sem saber se efetivamente expostas ou guardadas, compartilharam a colocação, ao menos nas listas impressas, com medalhas comemorativas, moedas dos mais variados metais, países e épocas, móveis, telas, fotografias e tantos outros itens julgados merecedores de entrar para a agremiação baiana e, por extensão, para a história. Da mesma forma, um sem número de livros, relatórios, opúsculos, publicações oriundas de acontecimentos recentes ou nem tanto, do Brasil ou do exterior, inclusive sobre museus; mapas para a geografia; plantas baixas e *croquis* importantes para a lavra da mineração, assim, para a economia. Fluxo que comprova a genuína malha de sociabilidades carregando a transferência da posse de documentos e a atualização das informações para o IGHB, em nome da guarda para a Bahia.

Com o passar do tempo, os bens doados se avolumaram, prova do crescimento das diferentes coleções – livros e publicações, documentos, objetos –, criando o problema do espaço físico contornado com a aquisição da primeira sede no Terreiro de Jesus (1898) e, depois, com a construção da Casa da Bahia na Avenida Sete de Setembro, o que nos leva ao adensamento do acervo apreendido em duas versões.

## Do acervo em duas versões

Quando o IGHB teve a sede inaugurada na recém-aberta Avenida Sete de Setembro, em 2 de julho de 1923<sup>31</sup>, sua importância para a Bahia estava consolidada. Antes disso, ocupou salas alugadas e, depois, o sobrado de esquina no Terreiro de Jesus, a primeira sede própria na qual se esperava seria organizado o patrimônio institucional.<sup>32</sup> O museu existia então mais como ideia

<sup>29</sup> Curiosidades por Dr. Silva Lima (*RIGHB*, Anno VIII, v. VIII, nº 27, p. 85). Almofada - doação D. Maria Laudelina Gomes; garrafa - D. Custódia Telles Monteiro (*RIGHB*, Anno de 1923, n.º 48, p. 526); Flores - Manoel Pedreira (*RIGHB*, 1926, nº 52, p. 413-414).

<sup>30</sup> *RIGHB*, Anno VIII, v. VIII, nº 27, p. 151.

<sup>31</sup> Data que marca a passagem centenária das lutas desenroladas no Recôncavo Baiano para a expulsão definitiva das terras brasileiras dos portugueses contrários à Independência do Brasil (Cf. ALBUQUERQUE, 1999).

<sup>32</sup> Em setembro de 1913, o edifício sofreu um incêndio destruindo muitos documentos, reduzindo a cinzas o arquivo e parte da biblioteca. Reformado com o acompanhamento de Theodoro Sampaio, ganhou salas nomeadas para homenagear personalidades: a biblioteca Rui Barbosa; a de leitura Visconde de Cairú; cursos Rocha Pitta; salão nobre d. Romualdo de Seixas; secretaria Barão de Rio Branco; a de reuniões ordinárias Pedro II; Sala Padre Antonio Vieira para objetos indígenas, e a Castro Alves para personalidades do Império à República. O arquivo ficou

do que em espaço exclusivo para sua instalação. A Casa da Bahia, celebrada efusivamente por representar condignamente a academia e a intelectualidade baiana, foi festejada publicamente e por outras agremiações congêneres, considerada monumento ao civismo. Nesse endereço, recebeu definitivamente a carga simbólica representando muito mais do que um espaço para ajeitar os diferentes acervos. Ali, foi dada a arrumação e o mobiliário novo para decorar o espaço, incluindo vitrines com prateleiras de cristal.<sup>33</sup>

Affonso d'Escragolle Taunay recebia em São Paulo a fotografia do novo edifício e poucos anos depois, em agosto de 1927, fazia visita oficial à Bahia, convidado pelo confrade Francisco de Góes Calmon, então governador (1924-1928). O diretor do Museu Paulista e membro do Instituto Histórico de São Paulo, homem das letras e conhecido erudito, poderia contribuir para divulgar a imagem positiva da Bahia em transformação – uma Bahia moderna com instituições científicas, com o Serviço de Estatística Agrícola, Industrial e Comercial da Bahia, e a Biblioteca Pública, a Bahia zelosa de sua história, tradições e de seu patrimônio histórico e artístico – para tanto cumprindo a programação pelas cidades de Santo Amaro e Cachoeira no Recôncavo Baiano, e Feira de Santana no interior do Estado. Sua visita foi cercada de interesses políticos no justo momento em que o estado perdia a posição política e econômica para o triângulo Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. A cidade passava pelo bisturi de reformas urbanas para dar feição moderna dentro das proposições republicanas de ordem e de progresso, requerida pelos poderes públicos e a elite local, gerando tensões dentro do próprio IGHB, do qual fazia parte J. J. Seabra, o “demolidor” (FLEXOR, 1997).

Na conferência realizada no dia 20 de agosto no IGHB, o confrade paulista teve a oportunidade para agradecer a acolhida e exaltar a representatividade do “bulbo do Brasil” e do IGHB para os estudos históricos, inventariando uma série de referências para atestar a necessidade da construção da história do país como base em documentos de arquivos, contexto em que insere o museu. Em sua fala, faz a retrospectiva detalhada de acontecimentos históricos reforçando a constância do patriotismo baiano, a valorização dos bens do solo e subsolo, e a solidariedade para com o passado até aquele momen-

---

no andar térreo e as coleções de revistas e jornais na mansarda. *Echos Telegraphicos. A data da Republica. As festas de ontem. A reabertura do Instituto Historico.* A Notícia, 16 nov. 1914.

<sup>33</sup> Vitrines de duas frentes com prateleiras de cristal, as de estilo Luis XIV, colunas e urna de madeira, as mesas-mostruários para documentos e para moedas, os armários e classificador destinados ao museu, quadros para insetos, cavaletes para as bandeiras e molduras para retratos. Comprovados por notas de lojas e marcenarias (Cx Arquivo Histórico Theodoro Sampaio – 1923-1924. Arquivo IGHB).

to. Não menciona a criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais que acabara de ser criada junto ao Arquivo Público que abrigava o Museu do Estado da Bahia, porém, destaca a arquitetura e os objetos. Anuncia a ideia, concebida por F. Góes Calmon e Washington Luiz, para a criação de um futuro museu de Arte Decorativa ou Arte Decorativa Colonial a instalar na quinta dos Aguiares, um “thesouro de evocações” pela ambiência perfeita para a reconstituição da casa nobre colonial brasileira, ostentando elementos do passado: a fachada, os painéis de azulejos, a capela e o pátio.<sup>34</sup> Em seu voto de protesto contra a demolição da Igreja da Sé, igualmente publicado na *RIGHB* (como o fizeram outros intelectuais), associa história e patrimônio – da Nação e cultural, em suas palavras –, e a representatividade do patrimônio como elemento de rememoração da posição histórica da Bahia e o lugar que deveria ocupar pelos bens inigualáveis contribuindo para reforçar o “brasileirismo”. Acentua a relevância histórica do bem patrimonial como critério de preservação contrapondo-se à “avenidomania” dos iconoclastas favoráveis à demolição de edificações ancestrais – a Igreja da Sé e casario ao redor –, qualificando-as de exemplar para a história da Bahia e do Brasil.<sup>35</sup>

Na sua comunicação no Instituto, tem-se um dos poucos comentários sobre o acervo do Museu (reforçando, na faixa cronológica delimitada): era belo, rico e “variadamente brasileiro”, cheio de elementos evocativos até de maior valor do que os encontrados na agremiação do Rio de Janeiro, ainda que não contasse com livros impressos, manuscritos, cartas geográficas e a coleção de numismática. Todavia, com superior pinacoteca, material etnográfico, mobiliário antigo, “documentação decorativa” e indumentária. Sob seu olhar, as peças eram de tão boa qualidade que jocosamente recomenda cuidado; ele as cobiçava. Sobre o material etnográfico indígena e o africano – tentação para os etnógrafos –, ressalta que “muito sensatamente vivem a sete chaves”. Encontrou tudo tão bem arrumado que sugeriu a Bernardino de Souza, historiador e colecionador de miniaturas de carro de boi, redigir um manual técnico para organizar museus.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> *O Dr. Affonso de E. Taunay no Instituto Geographico e Historico da Bahia*. Conferencia... *RIGHB*, 1928, nº 54, p. 341-370. A idéia de um museu na quinta não foi adiante.

<sup>35</sup> *Um grande capitis diminutio do patrimônio tradicional da Nação* (Protestos contra a demolição da Igreja da Sé. *RIGHB*, 1928, nº 54, p. 393-474). A Igreja da Sé foi posta abaixo em 1933. Sobre o tema, consultar Fernando da Rocha Peres (2009).

<sup>36</sup> “Manual de technica operatória do arranjador, desinteressado e idealista, de dádivas: para o uso dos directores de museus, archivos e estabelecimentos congêneres”. *O Dr. Affonso de E. Taunay... RIGHB*, 1928, nº 54, p. 358.

Tem-se outra visão do acervo em Sílio Boccanera Júnior (1926, p. 180-188), associado ao IGHB para quem o instituto representava o tabernáculo do civismo e do saber para tornar a Bahia culta, e com um museu de valor inestimável. O divide em dois segmentos: o arqueológico indígena e o *Musêu Histórico do Instituto*. De acordo com sua percepção havia “coleções de referência” (pinacoteca, numismática, filatelia, minerais e madeiras do Estado) e os “símbolos nacionais”: retratos, telas, quadros e bustos espalhados em diferentes ambientes do Instituto nomeados para homenagear personalidades<sup>37</sup> que entraram para a história ou para a história da ciência, as lápides comemorativas executadas em mármore, os “modelos” de bandeiras em pano ou em aquarelas e uma série de relíquias, dentre elas, a talha com a representação da coroa do II Reinado que recolhera por estar abandonada e impregnada de valor histórico e artístico, enviando-a para o instituto e pode ser apreciada no saguão de entrada ainda hoje.

Não se tem até o momento fontes que explicitem o arranjo expográfico propriamente dito. Mas a deduzir das instalações do IGHB, o material das coleções museológicas se espalhava pelo saguão, salas e corredores, embora se fale na existência de uma sala chamada museu, atualmente, em reorganização.<sup>38</sup> Do levantamento realizado, infere-se que a organização das coleções do museu não foi preocupação de destaque, exceto em alguns momentos muito específicos, como em 1915 quando da reivindicação junto aos sócios para colaborarem com Theodoro Sampaio na classificação de amostras minerais, artefatos indígenas e material arqueológico para formar o citado museu arqueológico indígena<sup>39</sup>, como se fosse um desdobramento do museu já existente. Diferentemente do museu no qual o instituto se espelhava, em particular o Museu Nacional, com seções científicas bem definidas, dirigidas por especialistas e produzindo pesquisas, o acervo museológico no IGHB estava destinado para outros fins que não os de investigação.

## Das considerações (raramente) finais

Compreendendo que dados novos de pesquisa afloram em garimpagens por vezes inesperadas fazendo entretecer outras teias de relações, qualquer fi-

<sup>37</sup> Homenageados: Visconde de Cairú; Rui Barbosa; D. Pedro II; Maria Quitéria; Carneiro Ribeiro; Rio Branco; Castro Alves; Von Martius; José Bonifácio (BOCANNERA JUNIOR, 1926, p. 180-188).

<sup>38</sup> Projeto em curso pela museóloga e prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Heloisa Helena Costa, e a museóloga Rita Fonseca Chaves.

<sup>39</sup> Relatório das principais ocorrências da vida do Instituto de 15 de novembro de 1914 a 3 de maio de 1915, apresentado e lido na Sessão Magna de Aniversário, pelo 1<sup>o</sup>. Secretário Bernardino José de Souza. *RIGHB*, 1915, Anno XXII, v. X, nº 41, p. 107- 121)

nal nos parece provisório. O IGHB, para usar duas expressões da historiadora Aline Magalhães (2004, p. 104-106), tornou-se o “órgão histórico” – o caminho institucionalizado do civismo – para os agremiados e não associados, funcionando ele mesmo como um grande *museu-arquivo* colecionado *objetos-exemplos*, cheio de elementos visuais distribuídos pelos ambientes para o ensino da história, evocando desde as raízes portuguesas e o passado imperial, à história celebrativa dos heróis nacionais e das memórias e lembranças de eventos significativos para a Bahia. Nas declarações de A. Taunay, é notória a ausência de qualquer menção a exemplares da História Natural; em sua percepção, viu um museu de história. Boccanera Junior, por sua vez, apesar de citar o museu arqueológico indígena, o entende voltado para a História do Brasil e da Bahia.

Nesse aspecto, se depreende a concepção de um museu no IGHB corporificado mais na formação da coleção museológica com objetos absorvidos como complemento junto a outros documentos, integrando, efetivamente, o patrimônio geral do instituto a tal ponto que parecem se fundir em uma grande e única mostra. Com espaço próprio chamado museu e acervo apresentado em salas e corredores, o que se tem no IGHB e coleções representa a posição alcançada, consolidada e ainda hoje referência historiográfica para a tessitura do patrimônio cultural da Bahia.

## Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia (1889-1923)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARATA, Mário. *Origens dos museus históricos e de arte no Brasil. RIHGB*, Rio de Janeiro, 1986.

BARBUY, Heloisa. ‘Museus, exposições e cidades: cultura visual no século XIX’. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BARBUY, Heloisa (Orgs.). *Imagem e produção de conhecimento*. São Paulo: Museu Paulista - USP, p. 66-87, 2002.

BOCANNERA JUNIOR, Sílio. *Bahia Cívica e Religiosa: subsídios para a História*. Bahia: A Nova Graphica, p. 180-188, 1926.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Descrever e Prescrever: as condições de possibilidade e os limites da eficácia política. In: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 117-126, 1998.

BITTENCOURT, José Neves. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu: 1839-1889. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, p. 195-221, 2005. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=Anais%20do%20Museu%20Historico%20Nacional\Volume%2037%20-%202005&pesq=.%20O%20Instituto%20Historico%20e%20Geografico%20Brasileiro%20e%20.>>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 1, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142011000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142011000100007)>. Acesso em: 19 set. 2019.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Colecionando “homens e cousas”: por um perfil do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894 a 1927). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, p. 97-134, 2017.

CUNHA, Cinthia da Silva. *As Exposições Provinciais do Império: a Bahia e as Exposições Universais (1866 a 1888)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12017/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20cinthia%20cunha.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2019.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. *Sob o signo da pedra e cal: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no Estado da Bahia (1927-1967)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17625>>. Acesso em: 19 set. 2019.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. J. J. Seabra e a reforma urbana de Salvador (Bahia/Brasil). *49º ICA - Congresso Internacional de Americanistas*, Simpósio Urb 3, Quito (Equador), 1997. Disponível em: <<https://www.equiponaya.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Flexor.htm>>. Acesso em: 19 set. 2019.

GALVÃO, Fernando Abbott. *O Diário de Jonathas Abbott*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 184-200, 2002. Disponível: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2237-101X2002000200184](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200184)>. Acesso em: 19 set. 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/0>>. Acesso em: 19 set. 2019.

*O Instituto Histórico da Bahia e seu periódico (1856-1877)*. Edição fac-similar. Salvador: A Fundação, 2001.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transferência do provado. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte, MG: Argumentum; Brasília, CNPq, p. 85-112, 2005.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: as ciências naturais e os museus no século XIX*. 2. ed. São Paulo, Brasília: HUCITEC, UnB, 2009.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Colecionando relíquias... um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=118416](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=118416)>. Acesso em: 19 set. 2019.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo: EDUSP, 2008.

PERES, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. 3. ed. Ampliada. Salvador: Editora Corrupio/Petrobrás, 2009.

POULOT, Dominique. Bilan et perspectives pour une histoire culturelle des musées. *Publics et Musées*, n. 2, p. 125-148, 1992. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/pumus\\_1164-5385\\_1992\\_num\\_2\\_1\\_1018](https://www.persee.fr/doc/pumus_1164-5385_1992_num_2_1_1018)>. Acesso em: 10 set. 2019.

RANGEL, Marcio Ferreira. Origens do ensino agrônômico no Brasil e os museus. *Questões em Rede*, 2017. Disponível em: <[http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3171/2014\\_GT9-CO\\_15.pdf?sequence=1](http://200.20.0.78/repositorios/bitstream/handle/123456789/3171/2014_GT9-CO_15.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 19 set. 2019.

RASSE, Paul. *Les Musées à la lumière de l'espace public. Histoire, évolution, enjeux*. França: L'Harmattan, 1999.

SILVA, Aldo José Moraes. *Instituto Geográfico e Histórico da Bahia: origem e estratégias de consolidação institucional (1894-1930)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13614>>. Acesso em: 19 set. 2019.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Primeira Gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1978.

SILVA, Sabrina Damasceno. “O pedaço de outro mundo que caiu na terra”: as formações discursivas acerca do meteorito de Bendegó do Museu Nacional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte; RASMUSSEN, Anne. *Les Fastes du Progrès: Le guide des Expositions universelles 1851-1992*. Paris: Flammarion, 1992.

STEVENSON, Alice; LIBONATI, Emma; BAINES, John. Introduction – object habits: legacies of fieldwork and the museum. *Museum History Journal*, v. 10, n. 2, p. 113-126, 2017.

VIANA, Hélder do Nascimento. *Os usos do popular: coleções, museus e identidades, na Bahia e em Pernambuco, do início do século à década de 1950*. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

VOUILLOUX, Bernard. Les discours sur la collection. *Romantisme*, n. 112, p. 95-108, 2001. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/roman\\_0048-8593\\_2001\\_num\\_31\\_112\\_6175](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/roman_0048-8593_2001_num_31_112_6175)>. Acesso em: 10 set. 2019.

ZEQUINI, Anicleide. Os donos da casa: o edifício do Museu Republicano e sua história. In: BARBUY, Heloísa; ZEQUINI, Anicleide; ZANATTA, Aline A. (Orgs.). *Azulejos: preservação, exposição, conhecimento*. Itu (SP): Museu Republicano “Convenção de Itu”, 2012.

# “A GUARDA FIEL DE NOSSAS TRADIÇÕES E DA NOSSA HISTÓRIA”: O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE E OS HERÓIS POTIGUARES (1902-1917)

MAGNO FRANCISCO DE JESUS SANTOS

Por toda parte pullulam, organizadas e mantidas por espíritos investigadores e selectos, associações especialmente destinadas à pesquisa de velhos documentos; e nos utilíssimos institutos de archeologia, historia, geographia e ethonographia é que vão, principalmente, encontrar o precioso material de sua construção os tratadistas desses quatro ramos da história terrestre. É também nesses repositórios que os grandes historiadores de alto mérito sabem extrahir da aridez enfadonha de manuscritos antigos a synthese philosophica e instructiva que nos apresenta, em majestosa tela impressionante, o drama glorioso da história conhecida, deslumbrantes, que a imaginação do artista philosopho opulenta e realça em grandes traços geniaes, como está para ver se – quanto à história especial da peça na qual principalmente procedemos – nessa esplendida epopeia da dynastia de Aviz, em que Oliveira Martins immortalizou, em livros que ficaram a ‘invicta geração’ dos portugueses. (RIHGRN, 1902, p. 4)

Um artista diante da tela em branco. Uma demanda por história, por tingir de sentidos o chão. Uma necessidade de traços que conformassem uma espacialidade, que difinissem o contorno de um território, que confirmassem a posse da terra. Enfim, a expectativa pela identificação de um herói, erguido como monumento, em traços épicos, com cores vibrantes, que elevasse os espíritos do amanhã pelo exemplo do ontem. No calor dos salões da biblioteca do Atheneu Norte-rio-grandense, cercado de narrativas sobre a história universal, o artista historiador precisava inventar o passado norte-rio-grandense. Precisava criar a epopeia das terras potiguares. Gotas de suor desciam pela face sisuda. Afinal, como pintar a saga de um povo? Como produzir uma cena que reve-

lasse os feitos de heróis? Qual seria a face desse herói? Tudo isso ocorria cercado por uma pressão social, que aguardava pela grande obra, por uma pintura que vislumbrasse o estrangeiro incauto, que marejasse os olhos de velhos que testemunharam a história e que encantasse a mocidade, levando-a a palmilhar os passos rumo ao futuro, com a certeza e o exemplo dos homens de ontem.

Este texto tem como épigrafe o editorial do primeiro número da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*, publicada nos idos de 1903. Uma apresentação dos propósitos do sodalício, criado um ano antes e também uma revisão dos avanços da pesquisa histórica na centúria anterior. O ofício do historiador foi pensado como uma arte. Uma arte capaz de criar o passado, por meio de pinceladas que tingiam de sentido o povo e o espaço. Não se tratava de qualquer história. Tratava-se da busca por um passado de glórias, épico, magestoso, instrutivo, maravilhoso, digno de encanto. Uma tela, uma peça literária, uma epopeia: era a história.

A história proposta pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) deveria edificar sentido a partir da aglutinação do rigor científico, do uso das fontes históricas e da imaginação. Disso resultaria o realce em grandes traços geniais. No caso do IHGRN, o artista historiador pincelou a tela. Tingiu o chão como uma penumbra do herói, a personificação do povo potiguar. As primeiras pinceladas do solo potiguar foram encarnadas. Era o sangue derramado em luta. Era o sangue do sacrifício, do martírio, da luta, da resistência. Nas pinturas, histórias e biografias, o traço que identificava o potiguar era a morte tingida pelos ideais de: conquista civilizadora, republicanismo, catolicismo ou modernidade.

Neste texto, tenho como foco de análise a invenção do passado norte-riograndese no âmbito do Museu do IHGRN, nos dois primeiros decênios após a criação do sodalício. Trata-se do momento de formação do acervo, da busca de documentos escritos, de livros para composição da biblioteca e de objetos que pudessem fomentar à edificação de uma visibilidade da história do Rio Grande do Norte. Nesse caso, a escrita biográfica nas revistas era acompanhada pela construção de monumentos públicos para serem alocados em logradouros da cidade, bem como pela aquisição de bustos para ornarem o museu institucional.

O ofício do historiador, no âmbito do IHGRN, não se restringia ao campo da escrita. Perpassava pelos diferentes campos dos fazeres historiográficos, ou seja, se aproximava com o da curadoria de histórias, definida por Valdeci Lopes de Araújo “como um espaço de promoção, seleção, edição e reapresentação de histórias socialmente distribuídas e compartilhadas” (ARAÚJO,

2017, p. 213). Pautado nessa preocupação, o texto foi dividido em dois momentos. No primeiro, discuto o processo de fundação do IHGRN. No segundo, penso a construção dos heróis por meio da articulação das biografias com a constituição do acervo do museu.

### **“Homens que não se desinteressam das coisas do espírito”: a criação do IHGRN**

29 de março de 1902. Nas instalações do Atheneu, na sala onde funcionava a Biblioteca Pública Estadual, ocorreu uma reunião solene, com alguns dos principais nomes da intelectualidade norte-rio-grandense. Ao iniciar a reunião, Olympio Manuel dos Santos Vital destacou a relevância do momento para o mundo das letras na cultura potiguar, pois o estado finalmente abrigava uma instituição voltada para a preservação da memória estadual e com o desígnio de promover a escrita da história pátria e, especialmente, do Rio Grande do Norte. Nascia assim o IHGRN, instituição que se tornou, ao longo do século XX, o principal centro de produção historiográfica do estado.

Os fazeres historiográficos dos institutos históricos se tornaram o lastro fundador da escrita da história local, com a reunião de documentos, criação de arquivos e museus, financiamento de bustos de heróis, efemérides nas datas cívicas, reuniões sobre questões da história local, fomento a escrita da história e, tão importante quanto, a reverberação dessa produção com as críticas e réplicas. Nesse sentido, os sodalícios se consolidaram como as casas da história oficial, os espaços de produção dos saberes históricos e locais, em suma, lugares de memória (NORA, 1993) privilegiados, em decorrência do amparo financeiro e político do poder público.

A fundação do sodalício potiguar atendia a uma série de motivações, com destaque para a necessidade de uma agremiação para reunir os homens de letras que viviam em Natal, a impetuosa carência de fontes disponíveis acerca do passado local e, o motivo central mais urgente, a dificuldade dos intelectuais norte-rio-grandenses na defesa do estado na chamada “Questão de Grossos”.<sup>1</sup> De acordo com Saul Fernandes, “os sócios do IHG-RN também mantiveram uma produção na revista da instituição para demonstrar uma história e uma geografia comum ao território potiguar” (FERNANDES, 2016, p. 8).

---

<sup>1</sup> A Questão de Grossos é forma pela qual ficou conhecida na historiografia norte-rio-grandense as querelas atinentes à questão dos limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. Sobre essa questão, confira o livro de Saul Fernandes (2016).

Diante disso, torna-se salutar problematizar algumas questões atinentes ao processo de criação do IHGRN, no intuito de compreender as concepções de escrita da história local defendidas no âmbito institucional nos seus primeiros anos de funcionamento. Os pronunciamentos dos sócios fundadores e políticos nas sessões inaugurais, bem como ao longo do primeiro ano de atuação, referendavam os propósitos atribuídos ao sodalício e elucidavam os elementos selecionados para constituir uma identidade estadual. Nesse sentido, registros documentais como as atas das reuniões, conferências, falas de membros da diretoria nas sessões, pinturas históricas, retratos e artigos publicados na revista do instituto são relevantes para a compreensão dos embates definidores dos eixos que norteariam o processo de construção dos pilares da identidade estadual (SANTOS, 2013).

Esses elementos foram explicitados no Estatuto do IHGRN, em 1903, no qual as finalidades da instituição foram apresentadas como questões centrais nos primeiros capítulos. Entre as finalidades, percebe-se uma retomada de valores defendidos no âmbito nacional pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (GUIMARÃES, 1988), como também uma adequação à realidade vivenciada no estado. Os fins da instituição eram:

#### FIM E OBJECTO DO INSTITUTO

Art. 1 - O Instituto Histórico e Geographico do Rio Grande do Norte tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes à historia, geographia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e á língua de seus indígenas, desde a epocha do descobrimento do Brasil. (IHGRN, 1903, p. 9)

Percebe-se uma preocupação centrada na heurística acerca das fontes sobre a história do Rio Grande do Norte. A instituição nascera com a incumbência de se tornar o principal centro cultural do estado, onde possibilitaria aos pesquisadores locais a realização de suas investigações, com o acesso às fontes. A composição de um acervo plural e polissêmico nortearia uma ampla gama de possibilidades de novas investigações, respaldadas em documentos oficiais (DANTAS, 2014). Era a oportunidade de elaborar a versão de uma história produzida em âmbito institucional e dentro dos cânones científicos.

Outra questão relevante apontada no documento oficial é em relação aos temas valorizados pelos sócios fundadores, atrelados à busca das origens do estado, com o estudo dos indígenas à época do “descobrimento”. O so-

dalício emergia como uma proposta de viabilizar a narração acerca do passado local, construindo heróis e descortinando os mitos fundadores do povo norte-rio-grandense. Desse modo, se tornava possível entender as “feições do seu povo e do estado”.

Todavia, a instituição não deveria ser um espaço recluso ao âmbito interno, com discussões exclusivas acerca do passado local. Esperava-se também o diálogo com intelectuais e instituições de outras plagas, no intuito de fomentar a consolidação das pesquisas e a visibilidade da produção sobre a história local. Essa era uma praxe recorrente entre os institutos históricos do antigo norte do Brasil (SANTOS, 2013). Nesse sentido, o IHGRN nasceu com a demanda de ser um elo que conectaria os homens de letras do Rio Grande do Norte ao panteão de pensadores oriundos de instituições congêneres de outros estados. Seria a janela que possibilitaria aos intelectuais locais o acesso à produção acadêmica de outras paragens, bem como permitiria a visibilidade dos escritos potiguares por pesquisadores de todo o país e até mesmo de outras nações da América Latina.<sup>2</sup> De acordo com o Estatuto,

Art. 2 - O Instituto procurará manter correspondência com todas as sociedades de igual natureza e bem assim com as associações literárias existentes nos diversos Estados da União, para mais fácil desempenho dos fins a que se propõe. (IHGRN, 1903, p. 9)

O segundo artigo do Estatuto do IHGRN elucida para uma questão de grande relevância acerca da atuação dos sócios dos institutos históricos regionais, pois abaliza a interlocução dos homens de letras vinculados a essas instituições, com trocas de experiências, homenagens e embates historiográficos. Essa concepção difere da imagem tecida acerca dos sodalícios estaduais, muitas vezes tidos como espaços de reclusão de seus sócios e de pouco diálogo com outras associações, ou de reunir intelectuais sem poder de ressonância em outras paragens.<sup>3</sup> O documento produzido e aprovado pelos sócios do IHGRN revela uma realidade muito mais complexa e espacialmente ampla, com a defesa da possibilidade de se constituir uma rede de sociabilidade de seus sócios

---

<sup>2</sup> Nas correspondências dos institutos históricos estaduais do antigo norte do Brasil, como Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte, é possível localizar as revistas institucionais de praticamente todos os estados, além de correspondências de envio dos periódicos para instituições culturais na Argentina, México, Estados Unidos, Itália e França. Sobre essa questão, confira Magno Francisco de Jesus Santos (2013).

<sup>3</sup> No caso dos institutos de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas, além da permuta de periódicos, havia a solicitação de reconhecimento por instituições internacionais e o envio de seus sócios para congressos brasileiros e americanos de História ou de Geografia (SANTOS, 2013).

com os intelectuais que integravam associações de natureza similar. Contudo, a compreensão de tais ações de sociabilidade e circularidade de conhecimento entre as instituições congêneres ainda se constituiu uma tarefa árdua.

Afinal, como a mediação cultural entre os intelectuais vinculados aos institutos históricos se tornava possível e era operacionalizada? Sobre isso, restam-nos pequenas frestas que podem implicar sobre estratégias de cooperação para superar as condições adversas. Uma ação recorrente entre todos os sodalícios do antigo norte do Brasil, ao longo dos primeiros decênios do século XX, foi a permuta de suas revistas e livros publicados pelos sócios. Essa ação, com certeza, foi o principal mecanismo para fazer as obras circularem, como também promover a difusão dos intelectuais locais em outros contextos. Essas permutas não se restringiam ao âmbito livresco, mas, em algumas circunstâncias, ocorriam também em relação aos acervos museológicos, no sentido de promover a construção de uma visibilidade da realidade social no âmbito externo do estado (SANTOS, 2013).

Porém, não podemos restringir essas ações ao domínio dos livros. A circularidade de ideias também ocorria por meio das homenagens aos heróis e datas cívicas estaduais ou nacionais, das efemérides dos sodalícios e, principalmente, nas ocasiões das viagens e expedições dos sócios por outros estados. Manoel Salgado Guimarães (1988), em sua análise acerca do IHGB, demonstra a relevância dessas viagens, muitas vezes financiadas pelo Império, na construção de uma imagem acerca do Brasil, com a edificação de uma visibilidade para as fronteiras externas e do exótico existente dentro da própria nação.

Em relação aos institutos estaduais, essas viagens se tornavam momentos solenes, oportunidades para elogios recíprocos, de uma dupla consagração da efeméride por ser digna da presença de visitantes renomados em outras localidades, como também do próprio visitante, com as homenagens efetivadas em esfera acadêmica e política. Não raras vezes, eram efetivadas comissões para receber as autoridades notórias do conhecimento científico no intuito de fazer as honras de recepção.

Além das viagens, havia outras ações de consagração dos homens de letras em estados vizinhos, com os convites para se tornarem sócios correspondentes.<sup>4</sup> Geralmente, os intelectuais convidados para sócio correspondente já eram sócios efetivos em suas localidades, fato elucidativo para a compreensão de como havia uma hierarquia na composição das listas de sócios nas re-

---

<sup>4</sup> Eram intelectuais que viviam em outros estados e que tinham reconhecimento por sua produção acadêmica.

feridas instituições.<sup>5</sup> O Estatuto do IHGRN, publicado em 1903, reverberava a relevância dos sócios correspondentes e apresentava as exigências mínimas necessárias. De acordo com o mesmo,

Art. 13 - Para sócio correspondente é preciso:

1º. Que o candidato, residente fora da sede do Instituto, reúna as demais condições exigidas no art. 7.

2º. Que seja proposto e aceito mediante as mesmas formalidades prescritas para a admissão dos socios effectivos. (IHGRN, 1903, p. 12)

Certamente, essa é uma questão que ainda merece ser revista no âmbito da produção historiográfica brasileira, no sentido de entender como essas práticas de mediação cultural entre os homens de letras reverberavam uma maior circulação de suas obras. Com isso, a ideia de escrita da história em perspectiva local ou regional pode ser consideravelmente revista, pois o confronto historiográfico entre esses intelectuais possibilitava um embate que extrapolava os limites estaduais. Como o próprio estatuto preconizava, a instituição deveria defender a escrita de uma história nacional, com a valorização do passado brasileiro a partir da realidade local. A história pátria deveria ser pensada a partir do lugar, da experiência social e histórica vivida no estado. Em outras palavras, ao pincelar o retrato do Brasil, o artista historiador buscava realçar os traços específicos de cada chão.

Todavia, um espaço privilegiado para a edificação de uma memória norte-rio-grandense era o museu. O museu deveria reunir acervo que contribuisse para as pesquisas sobre o passado estadual, com ênfase para os campos da História, da Geografia e da Etnografia locais. Um indício da relevância da constituição do acervo museológico foi a abertura da possibilidade de admissão de sócios que não fossem oriundos do mundo das letras, mas que tivessem contribuído com a formação do museu. De acordo com o Estatuto de 1902, seriam admitidos “os cidadãos que, ainda mesmo não sendo homens de letras, tenham prestado serviços relevantes ao augmento do patrimonio, da bibliotheca, do archivo, ou do museu do Instituto, ou realizado outros benefícios” (RIHGRN, 1903, p. 12).

Ao longo dos primeiros decênios do século XX, o IHGRN estimulou a doação de manuscritos, obras de arte e registros que pudessem reverberar a visibilidade do passado. O IHGRN deveria se tornar uma vitrine de história,

<sup>5</sup> Uma exceção a essa situação foi a de Câmara Cascudo, que se tornou sócio correspondente dos institutos do Ceará, Paraíba e Pernambuco antes de ser aprovado como sócio efetivo do IHGRN.

no qual a população pudesse consumir histórias tecidas em narrativas escritas e visuais.

As diretrizes apontadas no Estatuto definiam alguns caminhos atinentes à composição do acervo. Isso demonstra a preocupação com a constituição de uma heurística que não deveria ser exclusiva da gestão documental, mas também incluía o levantamento da produção historiográfica e da curadoria da cultura material. No primeiro estatuto aprovado pela instituição, estava entre os deveres dos sócios “concorrer, finalmente, com a oferta das obras que publicar, de documentos, manuscritos ou objectos de valor que puder obter para a bibliotheca, archivo e museu do Instituto” (RIHGRN, 1903, p. 13). A instituição deveria se tornar a casa da memória potiguar, guardiã das fontes e dos escritos científicos. Para isso, necessitava, primeiramente, constituir o acervo, reunir objetos que se encontravam dispersos em diferentes instituições e, principalmente, sob a guarda de acervos particulares. Como vitrine da história, o museu do IHGRN tinha como função instituir uma visibilidade pública para preciosidades guarnecidas na esfera privada.

A preocupação com uma visibilidade pública dos acervos era corroborada pela elucidação do destino dos mesmos, em caso de dissolução da instituição. O estatuto definia que “no caso de dissolução do Instituto, passará, integralmente, o mesmo patrimonio ao do Estado, inclusive o archivo, a bibliotheca e o museu” (RIHGRN, 1903, p. 22).

Além da constituição do acervo, também era questão relevante pensar na organicidade dos objetos recebidos dos sócios. O museu deveria instituir uma narrativa, um olhar direcionado acerca dos feitos dos homens da terra. Deveria emoldurar a história para ser contemplada pela população, especialmente, alunos das escolas públicas de Natal. De acordo com o Estatuto de 1903, era atribuição do 1º secretário “manter em bôa ordem a escripturação da secretaria e bibliotheca, do archivo e museu do Instituto, velando pelo asseio e pela conservação de tudo, no que poderá ser auxiliado por qualquer dos socios, designado pelo Presidente” (RIHGRN, 1903, p. 15). Dessa forma, instituía-se um acervo e uma narrativa que orientava o olhar sobre o passado.

### **“Os grandes homens e os factos memoráveis”: as biografias no IHGRN**

Torna-se salutar discutir a compreensão dos sócios do sodalício, ou pelo menos dos membros da diretoria e autores dos primeiros textos, acerca dos fazeres e saberes históricos. O conhecimento histórico, no início do século XX,

passava por importantes questionamentos e revisões, marcados pelas disputas entre intelectuais vinculados a diferentes concepções teóricas, muitos dos quais atrelados ao historicismo e às diferentes acepções científicas (REIS, 2010).

No caso do IHGRN, percebe-se, no primeiro momento, uma preocupação em se constituir uma leitura respaldada na coesão interpretativa de seus sócios acerca da compreensão histórica. Os intelectuais vinculados ao sodalício se viam como devedores do cientificismo oriundo dos pensadores do século XIX, ou seja, com a fundação de uma instituição acadêmica, eles seriam os continuadores do projeto científico oitocentista em terras natalenses, por meio de uma linearidade de pensamento. Ao apresentar a primeira edição da *Revista do IHGRN*, a comissão de redatores, constituída por Alberto Maranhão, Pedro Soares e Luiz Fernandes, destacou:

Um dos grandes serviços do século findo, esse fecundo cyclo historico tão prodigo em descobertas magnificas, foi sem duvida o empenho pertinaz e fatigante de espíritos eminentes em fazerem reviver na chronica scientifica os grandes homens e os factos memoraveis que se agitaram à face do planeta, no combate constante e productivo que a lei da evolução preside, desde as afastadas epochas, apenas divulgadas pela poderosa lente inductiva da sabedoria moderna. (RIHGRN, 1903, p. 3)

Esse texto pode ser visto como um indício relevante sobre a vinculação teórica dos sócios do IHGRN, bem como a própria concepção estabelecida para os fazeres historiográficos. Fica evidente a preocupação com o cientificismo, por meio da produção de “crônicas científicas”, nas quais seriam elucidadas as trajetórias de “grandes homens e fatos memoráveis”. Esses dois quesitos são imprescindíveis para entendermos como o IHGRN foi fundado como uma proposta de retirar do esquecimento os “homens” dignos de serem lembrados por seus feitos. Em um espaço fundado exclusivamente por homens, havia o intuito explícito de construir a memória acerca dos antepassados da elite local, dos “grandes homens”, daqueles que teriam feito a história local. A história, nessa perspectiva, era fruto dos grandes feitos, da ação exclusiva dos homens oriundos de uma pequena elite política, econômica e intelectual.

O texto também revela o domínio cientificista defendido pelos sócios redatores. A sociedade era entendida como um conjunto social regido por leis evolucionistas, no qual a luta em defesa da memória era um indício de vinculação à modernidade. A relação entre as leis científicas e o ingresso no mundo moderno foi explicitada pelos mesmos redatores:

Os novos métodos, empregados para o conhecimento, tanto quanto possível exacto, da história da terra e dos seus habitantes, deram surpreendentes resultados; e já hoje aparece, evocado pela visão subjectiva dos estudiosos, em descortino bellissimo e grandioso, o passado inteiro da nossa espécie, instruído pelos seus feitos notáveis através dos séculos já submettidos à analyse philosophica, precursora immediata das leis que a sciencia propriamente dita vae codificando e que primeiro surgiram no cérebro genial dos beneméritos apóstolos da especulação e da hypothese. (RIHRN, 1903, p. 4)

Os fazeres historiográficos perpassavam pelo emprego de um método que possibilitasse a construção de um conhecimento exato da história, com o uso das leis da ciência e da análise filosófica. A operação historiográfica perpassava pela busca dos documentos, bem como pela retirada dos fatos históricos descritos nos mesmos. O passado emergia nos documentos como uma tela, um cenário pronto para ser extraído pelos historiadores.

O passado de glórias era tido como uma lição a ser utilizada como um recurso pedagógico no tempo presente. A história era a mestra da vida, com os usos das biografias dos “grandes homens”, nos quais as novas gerações deveriam se nortear para guiar-se nos caminhos do presente em direção ao futuro. Em busca de um passado mítico, o olhar do historiador se deparava com a experiência do nacional, com vínculos portugueses, exemplar na vivência histórica por meio da colonização no novo mundo, assim como exemplar na proeza de enxergar os fatos do passado. A operação historiográfica (CERTEAU, 1982) entre os homens de letras potiguares deveria ser norteadada pelo exemplo dos historiadores da velha Europa. Com isso:

Foi na certeza, portanto, da necessidade de uma instituição entre nós que não deixasse perderem se, no pó de velhos arquivos descuidados, documentos valiosos da historia patria, e especialmente do Rio Grande do Norte, que possam servir de base e fornecer elemento seguro ao futuro historiador; foi nessa certeza, sim, que um grupo de homens que se não desinteressam das coisas do espirito conseguiu fundar nesta Capital, em 29 de março de 1902, o Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte, que esta REVISTA representa na Imprensa. (RIHGRN, 1903, p. 5)

De acordo com os redatores da *Revista do IHGRN*, o periódico emergia com a missão de fornecer aos historiadores a facilidade de acesso aos documentos sobre o passado potiguar. Os sócios do sodalício são apresentados co-

mo uma elite imbuída de uma missão civilizadora, de salvaguarda da memória estadual na luta contra as mazelas do esquecimento. O periódico era apresentado como um baluarte da imprensa potiguar, no qual a História e a Geografia da terra eram apresentadas a seu povo.

Nas origens do IHGRN, os tempos de outrora precisavam ser conquistados. O passado deveria ser descortinado. O esquecimento, tido como um iníquio da barbárie, deveria ser suplantado pela memória. E essa memória edificada sob a tutela do sodalício deveria fomentar a escrita da história com respaldo científico, a favor da verdade. Na sessão solene de criação do IHGRN, Vicente de Lemos afirmou:

O fim da presente reunião era a fundação, nesta Capital, de um Instituto Historico e Geographico, que tomando o encargo altamente patriótico de firmar com dados authenticos, colhidos em pacientes e constantes investigações, a verdade histórica da vida Potyguar em qualquer sentido, promovesse todos os meios conducentes à realização desse *desideratum*. (ACTA IHGRN, 29 de março de 1902, p. 6)

O intelectual norte-rio-grandense elucida a preocupação dos sócios fundadores em descortinar “a verdade histórica da vida potyguar”, na qual se destacava a iniciativa de empreender a heurística documental sobre o estado. Tais documentos deveriam apresentar os elementos valorados no âmbito da pesquisa científicista, como dados autênticos. O passado potiguar deveria ser recuperado, mas sob o respaldo da história científica vigente no período oitocentista.

Além de construir uma espacialidade potiguar, com a designação de um território comum, legitimado pela apresentação de uma documentação na qual se confirmava esse passado imaginado de colonização das terras, tornava-se necessário também forjar a identidade potiguar por meio da edificação de um passado mítico, com a presença de seus heróis, ou seja, a escrita de biografias de homens que deveriam servir de exemplo para a formação das novas gerações.

Essa preocupação se torna perceptível ao passo que observamos a preocupação dos sócios em realizar sessões solenes ou aprovarem documentos oficiais da instituição em datas cívicas. Na reunião realizada no dia 25 de maio de 1902, os sócios aprovaram a proposta de efetivar a aprovação do estatuto na data de celebração do mártir potiguar da Revolução Liberal de 1817:

Nos termos da disposição transitória dos mesmos Estatutos, a Directoria designou o próximo dia 12 de Junho, em que commemora o Estado o supplicio do seu grande martyr da liberdade – Frei Miguelinho – para ter logar a eleição da primeira Directoria effectiva e comissões do Instituto, convidando os socios presentes a comparecerem na hora do costume, e determinando que pela imprensa fossem também convidados os demais. (IHGRN, 1903, p. 94)

Esses textos biográficos são salutares para a compreensão dos valores imaginados ou atribuídos aos biografados e personalidades homenageadas nas sessões da diretoria. Isso ocorria em relação ao mito fundador, a um passado remoto ou ao passado próximo, com iniciativas de uma história imediata a partir das biografias em tons de necrológicos. Na ata da 4ª sessão, realizada na tarde de domingo de 18 de maio de 1902, os sócios apresentaram a notícia da morte de Augusto Severo Albuquerque:

Senhores: É esta a primeira vez em que nos reunimos, depois do luctuoso desastre de doze do corrente, que motivou a morte daquelle que havia dedicado todo o esforço da sua prodigiosa intelligencia á solução do grande problema que, ha muitos annos, tem prendido a attenção dos mais alevantados espiritos, dos mais eminentes cultores da sciencia. A morte do notável brasileiro Augusto Severo, occorrida em Pariz, pelas seis horas da manhã daquelle dia, não é somente uma perda irreparavel para os seus amigos e parentes, não enluta e entristece somente a elles, mas a todo este Estado, onde nasceu, a todo o Brasil, nossa patria querida, a todo o mundo, porque a sciencia, pela qual Augusto Severo exhalou o ultimo suspiro, não conhece confrontações territoriaes, não distingue raças, pertence á humanidade inteira. E, quando de toda parte em que chega a noticia do infausto acontecimento correm todos presurosos a associar-se á grande romaria de demonstração de pesar pelo desaparecimento desse vulto homérico, não podemos ser a isso indifferentes nós, que o conheciamos de perto, nós, que tivemos occasião de apreciar as excelsas qualidades que tão nobremente o distinguiam. Tendo, pois, a mais plena convicção de que interpreto os vossos sentimentos, indico: Que se lance na acta um voto do mais profundo pesar se levante a sessão. (ATA, 18 de maio de 1902, p. 89)

Augusto Severo foi descrito como o aventureiro, o homem de ciência que acata os desafios do progresso, da modernidade. A morte prematura em acidente na aviação o tornava um mártir do progresso e da renovação. Apesar de ter apresentado um desfecho trágico, possivelmente, até mesmo

por esse motivo, a trajetória de Augusto Severo se transformava em aspecto modelar para a formação das futuras gerações. Era o herói ideal para se constituir os pilares da escrita da história no âmbito do IHGRN. Ele aglutinava todos os elementos necessários para a construção de uma leitura do passado e do futuro potiguar: modernidade, coragem, sacrifício, tecnologia, ciência, razão.

Além de todas essas prerrogativas, ele era integrante de uma importante família política, associada ao mito fundador da conquista do Rio Grande. A morte prematura costurava passado remoto e passado próximo, na edificação de seu herói. Após o anúncio da morte, o sócio Meira e Sá saudou as virtudes do nobre potiguar:

A extraordinária obra, o devotamento heroico, o empreendimento assombroso do nosso inolvidável patrício e nunca assaz pranteado amigo Augusto Severo, a que o nosso illustrado Presidente acaba de referir-se de modo tão sentido quanto eloquente, são dignos do seu grande espirito privilegiado. E, honrando sobre maneira o Brasil, honra elle, com especialidade, esta pequenina nesga de terra do Rio Grande do Norte, que lhe foi berço abençoado. Aonde quer que se leia a historia, já celebre, da solução do tormentoso problema da navegação aerea, a cujo respeito cabe incontestável e incontestada primazia à nossa patria, o nome de Augusto Severo será lido com desvanecimento - ahi, brilhará aureolado pela Gloria. (ATA, 18 de maio de 1902, p. 89)

A assertiva de Meira e Sá destacava as virtudes do conterrâneo, como também buscava comover as autoridades para uma ação conjunta de construção da memória do herói, sacrificado em nome da ciência nos ares parisienses. Severo deveria ser visto como o herói do Rio Grande do Norte e do Brasil, morto no processo de afirmação da navegação aérea. Essa ação reafirmava a presença do país como vanguarda tecnológica e na difusão de cientistas que desafiavam os empecilhos do passado. O passado inventado, no âmbito do IHGRN, era marcado pelo herói emergente, forjado com pouco mais de um mês após a fundação do sodalício. O sócio do IHGRN afirmava:

O seu tumulo é ao mesmo tempo o pedestal sobre o qual começa a erguer-se o magestoso monumento á sua perenne memoria. Isto mesmo nos está a dizer: justas são todas as lagrimas que a sua suppração e a eterna saudade inspiram; mas não é menos justo que saudemos o heroe. (ATA, 18 de maio de 1902, p. 91)

A tragédia parisiense teria concluído o aparato inicial de construção da identidade potiguar por meio da invenção do passado local. A escrita da história buscava sedimentar o passado mítico, com os traços acerca da conquista e ocupação do território e a exposição de seus heróis, dos tempos idos da expulsão dos invasores franceses e do passado próximo, com a história imediata na escrita biográfica do mártir da ciência, Augusto Severo. O IHGRN, por meio da revista e de seu museu, se transformou em um espaço de fabricação de heróis.

Assim, passo a encontrar novos biografados: conquistadores, como Jerônimo de Albuquerque; revolucionários, como Frei Miguelinho e André de Albuquerque; defensores de um modelo de liberdade, como Felipe Camarão; ou vítimas da ausência de liberdade, como os mártires de Cunhaú e Uruaçu, trabalhados por Renato Amado Peixoto (2010). Do panteão de heróis, escolhi Felipe Camarão, biografado por Luís Fernandes, nos idos de 1904. Camarão seria o fruto da terra, símbolo da resistência: “Filho de uma raça que produzia homens desta têmpera, não é de admirar que, com quasi um terço menos de sua idade, Camarão fosse o heroe da Batalha dos Guararapes” (FERNANDES, 1904, p. 182-183).

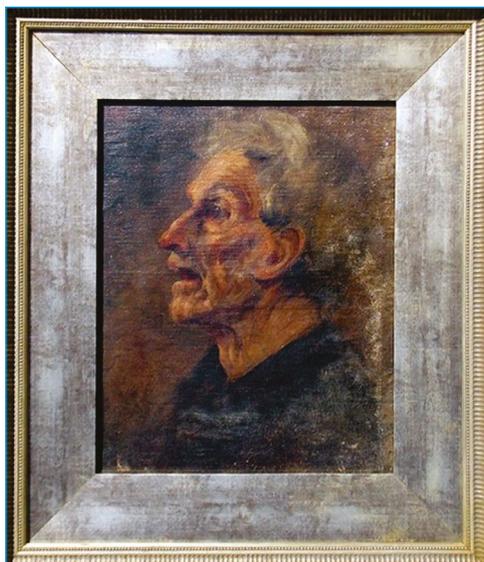
Assim como os demais biografados nos primeiros números, a sua virtude emerge nas batalhas, na resistência, na luta por suas ideias, na força e, principalmente, na morte. O sacrifício cristão é um elo imprescindível para unir escritas tão distantes, homens que viveram em períodos tão díspares.

Ahi é assaltado por uma febre pertinaz e logo bloqueia o altivo gequiti-bá de nossas mattas; enquanto o seu espirito, como a fama de seu nome, evola-se às regiões sideraes da immortalidade, acompanhando-o, talvez, um único pezar: não ver raiar a aurora da redempção da patria. Athleta denodado e habil capitão, não houve uma só acção em que se pleiteasse a causa da liberdade em que não sentissem os Batavos o peso do seu braço. (FERNANDES, 1904, p. 236)

O herói potiguar apresentava duas faces: uma cristã; a outra, patriótica:

Mas, si bravo se mostrára sempre, nunca o fóra com crueldade. Religioso sem fanatismo, jamais esqueceu os deveres de christão e de homem social [...]. Foi amado por todos e por todos respeitado. E, assim, na patria pernambucana, ao lado dos patriotas, seus esforçados companheiros d’armas, descansam as cinzas veneraveis do heroico filho do Rio Grande do Norte. (FERNANDES, 1904, p. 237)

Quem são esses heróis biografados? São homens toponímicos. São heróis criados nas páginas de um periódico e replicados em monumentos, na denominação de logradouros e instituições, com as mais polissêmicas pretensões de usos, nem sempre respaldadas nos procedimentos da pesquisa histórica. Entre o mito e a história, opta pelo primeiro.<sup>6</sup> Em 1917, no bojo das comemorações do centenário da Revolução de 1817, que em terras potiguares o tempo silencia o espaço para forjar o protagonismo dos norte-rio-grandenses<sup>7</sup>, foi encomendado pelo governo estadual, ao renomado pintor Antônio Parreiras, uma tela sobre o julgamento de Frei Miguelino (PAIVA, 2018). A tela com a cena épica foi destinada ao Palácio do Governo. O retrato de Miguelinho pas-



sou a constituir a peça principal do acervo do museu do IHGRN. O herói louvado em cantos e histórias, passava a ter face. Uma face angustiada, com olhar altivo, de quem se entrega à morte para não renunciar aos seus ideais. A face do homem potiguar heroicizado pela história.

Figura 1.  
Retrato de Frei Miguelino

Fonte: Antônio Parreiras, 1916. Acervo do Museu do IHGRN.

Avanço no tempo do biografado, recuo no tempo da escrita, com Frei Miguelinho, o herói da Revolução de 1817, a revolução que nas terras potiguares não se refere a uma experiência espacial, para elucidar um tempo: tempo de luta pela liberdade. Tempo de luta de heróis potiguares. Biografia também é um hino, um canto entoado na singela voz de professoras de outrora.

<sup>6</sup> Isso em nosso tempo, na história do calor dos acontecimentos, em pleno século XXI, é possível perceber a retomada da figura mitológica de Felipe Camarão no âmbito de institucionalização de novos movimentos constituidores de culturas políticas.

<sup>7</sup> A Revolução Pernambucana, na historiografia norte-rio-grandense, é conhecida como Revolução de 1917, com ênfase para a atuação de Frei Miguelino e André de Albuquerque.

Hymno ao Padre Miguelinho  
Surja em paz, da penumbra da História;  
Do Futuro ao sonoro clangor  
Surja em paz, sob as azas da Glória.  
Quem da morte se fez vencedor!  
Symbolizas o bem n'esta terra  
E o civismo dos nossos avós:  
É teu nome um sussurro de guerra  
São teus feitos, lampejos de sóes!  
Sob o templo do amor, sempre novo.  
Duas crenças conduzes de pé:  
N'um altar – os direitos do povo;  
N'outro altar – a bandeira da fé. (SMIDO, 1906, p. 337-338)

Frei Miguelinho saiu da penumbra da história. Rompeu com as sombras do esquecimento, morreu para lançar a semente da liberdade. Uma semente que tardou a germinar, onde somente no futuro o grito ecoou como um suspiro de glória. Grito de vitória, sussurro de guerra, martirizado em prol da liberdade, Frei Miguelinho é o espelho do civismo. É o símbolo dessa terra.

Nessa hora propícia da civilização brasileira, cumpre ferir no coração dos moços os primeiros accordes do patriotismo e despertar na consciência dos velhos a invocação das glórias que se foram. Ser moço é fazer-se digno de um presente que desponta. Ser velho é tel-o sido de um passado que finou-se. O moço que alimente ambição de virtudes civicas. O velho que mantenha consciência de as haver participado. É dentro de um solo querido que a alma de um povo palpita. Nessa fronteira sagrada há uma fortificação sagrada que se diz amor da Pátria. Encaremos o Pantheon de nossas glórias e veneremos os nossos heróis. Existe uma seiva em tudo que finda. Morrer é fecundar! (ABREU, 1906, p. 345-346).

Esse texto evidencia uma confluência de tempos. Como Janus, Frei Miguelinho é a face do velho e do novo. Como Arquimedes, usa do seu espelho para direcionar os raios de outrora, a luz da liberdade para guiar os moços em direção ao futuro. Como Clio, mergulha nas águas do Rio Leter para salvar Mnemosine do seu inevitável fim. Fim ou recomeço. Opto por invenção. Afinal, como afirma Francisco Pinto de Abreu, “morrer é fecundar”. Nesse caso, é apenas o início de uma história.

Nesse sentido, na Casa da Memória norte-rio-grandense, o historiador se fez artista, ao pincelar vidas de homens tratados como heróis, ao coroar a

história do estado como uma epopeia, que ecoava por diferentes redutos do país e, principalmente, ao delimitar, no tempo da história, o espaço estadual. A história foi o recurso para edificar o território. A história tornou-se um instrumento de construção de um horizonte de expectativas (KOSELECK, 2006), inventado o passado potiguar. Mas, também no âmbito do Museu do IHGRN, o artista se fez historiador. Parreiras edificou a visibilidade de um herói já narrado. O retrato de Frei Miguelinho elucidava que o chão produzia um modelo diferenciado de herói para inventar o passado local. Com isso, as barreiras entre os fazeres historiográficos e artísticos foram diluídas e o Museu do IHGRN se transmutava na vitrine da história.

## Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes de. “O direito à História: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída”. In: GUIMARÃES, Jéssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (Orgs.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, p. 191-216, 2017.

DANTAS, Beatriz Góes. Tambores silenciosos: a saga dos objetos de terreiros no acervo do IHGSE. *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 44, p. 21-50, 2014.

FERNANDES, Saul. Os engarrafadores dos espaços ou a disputa pela produção espacial norte-rio-grandense e cearense durante a retomada da questão dos limites entre os sócios do IHGA-CE e do IHG-RN. *Espacialidades*. Natal, n. 9, p. 140-165, 2016.

FERNANDES, Saul Estevam. *O (In)Imaginável elefante mal-ajambrado: a retomada da questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e a formação espacial e identitária norte-rio-grandense (1894-1920)*. Natal: IFRN, 2016.

FREIRE, Felisbelo. Limites do Rio Grande do Norte com o Ceará: synthese histórica. *Revista do IHGRN*. Natal, n. 2, p. 3-5, 1903.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, n. 12, p. 7-28, 1993.

PAIVA, Diego Souza de. *Para além da moldura: o julgamento de Frei Miguelinho e a construção de uma memória republicana (Natal, 1906-1919)*. Natal: Caravela Selo Cultural, 2018.

*REVISTA do Instituto Histórico e geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal, n. 1, p. 3-5, 1903.

RODRIGUES, A. Coelho. O Rio Grande do Norte antes da conquista. *Revista do IHGRN*. Natal, n. 1, p. 24-40, 1903.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenias. Encontros tecidos pelas memórias de uma coleção: a rede de sociabilidades dos pintores e intelectuais da Casa de Sergipe. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenias Santos. (Orgs.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: IHGSE, p. 201-228, 2014.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenias Santos. (Orgs.). *História, Memória e Comemorações na Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGSE*. Aracaju: IHGSE; São Cristóvão: EDUFS, 2013.

# “UM MUSEU DE GRANDES NOVIDADES”<sup>1</sup>: EM DEFESA DE NOVOS ESTUDOS SOBRE O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO<sup>2</sup>

MARGARIDA MARIA DIAS DE OLIVEIRA

Este texto objetiva defender a necessidade de revisitar a historiografia sobre os institutos históricos e, em especial, do que me cabe nessa oportunidade, o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

Em “Os Institutos Históricos da Paraíba e Sergipe: modelo de inserção nacional, ensino e novas configurações (1912-2014)”, Margarida Maria Dias de Oliveira e Itamar Freitas (2017) asseveraram a enorme repercussão do trabalho de Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (1988) e as limitações da generalização de suas conclusões para outros períodos históricos além do analisado pelo autor. Nessa ocasião, pretendo chamar a atenção para a necessidade de interpretação, análise e construção de novos conhecimentos sobre o IHGP reavaliando sua fonte mais utilizada – as revistas –, mas também refletindo sobre as possibilidades de questionamentos a acervos que também podem servir de fundamento a novos estudos sobre os institutos históricos em geral e, em particular, sobre o da Paraíba, como a correspondência com outras instituições e as coleções de objetos, móveis, pinturas e esculturas compostas ao longo da existência do instituto.

O IHGP foi fundado em 1905. No seu primeiro estatuto, publicado em 1906, em seu artigo 1º afirma que tem “por objecto reunir, conservar e publicar todos os documentos relativos à história, geografia, arqueologia e ethno-

---

<sup>1</sup> Peço emprestado ao poeta Cazuzu uma das frases mais geniais da sua musicografia: “Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não pára”.

<sup>2</sup> Agradeço ao professor Clóvis Britto por ter remetido um número significativo de fontes que possibilitou a escrita de parte deste texto.

grafia do Estado, e bem assim proceder a estudos e indagações sobre as mesmas matérias” (RIHGP, 1909, p. 11). Complementa no parágrafo 2º do artigo 2º do mesmo documento que é um objetivo subordinado ao objetivo maior de “organizar um archivo, onde se recolhão em boa guarda, depois de methodicamente colecionados e catalogados, todos os papeis e *objectos* de valor histórico, geográfico, archeologico e ethnologico adquiridos ou produzidos pelo Instituto” (RIHGP, 1909, p.11, grifo nosso).

É forçoso observar que tudo estava subordinado ao objetivo maior que era colecionar, dar conhecimento e escrever sobre o que compunha a história do estado, portanto, não há separações – pelo menos nessa primeira fase da entidade – na variedade de vestígios e ao que significava cada tipo de coleção. Talvez, por isso, chame pouca a atenção dos pesquisadores as ações que não estão diretamente relacionadas à escrita da história.

A forma como as universidades têm se associado aos institutos, também já apontado por Margarida Maria Dias de Oliveira e Itamar Freitas (2012), ao mesmo tempo em que os valoriza como centros de documentação, os enfraquece como locais vivos de relações entre sujeitos e as possibilidades de estudos e entendimentos do quanto essas relações engendram histórias.

Quando procedi a minha pesquisa entre os anos de 1989 e 1993 sobre a historiografia paraibana (Cf. OLIVEIRA, 1996), os únicos trabalhos existentes na Paraíba sobre sua historiografia eram os de Geny Cândido (1983) e de José Octávio de Arruda Mello (1988). Ariane Sá e Serioja Mariano (2003) organizaram uma publicação que se debruçava sobre a escrita historiográfica de indivíduos como Justiniano José da Rocha, Maximiano Lopes Machado, Irinêo Joffily, Celso Mariz, Archimedes Cavalcanti e Horário de Almeida, que aprofundava os estudos sobre escrita da história. Mas, parece que não se deu continuidade. No *site* do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) não constam indicações de dissertações nessa linha. Falta uma análise dos antecessores do IHGP, que era a proposta inicial de tese da professora Joana Neves, ou algo como João Maurício Gomes Neto (2010) fez em relação ao Rio Grande do Norte, situando os debates e as disputas que se configuravam.

E, sobretudo, ainda não existem estudos – provavelmente por falta de fontes organizadas e acessíveis – de outras iniciativas que se têm apenas notícias como as chamadas universidades populares, referências às escolas ligadas aos movimentos de trabalhadores e, dentro do espectro do próprio instituto histórico, os dissensos intergrupos, a rede de sociabilidade por meio do ar-

quivo e do museu da instituição – documentação ainda inexplorada – e a comparação com a produção literária proveniente dos mesmos autores de histórias (ou de episódios) da Paraíba.

## A história da Paraíba escrita pelo IHGP

Os fundadores do IHGP, em linhas gerais, tinham como atividade principal cargos públicos e/ou burocráticos e formação idêntica, construída, principalmente, nos bancos escolares do Liceu Paraibano e/ou na Faculdade de Direito de Recife. Eles ocuparam cargos centrais na política paraibana e tiveram atuação importante na imprensa local, sendo diretores, redatores e colaboradores dos principais jornais locais.

Os fundadores do IHGP colocaram-se a si próprios como marco histórico, construindo a única ruptura permitida nessa historiografia e a mais importante: a passagem de uma Paraíba “sem história” para uma Paraíba com história e escrita pelos paraibanos. A fundação do IHGP previa o objetivo maior de escrever a história da Paraíba e, quando isso se adicionava ao fato de ser escrita pelos próprios paraibanos, a relevância do objetivo era multiplicada.

Grandeza das terras paraibanas e do tipo específico de homem que encerra, grandeza do instituto histórico, grandeza da história paraibana. Para construir essas imagens, o IHGP não poupou esforços: “A nossa Instituição está fadada a prestar os melhores serviços à nossa querida Parahyba, cuja história precisa ser bem conhecida” (RIGHP, 1980, p. 121).

O IHGP nasceu de uma Comissão formada para programar as comemorações do dia 7 de setembro de 1905. Dessa Comissão, participavam, entre outros, o próprio presidente do estado, Álvaro Machado, e o bispo Dom Adauto de Miranda Henriques. Uma subcomissão foi escolhida para elaborar o projeto de estatutos do IHGP constituída por Flávio Maroja, João Pereira de Castro Pinto, Manoel Tavares Cavalcanti, João Machado da Silva, João de Lyra Tavares, Francisco Coutinho de Lima e Moura e Irineu Ferreira Pinto. Projeto que foi aprovado em 12 de outubro de 1905, quando o IHGP foi definitivamente instalado.

Observa-se que o IHGP, desde sua criação, mantém uma ligação íntima com o Estado como favorecedor de toda a infraestrutura necessária para sua instalação e implementação dos seus objetivos. Favorecimentos concedidos desde o espaço físico até às subvenções mensais que lhe davam condições para o procedimento de todas as tarefas vinculadas à pesquisa histórica e ge-

ográfica como visita a localidades, organização das fontes históricas e o mais importante, a publicação da revista.

Apesar do entusiasmo que o 1º Secretário do IHGP, Tavares Cavalcanti, procurava transparecer, não foi o suficiente para que, no final do primeiro ano de existência, se destacasse uma produção significativa:

Quando as associações se formam de especialistas em sua maioria, conhecedores exímios da matéria que o objectivo d'ellas deve-se esperar desde logo um resultado grandioso. No caso vertente, porem, sendo a historia da Parahyba em geral menos conhecida dos próprios filhos d'esta terra que a historia do resto do Brasil, a quasi totalidade dos sócios ressentia-se desta falta de conhecimentos. D'ahi não poderem acertar o caminho. (RIGHP, 1980, p. 93)

Organizar, catalogar, mapear as fontes que poderiam subsidiar a feitura dessa história passa então a ser tarefa primordial do IHGP. A “falta de acertar o caminho” fez com que as primeiras revistas desse instituto e, em especial, a número 1, publicada em 1909, contivessem um amplo espaço ocupado pelos muitos textos produzidos, às vezes, pelos próprios fundadores, nas suas militâncias nos jornais do final do século XIX.

Escrever a história, catalogar as fontes, juntar todo material possível que servisse para glorificar o passado. Assim sendo, é bem exemplificador que o IHGP se empenhasse em requisitar os restos mortais de André Vidal de Negreiros, adquirir os retratos de Duarte Gomes da Silveira e sua esposa, descobrir o crânio de José Peregrino Xavier de Carvalho e em constituir uma comissão para elaborar um projeto de armas da Paraíba.<sup>3</sup>

A preocupação inicial, dado o desconhecimento da história paraibana, admitido pelo próprio Tavares Cavalcanti, fazia ser prioridade o cadastramento dos arquivos, reconhecimento dos documentos, fazer escavações arqueológicas, reunir objetos etc. Tudo isso com o objetivo principal de comprovar o processo histórico paraibano.

O caráter oficioso do IHGP foi que lhe deu, paulatinamente, o *status* de foco de produção historiográfica, transformando-o no local da história paraibana. Entre a preocupação de se engrandecer para se legitimar e reclamar

---

<sup>3</sup> No decorrer do texto, o leitor verá deliberações ou afirmações de membros do IHGP que demonstram a absorção pela entidade do clima intelectual da época. Dessa forma, princípios positivistas, sobretudo quanto ao tratamento de fontes, da relação do historiador com o objeto de estudo etc. serão encontrados, como também de outras escolas, como, por exemplo, o evolucionismo.

nos momentos de maiores crises, o IHGP conseguiu cumprir a tarefa a que se propôs: escrever a história da Paraíba e lançar as bases da historiografia paraibana. Tavares Cavalcanti, consciente do trabalho que fazia em 1906, dizia:

[...] verdadeiramente emocionado ao lembrar as fases da nossa vida social, em que, circundados de uma muralha glacial de indiferença, tivemos de formar um pequeno nucleo e de redobrar esforços e de amor a idéia para que não fenecesse, no momento quasi de nascer, este objectivo das nossas patrióticas aspirações. (RIHGP, 1912, p. 89)

Essa instabilidade dos primeiros anos do IHGP tinha grande ligação com o vaivém da política oligárquica<sup>4</sup>, seus interesses e o caráter de apêndice das congregações científicas em relação ao governo. Apesar da visão do estudo do passado para contemplação, o IHGP via, nessa admiração e aprendizado, lições para atuação no presente e no futuro. Consideravam-se homens de ação, com atuação muito explícita e tarefas delimitadas na sociedade paraibana:

Somos um povo de patriotas, mas o nosso patriotismo dilatou-se tanto, subiu em excesso e quasi chegou a attingir o desinteresse pelas glórias locais cujos logares a cortezia permitiu que fossem ocupados por vultos estranhos. Por um instante recalamos para o íntimo os nossos sentimentos de amor pelo passado, acantonamos o nosso civismo que, vencido na delongada espera modorrou, adormeceu. E para despertá-lo, para curar a lethargia do civismo parahybano, é que existe o Instituto Histórico e Geographico. A nossa historia, ou a historia da Parahyba não se limita a borolentas excavações, ella tem por fim mostrar o que fomos, o que somos e o que podemos ser. A nossa geographia não se resume na enumeração dos pontos cardeaes, nem nos accidentes do terreno, ella começa na formação das rochas e imiscue-se na formação e desenvolvimento da sociedade parahybana. Assim, este gremio não é o que parece a algum irreverente: uma corporação de múmias vivas que, abstrahindo o mundo, expontaneamente se amortalharam no sudário do passado. Não, meus illustres, senhores, aqui há uma sociedade que vive pelo pensamento e pela acção; há uma sociedade que vive e tem pretensões de ensinar a viver com probidade, gloria e patriotismo, tirando dos feitos dos seus antepassados dignos, as licções que nobilitarão os parahybanos do futuro. (RIHGP, 1912, p. 448)

---

<sup>4</sup> Sobre a política oligárquica local, ver os trabalhos de Inês Caminha Lopes Rodrigues (1981; 1989) e Eliete Queiroz Gurjão (1994).

O IHGP começou a publicação de sua revista em 1909. Os seis primeiros números, objetos deste texto, foram publicados entre 1909 e 1928. Com exceção do número 6, publicado em 1928 com recursos da entidade, todos os outros foram publicados pela gráfica oficial, inclusive justificando a ausência durante os dez anos, entre 1912 e 1922, pelas dificuldades financeiras que passou o estado e os necessários cortes no orçamento.

Dentro do projeto de formulação de história executado e veiculado pelo instituto, coloca-se, de início, a necessidade de reunir pessoas para a recordação de fatos ou para eternizá-los. Isolando o fato, caracterizando-o como digno de recordação, comemoração e, portanto, de sua inclusão na historiografia, fez-se um primeiro mapeamento do processo histórico paraibano. E se, por um instante, a afirmativa de reunir pessoas para recordação de fatos parece distante das “tradições científicas”, é suficiente lembrar que o IHGP tinha traçado um processo histórico para a Paraíba. Sua tarefa agora era comprová-lo e, concomitantemente à reunião da coleta de dados para tal objetivo, fazia parte dos rituais da entidade essa “rememoração” para glorificação dos fatos e personagens passados. Colher dados significava a oportunidade dos membros do IHGP juntarem mais subsídios para a história da Paraíba, como também comprovar os fatos já conhecidos. Propunha-se, ainda, a ensinar o que seria o *métier* do historiador e sintetizavam essa tarefa como a de “desenvolver aptidões para o estudo do passado” (RIHGP, 1980).

Dois outros objetivos colocavam-se como reforço às tarefas já listadas: contemplar os fatos ocorridos e investigar as origens históricas do paraibano. Por fim, estudar a evolução etnológica do paraibano, estudar os limites do território do estado e ser um local seguro para a guarda dos documentos históricos. Numa perspectiva explícita de utilização do conhecimento histórico para justificar o domínio de um determinado espaço, a questão dos limites geográficos do estado aparece não só como objetivo, mas também como preocupação cada vez mais presente e revestida de uma “justiça histórica” que se pretendia fazer.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> A questão dos limites do Estado foi tratada pelo IHGP como uma usurpação dos outros estados à Paraíba. Assunto polêmico que mereceu não só pronunciamentos, como também transcrições de artigos de jornais, publicações de fontes que procuravam comprovar a posse do estado sobre determinada área e até ironias do instituto sobre trabalhos técnicos encomendados pelo governador, como: “A qualquer pessoa que, no mappa, deitar um olhar à Parahyba, virá a lembrança de que esta se formou com as sobras do Rio Grande do Norte e as de Pernambuco”. Ou: “Já nos bastavam os grandes prejuízos que nos vieram dos crassos erros das anacrônicas cartas de outra `ora, sem nenhuma base científica, cujos males hoje sentimos pela diminuição do território da região norte da Parahyba que se acha desfalcado de muitas léguas, incorporadas hoje ao Rio Grande do Norte, mere-

Sem uma linha teórica definida, essa publicação atendia, como dito anteriormente, ao objetivo maior do IHGP que era a escrita da história da Paraíba pelos paraibanos. Se é possível apontar preocupações em alguns conferencistas e/ou escritores ligados à escola positivista, em outros, é a crônica ou a reminiscência que podemos detectar. A união proporcionada em torno do IHGP se dava por interesses bem locais e de ação e não de caráter teórico-metodológico, ou, pelo menos, não era por esse caminho que se davam as divergências. O fato é que os seis primeiros números da *Revista do IHGP* demonstram uma fase específica pela qual passou a agremiação: de definições da conjuntura política, econômica e social do estado e, sobretudo, da construção da historiografia paraibana que deu base a todos os estudos históricos sobre a Paraíba, até a criação da UFPB.

Tanto quanto a necessidade de escrever a história, de guardar suas fontes e documentos, a preeminência de demonstrar a legitimidade do regime recém-instalado é bastante notória. Nesse sentido, do processo histórico paraibano foi delineado um calendário cívico que inclui as datas de 5 de agosto de 1585, as lutas de resistências às invasões holandesas, a Revolução de 1817 e a Proclamação da República, como se todas as datas anteriores fossem um caminhar para a última.

### **Origens e constituição de uma nova sociedade: a *paraibanidade***

A base da historiografia sistematizada pelo IHGP teve como ideia central a existência de um tipo específico de ser humano que se define por ser paraibano, a *paraibanidade*. Termo esparsamente utilizado pelos fundadores do IHGP, mas que é o grande definidor de todo pensamento criado pelo instituto histórico. Essa *paraibanidade* pode ser definida como a identidade paraibana, criada pelo IHGP para conceituar uma personalidade específica, circunscrita pelo espaço tido como paraibano e formado por algumas características e valores, proporcionados pelo processo histórico particular que foi tarefa do instituto histórico traçar.

A primeira característica acentuada do homem paraibano, que marca sua singularidade, é o início da sua própria história. Esse início foi marcado pela fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, o fato de não negar a

---

cendo os nossos limites, por aquele lado, desde, já, um estudo de competentes, a fim de reivindicarmos o que nos pertence, provado exuberantemente por documentos insofismáveis". Como dito anteriormente, o tratamento é sempre o da "justiça histórica" por se fazer à Paraíba.

existência de uma história anterior, mas estudando-a pelo seu espaço na “linha de evolução ethnológica do paraibano”, evidenciava que o que se criou junto com a cidade foi também uma “nova civilização”.

Essa nova civilização se diferenciou de toda a sociedade brasileira por que teria nascido na paz. Não foram as lutas e não foi o trucidamento da cultura indígena que proporcionaram esse novo espaço. Foram expedições portuguesas que tiveram muito trabalho em ocupá-lo, mas elas são descritas como os vários capítulos de uma epopeia, na qual o final feliz foi o “convencimento”, traduzido no acordo com a parte “boa” dos indígenas, de que essa seria o melhor caminho para o que viria a ser a Paraíba:

A civilização desta terra não devia ser comprada a custo de sangue! Ella não tinha que se inundar ao berço com o purpurear rubro do generoso sangue de heroes anonymos. Todo aquelle que vimos derramar-se foi inútil para a obra da cultura intellectual, moral e material d'esta terra. Talvez assim já o tivesse comprehendido o nobre espírito de João Tavares e já elle tivesse um pensamento de paz e alliança com os selvagens quando lançou os fundamentos do núcleo colonial da Cambôa. Como quer que fosse era para elle que estava reservada a gloria inelipsavel de lançar os alicerces d'esta construção que a nós e a nosso descendentes cabe completar – a Parahyba grande, forte, immorredora! O historiador Varnhagen atribue a alliança de Piragybe com colonisadores representados em João Tavares ao sentimento de vingança que no índio deviam despertar as offensas dos antigos alliados que attribuíram a derrota a Tibiry a covardia do chefe. Por mais que acatemos as opiniões abalisadas do inclyto ascriptor, não podemos deixar de contrariar este modo de pensar. Entendemos que esta alliança foi, como a que se deu em Pernambuco, uma consequência da inclinação natural dos tabajaras. Se ella não se realisou desde logo é porque faltaram, do lado dos portugueses um capitão com a necessária pendência e tacto para conseguir o acordo, do lado dos selvagens um chefe com o necessário prestigio para realizá-lo em nome de todos. O tratado de alliança e de amizade surgiu naturalmente na hora de rara felicidade histórica em que se acharam frente a frente João Tavares e Piragybe. (RIHGP, 1980, p. 79-80)

Mais que um momento de paz, destoante do que acontecia em toda a sociedade brasileira que se formava, esse momento só foi possível graças às pessoas de João Tavares e Piragybe. A diplomacia de um e a inclinação à paz do outro teriam possibilitado o acordo que, em 5 de agosto de 1585, fez surgir uma nova cidade na então colônia portuguesa.

Tavares Cavalcante, na citação anterior, condensa algumas ideias caras ao IHGP. Primeiro, a colonização portuguesa é que trouxe a “civilização”.<sup>6</sup> Segundo João Tavares, quase como predestinado, fez do ato de ocupação do que viria a ser a Paraíba, um momento singular, nascido da paz. E, por fim, a ideia de uma “Parahyba grande, forte e immorredeira”, a tradição criada do passado de luta e de resistência à ordem estabelecida inerente aos “paraibanos” e a aliança natural desse povo por compreender que se tratava do melhor resultado para a sociedade que surgia.

Nos relatos da conquista produzidos pelo IHGP, o sentido da ocupação é o de povoamento, de geração de riquezas. Ora, mesmo com o claro sentido estratégico-militar da criação da cidade de Nossa Senhora das Neves – daí sua fundação pela Metrópole, no “papel”, antes da efetiva ocupação, a singularidade da sua posição geográfica que garantia a segurança da capitania de Pernambuco –, os historiadores do IHGP não a analisavam dessa forma. Deixando de lado essa vinculação, desde o seu sentido inicial, com Pernambuco, comprometem-se as possíveis explicações posteriores sobre o isolamento da cidade da Paraíba, os problemas do comércio entre o sertão e a cidade do Recife.

A tentativa de colocar a Paraíba em igualdade com Pernambuco começa nesses detalhes, que revelavam, sem dúvida, uma condição de subordinação econômica que se iniciou com a ocupação do espaço territorial, na qual a Paraíba perdeu muito em possibilidades de desenvolvimento do comércio, visto que, geograficamente, o sertão paraibano comunicava-se com mais facilidade com Pernambuco, sobretudo com sua capital, do que com a capital paraibana. Se adicionarmos a isso os momentos de subordinação política institucionalizada, fica clara a necessidade de se apartar na historiografia a Paraíba de Pernambuco.

Portanto, a preocupação do IHGP em produzir uma história separada da de Pernambuco nasceu da necessidade de criar uma identidade paraibana. Castro Pinto defendia em 12 de outubro de 1905:

Sob essa accepção, entende que só temos uma história colonial, a do Brasil, encarando-se o evoluir conjuncto de todas as forças orgânicas

---

<sup>6</sup> Como para o IHGB, o IHGP imputa ao colonizador portar a “civilização”, conforme o texto anteriormente citado e em inúmeros publicados, dos quais o seguinte é uma amostra: “A mais sincera homenagem deve ser votada no dia de hoje à velha pátria portuguesa, cujas quinas trouxeram a estas plagas a civilização, e de cujos filhos herdamos a coragem, o heroísmo, a abnegação cavalheiresca, além das outras virtudes da sua raça, e a crença inalterável no catholicismo, um dos principais sustentáculos da unidade nacional” (RIHGP, 1909, p. 70).

do povo luzo americano a sucessão gradual dos factos decisivos da nacionalidade, constituída pelo cruzamento das três raças elementares do povo brasileiro. Mas, a luz desse mesmo critério, pode-se escrever, a parte, a história colonial de uma região onde se tenham manifestado originalmente ou com intensidade notável os factos precípuos dessa história. Compreende-se desse modo, a História colonial de Pernambuco, tendo em vista a Guerra Holandesa, e os eventos que mais concorreram para a independência e para a República. A Parahyba na America Portuguesa, tendo sua chronica propriamente dita, para um volume, separadamente, ns chronica Geral da colônia, *não tem a sua historia, no sentido estricto do termo, fora da historia de Pernambuco* durante o longo período que decorre o povoamento a Independência. (RIHGP, 1980, p. 19, grifos nossos)

Mais uma vez, a necessidade da formulação de uma história da Paraíba apartada da de Pernambuco é apontada. Essa separação e a tentativa de igualar Paraíba e Pernambuco são constantes na produção historiográfica do IHGP.<sup>7</sup>

Nesse sentido e no da formação de uma identidade específica, segue-se um momento, que é semelhante à conquista, considerado muito importante, continuador dessa formação. Trata-se da resistência dos paraibanos às invasões holandesas. Esse é o segundo período considerado peculiar nessa linha do tempo traçada para a Paraíba pelo IHGP. É nesse momento que se daria também o segundo componente da personalidade paraibana: a bravura. Na sua conferência sobre a Paraíba nos tempos coloniais, Castro Pinto dizia que:

A essa figura synpathica de letrado operoso, a se incorporar nas sucessivas expedições, deve-se o resultado auspicioso *de converter o estado de guerra exterminadora dos índios em um período franco de colonização progressiva, a ponto de ser a Parahyba, cinco lustres mais tarde, sob a imminencia da invasão hollandeza, um grande viveiro de soldados, entre os quais se recrutou o primeiro reforço enviado em socorro de Bahia, sob o comando de Francisco Nunes Marinho.* (RIHGP, 1980, p. 25, grifos nossos)

Essa figura a quem ele se refere é João Tavares e a importância dada à Paraíba na resistência aos holandeses começa a ser explicada pelo recruta-

<sup>7</sup> A necessidade dessa separação continuou presente no IHGP. Às vezes, de forma até hilária. Em 1971, em um parecer sobre o hino oficial da Paraíba, a comissão formada para esse fim protestava: “Chega o deslize a ponto de um certo verso dar-se a primazia a Pernambuco: ‘Brava irmã do leão do Norte’” (RIHGP, 1971, p. 19).

mento dos primeiros soldados para a Bahia. A ajuda concreta, colocando homens à disposição da resistência na Bahia, para o IHGP, conforme a fala de Castro Pinto, era prova do desenvolvimento, até bem pouco tempo, da cidade que só existia no papel, como também da importância da resistência que ali se formou.

O período do domínio holandês, retratado pelo IHGP, serve também para acentuar a contraposição a Pernambuco, visto que é considerado como um momento de desenvolvimento econômico, social e cultural naquela capitania, sobretudo em Olinda e Recife, onde até as obras de infraestrutura na cidade serviam para justificar como benesses do estado holandês. À Paraíba ficou a resistência. O mais importante: trata-se, para a construção da *paraibanidade*, de um componente essencial que é o sentimento de nacionalidade já demonstrado na resistência e nas lutas para a expulsão dos holandeses:

A victoria das armas batavas seria a maior das fatalidades para a nossa pátria.

Esta não é simplesmente a natureza esplendida, com a riqueza de sua flora e a extensão do paiz que o Amazonas e o Prata constituem geographicamente. É o povo com as suas tendências; é o eu colectivo, com uma personalidade real e autônoma, que a fusão das nossas três raças básicas, através de certas modalidades características, define e acentua entre os mais povos do mundo. (RIHGP, 1912, p. 27)

Esses períodos, contados dessa forma pelo IHGP, colocam para a *paraibanidade* as características do caráter pacífico, mas associado à bravura, à intrepidez. Embora o republicanismo, originado no nascente nacionalismo decantado a partir das invasões holandesas, seja pinçado, só historiando a Revolução de 1817, tomará forma acabada.

## O destino histórico da Paraíba: a República

O processo histórico contínuo e constantemente pintado para a Paraíba pelo IHGP recebe seu toque final com um bloco que inclui a Revolução de 1817, os movimentos de 1824 e 1848 e a Proclamação da República. Fazem parte da inserção de novas e basilares características da *paraibanidade*. Em meio a esse caminhar para a República, havia os anos de Império. Como explicar a Paraíba provincial?

Os historiadores paraibanos, entre a “inclinação para a República” e as tentativas de não enfrentar com críticas severas o Império formado a partir de 1822, compõem uma explicação que enaltece ainda mais o já tão específico “homem paraibano”: “Nesta phase augusta da vida nacional, a posição da Parahyba foi de retraído silêncio” (RIHGP, 1912, p. 41). A explicação do IHGP para que o povo que se pronunciou em momentos tão importantes e, justamente nesse, tenha se mantido calado, foi por este ser “[...] um solo fadado para a República”. Daí que para os intelectuais do IHGP: “a Parahyba não tivera, como na Bahia, o Rio e outras capitâneas do sul, a corroer-lhe o caráter cívico a corronper-lhe as virtudes democráticas, o aparato magestoso de reis ou de príncipes com seu fausto insolente e deprimentes cerimoniaes de beija-mão” (RIHGP, 1912, p. 41).

A independência e o tipo de Estado Nacional que essa representava “foi coisa do sul”, não teve a participação paraibana, tampouco a Paraíba usufruiu de suas benesses.<sup>8</sup> Para garantir a unidade do Estado Nacional, o IHGP foi capaz até de relativizar a validade de um movimento separatista como 1824, sem negar, mesmo assim, o caráter revolucionário da Paraíba:

Se sondarmos a psychologia da revolução de 24, encontraremos uma feição eminentemente sympathica, que é a sobrevivência do espírito republicano nas plagas do norte, não suffocado pelos arminhos do manto imperial. Outro caracter torna-a antipatriótica; é o pensamento da separação de uma parte do Brasil, quando todo paiz, tendo attingido a independência, necessitava de unidade, synergia e convergência de todos os esforços para que não se malograsse esse facto culminate, e a evolução social prosequise calma e ininterrupta para facilitar o advento da República. Não merece sympathias nenhuma bandeira que tenha por lemma o fraccionamento da nossa grande pátria mas, nem por isso devemos deixar de fazer justiça a pureza de intenções dos intuitos patrióticos dos nossos antepassados de 1824, nem esquecer nomes que, pelo menos, são de uma geração de ‘gigantes’. (RIHGP, 1912, p. 43)

No tocante ao desenvolvimento, o período imperial aparece para a Paraíba de uma forma bastante positiva: “Do delineamento pallido, que precede, um resultado se deduz incontestável: é que, durante todo o regimen monar-

---

<sup>8</sup> A abolição da escravidão também foi trabalhada pouquíssimas vezes. Embora usada para dignificar ainda mais a Paraíba, os historiadores silenciaram sobre a mão de obra escrava e, sobre sua abolição, trataram como fato sem maiores consequências. “No tocante a abolição, cabe a Parahyba, a honra de não ter sido jamais um foco de reação anti-abolicionista. Ao contrario, se ella nunca se colocou na vanguarda do movimento emancipacionista, também jamais deixou de acompanhá-lo com passo firme e seguro” (RIHGP, 1980, p. 52).

chico o progresso parahybano jamais deixou de se fazer sentir. Lento, constante, o objecto sempre procurado das preocupações de todos os parahybano” (RIHGP, 1912, p. 54).

A Revolução de 1817 é matéria constante nas revistas do IHGP. Seja através de artigos historiando os acontecimentos desenrolados na Paraíba, transcrição de documentos ou biografias dos seus personagens considerados mais ilustres. A peculiaridade de seu tratamento se dá exatamente por isso. A data de 1817 é trabalhada na necessidade de demonstrar a separação de Pernambuco, que não havia sido uma Revolução pernambucana, não se chegando a chamar paraibana, mas a ideia veiculada de uma importância primordial da Paraíba questiona ao máximo a preponderância de Pernambuco.

O carácter republicano da revolução é tão explícito que para os historiadores do IHGP o importante era contar em detalhes os fatos acontecidos no período revolucionário para demonstrar a importância da Paraíba nos acontecimentos, não carecia mais de apresentar republicanismo em 1817. A Proclamação da República é retratada como a consumação desse caminho traçado pela Paraíba.

O destino histórico havia se cumprido. A Paraíba havia contribuído fundamentalmente. A necessidade de defesa da República ainda em 1905, quando da fundação do IHGP, é bastante clara, para isso, valem todos os recursos possíveis no sentido de reconstituir os heróis que vinham desde André Vital de Negreiros, passando por Peregrino de Carvalho, Maciel Pinheiro, Aristides Lobo e pelos fatos dos quais foram personagens. Formou-se esse longo caminho histórico, para o qual, segundo o IHGP, a Paraíba caminhou sozinha, apesar da afirmativa do Barão de Abiahy, ainda em 1889, de que “quando mesmo a República dominar em toda parte, a Parahyba estará firme ao lado do Throno” (RIHGP, 1912, p. 51); e dos relatos dos contemporâneos sobre os fatos ocorridos nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 1889:

Sahi afim de tomar melhores informações sobre taes *novidades*: era tu-do tão calmo! A noticia confirmava-se, mas sem despertar enthusiasmo, ou curiosidade mesmo siquer! Algum conhecido, que eu encontrava e comunicava o facto, respondia-se: \_Homem, dizem isto!... [...] O povo parecia entretanto receber a noticia, se não com indeferença, ao menos friamente. [...] A anciedade por noticias do Rio crescia, e, digamos a verdade, ninguém queria se comprometter, em quanto não estivesse estabelecido definitivamente o governo republicano no Palácio de S. Christovão. (RIHGP, 1912, p. 148-150, grifo nosso)

Apesar de todas essas evidências e de não ter havido nenhum Partido Republicano constituído na Paraíba, nem a existência de clubes republicanos, nem tampouco um jornal que reivindicasse para si o estatuto de órgão de defesa de ideias republicanas, os historiadores do IHGP tratam o 15 de novembro como a culminância da vocação republicana da Paraíba. O instituto histórico deixou nas entrelinhas a ideia de que, na realidade, apesar da importância daquela data, mais contribuição deu à nação quem sempre trabalhou pela República e, nesse caso, a Paraíba foi, segundo eles, singular.

### Pistas sobre o museu

Como dito na primeira parte deste texto, é preciso esquadrihar o arquivo do IHGP. Suas atas, suas correspondências, além de cotejar com documentos oficiais, jornais e outros que possam dar mais cor às relações que se estabeleceram entre a entidade, os governos, os interesses estatais e a complicada rede de relações que executam os interesses de grupos ora no poder, ora na oposição.

A título de exemplo, no Relatório do presidente do estado relativo ao ano de 1922, há a informação de que o estado havia alugado um imóvel para o funcionamento do IHGP e que havia sido criado o Museu de Arqueologia e História Natural da entidade, além de aumentada a coleção de numismática, armas e pintura.<sup>9</sup>

Nas seções da Revista relativas às informações da entidade, as informações são díspares e não demonstram clareza sobre o equipamento que se forma, se como algo que adensa a entidade ou, como previsto no Estatuto da instituição, como subserviente ao objetivo maior da escrita da história da Paraíba.

No mesmo ano do Relatório anteriormente referenciado, a *Revista do IHGP* (RIGHP, 1922) noticia a manutenção da biblioteca com várias doações e a constituição do que qualificam como um pequeno museu que, segundo a informação, vem se constituindo com doações e compras e destaca o que denomina seções de numismática, armas, louças, objetos domésticos e artefatos indígenas. Segundo ainda a mesma notícia, os objetos foram catalogados

---

<sup>9</sup> *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba, abertura da 3ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura, a 1º de setembro de 1922, pelo Dr. Solon Barbosa de Lucena, presidente do Estado.* Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-estados-brasileiros/720445>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

e estavam sendo organizados pelos serviços do Cônego Florentino Barbosa.<sup>10</sup> Mas, não o reconhece tão claramente como no Relatório do presidente do estado como sendo de Arqueologia e História Natural.

Na revista publicada no ano de 1928, entre as várias notícias se encontra em uma pequena nota os agradecimentos aos donativos – “livros, mapas, moedas e diversos outros objetos” – feitos a biblioteca e ao museu (RIHGP, 1928, p. 97). Interessante observar que, novamente, não há grande diferenciação entre os equipamentos culturais: biblioteca ou museu.

Dez anos após a notícia da fundação do museu, na revista de 1932, lê-se: “Um museu recém-criado ostenta os seus elementos insignificantes na quantidade, mas valiosos na qualidade por reconstituírem épocas, épocas que já de nós estão mui afastadas”. Essa notícia cria, inclusive, a dúvida sobre a continuidade do museu referenciado nos documentos de 1922, posto que, um período de dez anos não é uma recém-criação. Seria muito importante a averiguação de dados para a composição de uma memória dessas ações.

A revista de 1937, após reclamação de grande apatia da sociedade pelas atividades do IHGP, destaca que: “o museu, por seu turno, tem obtido grande copia de objectos históricos, já por meio de compras, já por meio de ofertas” (RIHGP, 1937, p.117). Um estudo da documentação financeira do IHGP também seria muito esclarecedor, pois a despeito das reclamações sobre a falta de recursos e a falta de ajudas governamentais ou sobre a assistemática contribuição estatal, nas notícias, sempre se referem a compras de materiais de pesquisa.

No período que cobre essas observações, na revista de 1953, há a notícia de criação pelo governo de um Museu do Estado e a cessão do IHGP das suas coleções para compor esse museu devido à impossibilidade financeira de a entidade manter um equipamento desse tipo. Surgem, assim, novas pistas sobre essa relação não conflituosa, mas nem sempre amistosa entre o IHGP e os ocupantes dos governos estadual e municipal (RIHGP, 1953, p. 187).

Afinal, foi constituído um acervo de cultura material. Mas, de que ela se compunha? A quais estudos serviram essas peças? Elas ajudaram a compor a história composta pelo IHGP até os anos 1930 como exposta na segunda parte deste texto? E para o período posterior? Qual acervo foi cedido ao governo do estado? E as peças que atualmente estão espalhadas por todo o prédio do

<sup>10</sup> É o patrono da Cadeira nº 22 do IHGP cujo fundador é José Fernandes e a atual ocupante é a sócia Rosa Maria Godoy Silveira. Disponível em: <<https://ihgp.net/livrodevisitas2003.htm>>. Acesso em: 8 dez. 2019.

IHGP, que história elas possuem? São possibilidades de entendimento de outras Paraíba.

## Referências

BITTENCOURT, José Neves. Espelho da nossa história: imaginário, pintura histórica e reprodução no século XIX brasileiro. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 87, 1986.

CÂNDIDO, Gemy. *História crítica da literatura paraibana*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

GOMES NETO, João Maurício. *Entre a ausência proclamada e a presença reclamada: a identidade potiguar em questão*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

GURJÃO, Eliete Queiroz. *Morte e vida das oligarquias*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

MELLO, José Octávio de Arruda. *A Escravidão na Paraíba: Historiografia e História: preconceito e racismo numa produção cultural*. Paraíba: A União, 1988.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *Intrepida Ab Origene: o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a produção da história local (1905-1930)*. João Pessoa: Almeida Gráfica e Editora, 1996.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de; FREITAS, Itamar. Os Institutos Históricos da Paraíba e Sergipe: modelo de inserção nacional, ensino e novas

configurações (1912-2014). In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Orgs.). *Os Institutos Históricos e Geográficos: nação e região na Historiografia Brasileira*. Campinas: Pontes Editores, p. 217-237, 2017.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano I, Vol. I. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1909.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol. 4. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1912.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano XIV, Vol. V. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1922.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano VI, Vol. VI. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1928.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol. VII. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1932.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol. IX. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1937.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol. XII. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1953.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Vol. XIX. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1971.

*RIHGP - Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*. Ano I, Vol. I. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1980. Reedição.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Gangorra do Poder (Paraíba – 1889/1930)*. João Pessoa: Editora Universitária, 1989.

RODRIGUES, Inês Caminha Lopes. *A Revolta de Princesa: poder privado x poder instituído*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SÁ, Ariane Norma de Menezes; MARIANO, Serioja R. C. (Orgs). *Histórias da Paraíba: autores e análises historiográficas sobre o século XIX*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003.

# SOBREVIVENTE ENTRE “MUSEUS PERDIDOS”: NOTAS SOBRE O MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE (1912-1946)

CLOVIS CARVALHO BRITTO  
RAFAEL JESUS DA SILVA DANTAS  
ROBERTO FERNANDES DOS SANTOS JÚNIOR

Pois alguém poderá organizar e escrever a história de um povo sem possuir o material indispensável para o soerguimento do Passado?  
(Luiz José da Costa Filho 1919, p. 302)

Nas atas e publicações do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), fundado em 6 de agosto de 1912, em Aracaju, é comum o entendimento de que seus associados seriam os responsáveis por “guardar objetos sobre os feitos da história de Sergipe” e, conforme disposto no artigo 1º, parágrafo 5º, de seus estatutos, esse gesto seria materializado na organização de “um muzeu de Historia, archeologia, artes, usos e costumes dos indígenas, bem como objectos que tenham pertencido aos homens mais notáveis do Brazil” (ESTATUTOS..., 1913). No relatório de Luiz José da Costa Filho (1919), cujo trecho inserimos como epígrafe, o associado sublinha que uma das missões do IHGSE era recolher “trophéus e relíquias”:

Não descuidou-se esta Secretaria de recolher à sombra deste Instituto os trophéus e as relíquias que se relacionam com os grandes factos e os grandes vultos sergipanos. Não descurou, nem podia descurar de tão necessário labor. E porque empregou os possíveis esforços para tal fim, já esta casa guarda e conserva religiosamente trophéus e relíquias de raro valor para nós. (p. 310)

Essa proposta encampada pelo Museu do IHGSE, também conhecido por seus associados como “Casa de Sergipe”, reverbera práticas celebrativas

da memória do poder que contribuíam para que a agremiação cumprisse os papéis reservados às instituições congêneres desde o século XIX: “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”, produzindo “falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante” (SCHWARCZ, 1993, p. 99). Desse modo, surgiam tentativas de consolidação de uma determinada leitura da nação e, paralelamente, de fabricação de uma narrativa que atestasse aos impactos da história local nos destinos do país, comprovadas pela cultura material. Nesses termos, era necessário “coletar e reunir documentos reconhecidos como os melhores testemunhos de uma época. [...] Nesse desafio enquadrava-se o museu ao lado da biblioteca e da constituição de um arquivo de documentos” (CERÁVOLO, 2014, p. 4).

Isso ganha importância quando reconhecemos a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, no Rio de Janeiro, com o intuito de estabelecer as narrativas que baseariam e legitimariam a história da nação. No ano de sua fundação, seus estatutos apresentavam a necessidade da criação de um museu para recolher e organizar os materiais relativos à História e à Geografia brasileiras. O museu, inaugurado em 1851, teve como primeiro diretor o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), e seu acervo resultou de expedições científicas e doações de coleções públicas e privadas. O IHGB tornou-se um modelo interno dos institutos históricos e geográficos estaduais que, segundo Lília Schwarcz (1994), em virtude da entrada tardia dos modelos deterministas, difundiram discursos pautados em explicações variadas: “uma visão otimista, católica e patriótica, paralela a uma concepção determinista e evolutiva da nação” (p. 141).

De modo particular, essa leitura evidencia um importante campo de investigação quando constatamos, a partir de Suely Moraes Cerávolo (2014), que os museus dos institutos históricos e geográficos ainda receberam pouca atenção enquanto objeto de estudo<sup>1</sup>, diferentemente dos trabalhos que analisam a reverberação dessas instituições na construção da história oficial do país. A pesquisadora sugere, assim, instigantes percursos analíticos: compreender como os agentes dessas agremiações colecionavam objetos exemplares, especialmente elementos visuais para o ensino da história celebrativa dos he-

---

<sup>1</sup> Nessa linha de investigação, Suely Moraes Cerávolo (2014) destaca os trabalhos de Mário Barata (1986), José Neves Bittencourt (2005), Isa Adonias (1990), George F. C. de Souza *et. all.* (2010) e José Antônio Gonçalves de Mello (1985). Especificamente relacionados às coleções do IHGSE, destacamos os textos de Janaína Couvo Teixeira Maia de Aguiar (2012), Beatriz Góis Dantas (2014) e Samuel Barros de Medeiros Albuquerque, Magno Francisco de Jesus Santos e Ane Luíse Mecenas Santos (2014).

róis regionais e construção do civismo; como o colecionismo institucional capitalizou elementos dispersos – particulares ou de órgãos públicos – em um único lugar e os impactos na fixação de valores identitários; e como desenvolveram as estratégias de formação de um “núcleo de memória regional” a partir de um “arquivo complementar” composto de coisas materiais.

Ciente dessas questões, o intuito deste capítulo é evidenciar os exercícios prévios sobre os gestos de musealização – do museável para o musealizado – na criação e na conformação do Museu do IHGSE. As coleções, nesse aspecto, são importantes por testemunharem os critérios de colecionismo e algumas das iniciativas museológicas realizadas na primeira metade do século XX no Nordeste do Brasil. No mesmo aspecto, o exame das primeiras décadas de funcionamento do Museu do IHGSE é relevante na medida em que foi o primeiro (de fato) e é o único museu sobrevivente desse período no contexto sergipano.

### Sergipe e seus “museus perdidos”

Antes de analisarmos a constituição do Museu do IHGSE, é importante evidenciar a organização de outras instituições fundadas em exposições no contexto sergipano, suas diferentes estratégias, interpretações e recursos, concebidos como processos sociais de construção dos “legados” memoriais. Vistos sob esse ângulo, os museus e suas exposições se tornam instrumentos de poder nos quais a manipulação de linguagens empreende uma “batalha de memórias” através da produção de crenças que, ao eleger “troféus e relíquias”, “imortalizaram” e silenciaram determinados temas e sujeitos.

Lilia Schwarcz (1993), ao analisar a implantação dos institutos históricos e geográficos estaduais na segunda metade do século XIX, especialmente o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), evidenciou um projeto enciclopédico cujo intuito era forjar o passado em tradição:

Para além das especificidades políticas e regionais, coube aos institutos a montagem de uma nomenclatura própria, bem como a elaboração de uma agenda com personagens e fatos, da qual muitos historiadores pouco se libertaram. Presos a um projeto enciclopédico que encontrava ordem e encadeamento onde existiam apenas eventos singulares em sua experiência regional, esses profissionais se comprometeram com a construção de uma história nacional que, tendo o presente em mira, forjava o passado em tradição. (SCHWARCZ, 1993, p. 133)

No cenário sergipano, é possível afirmar que esse ideal enciclopédico extrapolou o IHGSE, sendo encampado pela maioria dos museus criados na primeira metade do século XX. O fato é que o Museu do IHGSE se tornou o único sobrevivente dos museus de sua geração, constituindo-se em um exemplo significativo do modo como os intelectuais mobilizaram a cultura material para inserir Sergipe na história da nação e para produzir narrativas sobre o passado local. Na verdade, é um sobrevivente da “batalha das memórias” que produziu os “museus perdidos”:

Mas nada é para sempre. Nem mesmo museus. Nós temos apenas algumas centenas de anos da história dos museus e muitas coleções, assim como as instituições que as abrigam, têm desaparecido nesse tempo. Guerras, incêndios, inundações e outros desastres evidenciam novas leituras. Museus que não conquistam apoio invariavelmente desaparecem e com eles, muitas vezes, suas coleções. Mesmo quando os museus sobrevivem, nem todos os seus objetos sobrevivem. Podemos descrever o estudo desse fenômeno como tafonomia do museu: o processo pelo qual as coleções desaparecem. Objetos em coleções de museus desaparecem por muitas razões, boas e ruins. Alguns são desassociados, considerados insuficientemente relacionados com a missão. [...] Alguns são negociados em outros museus. Outros, ainda de valor, são reclamados por desastre ou tragédias decorrentes de percalços de armazenamento ou de visitantes mal comportados. Alguns são simplesmente perdidos no depósito. Finalmente, esses objetos ainda em museus podem ser perdidos de várias maneiras. Objetos separados das informações sobre eles – suas histórias, seus metadados - perdem muito do seu valor. Museus detêm objetos e histórias e histórias são ainda mais facilmente deslocadas do que artefatos.<sup>2</sup> (LUBAR, RIEPPEL, DALY, DUFFY, 2017, p. 1-2, tradução nossa)

---

<sup>2</sup> “But nothing is forever. Not even museums. We have only a few hundred years of museum history, and many collections, as well as the institutions that house them, have disappeared in that time. War, fire, flood, and other disasters have taken some, financial exigencies others. Museums that don't earn their support invariably disappear, and with them, often, their collections. Even when museums survive, not all of their objects do. We might describe the study of this phenomenon as museum taphonomy: the process by which collections disappear. Objects in museum collections fade away for many reasons, good and bad. Some are deaccessioned, deemed insufficiently mission-related, useful, authentic, or not of the finest quality. Some are traded to other museums. Others, still of value, are claimed by disaster or the smaller tragedies of storage mishaps or misbehaving visitors, or succumb to inherent vice. Some are simply lost in the storeroom. Finally, those objects still in museums can be lost, in a variety of ways. In history and natural history museums, objects separated from the information about them – their stories, their metadata – lose much of their value. Museums hold both objects and stories, and stories are even more easily displaced than artefacts”.

É nesse intuito que apresentaremos um resumo de algumas dessas histórias e artefatos deslocados em Sergipe. De acordo com José Augusto Garcez (1958), apesar de Felisbello Freire estabelecer no Código de Ensino do Estado, em 12 de março de 1890, que as escolas tivessem o seu museu, essa orientação não se concretizou.<sup>3</sup> No mesmo ano, em 27 de março, o governador Felisbello Freire assinou um decreto de criação de uma biblioteca pública e de um museu anexo: “Art. 1. Fica creada, nesta capital, uma biblioteca pública e à ella anexa um museu, que constará das seguintes secções: Geologia e Paleontologia; Mineralogia; Zoologia; Anthropologia” (In: SANTOS, 2011, p. 36).

Com a criação da Biblioteca-museu, inaugurada em 13 de agosto do mesmo ano, o então Governador contratou seus primeiros funcionários, os quais passaram a ocupar os cargos de bibliotecário e conservador, funções exercidas respectivamente pelo bacharel Josino Meneses e Antônio de Carvalho. [...] Mesmo passando por diversas dificuldades enfrentadas para seu funcionamento, a biblioteca conseguiu manter em sua estrutura o museu, ainda que não estivesse organizado da forma como foi planejado. (SANTOS, 2011, p. 36-37)

A consulta aos relatórios dos presidentes do estado de Sergipe também revela a existência do “museu” na Biblioteca Pública, no pavimento inferior do mesmo prédio ocupado pelo IHGSE desde 1914. Desse modo, observamos a coexistência de dois “museus”, no mesmo imóvel, durante as primeiras décadas de funcionamento do IHGSE. Nesse aspecto, é importante efetuarmos uma breve pausa para visualizar o “museu” da Biblioteca Pública Estadual, visto que sua narrativa provavelmente influenciava ou era influenciada pela narrativa do Museu do IHGSE.

O relatório de 1925, por exemplo, destaca que a biblioteca possuía uma coleção numismática – moedas diversas de cobre, prata e níquel –, uma coleção fiduciária – com cédulas de diversos países – e um “museu”: “passaram a figurar como propriedade do Museu 5 quadros e estudos do ilustre pintor sergipano Horácio Hora, mandados restaurar pelo governo, o anno próximo passado, sendo 2 a pastel e 6 a crayon” (CARDOSO, 1925, p. 83). Um

---

<sup>3</sup> Thetis Nunes (2008) também destaca esse regulamento, transcrevendo o artigo 166: “Para facilitar aos professores os exercícios de intuição, haverá em cada escola um museu de amostras de todos os produtos da indústria local, terras das diferentes regiões do município, estrumes que provêm a cada solo, matérias empregadas na construção, principalmente espécies vegetais (naturais ou cultivados) com indicação das substâncias que elas derivam, coleções dos instrumentos empregados pelos operários ou agricultores, e, finalmente, espécimes de objetos naturais e artigos manufaturados que sirvam para alimentação, vestuário, mobílias etc.” (p. 360).

ano depois, os registros informam que a coleção numismática possuía 2.547 moedas e 153 medalhas, além da existência de uma coleção fotográfica e de uma coleção postal. Também destacam que o “museu” ainda se encontrava em organização e a consulta aos relatórios de fins da década de 1920 sublinha algumas doações: um seixo colhido na cachoeira de Paulo Afonso, muito curioso por sua irregularidade; uma grande pele de jiboia, proveniente do Engenho Glória; um medalhão em bronze do poeta Hermes Fontes; rocha esférica, encontrada nas ruínas da Igreja de São Gonçalo, em São Cristóvão. Ecletismo que evidencia as ressonâncias de uma herança enciclopédica, inspirada nos museus de História Natural do século XIX. Todavia, o documento de 7 de setembro de 1928 registra que, até aquele momento, as peças não haviam sido expostas por absoluta falta de espaço. Talvez, por essa razão, esse “museu” – na verdade uma coleção – não compareça nos registros daqueles que enumeraram as instituições museológicas em Sergipe. Acreditamos, assim, tratar-se de um mostruário integrado à biblioteca e, desse modo, o que foi projetado como o primeiro museu sergipano não chegou a ser efetivamente aberto ao público.

Do mesmo modo, é importante evidenciar, no início do século XX, a existência de um gabinete para o estudo da História Natural no Atheneu Sergipense:

Por determinação legal, devia o Atheneu contar para o regular funcionamento das aulas com uma biblioteca e um museu, meios esses indispensáveis para a eficiência dos estudos. Em 1921, possuía a instituição museu, biblioteca, gabinetes de Física, Química e História Natural, de modo que os programas de ensino fossem desenvolvidos com aplicações práticas. Em 1926, o Governo autoriza a reorganização dos gabinetes de Física e História Natural, o laboratório de Química e a adquirir os instrumentos precisos para o ensino de Geografia, Cosmografia e Desenho, abrindo desta sorte os necessários créditos. No Governo de José Rodrigues da Costa Dórea, foram adquiridos ‘aparelhos e mais utensílios que vieram da Europa para os gabinetes de História Natural, Mechanica, Astronomia e Geografia’. (*Correio de Aracaju*, 19 de novembro de 1909, apud ALVES, 2004, p. 240)

Na verdade, observamos a existência de uma espécie de museu pedagógico para o ensino das ciências naturais, além dos gabinetes de Física, Química, Mecânica, Geografia, História Natural e Astronomia. De acordo com Eva Maria Siqueira Alves (2005), desde o início do século XX, o Atheneu Sergi-

pense possuía a figura do preparador que era o responsável pela organização dos gabinetes: “ter todos os objectos do gabinete catalogados e dispostos na melhor ordem e estado de asseio; preparar as colleções conforme as instrucções dos lentes” (p. 119).

Além dos gabinetes de História Natural existentes no Atheneu Sergipense e da coleção de objetos que integrava a Biblioteca Pública, sabemos da existência de três museus em Sergipe até a década de 1950: o Museu do IHGSE, criado em 1912, em Aracaju (objeto deste texto); o Museu Horácio Hora, fundado em 1942, em Laranjeiras; e o Museu Sergipano de Arte e Tradição, criado em 1948, em Itaporanga D’ Ajuda. O Museu Horácio Hora consistia em uma coleção de obras de arte e de objetos de cunho histórico, integrante do complexo de instituições denominado Casa de Laranjeiras, tendo sido desmembrado em 1952 (Cf. GARCEZ, 1958). O Museu Sergipano de Arte e Tradição consistia em um museu eclético, cuja coleção foi desmembrada a partir da década de 1970 (Cf. SOUZA, 2019).

Desses museus pioneiros, o Museu do IHGSE é, de fato, a mais antiga instituição museológica sergipana e a única que ainda se mantém em funcionamento. Isso, por si só, motiva uma análise de sua configuração, cujos discursos dos responsáveis contribuiu para disseminar no estado um repertório ainda dominante sobre museus e sobre Museologia. Além disso, enquanto os museus em Sergipe dialogavam com o modelo oitocentista marcado pela heterogeneidade das coleções e pelo “amplo horizonte da história natural englobando um conjunto de saberes que somente a especialização faria descolar uns dos outros, caso da Antropologia, Arqueologia, Etnografia, Zoologia, Botânica” (CERÁVOLO, 2014, p. 3); o Museu Horácio Hora<sup>4</sup> e o Museu do IGHSE se distanciaram das ciências naturais, evidenciando uma mudança e uma ampliação de objetos a serem preservados: os “objectos de valor histórico”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Ainda é necessário um estudo aprofundado sobre o Museu Horácio Hora. Conforme destacou José Augusto Garcez (1958), a instituição foi criada pelo Decreto nº 31 de 16 de maio de 1942, assinado pelo prefeito de Laranjeiras (SE) e se intitulava Museu Histórico Horácio Hora. Era composta de apenas uma sala que expunha “inúmeras peças artísticas e históricas em estado de deterioração, inclusive uma cadeirinha de arruar do século XIX” (p. 42).

<sup>5</sup> Conforme destacou Ana Cláudia Brefe (2005), o modelo museográfico/museológico que imperou no Brasil até a virada para o século XX foi o museu enciclopédico voltado para as ciências naturais: “A criação do museu histórico é tardia em relação à Europa, mas já aparece de maneira bastante tímida em alguns projetos do século passado. Seu aparecimento definitivo no contexto nacional também vem com a entrada da história e de seus métodos em seu âmbito” (p. 50).

## “Offertas de objectos de valor histórico”: itinerários de um museu sobrevivente

O “Museu do IHGS”, conforme sua primeira grafia, surgiu como um dos objetivos do IHGSE e seguia a vocação preservacionista e a tarefa de fabricação da memória local da agremiação. O IHGSE reverberou a proposta dos institutos históricos estatuais, enfatizando a memória das elites e imprimindo silêncios e silenciamentos sobre o lugar dos indígenas e dos afro-brasileiros, apesar de abrigar artefatos desses diferentes grupos (DANTAS, 2014).

O IHGSE foi criado em 6 de agosto de 1912 no Salão Nobre do Tribunal da Relação – hoje denominado Palácio Silvio Romero – graças aos esforços de Florentino Teles de Menezes em companhia de 21 intelectuais, formados predominantemente em Medicina e em Direito (DANTAS, 2012). No dia 20 de agosto de 1912, foi realizada a segunda reunião visando à criação e à divisão dos cargos e comissões que seriam responsáveis pela gestão do IHGSE, ocasião em que foi apresentada a lista de sócios efetivos e eleito seu primeiro corpo diretivo: João da Silva Melo – presidente; Dionísio Telles de Menezes – vice-presidente; Alcebíades Correia Paes – primeiro secretário; Álvaro Telles de Menezes – segundo secretário; Sílvio Mota – orador; e Evangelino Faro – tesoureiro (Atas da Diretoria do IHGSE, 20 ago. 1912).

O IHGSE possuía cinco comissões (Museu e Biblioteca, Orçamento, Donativos e Interesses Externos, História e Arqueologia, Estatística e Geografia) e um redator de memória. A Comissão de Museu e Biblioteca era integrada pelos sócios Desembargador Zacharias Horácio dos Reis, Florentino de Menezes e Coronel José Correia Paes (Atas da Diretoria do IHGSE, 20 ago. 1912). No primeiro estatuto da instituição, foram apresentadas as responsabilidades dessa Comissão: “Art. 22 - A Comissão de muzeu e bibliotheca incumbem: a) a organização e direcção do archivo, muzeu e bibliotheca; b) Aquisição de livros, jornaes, periódicos e revistas” (ESTATUTOS..., 1913).

Examinando o acervo do IHGSE a partir de seus estatutos, Sayonara Rodrigues do Nascimento Santana (2014) informou que a Comissão de Museu e Biblioteca estava ligada à Comissão de História e Arqueologia. Destacou ainda que na eleição de 1914 integraram a Comissão de Museu e Biblioteca os sócios Desembargador Libério Monteiro, Álvaro Teles de Menezes e Coronel Antônio Gomes da Cunha Júnior, sendo modificada em 1917 com a

inclusão dos sócios Desembargador Simeão Teles de Menezes Sobral, Coronel José da Silva Ribeiro e Adolfo Ávila Lima:

Ainda em 1917 foi aprovado o novo estatuto da instituição, trazendo modificações na estrutura das comissões, que passaram a ser denominadas: Fazenda e Orçamento; História; Geografia; Manuscritos e Autógrafos; Admissão de Sócios; Revista (Estatuto do IHGSE, 1917, art. 8). Até essa data, as obras doadas eram encaminhadas à Comissão de Museu e Biblioteca, só que, a partir do referido ano não encontramos mais referências a qual comissão especialmente recaíram as funções da anterior. (SANTANA, 2014, p. 159-160)

Itamar Feitas (2009, p. 9) evidenciou que eram “tênuas as diferenças entre os conjuntos do museu, biblioteca e do arquivo”, informando que esses setores funcionavam como um “repositório de fontes entendidas como históricas e lugar de culto à memória local”.

Eles recolhiam toda espécie de ‘troféus’ e de relíquias que pudesse reforçar a legitimidade do IHGS como guardião e promotor do sentimento pátrio. Por isso, não encontramos indícios de que a ‘bala do destróier Sergipe’, um calendário de 1820, um diploma de bacharel emitido por uma universidade francesa em 1842, uma fotografia de um político renomado, um recorte de jornal etc., estivessem situados em compartimentos separados, pelo menos até a administração da professora Thetis Nunes. (p. 9)

O acervo era composto por objetos ecléticos reunidos com o intuito de criar um museu de “história, archeologia, artes, usos e costumes dos indígenas, bem como objectos que tenham pertencido aos homens mais notáveis do Brasil” (In: NUNES, 2014, p. 188). Para tanto, um dos avisos presentes na *Revista do IHGSE* consistia na prioridade dada ao recebimento de doações para a biblioteca (qualquer obra literária, especialmente sobre História e Geografia), para o arquivo (originais ou cópias de documentos, mapas, diplomas e escritos históricos inéditos) e para o museu “quaesquer objectos de valor histórico, como retratos de homens notáveis, moedas raras e objectos de mérito artístico em geral” (*Revista do IHGSE*, 1913, p. 137).

Figura 1. Detalhe do “Museu do IHGS” em seus primeiros anos de funcionamento



Fonte: Clodomir Silva (1920).

A *Revista do IHGSE* informava nos relatórios anuais as “ofertas de objetos preciosos” para a coleção do museu: “Augmentam dia a dia, sensivelmente, as nossas colleções de documentos de valor e de objectos raros, os quaes estão bem catalogados e postos em suas respectivas estantes” (*Revista do IHGSE*, 1919, p. 299). Na edição de 1920, a revista trouxe a listagem de doações, o que contribui para visualizarmos a tipologia de objetos considerados representativos da história sergipana:

Offertas de objectos preciosos: O retrato do Sr. Barão do Rio Branco, pelo acadêmico Costa Filho; duas antigas moedas de bronze portuguez, pelo Sr. Francisco Simões de Oliveira; uma espada do valente coronel Vicente Lopes de Medeiros Chaves, que com ella fez toda a campanha de Paraguay, entrando em múltiplos combates e por elle próprio offerecida; um retrato do senador Antônio Diniz Dantas e Mello, offerecido por seu digno neto. (1920, p. 247)

A análise dos relatórios evidencia que nas doações sobressaíam os retratos de “einentes sergipanos” (Figura 1) e os itens de numismática comuns nos museus brasileiros desde o século XIX. O IHGSE também possuía os retratos do Desembargador Manoel Caldas de Barreto, do General Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, de Pedro Calazans e de Rocha Pombo, elaborados por Galdino Bicho em 1917 (Cf. SANTOS, 2014).

As moedas e medalhas eram expressivas ao ponto do Museu do IHGSE receber um mostruário para a apresentação das moedas de ouro, prata, bronze, cobre e níquel, de procedência variada. Além do conjunto de numismática, também eram comuns doações de material iconográfico – com destaque para retratos, litogravuras e telas –, peças decorativas, mobiliário, armas, esculturas, bustos etc.

As doações de objetos para o IHGSE eram feitas não só por sergipanos, mas também por pessoas e instituições de outros estados conforme atestam suas atas. Em 1928, por exemplo, recebeu uma medalha comemorativa pelo Centenário de Deodoro da Fonseca, enviada pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano (Atas da Diretoria do IHGSE, 6 jun. 1928), fato que denota intercâmbios intelectuais e materiais que extrapolavam a circulação de pessoas e livros.

Segundo Beatriz Góis Dantas (2014), em 1939, o IHGSE ampliou o espaço físico com a inauguração de nova sede, situação que contribuiu para melhores acomodações para a biblioteca, o arquivo e o museu. Também informa que a partir de 1941, José Calazans Brandão da Silva integrou a diretoria do IHGSE sendo responsável pelo museu: “empenhou-se em ampliar o acervo museográfico da Instituição, registrando em ata de 6 de agosto de 1941, o fato de que o IHGS recebera ‘interessantes e históricos objetos’” (p. 31). Aos poucos, a coleção do museu também foi ampliada graças à atuação de Epifânio Dória, um dos sócios do IHGSE. Ane Luíse Mecnas Santos (2014, p. 223) aponta o número expressivo de retratos existentes, além das doações efetuadas:

E de todos os objetos doados ao Instituto desde a sua fundação até o ano de 1948, tomando como base as atas de instituição, é possível constatar um significativo número de retratos, mais de quarenta no total. Nesse mesmo período foram recebidos dois bustos, dois globos, alguns objetos indígenas, uma arma, um capacete, dois móveis, um relógio, duas relíquias e um salva vidas.

Em matéria publicada no *Sergipe Jornal*, em 9 de outubro de 1946<sup>6</sup>, é possível imaginar a exposição do Museu do IHGSE, caracterizada por objetos apresentados em salas intituladas com os nomes dos eleitos como representativos da memória local e os objetos de matriz africana reunidos em uma “sala sem nome”:

SALAS E MAIS SALAS. O Instituto Histórico de Sergipe está cheio de salas. Antes as salas eram divisões no espaço hoje são divisões no tempo. O Prof. José Calasans pega-nos pelo braço e inicia conosco uma viagem pela história e pela geografia de Sergipe. – Aqui está a Sala Ivo do Prado. Mapas, aspectos regionais, autógrafos de grandes homens do Brasil, documentos históricos, cerâmica regional etc. Tudo dando uma ideia geral do nosso patrimônio. [...] – Esta é a Sala Epifanio Dorea. Um grande batalhador em prol desta casa, diz-nos. Aqui estão as figuras da administração pública e das nossas letras. Todos os presidentes constitucionais de Sergipe estão aqui também. [...] – Aqui é a Sala Camerino. Nela está, desde a carabina de Camerino até a moderníssima muchila de campanhas do pracinha sergipano nos campos da Europa. Pelas paredes fomos vendo retratos e mais retratos. Camerino, Leopoldo Amaral, Siqueira de Meneses, soldados da FEB mortos em combate, heróis de Canudos, apetrechos de guerra, capacetes da revolução de S. Paulo, um capacete trazido por um expedicionário, e que assistiu aos embates de Guadalcanal. SALA HORACIO HORA E FELISBELO FREIRE. Entramos em seguida nas salas Horacio Hora e Felisbello Freire. Ambas localizadas no último andar do edifício. Diversos magníficos quadros pendem na parede do primeiro salão. Desde o patrono até Jenner Augusto o nosso mais jovem pintor. Na Sala Felisbello Freire há muito que se ver. Mobiliário antigo, aspectos da cultura indígena, fosséis. A um canto as duas cadeiras onde trabalharam d. Quirino de Souza e Gumersindo Bessa. Tomando um bom espaço a mobília de sala do grande historiador sergipano Felisbello, em legítimo jacarandá. Destroços da Igreja do Geru, porcelanas, tudo, tudo lá está num estado eloquente de civilização e nobreza. Até a bengala do presidente Manoel Dantas, bengala que caminhou muitas vezes ruas de Aracaju lá está. SALA SEM NOME. Esta aqui não tem nome ainda, diz o jovem presidente da nossa casa de história. Poder-se-ia chamar Sala Etnográfica, ajuntamos. Sim porque lá dentro é um verdadeiro país de Ogum. Ataba-

---

<sup>6</sup> É em virtude da existência dessa descrição detalhada da exposição que optamos por estabelecer como marco final de nossa análise o ano de 1946. Na década de 1950, o museu passou por profundas transformações, a exemplo da mudança de nome para Museu Galdino Bicho e da criação da Pinacoteca Jordão de Oliveira em virtude da incorporação de 31 novas telas de pintores brasileiros e estrangeiros, em 1957 (Cf. SANTOS, 2014).

ques, ganzás, pandeiros, fitas, todo material indispensável nas festas de pai de santo. (VERGARA, 1946, p. 1)

Essa descrição dialoga com a compreensão de Lília Schwarcz (1993), quando reconheceu que, para os institutos históricos e geográficos, fazer história era antes de tudo um ato de exaltação, a partir de um exercício de “vigilâncias comemorativas”. Para tanto, manter salas com objetos abrigados sob os nomes de “vultos sergipanos” contribuiria para forjar a imortalidade dos personagens, dos artefatos e da própria instituição. Não é por acaso que a sala dedicada aos artefatos de matriz africana era a “sala sem nome”, composta por objetos que não garantiriam o renome e a distinção de seu patrono, conforme os discursos científicos sobre a raça que vigoravam no Brasil até a primeira metade do século XX. Esses discursos, além de considerar a população negra como responsável pelo “atraso na civilização”, também privilegiavam “uma história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial” (p. 117).

Os artefatos de religiões africanas consistiam em elementos não previstos pelos Estatutos do IHGSE, concebidos como espécies de “troféus” de uma “batalha das memórias” em prol do combate às práticas tidas como incivilizadas, pensamento influenciado pelo determinismo biológico que reconhecia esses artefatos a partir de teses racialistas, como testemunhos do desvio e da delinquência. Janaína Aguiar (2012) e Beatriz Góis Dantas (2014) problematizam a origem dos objetos provenientes de cultos de matriz africana sublinhando que os mesmos foram apreendidos pela polícia de Aracaju na década de 1940 e doados ao IHGSE pelo chefe de polícia Armando Leite Rolemberg, em abril de 1946:

Considerando a originalidade o material que este acompanha e apreendido pela Polícia, dos adeptos do baixo espiritismo, quando no exercício da macumba, tomou esta chefia a deliberação de enviá-lo a este Soldalício, onde, de certo, despertará a curiosidade dos que se interessam pelo tradicionalismo. (Arquivo do IHGSE n. 3136, Caixa 52)

A descrição da disposição dos objetos nas salas do Museu do IHGSE, em 1946, contribui para percebermos como a instituição estimulou um novo olhar para o “valor” dos artefatos a serem preservados, se comparado aos demais museus sergipanos do contexto que privilegiavam as ciências naturais. Nota-se, desse modo, a valorização de objetos considerados históricos

e artísticos, especialmente mobiliário, pinturas, moedas e artefatos de guerra, em um explícito diálogo com a História, a Arte, a Arqueologia e a Antropologia.

Ao preservar e promover essas coleções, os membros da Casa de Sergipe contribuíam para o processo de fabricação da “imortalidade” de determinados fatos e personagens (ABREU, 1996), transformando-os em testemunhos que respaldavam a produção de uma “História de Sergipe” conveniente aos seus interesses. Empenhada em “imortalizar” determinadas versões e agentes considerados representativos para o estado de Sergipe a partir da valorização de determinados objetos, aos poucos, os membros da elite sergipana ampliaram as doações para compor o acervo do museu. Nesse rol, os objetos indígenas e os resultantes da invasão dos terreiros eram “imortalizados” enquanto “curiosidades”, embora não integrassem o núcleo inicial da coleção nem ocupassem a mesma posição dos artefatos provenientes dos “homens notáveis” ou dos “einentes sergipanos”. Dessa forma, é possível concluirmos que o tratamento dado à cultura material evidenciava o lugar ocupado socialmente e o espaço destinado a esses agentes na escrita da história.

Na verdade, poderíamos nos aproximar das análises de Suely Cerávolo (2017) quando investigou as estratégias do Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) que, cremos, são similares ao que ocorreu com o Museu do IHGSE. Segundo a pesquisadora, tratava-se de uma conjunção de letrados e de elite política com o intuito de elaborar modelos de instrução, ciência e história tendo o passado como lição, respaldado, dentre outras coisas, pela criação de um museu marcado por um “conjunto museológico diversificado; eclético”. Conclui, nesses termos, que “o intento de cunho cultural (e civilizatório) não deixou de lado o interesse e importância em contar com um mostruário permanente de produtos para ser admirado por visitantes” (p. 69).

Embora pequeno, o Museu do IHGSE possui significativo acervo. Além de seu valor como pioneiro do campo dos museus em Sergipe, tornou-se estímulo para a instalação de outros museus no estado. Desse modo, definiu e difundiu parâmetros para a aquisição, conservação e documentação de objetos, marcados pelo estabelecimento de uma narrativa afinada com um movimento de valorização dos “objetos históricos” presente com vigor no campo dos museus brasileiros a partir da primeira metade do século XX.

## Referências

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luise Mecnas (Orgs.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014.

ALVES, Eva Maria Siqueira. *O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira. Imagens imortalizadas pelas palavras. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 227-244, 2004.

AGUIAR, Janaína Couvo Teixeira Maia de. Objetos exóticos e do baixo espiritismo: a memória da repressão da polícia aos terreiros de Aracaju no acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. *Revista MUSEITEC*, Universidade Federal de Sergipe, v. 1, n. 1, dez. 2012.

BARATA, Mário. Origens dos museus históricos e de arte no Brasil. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1986.

BITTENCOURT, José Neves. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu: 1839-1889. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v. 37, 2005.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional (1917-1945)*. São Paulo: Editora UNESP; Museu Paulista, 2005.

CARDOSO, Maurício Gracco. *Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa ao instalar-se a 3.º sessão ordinária da 15.ª Legislatura*. Aracaju, 7 set. 1925.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Rotas de investigação sobre a formação do patrimônio cultural da Bahia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 9, n. 53, 2017.

CERÁVOLO, Suely Moraes. Museus e coleções como fontes de pesquisa histórica: o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1897). *Anais do VII Encontro Estadual de História da ANPUHBA*, Salvador, 2014.

COSTA FILHO, Luiz José da. Relatório apresentado ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em sessão solenne e extraordinária de 15 de agosto de 1917. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, ano 4, v. 4, 1919.

DANTAS, Beatriz Góis. Tambores silenciosos: a saga dos objetos de terreiros no acervo do IHGSE. *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 44, 2014.

DANTAS, Ibarê. *História da Casa de Sergipe (1912/2012)*. Aracaju: Editora UFS/IHGSE, 2012.

ESTATUTOS aprovados em 27 ago. 1912. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v. 1, n. 1, 1913.

FREITAS, Itamar. Memória do arquivo do IHGSE. In: *Guia do Arquivo do IHGSE*, Aracaju, 2009.

GARCEZ, José Augusto. *Realidade e destino dos museus*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

LUBAR, Steven; RIEPPEL, Lukas; DALY, Ann; DYFFY, Kathrinne. Lost Museums, *Museum History Journal*, v. 10, n. 1, p. 1-14, 2017.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. O Museu do Instituto Arqueológico - Roteiro de visita. Separata da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*, Recife, v. LVII, 1985.

NUNES, Maria Thetis. *História da educação em Sergipe*. 2. ed. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

NUNES, Verônica. Acervos da Casa de Sergipe: um olhar sobre o acervo museológico. In: ALBUQUERQUE, Samuel; SANTOS, Magno; SANTOS, Ane Luise (Orgs.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014.

SANTOS, Ane Luise Mecenaz. Encontros tecidos pelas memórias de uma coleção: a rede de sociabilidades dos pintores e intelectuais no museu do IHGSE. In: ALBUQUERQUE, Samuel; SANTOS, Magno; SANTOS, Ane Luise (Orgs.). *História, memória e comemorações na Casa de Sergipe*. Aracaju: IHGSE, 2014.

SANTOS, Cláudio de Jesus. *Era uma casa, era um museu: a formação do pensamento museológico social sergipano em José Augusto Garcez (1948-1992)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia), Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 20, 1994.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Clodomir. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. Aracaju, 1920.

SOUZA, George F. C. de; NEVES, Fernanda I.; LEÃO, Reinaldo C.; GALVÃO, Tácito C. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história*. Recife: IAHGP, 2010.

SOUZA, Jean Costa. “O culto à tradição de nossa gente”: a fabricação do folclore sergipano em exposições museológicas (1948-1976). Dissertação (Mestrado em Culturas Populares), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

VERGARA, Ruben. Uma visita à Casa da História e da Geografia. *Sergipe Jornal*, Aracaju, 9 out. 1946.

# CULTURA DA MEMÓRIA E POLÍTICAS DO PASSADO NO INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO: O MUSEU E A ESCRITA DA HISTÓRIA DO MARANHÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

JEAN COSTA SOUZA  
PAULO BRITO DO PRADO

Em meados do século XX, o mundo experimentava uma infinidade de transformações sociais e culturais impulsionadas por novas tecnologias inventadas durante a “Revolução científico-tecnológica ou, mais simplesmente, Segunda Revolução Industrial” (SEVCENKO, 1992, p. 156) dos idos de 1870. O planeta, até então dividido entre os países industrializados e aqueles em processo lento de industrialização, era fortemente marcado pela disputa neocolonial – muito desigual – em que os países do norte europeu, acompanhados pela América do Norte e pelo Japão, tiravam proveito da mão de obra barata e das riquezas naturais inexploradas de regiões pobres da África, da América Latina e da Ásia.

O “breve século XX”, na célebre acepção do historiador britânico Eric Hobsbawm (1995), iniciara seu dinâmico percurso sob os reveses de profundos conflitos que já vinham assolando o mundo europeu desde os movimentos populares, a exemplo da Primavera dos Povos, dos nacionalismos românticos e da Guerra Franco Prussiana de fins do século XIX. Em um contexto de Estados e de Nações, de territórios, de fronteiras e do reconhecimento da independência de anteriores colônias, iniciava-se uma febril celebração de feitos quase que exclusivamente masculinos, brancos e viris e de memórias nacionais fortemente alinhadas às reminiscências de antigos “impérios”, de ulteriores representações monárquicas e dos feitos dos “grandes homens”. Foram as figuras masculinas que manejaram, em um passado compreendido como sendo repleto por gloriosas vitórias, as armas e os braços que seriam tomados como a força impulsionadora do soerguimento dos Estados-nação contemporâneos.

Esses mesmos homens eram os que legariam capital cultural suficiente para afixar sua monumentalização no presente nacional então comemorado por gerações, indistintamente, de homens que herdariam suas memórias e que compartilhariam dos mesmos sentimentos. *Pari passu* ao movimento comemorativo, à seleção e ao enquadramento de memórias (POLLAK, 1992) experimentadas na Europa do século XIX – uma herança das grandes comemorações da Revolução Francesa (LE GOFF, 2013)<sup>1</sup> – alcançávamos, em 1914, a “era dos extremos”, o tempo da grande guerra e das constantes crises do capitalismo, eventos que descortinariam para a civilização ocidental e grande parte do mundo oriental, o poder de destruição acumulado e, muitas das vezes, arquitetado por homens de negócios no decorrer do longo século XIX e por grande parte do fremente século XX.

O tempo ao qual nos referimos é aquele em que nasceram, frutificaram, perpetuaram ou morreram tantas ideologias quantas foram possíveis ser idealizadas. Neste tempo – o entre séculos XIX e XX – se criou, se refinou e reverberou projetos raciais atrelados ao evolucionismo de Charles Darwin, a eugenia de Francis Galton e a antropologia criminal de Cesare Lombroso (SCHWARCZ, 1993). O socialismo burilou por parte do leste europeu e o feminismo, em fins do oitocentos, apropriou-se do liberalismo para justificar a ampliação da cidadania para as mulheres, pelo menos em parte da Europa (França e Inglaterra) e das Américas (Estados Unidos e Brasil) (HAHNER, 2003).

Esse era o tempo de um nacionalismo racializado fortemente marcado pela luta entre ideologias políticas<sup>2</sup>, tais como as do liberalismo, do fascismo, do anarquismo, do socialismo, do capitalismo industrial e do nazismo – este último é lembrado, responsabilizado e culpado pelo holocausto e pelo terror de um estado xenófobo, como o era o estado alemão de Hitler dos anos 1930 e 1940. Em meio a tantos projetos e ideias, o capitalismo industrial preponderou e perspectivas nacionalistas e civilizacionais, fortemente influenciadas pe-

---

<sup>1</sup> Em estudo sobre a memória e a sua manipulação, Jacques Le Goff (2013), percorrendo as transformações desta que por vezes lhe afigurou como laicizada, cristianizada e em outros momentos burocratizada pelas monarquias absolutistas, demonstra como a memória se tornou matéria para comemorações nacionais. De acordo com Le Goff, foi a Revolução Francesa que garantiu o retorno da memória dos mortos e deu aos cemitérios, abandonados na Europa uma conotação romântica reconectando-os à memória. O historiador ainda apontou que “o século XIX viu, não mais tanto na ordem do saber como o século XVIII, mas na ordem dos sentimentos e, também, diga-se em abono da verdade, da educação, uma explosão do espírito comemorativo” (p. 423). Aparece a manipulação da memória como matéria para os nacionalismos homogeneizantes.

<sup>2</sup> Para uma discussão das tecnologias e das estéticas de construção da nação brasileira perseguindo propostas revisionistas pelo mundo lusófono, americano e europeu, e o modo como se construiu uma “cultura da etnicidade” no Brasil, consultar Maria Bernardete Ramos Flores (2007).

lo sujeito humano e universal masculino (SCOTT, 2008; SOIHET, 1989), sobressaíram no interior de tantas disputas, movimentações e projetos de estado.

A nação moderna em ascensão não era só “uma entidade idealizada ou forma de política, mas um fenômeno político-cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação” (FLORES, 2007, p. 68). No mundo europeu, como no americano, e em específico no Brasil, inventou-se um “povo” mestiçado e harmonizado em suas diferenças raciais e em suas opressões – historicamente estratificadas no corpo, na memória e na identidade. Tantas diferenças, memórias de opressão e ressentimentos foram unilateralmente esquecidos por uma nação representada e divulgada por instituições militares e civis, bem aos moldes daquelas pensadas pelos iluministas no século XVIII. Os homens de “prol” – e brancos em sua quase maioria – a esta época acreditavam que a qualidade racial branca e masculina “melhor convinha às condições de extensa mestiçagem que se desejava para o Brasil no curso do branqueamento. O gene branco, mais forte, seria portador da possibilidade do aperfeiçoamento racial” (p. 327).

Defronte de muitas ideias, sentimentos, conflitos, movimentações sociais, eventos impactantes, contextos de crises econômico-sociais e de guerra total, como a que se inaugurava na noite em que as luzes se apagaram em toda a Europa, desenrolando-se pelos anos de refregas bélicas que percorreram, salvo rápida interrupção, de 1914 até 1945 e, por acaloradas querelas de forte conotação racial mundo a fora, nada apagou a memória das grandes nações que, imbuídas pela ideia do positivismo e do progresso evolucionista, deram início a muitas celebrações já no século XIX e por todo o século XX a passados de conquistas relacionadas aos tempos das monarquias e dos domínios coloniais sobre regiões que a esse momento já experimentavam a independência ou que já migravam do regime monárquico para o republicano, como aquele vivenciado pelo Brasil.

O caso brasileiro não se diferenciou muito das nações europeias e norte-americanas do oitocentos. Nesses trópicos, a cultura da memória aferrou-se em instituições culturais fortemente relacionadas com os interesses monárquicos e que teceram políticas da história construídas em instituições culturais pensadas nos moldes de academias, “como aquelas próprias do iluminismo, tendo contudo como projeto o traçar a gênese da nacionalidade brasileira” (GUIMARÃES, 1988, p. 7) integrando “o ‘velho’ e o ‘novo’, de forma a que as rupturas [fossem] evitadas” (p. 7). Os propósitos das instituições acadêmicas fundadas no momento eram a “soberania do princípio nacional enquanto

critério fundamental definidor de uma identidade social” (p. 7). Estas desejavam produzir narrativas que dessem “conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, ideais tão caras ao iluminismo” (p. 8).

Os institutos históricos e geográficos que surgiram, inicialmente no Rio de Janeiro, sede do Império e depois do governo republicano, e que se espalharam por diferentes regiões ao longo dos séculos XIX e do XX, se tornaram em lugares (NORA, 1993) privilegiados para a fecundação de uma certa memória nacional [e regional] e da escrita de uma história disseminada como oficial do Brasil e de suas regiões.

Enquanto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) cabia o papel de centralizar narrativas e selecionar memórias para a escrita de uma história da Nação, aos institutos regionais, como é o caso do Instituto de História e Geografia do Maranhão (IHGM), cabia a tarefa de cultivar uma certa memória do passado local e de praticar uma história que coadunasse e que se harmonizasse com os discursos propalados pelo estado-nação. Discursos iniciados desde a Independência (1822), intensificados após o evento da República (1889) e transformados em narrativas autorizadas pelo estado brasileiro, reverberando políticas e culturas de memória por todo o século XX, alcançando os dias de hoje.

Aproveitando-nos da inquietante tese de Durval Muniz de Albuquerque Junior (2011), poderíamos dizer que o IHGM fazia coro a tantos outros discursos locais, regionais e nacionais que contribuiriam para a invenção não tão somente do Maranhão, mas da região Nordeste e dos muitos Brasis. Dessa feita, nos cabe, por intermédio do exercício de observação sobre a produção de um museu e da escrita da história do Maranhão, ações em constante flerte com as expectativas do estado, visualizar “um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. [O Estado] não demarca [aqui] os limites político-institucionais das regiões, mas pode [sim] vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais” (p. 37).

### **Memórias, histórias e o IHGM**

Os anos 1920 anunciavam-se como um tempo de grandes atualizações. Nos dizeres de Nicolau Sevcenko (1992), a década em questão era fremente e alvoroçada. De fato esse era o tempo de grandes movimentações sociais, de revoltas e de conflitos pelo Brasil a fora, entretanto o contexto não se restrin-

gia a conflitos e a movimentações de ordem política e social. Havia também uma explosão cultural demasiadamente intensa e que foi preenchida por diferentes comemorações, por “modernices” e por excitações estéticas e culturais.

Entremeando tantos fatos e acontecimentos os governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís, desenrolaram-se sob um terreno de conflitos acalorados – principalmente os de influência agrária – que se espalhavam por diferentes regiões do Brasil. Junto a isso, as comemorações do Centenário na Independência em 1922 tomavam corpo no Rio de Janeiro, em São Paulo e por tantas outras regiões brasileiras, inclusive no Maranhão. Nesse mesmo ano, um grupo de intelectuais da região Sudeste, influenciado por ideias e por princípios europeus, agitava-se e fabricava um movimento artístico e estético conhecido por Modernismo e materializado na Semana de Arte Moderna de 1922. Tal mobilização propunha criar outras narrativas para a cultura, para a memória e para a história brasileira. No meandro de tantos acontecimentos e de variadas comemorações, um grupo de homens letrados do Maranhão pertencentes a segmentos abastados da região Nordeste reabitou, em 1925, através de instituições como a Academia Maranhense de Letras (AML) e o IHGM, um determinado passado o qual havia selecionado lembrar e cultivar.

Chamados pelo epíteto de “Novos Atenienses” (CONCEIÇÃO SILVA, 2008), o grupo reabitou um passado maranhense que viesse se contrapor a um Maranhão “decadente” – uma invenção narrativa dos mesmos intelectuais alinhados ao IHGM e outras instituições da região. Para o sucesso de tal projeto político, foi necessário buscar no tempo as “joias” mais raras da memória regional e local. O retorno ao passado reabitou fragmentos do tempo e de memórias em que o Maranhão, graças ao Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), que criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, experimentou uma temporalidade de prosperidade e de riquezas – uma espécie de idade de ouro para a região, momento em que o Maranhão desfrutou de um crescimento econômico e cultural jamais visto.

Essa temporalidade – iniciada no século XVIII – financiou o próspero século XIX, um espaço de tempo em que a intelectualidade ilustrada, conhecida pelo qualificativo de “ateniense” pode sair, estudar em instituições estrangeiras e trazer uma considerada “cultura erudita” para os sertões do Nordeste. A mística consolidada pelo IHGM foi a de que tal geração de homens letrados retornou à terra natal, capital do Maranhão, São Luís (a Athenas Brasileira), e produziu, sob uma perspectiva do brilhantismo econômico e cultural, uma

crença deveras positiva e progressista para, no mínimo, a capital São Luís. Essa mesma lógica foi tomada de empréstimo pelos membros fundadores do IHGM a fim de inventar discursivamente uma grandeza para o estado maranhense no século XX alicerçada em uma “dinâmica econômica e cultural experimentada em outros tempos” (CONCEIÇÃO SILVA, 2008, p. 46).

A intelectualidade ilustrada referendada pelo instituto remetia a um grupo de homens do oitocentos quase que representados por Antônio Gonçalves Dias, o poeta de “Canção do Exílio” e autor de tantas outras obras literárias. Seria esse grupo, sua produção narrativa, cultural e o contexto em que viveu, a matéria e a gramática escolhidas pelos intelectuais responsáveis pela fundação do IHGM para lembrar, comemorar e festejar os marcos considerados importantes para a escrita de uma história e usos de uma memória para o Maranhão. Esse projeto recebeu tamanha adesão que, inclusive, suscitou o desejo de criar um museu na mesma época em que se criou o IHGM.

Em 27 de novembro de 1925, o jornal *O Combate* informou a criação do IHGM. Essa era mais uma instituição civil que se somava aos múltiplos projetos locais, regionais e nacionais que, desde o século XIX, se propunham em cultivar uma certa memória e a celebrar determinados passados que seriam enquadrados como matérias e como gramáticas oficiais para a escrita de uma história do Brasil e, no caso específico, do Maranhão:

O Instituto de História e Geographia do Maranhão. Foram lançadas hontem as bases duma nova instituição científica no Maranhão. Trata-se do Instituto de História e Geographia, associação cuja falta no nosso meio há muito se faz sentir, desde que não conseguiu viver o Instituto Histórico fundado há alguns anos. Deve-se a tentativa de agora realizada com muita segurança, aos srs. dr. Justo Jansen<sup>3</sup>, Ribeiro do Amaral, dr. José Domingues, Barros e Vasconcelos, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, dr. Abranches de Moura, dr. Barros Vasconcelos, Wilson Soares, padre Arias Cruz, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, padre José Ferreira Gomes. Os estatutos da nova associação foram aprovados. Fizeram as eleições para os corpos dirigentes e as comissões científicas. A 2 de dezembro effectuar-se-há a primeira sessão cívica. O Instituto dispõe de adesões valiosas, que lhe asseguram vida longa.

---

<sup>3</sup> Justo Jansen foi nomeado como o primeiro presidente do IHGM em 1925. Com Ribeiro Amaral, Justo Jansen pregou com os seus trabalhos no Maranhão uma campanha de aplicação dos maranhenses aos estudos da terra e do homem no estado. O médico com formação em Salvador (BA) foi um dos intelectuais que, assim como Amaral, recebeu do governo João Costa e Lopes da Cunha a incumbência de realizar pesquisas em arquivos da Europa, documentos sobre os limites do Maranhão e, em geral, a história e geografia maranhense, percorrendo “os principais centros de cultura Europeus”. Fonte: *O Imparcial*, 19 ago. 1930, Ano V, não paginado.

A imprensa, como todos, tem o dever de receber de braços abertos o Instituto de História e Geographia do Maranhão. Pela nossa parte nós o comprimos com inteira satisfação.<sup>4</sup>

De acordo com as informações publicadas pelo jornal, essa nova instituição científica vinha suprir a falta que no meio maranhense se fazia sentir, desde que não sobreviveu o Instituto Histórico fundado em 1865 por intelectuais que compunham o cognominado “Grupo Maranhense” (1832-1866) e que era representado por nomes como João da Matta de Moraes Rego, César Augusto Marques, João Vito Vieira da Silva, Torquato Rego, Sotero dos Reis, Francisco Vilhena, Heráclito Graça, Antônio Henriques Leal, Antônio Rego, Augusto Frederico Collin e Antonio Gonçalves Dias (BORRALHO, 2009).

Esse grupo formava a intelectualidade regional – e que fazia pontes com a intelectualidade nacional<sup>5</sup> – responsável pela caracterização da chamada “Athenas brasileira”, uma espécie de expressão mitológica e racializada, criada e composta por homens de letras autorizados a falar da cultura e da história do Maranhão. Tal grupo de homens integrado ao mito evocativo da antiguidade clássica selecionou lembranças, inventou o “povo” maranhense, projetou determinadas memórias que deveriam ser celebradas e delimitou políticas para a escrita da história do estado e da região. Todos homens – fenômeno que respeita a lógica instituída/imposta das coisas do mundo e as políticas da história da época<sup>6</sup> – fabricaram mecanismos discursivos muito eficazes e que atravessaram o tempo alcançando os projetos de nação e de região alinhavados no século XX. A crença reunida ao redor desses personagens – que marcaram o cotidiano intelectual do Maranhão no século XIX – foi tamanha que acabaram, por vezes, evocados pelos fundadores do IHGM do Maranhão em 1925.

Tal ação que corrobora a cultura de uma certa memória aparece logo na primeira edição da *Revista do IHGM*. Nesta, foi narrada a importância que teria no século XIX – e evidentemente também no século XX – aquele pas-

<sup>4</sup> O Instituto de História e Geographia do Maranhão. *O Combate*, Maranhão, 27 nov. 1925, anno 1, nº 184, p. 1.

<sup>5</sup> Essas pontes entre as regiões brasileiras, em específico o Maranhão, e o governo central no Rio evidenciam-se, por exemplo, no caso de Antônio Gonçalves Dias e o “empréstimo” que fizera de sua poesia “A canção do exílio” a Joaquim Osório Duque-Estrada para que escrevesse a letra do Hino Nacional Brasileiro.

<sup>6</sup> Os estudos de gênero e as contribuições dos estudos feministas são fundamentais para se iniciar uma crítica do predomínio falocêntrico e hegemonicamente masculino das coisas no mundo e da escrita da história. Sobre tais questões, é importante consultar as contribuições de Joan Scott (2008), que questionam tal ordem masculina em suas incursões pela história das relações de gênero na Europa ou mesmo Rachel Soihet (1989) e sua história feminista do Brasil de fins do século XIX e por grande parte do século XX.

sado de “grandeza intellectual, mercê da qual esta terra desfructa o evocativo cognome de Athenas Brasileira”.<sup>7</sup> Vale enfatizar que, ao produzir a crença da “Athenas brasileira” e idealizar uma “nova Athenas” representada pela geração de intelectuais fundadores do IHGM em 1925, esses homens se remetiam a um passado mítico e saudosista que, aprisionado em ilusórias memórias e glórias, conquistas e vitórias, fabricava para o século XX maranhense uma memória de decadência social e econômica, conforme apontou Ana Ládida Conceição Silva (2008). A invenção de um decadente presente –o século XX maranhense – viera com tamanha força para o IHGM que tal sensação foi sugestivamente historiada nas primeiras páginas da revista quando os editores criticaram o meio social e cultural do Maranhão do século XX em que “iniciativas de ordem intellectual costumavam ser recebidas pelo público com a maior indiferença”.<sup>8</sup>

Percebemos que a ação dos intelectuais regionais não se furta ao que ensinou Michael Pollak (1989) no instante em que falou do processo de enquadramento de memórias e da fabricação de uma memória coletiva: “Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), [são] as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência” (p. 9) possíveis de serem “harmonicamente” lembrados, narrados e comemorados. Evidentemente que perseguindo a mesma linha de interpretação utilizada por Manoel Luís Salgado Guimarães (1988) e que mostrou as fortes relações entre o IHGB e a monarquia brasileira, em nosso caso entendemos que o IHGM não se abdicou dos fortes laços nutridos entre instituições civis e as diferentes formas de poder de estado vigentes no contexto de fundação desses institutos (a Monarquia Imperial e a República).

As fortes relações entre as instituições civis, ainda no oitocentos, com os representantes da Monarquia eram demasiadamente estreitas. A memória de tais relacionamentos construídos sob a égide de conluios e de jogos de poder reverberaram e se estratificaram em diferentes temporalidades. Isso tanto ocorreu que, mesmo ultrapassado o Império, a Primeira República (GOMES, ABREU, 2009) e articuladas as mudanças nesse regime de governo (o Pacto oligárquico-coronelista), percebe-se no IHGM a insistente cultura de uma

<sup>7</sup> SOARES, Wilson. Subsídios para a Bibliographia Maranhense. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 31.

<sup>8</sup> O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 31.

memória que aglutinava lembranças um tanto melindrosas – aparentemente contraditórias e paradoxais – e que apascentava narrativas dissonantes (outras histórias), ao passo que homenageava a memória de D. Pedro II realizando a primeira sessão cívica do IHGM no mesmo dia de nascimento deste monarca.

Tais relacionamentos muito estreitos entre Estado e intelectuais se confirmavam não tão somente em homenagens, mas também se reforçavam – e se perpetuavam – através de coleções, de exposições e da produção de memoriais, ou mesmo de museus, conforme noticiou o periódico *O Combate* em 1º de dezembro de 1925. Na ocasião do evento divulgado pelo periódico, foram expostos “os retratos de D. Pedro II, D. João e D. Pedro I, sendo o de D. Pedro II devido ao pincel do distinto pintor Snr. Paula Barros”.<sup>9</sup> Os interesses dessa exposição e evento tinham, além de propósitos comemorativos, expectativas pedagógicas e que fizessem reverberar uma certa memória. Isso se explica nos esforços do IHGM ao convidar pessoas para prestigiar a ocasião. Nesse dia, os responsáveis pelo IHGM solicitaram ao Capitão do Porto e ao “Commandante do ‘Amazonas’ que embandeirassem suas embarcações próximas ao porto para que às 10 horas os marinheiros do ‘destroyer’ desembarcassem para assistir aos festejos do dia”.<sup>10</sup>

É bastante provável que as expectativas de tal evento e dos convites estivessem em estreito relacionamento com uma certa política da história do Maranhão, aquela que contrapunha um passado de glórias a um presente de desventuras e degradação. Essa operação historiográfica e o manejo de narrativas percebidas na montagem de um futuro museu chancelavam uma certa memória e inauguravam um tempo de grandes comemorações regionais – e também nacionais – que marcariam a década de 1920, silenciando e apagando tantas outras narrativas da memória habitada (ASSMANN, 2011) do Maranhão. Assim, fazendo coro a essas memórias anteriormente fabricadas, durante a Primeira República, o encontro de literários promoveu na capital do Maranhão práticas culturais de valorização a um passado com referência ao primeiro grupo de intelectuais reconhecidos por “Atenas brasileira”, que “passou desde então os discursos das elites, cristalizando-se, e passando a integrar a memória coletiva” (SILVA, 2008, p. 26). Formado por nomes que compunham um seletivo grupo de homens legitimados a falar sobre a cultura maranhense, segundo um dos sócios fundadores, Antônio Lopes da Cunha, em 1925, tomava “a iniciativa de reunir alguns homens de boa vontade na livraria

<sup>9</sup> Centenário de D. Pedro II. *O Combate*, Maranhão, 1 dez. 1925, anno 1, nº 187, p. 4.

<sup>10</sup> Centenário de D. Pedro II. *O Combate*, Maranhão, 1 dez. 1925, anno 1, nº 187, p. 4.

de Wilson Soares expondo-lhes a minha ideia de se comemorar o centenário do nascimento de D. Pedro II com a inauguração, nesta capital, de um Instituto de História e Geografia”.<sup>11</sup>

Não obstante, conforme informou o secretário do instituto, Antônio Lopes, na apresentação do primeiro número da revista em 1926, mesmo diante do indiferentismo do público, do desejo de não permanecer entre as “coisas esquecidas” do Maranhão, a instituição “muito teve que lutar revelando uma energia invulgar”.<sup>12</sup> Todavia, a falta de incentivo ou de importância dada a nova agremiação ficou aquém graças ao sócio da instituição, Antônio Lopes, que naquele momento atuava na administração do município de São Luiz, onde foi fornecido um auxílio, ainda que incerto, pela prefeitura, para a criação da instituição. Antônio Lopes<sup>13</sup> descendia de família de juristas e políticos da região, sobrinho de Celso Magalhães da Cunha, um dos grandes escritores pioneiros nos estudos de folclore no Brasil. A partir do lugar ocupado no Maranhão e das relações estabelecidas por ele, foi possível “imediatamente” criar junto à Escola de Bellas Artes<sup>14</sup> o IHGM na Avenida Magalhães de Almeida, nº 8.

Condicionado a um desejo de memória representado pela elite intelectual, que discursivamente contribuía para a consolidação de um “ideal de grandeza maranhense” (SILVA, 2008, p. 46), a concepção de um lugar de salvaguarda da cultural material e difusão científica especializada nos estudos históricos e geográficos do Maranhão contemplava uma ausência na produção intelectual na região Nordeste. Será a partir dos gestos colecionistas de estudiosos da História, Geografia e Arqueologia desenvolvidos na ambiência do IHGM e de famílias abastadas da região que identificaremos a formação de um museu a partir da constituição de coleções nas quais “objectivamente [estaria] um passado cheio de glórias e de factos que muito nos honram”.<sup>15</sup>

<sup>11</sup> O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 110.

<sup>12</sup> O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 5.

<sup>13</sup> Em 1951, a *Revista do IHGM*, nº 3, ano XXVIII, em uma descrição dos “mortos do Instituto” expressou que o maranhense Antônio Lopes, falecido em 1950, “evitou o desaparecimento total da instituição, durante a primeira fase de sua decadência, conservando, o quanto pode, o seu museu, contra os repetidos despejos sofridos pela falta de sede própria” (p. 137).

<sup>14</sup> Foi criada em 1922 e funcionou primeiramente no Casino Maranhense e a partir de 1926 no prédio onde funcionou o IHGM, na Avenida Magalhães de Almeida. Além de Paulo Barros, participaram José Lentini, Fran Paxeco, Da Costa e Silva, Antônio Lopes, Jacinto Aguiar, Francisco Furiati. Fonte: <http://artedomaranhao.blogspot.com/2013/06/escola-de-belas-artes-do-maranhao.html>. Acesso em: 2 nov. 2019.

<sup>15</sup> MOREIRA. J. *Pacotilha*, São Luís, 10 set. 1938, p. 3.

## Coleções e um museu para a invenção do Maranhão

Quando o IHGM foi criado no início do século XX, Antônio Lopes da Cunha apontou que a agremiação possuía “uma organização mais modesta de uma coleção de material archeologico, histórico, ethnographico e geographico do Maranhão”.<sup>16</sup> Uma amostra de cultura material que, possivelmente, teria sido acolhida após estudos científicos realizados por estudiosos da região e consecutivamente levados para a instituição. Segundo o seu regimento de fundação, não é possível identificar, até aquele momento, o desejo de criar um espaço museológico, mas a existência de uma pequena coleção.<sup>17</sup> Segundo o artigo III do regimento do instituto, constavam: “explorações geográficas e archeologicas”, “a organização de uma Biblioteca Histórica – Geográfica do Maranhão, na qual devem incluir-se as cartas geográficas e topográficas, plantas de monumentos, medalhas, quadros, estampas, autographos, etc”, e “a colheita de material para o estudo do Folklore maranhense<sup>18</sup>, e sua organização e comentário”.<sup>19</sup> Ou seja, nesse momento um exercício prático direcionado aos estudos do campo da História, Geografia, Arqueologia e Folclore, cabendo a Biblioteca Histórica e Geográfica o lugar reservado à organização e à salvaguarda da cultura material presente no acervo.

Vale ressaltar que nesse contexto, no Maranhão, a Biblioteca Pública do Estado, segundo relatório apresentado por Domingos de Castro Perdigão em sua gestão em 1920, apresenta que no regulamento de 1898, o artigo II orientava a concepção de um “pequeno museu” anexo à biblioteca, a ser “composto de objectos pertencentes aos tres reinos da natureza, petrificações, encrutações, moedas, medalhas, objectos raros, adquiridos por doação particular ou a conta dos cofres do Estado.”<sup>20</sup> Segundo o relatório, assim que assumiu a direção, procurou organizar “convenientemente o Museu desta Bibliotheca” que

<sup>16</sup> O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 79.

<sup>17</sup> “De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou mesmo vasto, seja esta uma coleção pública ou privada”. (DES-VALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 32)

<sup>18</sup> No tocante aos estudos do “Folklore”, pleiteia-se um lugar de divulgação das tradições populares do Maranhão que, conforme evidenciamos anteriormente, contribui, também, para a perpetuação do legado deixado por Celso Magalhães, tio de um dos sócios fundadores, no campo dos estudos do folclore maranhense.

<sup>19</sup> O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 61-62.

<sup>20</sup> Relatório da Biblioteca do Estado. In: PERDIGÃO, Domingos (Diretor). Maranhão, 1920, p. 67.

tinha como acervo, objetos classificados do “reino mineral”, “reino animal” e “objectos raros e de valor artístico e histórico”.<sup>21</sup>

O olhar direcionado ao espaço da biblioteca como parte integrante na formação de um arquivo de memória e, em anexo, a criação de um museu, traz uma prática já desenvolvida no Rio de Janeiro, tendo em vista as atividades exercidas por Joaquim Pires Machado Portela, diretor do Arquivo Nacional, quando em seu relatório de 1876 dizia que “se os Arquivos Públicos devem ter sua peculiar biblioteca como parte integrante e indispensável..., cumpre também que possuam um museu especial, como modernamente os estão criando e desenvolvendo diversos Arquivos da Europa”.<sup>22</sup> (BARATA, 1986, p. 25). Essas instituições de cunho protecionista reverberavam um paradigma museológico do qual sinalizamos como tradicional, uma vez que centrado na ambiência do museu enquanto espaço institucionalizado formado por coleções e aplicações técnicas, “aproxima de orientações positivistas baseadas em métodos objetivos de experimentação, descrição, e verificação” (Cf. BRITTO, SANTOS JÚNIOR, DANTAS, 2018, p. 90). Porém, as condições físicas do prédio que acomodava o acervo museológico na Biblioteca Pública, onde uma “valiosíssima colleção”, nesse caso, do artista Arthur Azevedo “que forma a base iconographica deste estabelecimento, continuava ainda instalada no pavimento térreo onde vinha soffrendo danos inapreciáveis, não só os quadros como as estampas em pastas” (PERDIGÃO, 1920, p. 66). Será a partir da importância dada ao conjunto de objetos e precisamente as condições do espaço em que estava abrigada a coleção do artista Arthur Azevedo, que no dia 5 de fevereiro de 1926 o presidente do Estado, Godofredo Mendes Vianna, apresentava ao congresso uma proposta de criação não só de uma exposição na ambiência do IHGM, mas de um museu para o estado em decorrência da criação do Instituto de História.<sup>23</sup>

<sup>21</sup> “[...] do reino mineral uma colleção de mineiro deste Estado, todos classificados ao meu pedido, pelo engenheiro francez Apolinario Folk; do reino vegetal uma colleção de amostras de madeiras do Estado, amostras de algodão e outros productos agrícolas; do reino animal, noventa e seis animaes da fauna maranhense artisticamente empalhados, sendo: 41 mamiferos, 29 aves, 15 repteis, 8 peixes, além de costellas e ossadas de baleia e outros animaes de grande tamanho. Possui também o Museu alguns objectos raros e de valor artístico e histórico, os quaes, conforme iam sendo adquiridos, ia mencionando nos meus relatórios” (PERDIGÃO, 1920, p. 67).

<sup>22</sup> Diante do que foi apresentado no Relatório sobre a presença do acervo no Museu da Biblioteca, é possível aferir que parte da coleção tenha sido formada pelo antigo Gabinete de História Natural existente na antiga província do Maranhão em 1844, que depois foi deslocado para a antiga Biblioteca Provincial.

<sup>23</sup> Acreditamos que a atuação de Domingos Perdigão na Biblioteca Pública do Estado, tendo conhecimento da realidade museológica do acervo por ele organizado, contribuiu para que o mesmo influenciasse as autoridades locais para a necessidade de deslocamento da coleção e, com isso, para a criação de um novo museu que atendesse às necessidades museológicas no estado.

Conforme alertou o presidente, a Biblioteca do Estado ainda permanecia no pavimento térreo do prédio onde funcionava o Congresso do Estado, apresentando em suas instalações “incalculável dano para seus livros e colleções artísticas” e que por isso seria viável que o estado junto ao IHGM, fundasse um museu “entregando-lhe todos os objectos que se acham na Bibliotheca e que antes deveriam estar num museu, com a condição, porém, de se responsabilizar o mesmo Instituto pelo que lhe fôr entregue”.<sup>24</sup> Ainda, segundo o informe, caberia ao estado depois de criado o museu “destacar um funcionário da Biblioteca para ter exercício no mesmo Instituto”<sup>25</sup>, ficando responsável pela preservação do acervo. No entanto, o enunciado desejo de realocar o acervo da biblioteca e da coleção iconográfica do artista Arthur Azevedo para os espaços do IHGM parece ter ficado somente no papel.<sup>26</sup> Mas, será a partir desse momento, após a publicação do primeiro número da *Revista do IHGM*, divulgada após a data de criação do regimento, ou seja, em 1925, que Antônio Lopes irá dissertar pela primeira vez sobre a criação de um museu nas instalações daquela agremiação. Segundo o secretário, após as conferências realizadas sobre os problemas do território e do povo do Maranhão, “conseguiu o instituto dar impulso a mais uma útil iniciativa. Restava-lhe tratar da organização de um modesto museu de Etnographia, História e Geographia do Maranhão e uma Bibliotheca”.<sup>27</sup> Destarte, dado a iniciativa para criação de um museu e expansão do seu acervo, a agremiação pôs “em campo, nomeando em alguns pontos do Estado agentes incumbidos de angariar esse

---

<sup>24</sup> *Relatório do Presidente do Maranhão*. Bibliotheca Publica. Maranhão, 1926, p. 30.

<sup>25</sup> Essa indicação do profissional da Biblioteca corrobora com a pesquisadora Suely Cerávolo (2017) ao afirmar que “no Brasil, as camadas da elite intelectual foram responsáveis pela prática da imaginação museal, não sendo essa, segundo Mario Chagas, prerrogativa de profissionais museólogos” (p. 64).

<sup>26</sup> A localização do IHGM no prédio alugado parece não ter demorado muito, tendo em vista que no dia 4 de abril de 1927 a comissão do Instituto teria procurado o presidente do estado a fim de lhe pedir providência para sua instalação em prédio próprio do estado, uma vez que o espaço onde se achava instalado “é exíguo, acrescendo que o pagamento do aluguel com a subvenção municipal, sacrificia a publicação da Revista mantida pela agremiação, a qual só poderá ser custeada com tal subvenção”. Um dos locais nomeados foi o antigo prédio da biblioteca que, provavelmente, já teria sido alocada em outro endereço. No entanto, não sabemos ao certo se o instituto teria ido ou não para o espaço da biblioteca, tendo em vista que no final daquele mês o jornal *O Imparcial*, em 28 de abril de 1927, informava que a diretoria do instituto teria procurado o presidente do Maranhão para agradecer pelos reparos de um novo prédio, na antiga Escola Onze de Agosto, onde iria “funcionar aquella agremiação”. Todavia, é provável que as dificuldades enfrentadas por um espaço adequado e próprio para instituto contribuíram para que o acervo da coleção do artista Arthur Azevedo não tenha sido transferido para o IHGM e que o desejo de realocação tenha ficado somente no papel.

<sup>27</sup> O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno I, nº 1, 1926, p. 6.

material, todos escolhidos entre pessoas cultas e dedicadas” (p. 79). A recolha do material destinado à coleção do museu estava condicionada a uma instrução prévia que auxiliava os agentes a coletar o acervo prometido ao museu do instituto. Conforme publicado na revista, a coleção estaria classificada nos quesitos de “Material Archeologico, Material ethnographico, Material Geographico, e Material Histórico” (p. 79).

Após a sua publicação, o acervo do instituto teria recebido inúmeros objetos doados por personalidades do estado, sócios ou representantes de famílias abastadas da região, fazendo desse gesto um ato interessado de consagração de determinados nomes dentro do imaginário cultural maranhense. A partir dos periódicos, é possível enxergar entre os objetos enviados, “photograpias da fortaleza colonial existente naquela comarca, uma pedra e a chave de um dos portões do forte histórico, machado de pedra raro pelo seu extraordinário tamanho, amostras diversas de mineraes, provenientes do interior do maranhão”<sup>28</sup>; uma “collecção de quadros da escola maranhense de pintura colonial organizada por Gonçalves Dias”<sup>29</sup>; “dois valiosos retratos a pastel do começo do século XIX, um arco e algumas flechas dos índios Urubús, uma buzina dos índios ‘Canellas’, de Grajahú; uma photographia do primeiro magistrado sertanejo do Maranhão, uma photographia do porto de Cancale, de onde partiu, em 1612 a exposição de Ravardiére para o Maranhão”<sup>30</sup>; “uma gravura antiga [...] insígnias dos antigos vereadores ou juizes da comarcas nos tempos coloniais, três raríssimas plantas com Traçados da Fortaleza de São Francisco, ora desaparecidas, do forte da Ponta da Areia e da antiga Sé do Maranhão”.<sup>31</sup> Os objetos, conforme podemos perceber, definem uma coleção marcada por silêncios de tantas outras narrativas possíveis, atendendo a uma proposta de museu que nomeava aspectos expressivos de uma memória do poder, consolidando uma “narrativa épica que pretende atualizar o panteão Nacional e povoar a memória com gestos singulares e heroicos” (CHAGAS, 2003, p. 76). A formação de um acervo que consistia no “uso do passado como rastro-sintoma de presença e ausência” (CERÁVOLO, 2017, p. 73) que reverberava nos museus celebrativos “marcado pelo culto ao passado e pela fabricação de vultos heroicos” (Cf. BRITTO, SANTOS JÚNIOR, DANTAS, 2018, p. 91).

<sup>28</sup> O Instituto de História e Geographia. *O Imparcial*, Maranhão, 27 abr. 1927, p. 1.

<sup>29</sup> O IMPARCIAL. Instituto de História e Geografia. Maranhão, 28 abr. 1927, p. 6.

<sup>30</sup> O Instituto Histórico. *O Imparcial*, Maranhão, 27 nov. 1928, p. 1.

<sup>31</sup> O Instituto Histórico. *O Imparcial*, Maranhão, 3 mar. 1929, p. 8.

Após a década de 1930, o IHGM não tem mais a sua revista produzida. Em uma das sessões realizadas no instituto, no dia 20 de julho de 1939, foi colocado em ata uma nota de protesto contra os atos praticados à instituição, expondo os “fatos que abalaram a vida do instituto e o destituíram da sede, em consequência da Revolução de 1930”<sup>32</sup>, o que teria contribuído para que “a associação, reconhecida de utilidade pública por Lei estadual estivesse deixado os livros e as coleções do museu em meio aos escuros e húmidos porões de edifício público, onde ficaram expostas a inevitáveis estragos” (p. 6). A partir da década de 1940, o IHGM obteve uma sede própria dado a iniciativa de Clodoaldo Cardoso, que atuava como membro da Secretaria de Finanças do Governo de Sebastião Archer (SILVA, 2008).

Em 1948<sup>33</sup>, após quase 22 anos de publicação da primeira revista, a apresentação do nº 1, ano II, publicada em novembro, reafirma que “muito desajudado do Maranhão, e apesar de hostilidades e indiferenças” eram de conhecimento do público “os prejuízos que sofreu o museu do Instituto”. Na tentativa de reabrir o museu em 1949, e talvez recuperar parte do acervo que foi perdido, o instituto solicitava mais uma vez aos maranhenses que “lhe mandem material para as coleções geográficas, históricas, etnográficas e arqueológica”, igualmente solicitado quando do início da coleção na década de 1920.

Crentes no fortalecimento da instituição em 1951, os sócios do IHGM criam um novo estatuto que, além de apontar um novo endereço para sede, localizado na rua Osvaldo Cruz, nº 634, instituiu novos cargos administrativos com o objetivo de resolver o cenário de descaso vivenciado em trajetórias anteriores. Além dos cargos de presidentes e secretários, foram designados os de bibliotecário, dirigido por Odilon Soares; e o de diretor do museu, assumido por Oswaldo Soares.<sup>34</sup> Hoje, rebatizado de Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, com seus 94 anos de fundação, a agremiação está localizada na Rua Santa Clara, nº 230. Até aqui, não foi possível identificar se o museu da instituição ou se a coleção teria sobrevivido ao tempo, ou se consolidado.

---

<sup>32</sup> O primeiro número. *Revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, anno II, n.º 01, 1948, p. 150.

<sup>33</sup> A diretoria eleita para o biênio de 15 de julho de 1945 a 15 de julho de 1949 tinha como presidente João Braulino de Carvalho; Vice-Presidente Henrique Costa Fernandes e Secretário Geral Antônio Lopes da Cunha.

<sup>34</sup> Segundo o art. 29º do novo regimento ficava a cargo do diretor do museu “organizar um museu, velar pela sua conservação, trabalhar pelo seu enriquecimento, enviando esforços para aquisição de material de valor, com que se possa documentar os estudos relativos as atividades das associações, estabelecendo intercâmbio com as associações congêneres” (ALMEIDA, 1951, p. 152).

Mas, é possível dizer que ao reconstruir os traços colecionistas e a formação do museu do Instituto de História e Geografia, o mesmo se fez efetivo quanto ao uso da memória para legitimar uma ambiência cultural pautada por uma visão romântica de um passado saudosista, como também hegemônica na construção de mitos e legitimidade científica maranhense; no qual o museu e a biblioteca especializada nos estudos de História, Geografia, Etnografia e Arqueologia, contribuíram para compor a imagem de um Maranhão a partir de mitos, invenção de tradições e identidades regionais.

## Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BARATA, Mario. Origens dos Museus Históricos e de Arte no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 147, n. 350, p. 22-30, jan./mar.1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BRITTO, Clovis Carvalho; DANTAS, Rafael Jesus da Silva; SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos. *Sob os véus de Mnemosyne: a imaginação museal de Maria Thetis Nunes*. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *A Athenas Equinocial: a fundação de uma Maranhão no império brasileiro*. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

BORRALHO, José Henrique de Paula. Instituto de História e Geografia do Maranhão (IHGM): patrimônio, memória e história como princípios de perpetuação da imagem de um Maranhão grandioso. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 7, n. 1, 2011.

CHAGAS, Mario de Souza, *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CERÁVOLO, Suely Mores. Rota de investigação sobre a formação do patrimônio cultural da Bahia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 9, n. 53, 2017.

CONCEIÇÃO SILVA, Ana Ládía. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). *Conceitos-chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Tecnologia e estética do racismo: ciência e arte na política da beleza*. Chapecó: Argos, 2007.

HAHNER, June H. *Emancipação do sexo feminino: a luta das mulheres pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A “nova” velha República: um pouco de história e historiografia. *Tempo*, Niterói, v. 13, n. 26, 2009.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; TEIXEIRA,

Rebeca (Org.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

*REVISTA do Instituto de História e Geografia do Maranhão*. Ano I, n. 1, 1926.

*REVISTA do Instituto de História e Geografia do Maranhão*. Ano II, n. 1, 1948.

*REVISTA do Instituto de História e Geografia do Maranhão*. Ano XXVIII, n. 3, 1951.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e historia*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Ana Ládía Conceição. *Falas de decadência, moralidade e ordem: a "História do Maranhão" de Mario Martins*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Frederico Fernando Souza. *Coleção de gravuras Arthur Azevedo: memória e patrimônio cultural*. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura), Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

# A RETÓRICA DAS COISAS: DESLOCAMENTOS, APROPRIAÇÕES E NARRATIVAS SOBRE A COLEÇÃO PERSEVERANÇA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS<sup>1</sup>

ULISSES NEVES RAFAEL

O papel dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros (IHGBs) na preservação da memória nacional tem sido objeto de persistentes debates e análises relevantes. Nesse cenário de estudos, não são poucas as referências à chamada “Casa das Alagoas”, nome pelo qual ficou conhecido o Instituto Archeológico e Geographico de Alagoas, o terceiro mais antigo do país. Neste trabalho, não nos deteremos sobre sua história, tantas vezes contada e fartamente enaltecida sob forma laudatória (Cf. TENÓRIO, 2007). Iremos nos debruçar sobre o material etnográfico do seu museu histórico, mais especificamente sobre a chamada Coleção Perseverança, acervo formado pelos objetos religiosos utilizados nos antigos terreiros alagoanos e que sobreviveram à invasão das principais casas de culto de matriz africana em Maceió e cidades vizinhas em 1912.

Esse acontecimento macabro, também conhecido como “Quebra de 1912”, tem sido nosso objeto de estudo nos últimos anos, e o recente contato com material jornalístico inédito nos possibilitou reelaborar antigas questões e formular novas perguntas sobre a coleção do atual Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Interessa-nos, aqui, refazer o percurso realizado pelas peças que foram objeto de sequestro, quando da invasão dos terreiros,

---

<sup>1</sup> Versão preliminar deste texto foi apresentada no V Congresso de la Asociación Latinoamericana de Antropología, realizado em Bogotá, de 6 a 9 de junho de 2017. Agradecemos o vívido interesse e a colaboração prestada na ocasião por Yvonne Maggie, Roberto Conduru, Zuleica Dantas e Larissa Fontes. Carlos Eduardo Ávila fez a transcrição das matérias referentes ao período entre 1912 e 1913 do *Jornal de Alagoas*, com base no qual se sustenta boa parte da análise aqui desenvolvida.

até sua incorporação ao patrimônio do IHGAL, onde se encontram até o momento. Paralelamente ao deslocamento espacial dos materiais, nosso interesse também se volta para as narrativas intelectuais que tendem a acompanhar essa movimentação.<sup>2</sup>

A “Operação Xangô”, outro nome dado à violação dos terreiros, foi uma ação coordenada por integrantes da Liga dos Republicanos Combatentes, misto de guarda civil e milícia particular surgida em Maceió em novembro de 1911 para fornecer suporte à campanha difamatória contra o governador Euclides Malta, que acabou sendo destituído do poder. Entre outros motivos, o mandatário máximo do estado era acusado de envolvimento com as casas de culto de presença africana na capital, onde, segundo seus oponentes, ele ia buscar proteção para se manter por mais tempo no poder. No curto intervalo em que esteve afastado, a população enfurecida investiu também contra os terreiros da capital.

Segundo o órgão oposicionista *Jornal de Alagoas*, que na época publicou uma série de matérias intitulada “Bruxaria”, a devassa envolvendo mais de 30 casas de culto espalhadas pela cidade contou com a participação de mais ou menos duas mil pessoas; quinhentas delas somente contra o terreiro de Tia Marcelina, um dos mais antigos da capital.<sup>3</sup>

Esses atos contra as religiões afro-brasileiras, os mais violentos envolvendo essa modalidade de culto na história de Alagoas, provocaram a fuga de pais, mães e filhos de santo para os vizinhos estados da Bahia e de Pernambuco, para escapar do regime de intolerância religiosa que se instalou após o fim da Era dos Maltas.<sup>4</sup> Os poucos que permaneceram em Alagoas, como os que foram localizados por Gonçalves Fernandes, ainda em 1937, já haviam desenvolvido uma forma específica de culto, o “xangô rezado baixo”, que, como o próprio nome sugere, consistia em cerimônias fechadas, destituídas do aparato visual característico e da utilização de instrumentos de som como atabaques (FERNANDES, 1941, p. 9-10).

<sup>2</sup> Somente no ano de 2019 foi concluída a reforma do prédio anexo da antiga sede da Sociedade, a Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros Viajantes de Maceió, que agora compõe o conjunto arquitetônico do IHGAL e onde se encontra a Coleção Perseverança, objeto desta análise. A obra de restauração foi realizada com recursos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e com apoio do governo do estado de Alagoas (RESTAURAÇÃO, 2019).

<sup>3</sup> Trata-se de cinco matérias intituladas “Bruxaria” em que se relata a destruição dos principais terreiros de xangô de Maceió e cidades vizinhas, entre os dias 2 e 10 de fevereiro de 1912.

<sup>4</sup> Nome pelo qual ficou conhecido o longo período político dominado pela família Malta, que compreende os três mandatos de Euclides Malta como governador (1900/1903, 1906/1909 e 1909/1912), e o mandato intermediário cumprido por seu irmão Joaquim Vieira Malta (1903 e 1906).

Insurgindo-se contra esse silêncio, temos a Coleção Perseverança, cuja história está marcada por processos ininterruptos de deslocamentos, de abandono, de acolhimento, de apropriações e de interpretações, num constante movimento pendular que envolve a sociedade alagoana como um todo e a intelectualidade local em particular e cujas leituras, narrativas, modos de comunicação e de representação são objetos específicos desta análise.

### O longo itinerário da Coleção Perseverança

Uma particularidade da perseguição sofrida pelas religiões afro-alagoanas no início do século XX, além da vinculação à política nas primeiras décadas da Primeira República e da participação popular na erradicação de suas práticas, diz respeito ao destino dado aos objetos rituais localizados nos xangôs e que sobreviveram à perseguição que as casas sofreram no período. Tratam-se de peças que, posteriormente, viriam compor o acervo da Coleção Perseverança do IHGAL. Contudo, até alcançar a condição de documento que se insurge contra o esquecimento a que o episódio estaria condenado, como uma espécie de memória renitente cuja tenacidade condiz com a denominação recebida pelo acervo, esses objetos percorreram um longo trajeto, que remonta à própria seleção verificada já no momento da invasão dos terreiros.

Muitos outros objetos utilizados nas cerimônias religiosas daquelas casas se perderam ou foram desviados em função do seu valor econômico, como pulseiras e braceletes de prata, e anéis de ouro cravejados de pedras semipreciosas, cujo paradeiro até hoje se desconhece. Trata-se de acervo valiosíssimo, pertencente aos principais terreiros de Maceió, como bem atesta Abelardo Duarte:

O material da ‘*Coleção Perseverança*’ é antigo, datando talvez de mais de um século. Pertenceu ao terreiro de *Tia Marcelina*, principalmente, e de outros velhos pais e mães de santos, dispersados por ocasião da ‘soberania’, que lhes deu caça, como se fossem criminosos, pois perdeu e ainda subsiste, malgrado a evolução dos tempos, a confusão entre cultos afro-brasileiros, com baixas práticas de feitiçaria. São essencialmente distintos Xangôs e catimbó. Neste há ausência completa dos grandes cerimoniais, do ritual complexo, que constituem o substratum dos primeiros. Sobre o assunto vem Luiz Câmara Cascudo de publicar excelente trabalho, Maleagro – estudo sobre a magia branca. (DUARTE, 1952b, p. 67, grifo nosso)

Os objetos que sobreviveram à invasão daquelas antigas casas foram conduzidos e exibidos na antiga Rua do Sopapo, no bairro da Levada, onde se situava a sede da Liga dos Republicanos Combatentes e residência do seu fundador, Manoel Luiz da Paz. Nas imediações, também se localizava o famoso terreiro de Chico Foguinho, um dos mais afamados da cidade e, por isso mesmo, um dos mais afetados pelo quebra-quebra.<sup>5</sup> Dados obtidos mais recentemente, possibilitam-nos recompor o cenário em que tais objetos foram expropriados e apresentados. O *Jornal de Alagoas*, com a mesma precisão com que tinha noticiado a invasão aos terreiros, também descreve a exposição realizada na sede da Liga:

Ante-hontem [05/02/1912] fômos completar as nossas informações na exposição que se fez na sêde da ‘Liga dos Republicanos Combatentes’. A sala da ‘Liga’ estava transformada em museu e tinha o aspecto alegre de um presepe em noite de natal. Tudo muito bem arrumado e espalhadas pelo chão algumas gamelas com um ‘santo’ (uma pedra) mergulhado em azeite. Um ‘filho de santo’ desses muitos que ali foram contemplar os preciosos despojos, tudo explicou e a ‘Liga’ fez escrever em pedacinhos de papel os diversos mysterios daquela alluvião de bugingangas. (BRUXARIA, 1912, p. 1)

Essa citação foi retirada da série de matérias intitulada “Bruxaria”, publicada ainda no calor das invasões aos terreiros de Maceió. O trecho mencionado reveste-se de significado especial para esta análise, pois trata-se, no todo, do documento que funda, por assim dizer, a ordem discursiva sobre uma modalidade ritual e um sistema de crenças até então “inofensivos”<sup>6</sup> e praticamente desconhecidos por parte da população. A série de reportagens também inaugura uma narrativa sobre os objetos que sobreviveram à devassa aos terreiros, cujos despojos, depois de um longo cortejo, seriam reunidos em sua conformação definitiva, convencionalmente chamada, então, de Coleção Perseverança do IHGAL. Debruçaremos aqui, pois, sobre as retóricas acerca desses objetos, durante muito tempo, as únicas representações do universo religioso afro-brasileiro e das práticas culturais a eles subjacentes, ainda que percebidas como construções estereotipadas, pautadas em calúnias, difamações e maledicências (DARNTON, 2012).

<sup>5</sup> Sobre a localização da sede da Liga e do terreiro de Chico Foguinho, consultar as obras de Félix Lima Júnior (2001) e de Edu Blygher (1951).

<sup>6</sup> A ideia de “inofensivo” aparece em outra matéria do mesmo periódico, em que o jornalista se reporta ao “quebra-quebra” e a alguns de seus protagonistas (Cf. ROSAS, 1959).

Outro importante registro dessa exposição foi localizado na revista carioca *O Malho*, na matéria intitulada “Feitiçaria oficial protetora das oligarquias”, na qual o jornalista responsável acusa o recebimento de uma fotografia da exposição realizada na sede da Liga, enviada por um confrade alagoano. Dada a riqueza descritiva do material contido na imagem, convém transcrevê-la aqui na íntegra:

Recebemos de Maceió, a bella adiantada capital do Estado de Alagoas, officio que em seguida publicamos, acompanhado de interessantíssimo cliché. Um e outro prendem-se ao facto vergonhoso da feitiçaria política, senão instituída, pelo menos escandalosamente protegida pela gente do Senhor Euclides Malta, a ponto de haver Changôs legalmente licenciados pela polícia, com impostos pagos, sobre o documento officiaes... Essas casas de bruxaria pullulavam por Maceió, como por aqui pullulam as casas do jogo do bicho, e entre ellas havia uma, a principal, que um bello dia foi invadida e varejada por mais de quinhentos populares, sendo aprehendidos os objetos que o leitor aqui vera e que serviram no culto diário para a conservação do referido Malta no poder. Temos em nosso poder outros documentos; mas por hoje basta o que segue: ‘Secretaria do Movimento e Ordem’ da ‘Liga dos Republicanos Combatentes’ em Homenagem a Miguel Omena, Maceió, 19 de Fevereiro de 1912. Ilustrada a redação d’O Malho: Por intermédio desta secretaria a diretoria da liga manda fazer você ao festa da fotografia que em sua sede social foi retirada das pertenças que em parte foram conduzidas das casas de bruxaria denominadas Xangô pelo povo. Para melhor você informar declaro que na aludida fotografia acham-se muitos objetos de espíritos e curiosidade como sejam quatro ídolos sendo o 1º denominado ‘Changô’, ‘Nilê de Oti’, o 2º ‘Changô Bomim’, o 3º ‘Ogum Taió’ e o 4º ‘Changô Nilé’, que é o chefe das demais da seita. Acresce mais que se encontra na semana na mesma fotografia o retrato de sua excelência o Doutor Euclides Malta a quem os chefes dos candomblés veneravam por ser um forte e protetor e por isso trabalhavam ostensivamente na capital afim de dar ganho de causa política ao partido dominante por meio de batuques danças macabras e outras Bruxarias mui repugnantes que prejudicam a muitas pessoas pelo Mal. Entre outros objetos encontra-se a meia-lua conhecida por ‘obebé’ e também Maracá por ‘Achere’. Fora duas ricas coroas de Búzios, uma cabeça de bode no pé etc etc. São estas pois as informações que vos ofereço consoante a oferta que recebeis. ‘amor social’. Adolfo Francisco Xavier secretaria do movimento e Ordem. (FEITIÇARIA, 1912, p. 38)

Trata-se, talvez, da mesma fotografia cuja existência e autoria seria mais tarde veiculada pelo *O Combatente*, órgão oficial da Liga que circulou no ano de 1914:

Schangô. Temos exposto nesta redação duas photographias do schangô, onde se divulgam os santos dessa horrível seita: ogum-Taió, Ogum-Nilê. Capacete de Euclides Malta, Oxalá Ogum Babá, Leba, Anjo do Mal, Babá-richá e outros. As alludidas fotografias nos foi obsequiada pelo sr. Virgílio Barbosa, photographo do Estado, e estão tiradas com muita perfeição. Convidamos os nossos amigos e pessoas do povo para apreciar os taes santos que eram protegidos pela gente do Alagoas quanto estavam no domínio político deste estado. Eis a dedicatória do distincto photographo: ‘À Liga dos combatentes na pessoa de seu digno presidente Manoel Luiz da Paz offerece Virgilio Barbosa’ as presentes photographias como recordação dos schangôs exttincto, graças ao valor desta intemerata associação. Maceió, 21/11/1914 – Virgílio Barbosa. (SCHANGÔ, 1914, s/p)

Da sede da Liga onde estiveram expostos entre os dias 2 e 5 de fevereiro de 1912, os despojos foram encaminhados à sede da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió, nome pelo qual eram então conhecidos os empregados do comércio, e onde já funcionava, desde 16 de setembro de 1897, um museu geral, famoso pelas suas coleções de mineralogia e numismática. Esse acervo, portanto, “seria enriquecido” com os objetos dos cultos afro-brasileiros “salvos” dos xangôs da capital que haviam sido atacados e destruídos (BARROS, 2005). O *Jornal de Alagoas* continuou noticiando a exposição que agora se realizava nos salões da imponente sociedade, da qual, aliás, o conjunto de despojos herdaria, posteriormente, o nome que a consagrou:

Xangô. Na sede d. ‘Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió’ á Praça da Matriz, acham-se exposições, todas as noites, das 7 ás 10, os objetos encontrados nas casas de ‘xangô’ e que até ante hontem [05/02/1912] estiveram na ‘Liga dos Republicanos Combatentes’. (XANGÔ, 1912, p. 1)

Dias depois, o mesmo jornal reforça o convite aos moradores da cidade:

EXPOSIÇÃO CHANGÔ. A directoria da Perseverança previne ao publico, que desde hontem se acha encerrada a Exposição dos objectos

do Changô [10/02/1912], devido a morte do grande Diplomata Barão do Rio Branco. Somente amanhã [12/02/1912] será reaberta, conforme ficou assentado com o digno presidente da Liga dos [Republicanos] Combatentes a quem cedemos os nossos salões para a dita Exposição. Maceió 11-12-912. A diretoria. (EXPOSIÇÃO, 1912, p. 1)

Os objetos ainda continuariam sob a tutela da Sociedade Perseverança e Auxílio por vários anos, até serem doados em 1940 ao IHGAL, quando tem início outra etapa da relação da sociedade alagoana com os objetos.

## Os intelectuais e a Coleção Perseverança

O acervo que hoje compõe a Coleção Perseverança, nome dado em homenagem à instituição que a abrigou por tantos anos, foi visitado por vários estudiosos em passagem por Maceió, antes mesmo de ser incorporada ao patrimônio do IHGAL. Entre esses nomes, destacam-se os pernambucanos Gilberto Freyre, Ulysses Pernambuco e Gonçalves Fernandes. Sobre o primeiro, não foram localizadas anotações de sua presença no museu, embora mais tarde Abelardo Duarte (1985) afirme que foi através de artigo publicado pelo sociólogo pernambucano que se despertou, entre os sócios do IHGAL, o interesse pelo resgate da coleção que se encontrava abandonada nos porões da antiga sede da Sociedade de Perseverança e Auxílio.

Quanto à visita de Ulysses Pernambuco, existe um registro de sua presença, em junho de 1936, conforme assinatura do livro de visitantes da instituição (ANDRADE, 2014). A visita de seu discípulo, Gonçalves Fernandes, provavelmente ocorreu em junho de 1939, quando testemunhou o abandono em que se encontravam as “magníficas peças de escultura religiosa e objetos do culto negro” naquele Museu. Foi nessa mesma visita que o pesquisador Pernambuco teve contato com o antigo babalorixá Padre-Nosso, em cujo terreiro ele observou a existência de “uma nova seita afro-brasileira: o xangô rezado baixo”, tendo dedicado ao assunto todo o primeiro capítulo de seu livro *O Sincretismo Religioso no Brasil*.<sup>7</sup>

Anos depois, seria a vez de Arthur Ramos visitar o Museu da Perseverança, de onde também saíra preocupado com o estado de conservação da coleção, a ponto de expressar o desejo de “classificar a coleção de africanologia

<sup>7</sup> Provavelmente o mesmo babalorixá que em outubro de 1936 teve seu terreiro, situado na antiga Rua da União, no bairro da Levada, invadido pela polícia de Maceió (NO SILÊNCIO, 1936, p. 08).

daquele estabelecimento”. Esse fato foi noticiado no jornal *Gazeta de Alagoas*, publicado dois dias após a passagem do antropólogo alagoano por Maceió (UM JUSTO *apud* ANDRADE, 2014). Contudo, seus apelos parecem não ter sido suficientes para que a falta de interesse pela coleção se revertesse em mais cuidados. Três anos depois dessa última visita, especificamente em 13 de julho de 1939, o mesmo jornal publicaria uma notícia acerca do interesse da Diretoria da Sociedade de Perseverança e Auxílio – na ocasião, já denominada Sindicato dos Empregados no Comércio de Maceió – em se desfazer do rico acervo. Porém, somente em 1950 as peças seriam declaradas patrimônio do IHGAL. Até isso acontecer, a coleção restou esquecida nos porões de antiga sede do sindicato, situada à Rua João Pessoa.

Abelardo Duarte, responsável direto, juntamente com Theo Brandão, pela recuperação das peças, reportara aos confrades do IHGAL a notícia de que um colecionador americano mostrara interesse em adquirir o acervo depois de um suposto artigo de Gilberto Freyre publicado nos Estados Unidos, mas nunca localizado, em que o sociólogo pernambucano fazia referências a uma visita ao antigo museu.

A partir de então, os sócios da instituição se mobilizam em torno da recuperação das peças e realizaram, na sequência, “o ritual ungido por intelectuais”, modo como Raul Lody se refere à tarefa que lhes foi incumbida pela nova “casa depósito” de catalogar o “espólio expropriado dos terreiros de xangô”, o qual viria a se tornar uma das mais valiosas coleções religiosas de matriz africana no Brasil (LODY, 2005, p. 31). Essa catalogação se orienta pela procedência das peças, associadas a um passado africano, remoto e distante, e, portanto, seguro e higiênico. Uma espécie de nostalgia norteia a classificação feita pelos eruditos do IHGAL. É o mesmo espírito romântico presente também nas crônicas escritas por autores que viveram, em período precoce de suas vidas, essa suposta “fase áurea”, que lhes serve como enlevo na seleção, conservação e narrativa acerca dos fetiches, imagens, indumentárias e paramentos. Ou seja, para esses intelectuais, destacam-se do conjunto a fortuna patrimonial e a singularidade decorrente de sua proveniência, traço esse presente em autores como Arthur Ramos, por exemplo, que já manifestara o desejo de cuidar daquela “coleção de africanologia” (Cf. ANDRADE, 2015).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Importante destacar que a defesa que os intelectuais alagoanos fazem dessas expressões populares de influência africana se insere num debate mais amplo que remonta ao final da década de 1930, quando alguns dos principais antropólogos brasileiros, como Arthur Ramos, por exemplo, convertem-se à antropologia culturalista americana, particularmente à influência de Melville Herskovitz (RAMOS, 2007). Contudo, a defesa arraigada des-

No ano de 1950, Théo Brandão e René Ribeiro se alternam em discursos laudatórios por ocasião da inauguração da Coleção Perseverança. Deste último, resultou o artigo “Significado dos Estudos Afro-brasileiros”, publicado na *Revista do IHGAL*. Já o discurso de Théo Brandão, encontra-se datilografado no acervo daquela entidade. Ambos ressaltam a importância do acervo para os estudos afro-brasileiros, sobretudo no que diz respeito à frequência dos contatos com o continente africano, inclusive após a abolição do tráfico. Porém, de todos eles, o mais mobilizado em estabelecer a conexão entre cultos religiosos alagoanos e o passado africano, como demonstração de sua legitimidade, é Abelardo Duarte, que na mesma edição da *Revista do IHGAL* publica dois artigos: “Sobrevivência do Culto da Serpente (Dânh-gbi) nas Alagoas” (1952b) e “Sobre o panteão afro-brasileiro (Divindades africanas nas Alagoas)” (1952a), nos quais aponta a presença de traços daomeanos em antigos terreiros de Alagoas. No segundo deles, o autor dedica ao tema uma longa análise que convém descrever na sua quase totalidade, dado o caráter confirmatório da tese que vimos defendendo:

A destruição dos terreiros, alguns com mais de cinquenta anos de existência (o de Tia Marcelina, por exemplo) foi uma consequência da agitação político-partidária em que se viu envolvido o Estado de Alagoas, como outras unidades federativas, no quadriênio do Marechal Hermes da Fonseca. Durante este triste período da nossa história, que se caracterizou principalmente pelas ‘derrubadas’ e ‘salvações’ estaduais, o ‘tufão salvacionista’ no dizer de Costa Porto, acontecimentos políticos que já estão recebendo a sua verdadeira interpretação, ocorreu a queda da situação dominante nas Alagoas, para cujo governo fora reeleito em 1909, o Dr. Euclides Vieira Malta. [...]. Destruíram-se os Xangôs. O que ficou do Quebra – restos do material do culto – foi posteriormente recolhido ao museu de uma instituição particular, a Sociedade Perseverança e Auxílio dos E. no C. de Maceió. Sobre esse rico material etnográfico um órgão da imprensa alagoana, ferrenho oposicionista na época – o *Jornal de Alagoas* – publicou em quatro edições seguidas, à guisa de reportagem, uma série de artigos em que procurou relacionar os objetos do culto com a pessoa do governador do Estado. Uma simples vista do lado sobre a coleção desse jornal não deixa dúvidas sobre a espécie da oposição que praticava e que só depois de nossa formação político-jor-

---

sa tradição africana se tornará mais comum a partir da década de 1950 (DANTAS, 1988). Em Alagoas, particularmente, a inclinação africanista se fortalece com a realização, no Estado, da IV Semana Nacional de Folclore, que escolheu Édison Carneiro e René Ribeiro como relatores para apresentar as conclusões aprovadas (VILHENA, 1997).

nalística. Um exemplo: Escreveu o autor das reportagens entre outras coisas, o seguinte – ‘um banco de ogun-taió, peça torneada, de madeira, sobre pés de ferro e em que o Dr. Euclides Malta se sentava para receber a benção do ‘pai de santo’. Qualquer estudioso do assunto sabe que se trata de peça que recebe o nome de ‘assento’, mas sobre a qual ninguém senta. O repórter desconhecendo isso, e, ignorando também que o ‘assento’ é colocado em sentido contrário, isto é, com as astes metálicas (os supostos ‘pés’) para cima e a parte de madeira (o suposto tampo) para baixo, procurou dar-lhe uma finalidade ou liga-lo à pessoa do então chefe do governo do Estado, como tentou fazê-lo com todas as peças ou objetos. Porém, aí há apenas a intenção do ridículo. (DUARTE, 1952a, p. 68-69)

Segundo esse autor, em relação à Coleção em particular, muitas peças provinham do intercâmbio existente entre essas casas, os candomblés da Bahia, e o continente africano, mediação promovida pelo famoso pai de santo Tio Salú, que viajava regularmente à África. Nessas viagens, Tio Salú trazia para Maceió muitos dos objetos que hoje compõem a Coleção Perseverança (DUARTE, 1985).

O discurso dos intelectuais alagoanos sobre a suposta origem africana dos objetos da Coleção Perseverança – traço que lhe daria maior distinção – tende a repetir a tônica dos jornalistas do começo do século passado sobre esse universo religioso, os quais reconhecem, inclusive, a eficácia das práticas das casas de culto e a atribuem a sua conexão com a África. O *Jornal de Alagoas*, por exemplo, através da coluna “Prato do dia”, continuaria sua campanha difamatória contra Euclides Malta, mesmo depois de ele ter sido apeado do poder, associando-o a figuras como o Tio Salú.<sup>9</sup> Segundo boatos veiculados pelos jornais oposicionistas de Maceió, no auge da crise política enfrentada por Euclides Malta, Tio Salú teria sido convocado por Tia Marcelina “para faz preleção de moral a ‘Oghum taió’ [Euclides Malta], o seu mais inteligente e astuto discípulo” (MASCARADAS, 1912, p. 1).

Inspirado pelas publicações encontradas na *Revista do IHGAL*, sobretudo o relatório apresentado pelo secretário perpétuo Abelardo Duarte, tratando da incorporação dos objetos afro-brasileiros pertencentes ao extinto museu do Sindicato dos Empregados do Comércio, Clarival do Prado Valladares decide conhecer a Coleção Perseverança em 1968. Desse contato, resultou magnífi-

---

<sup>9</sup> O nome de Tio Salú também aparece na relação de pais e mães de santos de terreiros do Recôncavo Baiano (Cf. ANDRADE, 2014; LINS, 2012).

ca documentação contendo 32 fotografias publicadas, no ano seguinte, como anexas ao artigo “A iconografia africana no Brasil” na *Revista Brasileira de Cultura*.

Tão desconhecido quanto, é o relatório apresentado à Fundação Nacional de Arte (Funarte), fruto de pesquisa realizada por três antropólogas cariocas sobre o acervo do Museu da Polícia Militar, em que também aparecem referências à Coleção Perseverança (MAGGIE *et al.*, 1979). Depois de tratarem do acervo do Museu da Polícia do Rio de Janeiro, as coordenadoras da pesquisa passam a demarcar as diferenças entre as duas coleções. Nos dois casos, o material organizado foi obtido através da repressão, mas não exclusivamente policial, como a princípio deduz-se; uma vez em Alagoas, além da devassa aos terreiros ter se efetivado através da ação de grupos populares, como já afirmamos acima, as peças que sobreviveram à destruição dos terreiros foram parar em associações paraestatais de caráter beneficente e cultural, sucessivamente. As duas coleções também se aproximam por terem sido classificadas a partir de critérios religiosos fornecidos pelos próprios integrantes dos grupos que sofreram a repressão. Enquanto no Museu da Polícia do Rio de Janeiro isso teria sido feito em período posterior por um detetive umbandista, em Alagoas, segundo o jornalista que cobriu o quebra-quebra, o material recolhido durante as invasões dos xangôs e exposto na sede da Liga dos Republicanos Combatentes também contou com a colaboração de um dos tantos filhos de santo que foram contemplar os “preciosos despojos” e que certamente integrava um daqueles terreiros destruídos. Esse colaborador “tudo explicou e a Liga fez escrever em pedacinhos de papel os diversos mistérios daquela aluvião de bugi-gangas” (BRUXARIA, 1912c).

Entre os anos 1970 e 1980, temos a fase dos catálogos da Coleção, produzidos por encomenda do próprio IHGAL. O primeiro deles, o *Catálogo ilustrado da Coleção Perseverança* foi publicado pelo Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas. Nele, além da enumeração e descrição das peças que compõem o referido acervo, Abelardo Duarte realiza de forma peremptória a primeira e mais sistemática denúncia contra a ação devastadora da Liga dos Republicanos Combatentes. Depois de traçar um esboço histórico do modo como a coleção se constituiu, apresentando os dados mais completos encontrados sobre o assunto em Alagoas até então, temos as nominatas dos pais e mães de santo do passado, bem como um roteiro da localização dos antigos xangôs de Maceió. É justo que se reconheça o valor desse material que se apresenta como impor-

tante documento, cujas pistas se tornam imprescindíveis a qualquer pesquisador interessado no episódio. Contudo, nada foi dito aí sobre o processo através do qual esse material foi doado à Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió, a não ser o fato de que naquela associação já se encontravam outras coleções valiosas.<sup>10</sup> Aliás, é sob essa alegação que a coleção, ainda sem nome, é transferida para o IHGAL, uma vez que esse espaço se tornara, com o tempo, referência de museu público no estado.

O segundo catálogo é denominado *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano* e completa a série de tombamentos que o antropólogo Raul Lody realizou de outras duas outras coleções, a de Pernambuco e a dos candomblés de Salvador, como parte de um projeto mais amplo de estudos de coleções africanas e afro-brasileiras, lançado em 1982 e por ele coordenada. Na versão alagoana, predomina a análise técnica do acervo e a numeração das peças em tombos em detrimento das informações adicionais sobre a história da coleção. O forte impacto estético da coleção é obtido pelas imagens em preto e branco realizadas pelo fotógrafo alagoano Celso Brandão, o mesmo que já havia ilustrado o catálogo anterior.

Nos últimos anos, a coleção volta a se tornar objeto de interesse entre jovens pesquisadores alagoanos, interessados por aspectos variados do acervo, tais como a iconografia e iconologia dos artefatos, cores, formas e grafismos (ALMEIDA, 2015); a produção dos intelectuais locais referente às temáticas ligadas à “culturalidade negra”, com atenção ao episódio do Quebra de 1912 e ao que sobreviveu a essa investida contra os terreiros de Maceió (DIAS, 2018); e o estado atual da coleção (FONTES, 2015). Segundo Fontes (2015), no momento, a coleção tem se tornado objeto de atenção por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que planeja o seu tombamento.

## Considerações finais

Estivemos, aqui, reconstituindo o percurso realizado pelas peças que compõem o acervo da Coleção Perseverança do IHGAL. Buscamos não apenas tratar do percurso realizado pelos objetos, mas, também, observar o movimento pendular da sociedade alagoana em relação às práticas afro-alagoanos, que oscila entre uma atenção redobrada e uma hostilidade mais ostensiva.

<sup>10</sup> Esse museu foi inaugurado em 16 de setembro de 1897, passando de “museu comercial” a “museu geral”, tornando-se famoso pelas suas coleções numismática, filatélica, de artefatos indígenas etc.

Durante a realização de pesquisa anterior de doutorado (RAFAEL, 2012), notamos certa “indulgência” com as expressões religiosas associadas ao passado africano, ao menos durante a longa permanência do governador Euclides Malta no poder, nos primeiros anos da República. A tolerância das autoridades policiais com aquelas práticas parecia fazer valer princípios constitucionais que garantiriam o funcionamento de qualquer modalidade de culto, independente de sua natureza doutrinária ou ritual. Os casos de represália, alguns dos quais resultaram em detenções para averiguações, representariam uma frequência reduzida quando comparados à “liberdade” com que tais práticas se desenvolviam no período estudado ou quando relacionados à violência durante e após o período em que o governador esteve afastado do poder. No auge da campanha eleitoral que decidiria sua sucessão naquele fatídico 1912, seus adversários políticos exploraram os boatos de sua suposta associação aos terreiros da cidade. Calúnia ou não, fato é que tais rumores resultaram em ações concretas contra os terreiros de Xangô no estado, com consequências graves sobre seu desenvolvimento posterior.

Estamos convencidos, portanto, de que o silêncio conivente que antecede a perseguição aos cultos de presença africana em Alagoas ocorre menos por questões relacionadas à liberdade religiosa e mais pelo fato de que o assunto não era de interesse público. O tema só se tornou objeto de escrutínio por parte da imprensa local durante a acirrada disputa eleitoral, quando se estabeleceu a “inescrupulosa” ligação do governador com aqueles “negros e imundos covis” de feitiçaria (BRUXARIA, 1912a). Depois de sua destituição e da investida feroz contra os terreiros da capital, despontam as referências mais frequentes e extensas sobre a presença africana no local. Do ponto de vista do discurso, podemos afirmar que os cultos afro-alagoanos são uma “invenção” dessa época. Epistemologicamente, eles “nascem” ali, por intermédio de narrativas estereotipadas e identificações incriminantes que causarão danos morais irreparáveis aos seus integrantes, na época e futuramente.

Na esteira desse movimento de repulsa e de encanto, observamos também o engajamento dos vários intelectuais, alagoanos ou não, sobretudo a partir dos anos 1950, mobilizados em torno do estudo e da defesa da coleção e das possibilidades de conexão com a memória africana, que ela torna possível.

Como vimos, o acervo foi formado pelos despojos da devassa conhecida como “Operação Xangô”, uma exclusividade do modelo repressivo alagoano, responsável pelo também singular silêncio que se abateu sobre os cultos

afro-brasileiros no estado pós-1912. Cumpre-nos, pois, a função de registro das lembranças traumatizantes que, apesar de aparentemente confinadas, parecem se impor a todos os que dela buscam escapar, porquanto são reveladoras do passado comprometedor.<sup>11</sup>

Nesse sentido, a Coleção Perseverança, insurge-se contra o esquecimento, como uma espécie de memória renitente, cuja tenacidade, condizente com a denominação recebida, é fruto de processos complexos que remontam à seletividade verificada ainda por ocasião da invasão dos terreiros, a partir de quando as peças preservadas percorreram um longo trajeto até o ponto e o local onde se encontram atualmente, na sede do IHGAL.

## Referências

ALMEIDA, Anderson Diego da Silva. *Narrativa imagética da Coleção Perseverança: um conceito de etnodesign*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

ANDRADE, Fernando Antônio Gomes de. *Legba: a guerra contra o Xangô em 1912*. Brasília: Senado Federal, 2014.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC das Alagoas: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico das Alagoas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BLYGHER, Edu. *Alagoas Pitoresca*. Maceió: Imprensa Oficial, 1951.

BRUXARIA. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano V, n. 24, 4 fev. 1912a.

BRUXARIA. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano V, n. 26, 7 fev. 1912b.

BRUXARIA. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano V, n. 30, 10 fev. 1912c.

DANTAS, Beatriz Góis. *Vovó Nagô e Papai Branco: usos e abusos da África no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

---

<sup>11</sup> Amparamo-nos em Michael Pollak (1989) para pensar o esquecimento como resultado de “conflito e competição entre memórias concorrentes” (p. 4).

DARNTON, Roberto. *O diabo na água benta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DIAS, Gabriela Torres. *Os intelectuais alagoanos e o quebra de xangô em 1912: uma história de silêncios (1930-1950)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

DUARTE, Abelardo. Sobre o panteão afro-brasileiro (Divindades africanas nas Alagoas). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, Maceió, v. XXVI, ano (1948-1950), 1952a.

DUARTE, Abelardo. Sobrevivências do Culto da Serpente (Dãnh-Gbi) nas Alagoas. *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*, Maceió, v. XXVI, ano (1940-1950), 1952b.

DUARTE, Abelardo. *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano*. Maceió: UFAL; Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985.

EXPOSIÇÃO Changô. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano V, n. 30, 11 fev. 1912.

FEITIÇARIA oficial protetora das oligarquias. *O Malho*, Rio de Janeiro, ano XI, 16 março 1912.

FERNANDES, Gonçalves. *Sincretismo Religioso no Brasil*. São Paulo: Guaiará, 1941.

FONTES, Larissa Yelena Carvalho. *A dádiva do segredo: a negociação do segredo ritual nas religiões afro-alagoanas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

LIMA JUNIOR, Felix. *Maceió de outrora: Obra póstuma*. Maceió: Edufal, 2001.

LINS, Eugenio de Ávila; SANTANA, Mariely Cabral. *Salvador e a Baía de Todos os Santos*. Sevilha: Ed. Trilingue, 2012.

LODY, Raul (Coord.). *Coleção culto afro-brasileiro: um testemunho do Xangô pernambucano*. Recife: Museu do Estado de Pernambuco, 1983.

LODY, Raul. *Coleção Perseverança: um documento do Xangô alagoano*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas; Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1985.

LODY, Raul. *Um documento do Candomblé na cidade do Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: MinC/FUNARTE/INF, 1985. (Coleção culto afro-brasileiro).

LODY, Raul. *O negro no museu brasileiro: construindo identidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MAGGIE, Yvonne; MONTE-MÓR, Patrícia; CONTINS, Marcia. *Arte ou magia negra?* Relatório apresentado à Funarte. Rio de Janeiro: Funarte, 1979. Mimeografado.

MAGGIE, Yvonne; RAFAEL, Ulisses Neves. Sorcery objects under institutional tutelage: magic and power in ethnographic collections. *Vibrant*, v. 10, n. 1, p. 276-342, 2013.

MASCARADAS. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano V, n. 30, 11 fev. 1912.

NO SILÊNCIO da noite o candomblé de “oxum” trabalhava. *Jornal de Alagoas*, Maceió, 11 out. 1936.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RAFAEL, Ulisses N. *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República*. São Cristóvão: Editora da UFS; Maceió: EDUFAL, 2012.

RAMOS, Arthur. *O Folk-lore Negro no Brasil*. São Paulo: Martins, 2007.

RESTAURAÇÃO do prédio que abriga a história de Alagoas é concluída. Maceió. IPHAN, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5080> Acesso em: 22 nov. 2019.

RIBEIRO, René. Significado dos Estudos Afro-brasileiros. *Revista Instituto Histórico de Alagoas*, Maceió, v. XXVI, p. 7-16, 1952.

ROSAS, Oseas. Duas palavras sobre o candomblé em Alagoas. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano 50, n. 129, 31 maio 1959.

SCHANGÔ. *O Combatente*, Maceió, ano I, n. 59, 23 nov. 1914.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *A casa das Alagoas: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007.

VALLADARES, Clarival do Prado. A iconologia africana no Brasil. *Revista Brasileira de Cultura*, Maceió, ano I, n. 1, julho/setembro 1969.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e Missão: o Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

XANGÔ. *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano V, n. 26, 7 fev. 1912.

## Parte III

---

# COLECCIONADORES, MUSEUS E EXPOSIÇÕES

# SOBRE NEGROS, CANGAÇO E COBRAS-CORAL OU O MUSEU DE ARTE DA BAHIA (MAB), ANTES DELE MESMO<sup>1</sup>

MARCELO NASCIMENTO BERNARDO DA CUNHA

A história do Museu de Arte da Bahia (MAB), antes dele mesmo, começa ainda no século XIX quando, em 1871, o vice-presidente da Província da Bahia, Francisco José da Rocha, adquiriu quadros de pintores baianos da coleção de Jonathas Abbott para formar uma galeria no Liceu de Artes e Ofícios.<sup>2</sup> Em 1918, foi então criado o Museu do Estado, anexo ao Arquivo Público<sup>3</sup>, para “guardar objetos de interesse da nossa história”.<sup>4</sup> Em início da década

---

<sup>1</sup> Os dados apresentados neste ensaio fazem parte dos primeiros resultados de pesquisa, desenvolvida por nós, voltada para prospectar objetos africanos ou afro-brasileiros em coleções de museus da cidade de Salvador. A pesquisa intitulada *Da coleção à comunicação: uma proposta de inventário de práticas e discursos museológicos referentes a culturas africanas e afro-brasileiras, em museus da cidade de Salvador*, visa inventariar práticas e discursos patrimoniais, presentes e passados, desenvolvidos na cidade de Salvador, relacionados a elementos das culturas e histórias africanas e afro-brasileiras, com o objetivo de traçar um panorama da trajetória dessas instituições e suas práticas e conhecer acervos e experiências que possam potencializar as memórias afrodiáspóricas entre nós. Nessa perspectiva, não pretendemos abordar aqui a história do MAB, em toda a sua trajetória centenária. Essa tarefa já foi iniciada por autores que contribuíram para o entendimento panorâmico do percurso dessa instituição, ainda que não tenha sido escrita, uma história “completa” do MAB. Entre os textos encontrados, relativos ao período que nos interessa neste ensaio, indicamos os trabalhos de Anadelia Romo (2010) e Suely Moraes Cerávolo (2011). Ressaltamos que este texto não pretende esgotar questões relacionadas às origens do MAB, constituindo-se, assim, como um ensaio inicial.

<sup>2</sup> Diário Oficial. Salvador: Governo do Estado da Bahia/Empresa Gráfica da Bahia, mar. 1983, p. 5. (Edição especial em homenagem ao Museu de Arte da Bahia, por ocasião de sua reinauguração em nova sede, no corredor da Vitória)

<sup>3</sup> Da sua criação, em 1918, anexo ao Arquivo Público, o museu esteve sujeito aos deslocamentos do arquivo. Somente em 1931 o museu obteve uma sede própria, no Solar Pacífico Pereira, localizado no Campo Grande, onde atualmente se encontra o Teatro Castro Alves. No ano de 1945, foi transferido para o bairro de Nazaré, no Solar Góes Calmon, antiga residência do governador Francisco Marques de Góes Calmon. O prédio fez parte da aquisição da coleção do ex-governador para o Museu. Em 1982, foi transferido para a sede atual.

<sup>4</sup> Através da Lei nº 1.255 de 23 de julho de 1918.

da de 1920, foi publicado decreto que regulamentava o arquivo e o museu<sup>5</sup>, estruturado em três seções: a etnográfica, em que seriam “classificados objetos e artefatos indígenas, de uso “dos sertanistas, de africanos, e outros tantos cabíveis nesta classificação”; a histórica para exibir entre outras coisas a indumentária de “pessoas civilizadas” e retratos e esculturas de figuras importantes e, uma terceira seção dedicada à numismática.<sup>6</sup> Do momento da sua criação, até 1930, Francisco Borges de Barros, historiador e diretor do Arquivo Público da Bahia, foi o diretor do museu.

Em 1927, a importância do museu foi fortalecida com a criação da Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais, para a proteção e a conservação do Patrimônio Histórico e Artístico da Bahia, com Francisco de Barros, diretor do arquivo público e museu, nomeado inspetor. Nova configuração se deu em 1928, com reformulação do Regulamento do Arquivo Público e do Museu do Estado<sup>7</sup>, que passou a chamar-se Museu da Bahia, com três divisões: Arquivo, Museu e Gabinete Numismático da Bahia, sendo prevista também seção de arte retrospectiva e militar sertaneja, que seria instalada no Castelo da Torre de Garcia D’Ávila.<sup>8</sup> Por decreto posterior<sup>9</sup>, a denominação do Museu da Bahia foi alterada para Arquivo Público e Inspetoria de Monumentos. Já em 1931, o acervo de arte reunido pelo Arquivo Público do Estado deu origem à Pinacoteca do Estado, com as seções histórica e contemporânea. Havia ainda a seção “museu histórico”, com o acervo arqueológico do Arquivo Público. Em 1933, a Pinacoteca do Estado foi elevada à categoria de Inspetoria, sob a denominação de Pinacoteca e Museu do Estado, mantendo-se, no entanto, o Arquivo Público e a Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais.

---

<sup>5</sup> Seu regulamento definia que deveria classificar cientificamente, conservar e expor ao público, todos os objetos que interessassem à história da Bahia e do Brasil. Cf. *Regulamento do Arquivo Público e do Museu Histórico do Estado da Bahia*, Salvador, Imprensa Oficial, 1922.

<sup>6</sup> Em 1931, foi criada a Seção Pinacoteca, anexada ao Arquivo Público (Cf. CERÁVOLO, 2011).

<sup>7</sup> Lei nº 2.052 de 20 de março de 1928.

<sup>8</sup> O Castelo da Torre ou Casa da Torre foi construído a partir de 1551 por Garcia D’Ávila Pereira, almoxarife real que fazia parte da expedição de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil, que veio para fundar a Cidade do Salvador. A obra só ficou pronta em 1624. Localizado a 70 km ao norte de Salvador, tinha função administrativa e militar e foi construído à semelhança dos castelos medievais europeus. Atualmente, faz parte do município de Mata de São João.

<sup>9</sup> Decreto de 24 de dezembro de 1930.

Em 1938, José Antônio do Prado Valladares<sup>10</sup> assumiu a direção da Pinacoteca e Museu, ficando na direção até a sua morte em dezembro de 1959.<sup>11</sup> Ao assumir o museu, ele encontrou um acervo bastante eclético. Em inventário de 1939, identificamos, entre outros objetos:

- Objetos religiosos: gravura de um santo, um oratório, uma imagem de um crucifixo, missais e fotografias de igrejas;
- Cerca de 40 objetos relacionados ao candomblé – itens de vestimenta de um pai de santo, colares de filhas de santo;
- Objetos presumidos como indígenas: flechas e vários itens indígenas;
- Objetos relacionados ao sertão e a Canudos: crânio de um membro do bando de Lampião;
- Suvenires históricos: recibo de venda de um escravo (1886), telegrama, informando a proclamação e a instalação da República (1889);
- Fotografias: velhas fotos da Bahia;
- Curiosidades: porta da casa do Padre Antônio Vieira; garfo de ferro feito por um cego (1736); uma mão dissecada; uma cabeça mumificada de um nativo da Nova Zelândia; estátua de Vênus, em mármore;
- Ciências naturais: coleções de fósseis, ossos de animais, pássaros e animais empalhados, amostras agrícolas de borracha e madeira, restos humanos preservados.

---

<sup>10</sup> Segundo Suely Moraes Cerávolo (2007), “José Antonio do Prado Valladares com apenas 22 anos foi indicado para a direção do Museu do Estado, cargo que ocupou até sua morte em 1959. Em 1943 recebeu o apoio do governo do Estado e a Faculdade de Filosofia para que, com uma bolsa da Fundação Rockefeller, realizasse cursos e estágios em museus norte-americanos e sul-americanos. Em 1946, publicou em Salvador ‘Museus para o Povo. Um estudo sobre museus americanos’ – numa época em que há raras publicações técnicas no Brasil e no qual relata a experiência vivida nos Estados Unidos, com comentários bastante centrados na função educativa. Nesse livro explica os programas oferecidos, o tratamento dado às coleções, os tipos de exposições, o trabalho dos funcionários e, no que diz respeito ao cotidiano, narra atividades do planejamento às etiquetas e catálogos. Ele foi o único brasileiro a participar da Comissão Editorial da revista *Museum* (Unesco) assim que passa a ser editada em 1948. Compareceu e participou em meados dos anos 50 de encontros sobre museus em Ouro Preto, Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais, o ponto forte de discussão, foi a questão da educação nessas instituições” (p. 4).

<sup>11</sup> Além de Valladares, o museu foi dirigido por: Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho (1937 a 1938); Guiomar Carvalho Florence (1938 a 1939); Carlos Eduardo da Rocha (1960 a 1974); Ana Lúcia Uchoa Peixoto (1975 a 1979); José Pedreira (1979-1981); Emanuel Araújo (1981 a 1983); Luiz Jasmim (1983-1987); Antônia Barros Pinheiro (1987-1989); Valdete Paranhos (1989-1991); Sylvia Athayde (1991-2015) e Pedro Arcanjo (2015-atual).

Esse conjunto de objetos anteriormente citado nos leva a classificar o Museu de então como uma instituição próxima aos gabinetes de curiosidade, marcado pela heterogeneidade tipológica, com forte apelo ao exotismo e excepcionalidade (Figuras 1 a 3).

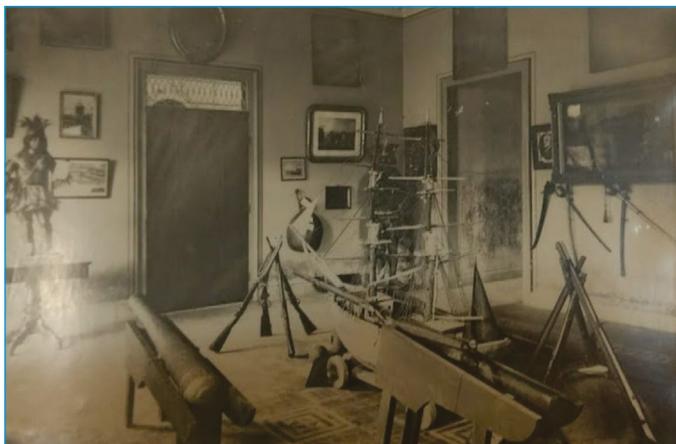


Figura 1.  
Ambiente do  
Solar Pacífico  
Pereira

Fonte: Fotografia  
de Voltaire Fraga,  
arquivo do MAB.



Figura 2.  
Ambiente do  
Solar Pacífico  
Pereira

Fonte: Fotografia  
de Voltaire Fraga ,  
arquivo do MAB.



Figura 3.  
Ambiente do  
Solar Pacífico  
Pereira

Fonte: Fotografia  
de Voltaire Fraga,  
arquivo do MAB.

Na publicação *Recursos Educativos de Museus Brasileiros*, Guy de Hollanda (1958) apresenta a seguinte descrição do acervo do museu:

As coleções são sobretudo de arte colonial bahiana e de arte estrangeira trazida para a Bahia durante os séculos XVII-XIX, compreendendo mobiliário, prataria, porcelana (Companhia das Índias e europeia brasãoada) e pinacoteca. Também arte primitiva (universal), arte popular (regional) e arte moderna (brasileira). Possui ademais, pequena coleção numismática e objetos históricos, entre os quais se destacam os sinos da Casa da Torre e do Senado da Câmara, ambos do século XVII, a prensa da Fundação de Jacobina (1726), retrato de Pedro I da autoria de Franco Velasco, para o qual sua majestade pousou, etc. Por questão de espaço, o Museu somente expõe parte das coleções (p. 66-67).

Vale ressaltar que ainda que fosse entendido, por seus mentores e gestores, como um museu referência para o entendimento da identidade baiana, o mesmo não era visto por todos como um espaço representativo da história e cultura, como podemos notar em protesto de 1941 realizado por Elysio de Carvalho Lisboa, membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e da Sociedade Numismática:

Um museu eclético, como a pinacoteca, onde se juntam telas e velhos documentos, moveis e armas antigas, petrochos de uso dos índios, instrumentos e fetiches dos africanos, e coleções zoológicas e mineralógi-

cas, não nos parece constitua um conjunto agradável [...]. O museu ideal para a Bahia [...] deveria traduzir fielmente o ‘apurado gosto de suas elites desde os tempos coloniais até os nossos dias’ e apresentar documentos da habilidade dos nossos artistas [...]. Que o objetivo dos ‘círculos representativos da cidade’ havia sido o de dar a Salvador um museu que espelhasse ‘a grandeza da Bahia de ontem e o bom gosto dos nossos antepassados’.<sup>12</sup>

Tais palavras nos permitem perceber o pensamento conservador da sociedade da época e a sua influência para a reconfiguração pela qual o museu passaria na década de 1940, com a chegada da Coleção Góes Calmon, adquirida em 1943, juntamente com o Palacete Góes Calmon, onde foram instalados a Pinacoteca e o Museu do Estado, em 2 de julho de 1946. As mudanças no museu coincidiram com a gestão de Elysio de Carvalho Lisboa, autor do protesto transcrito, como prefeito da cidade de Salvador (1942-1945).

Apesar de sabermos que essa mudança se deu em uma conjuntura que ultrapassou os limites decisórios da administração do museu, chama nossa atenção o fato de que essa transformação tenha se dado na gestão de José Valladares, pois o mesmo entendia a necessidade de que o museu abordasse a cultura popular e afro-brasileira em seu acervo e coleções. Colaborava para essa perspectiva o secretário de Educação e Saúde, Isaiás Alves<sup>13</sup>, que a partir de 1938 passou a supervisionar o funcionamento do museu. Ele percebia o museu como ferramenta para a educação do público mais amplo, com o enfoque na cultura e na identidade.

A matéria “O papel cultural e educativo do Museu do Estado” transcrita, parcialmente, a seguir, nos permite perceber a configuração do museu assumido por Valladares e a sua perspectiva de missão:

<sup>12</sup> LISBOA, Elysio de Carvalho. O Museu da Bahia. *O Estado da Bahia*, Salvador, 22 mar. 1941.

<sup>13</sup> Isaiás Alves de Almeida, nascido em 29 de agosto de 1888 na cidade de Santo Antônio de Jesus, faleceu em 1968 em Salvador. Obteve, em 1910, o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Direito), pela Faculdade Livre de Direito. Foi professor de curso primário, no Ginásio Ipiranga e também no Liceu de Artes e Ofícios, no Ginásio da Bahia e na Escola Normal da Bahia. Em 1931, concluiu *Master of Arts e Instructor in Psychology*, no *Teacher's College* da Columbia University, USA. Integrou o Conselho Superior do Ensino, criado pelo governo do estado da Bahia, foi diretor-geral da Instrução do Estado da Bahia, sub-diretor técnico da Instrução Pública, na Capital Federal, assistente técnico do Departamento Nacional de Educação, secretário de Educação e Saúde do estado da Bahia, entre outras funções e cargos exercidos, além de membro do Conselho Nacional de Educação (1931 a 1958). Em 1941, teve a iniciativa de criar a Faculdade de Filosofia da Bahia, cujos cursos foram iniciados em 15 de março de 1943. Foi professor e diretor dessa Faculdade de 1941 a 1958, além de sócio efetivo do IGHB e membro da Academia de Letras da Bahia (ABL). Informações disponíveis em: [http://www.academiadeeducacao.org.br/pat\\_isaiasalves.htm](http://www.academiadeeducacao.org.br/pat_isaiasalves.htm). Acesso em: 10 dez. 2019.

O visitante [...] verá a parte de luxo, mas não se esquecerá de procurar a parte que, não estando em trajes de gala, é, no entanto, tão representativa como a outra. E então se deterá nas reproduções de nossa velha arquitetura, de azulejos e obras de entalhamento, nas vestimentas e estandartes das festas da região, nos objetos do culto afro-brasileiro e de uso doméstico, no lenço bordado em variadas barafundas que escravas bahianas (sic) ofereceram à primeira imperatriz do Brasil. [...] Chegados ao fim estes trabalhos de arrumação e classificação, de organização e catalogação, ganhará vida nova todo o museu: a coleção de artefatos indígenas, como a secção de arte sacra, as armas brancas de fogo e de cangaceiros. Litografias, bandeiras ligadas a campanhas militares, telas de Lopes Rodrigues e de Franco Vellasco, de Bento Capinam, de J. R. Nunes e de Walter Ingalls, a própria cabocla que saía de Santo Antônio além do Carmo nas festas de 2 de julho. E tonar-se-á o Museu um órgão vivo de educação popular, um centro de estudos históricos e etnográficos, onde se terá à mão abundante material sobre a história social da Bahia. Material que se enriquece de um ano para cá com a colheita sistemática de elementos documentais, especialmente os relativos à etnografia religiosa, aos métodos regionais de produção, nutrição e alojamento.<sup>14</sup>

Percebemos que o museu, em fins da década de 1930 e meados da década de 1940, voltava-se para a abordagem relativa à formação sociocultural da sociedade local, com forte componente etnográfico. Já a exposição inaugurada em 1946, ainda que mantivesse seções relacionadas a elementos ditos etnográficos, enfatizou, através do acervo apresentado em maioria, aspectos da vida doméstica da elite local. Com essa mudança, o museu que se preocupava com a perspectiva histórica e etnográfica regional, passou a ser entendido e estruturado para a representação de um determinado gosto – o gosto de antigas famílias abastadas e tradicionais baianas. Ao observar as imagens apresentadas a seguir (Figuras 4 a 7), da década de 1960, chama a atenção a maneira diferenciada de tratamento expográfico dos ambientes, com primor no acabamento e apresentação para os objetos de arte decorativa das salas destinadas à Coleção Góes Calmon, em contraponto com a simplicidade dos ambientes e mobiliário expositivo destinados ao acervo etnográfico. A impressão é a de que se tratam de dois museus distintos.

---

<sup>14</sup> *Revista Bahia Tradicional e Moderna*, Salvador, Ano I, nº 2, jul. 1939, p. 6-7.



Figura 4.  
Museu do  
Estado da  
Bahia – Salão  
Principal  
Ourivesaria e  
Prataria

Fonte: Fotografia de Voltaire Fraga em 5 de abril de 1960, arquivo do MAB.



Figura 5.  
Museu do Estado da Bahia –  
Sala de Arte Religiosa

Fonte: Fotografia de Voltaire Fraga em 5 de abril de 1960, arquivo do MAB.



Figura 6.  
Museu do  
Estado da  
Bahia – Sala  
de Etnologia

Fonte: Fotografia  
de Voltaire Fraga  
em 5 de abril de  
1960, arquivo do  
MAB.



Figura 7.  
Museu do  
Estado da  
Bahia – Sala d  
e Etnologia

Fonte: Fotografia  
de Voltaire Fraga  
em 5 de abril de  
1960, arquivo do  
MAB.

Não encontramos em nossa pesquisa nenhuma referência documental ou imagética que indique a exposição da coleção etnográfica no atual edifício do MAB, do Corredor da Vitória, restando-nos a hipótese de que foi com a passagem para este prédio, em 1982, que o Museu, definitivamente, retirou do seu contexto expositivo as referências etnográficas anteriores.

A partir de pesquisas que realizamos nos arquivos do museu, com a localização de fichas de identificação, livros de registro e arrolamentos, apre-

sentamos a seguir tabelas com o objetivo de descrever amostras desse acervo, anteriormente exposto nas salas do museu.

A maior parte dos objetos citados já não existe. No entanto, encontramos algumas peças ainda presentes na reserva técnica do museu. Da leitura das fichas de identificação e outros registros da instituição, descobrimos que muitos desses objetos foram descartados devido a problemas com a conservação dos mesmos. Não é possível, até o presente momento de nossas investigações, compreender totalmente as questões relativas ao contexto de descarte da maioria desses objetos ausentes.

### **Sobre negros, cangaço e cobras-coral**

Visando exemplificar e apresentar um panorama da coleção outrora existente, agrupamos os objetos identificados nas fichas e livros de registro do MAB, sistematizando grupos temáticos, ainda que esse arranjo não corresponda exatamente à sistematização utilizada pelo museu. O termo de doação apresentado a seguir, como epígrafe às tabelas elaboradas, ilustra a heterogeneidade dos objetos doados ao Museu, em contraponto aos objetos atualmente exibidos em suas salas de exposição:

#### **TERMO DE ENTREGA**

Aos treze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e trinta e oito, no edifício desta Inspetoria de Museus e Monumentos do Estado, compareceram D. Maria Cesar Salles, que declarou vir entregar à mesma a coleção de minérios e artefatos indígenas denominada ‘Museu Carlos Salles’, adquirida pelo Governo do Estado, de acordo com a resolução da Lei de n. 216, de 24 de setembro de 1937 [...] composta de 16 mostruários, sendo 9 envidraçados, 3 estantes, 2 portas flechas, 2 porta arcos, e uma mesinha contendo 806 pedras classificadas e numeradas, 695 sem classificação; 167 tipos de areias e minerais diversos; 88 objetos e curiosidades de várias qualidades; 28 peles curtidas de várias espécies; 472 objetos e artefatos indígenas e 1 bandeira histórica de seda pintada a óleo, perfazendo um total de 2257 objetos, os quais já vinham expostos nesta repartição a título precário, desde 1934.

## Tabelas de Apresentação do acervo

### Grupo 1 – Cangaceiros, Bandoleiros e Beatos / Polícia e Repressão

<b>Objeto – observações – data de entrada – modo de aquisição</b>
Chapéu de couro, do bandoleiro denominado “Açúcar” abatido a tiros pelas forças estaduais, no interior do estado - 24/03/1933
Crâneo do bandoleiro Antônio de Engrácia companheiro de Lampião / Morto pelo seu próprio irmão, Cirilo, ambos temíveis bandoleiros. Oferta, Dr. A. Xavier da Costa. 24/03/1933.
Crâneo do bandoleiro Ezequiel Ferreira, vulgo Ponta Fina, irmão de Lampião / Morto no arraial de Touros, pelo Tem. Arsenio, da Força Pública da Bahia. Oferta, Dr. A. Xavier da Costa. 24/03/1933.
Tacape dos fanáticos do Beato Lourenço. Madeira pau d´arco. 11/03/1938
Cacete de bandoleiros de Itabuna. Madeira retorcida. 28/02/1940
Fotografias de bandoleiros do grupo de lampião, mortos por civis e policiais em Alagoas, 1935. 21/07/1940.
Cangaceiro. Desenho a nanquim de Aldemir Martins. São Paulo, 1954. 31/12/1955
Cangaceiro. Duas gravuras em água forte por Aldemir Martins. São Paulo, 1954. 31/12/1955
Postal com cabeça dos companheiros de Virgulino Ferreira, vulgo “Lampeão”. Fotografia. Bahia. s/d. 22/06/?
Cinco cassetetes antigos de madeira escura com a extremidade ofensiva pintada de branco de uso da Guarda Civil do Estado. 22/07/1931
Revolver de percussão, 12 tiros, cabo com reforço de metal. Usado pela Guarda Civil do Estado. 22/07/1931
Palmatória de jacarandá da cadeia de Santo Amaro da Purificação. 05/10/1961
Objetos de jogo de azar: roletas e oleados numerados para jogo; uma roleta grande; um tipo luminosa; uma niquelada e envernizada; três do tipo “jaburo”, três oleados numerados. Apreendidos em Conceição de Feira, pela policia bahiana, quando o ofertante era delegado auxiliar. 1939. Oferta, Altino Teixeira.
Batuta que pertenceu à banda de música da Polícia Militar. Madeira com guarnições de prata. 16/02/1931. Transferência do Arquivo Público

### Grupo 2 – Festa e Crença Popular

<b>Objeto – observações – data de entrada – modo de aquisição</b>
Cabocla dos festejos do dois de julho em Feira de Santana. Madeira engessada e pintada. Bahia, fins do século XIX. 1949
Ex-votos de madeira. 1955.
Festa do Bomfim. Desenho a bico de pena por Carybé, 1950.
Festa de Yemanjá. Desenho a bico de pena por Carybé, 1950.
Lavadeiras na Bahia. Xilogravura em cores de Karola S. Gabor, 1950.

### Grupo 3 – Naturalia

<b>Objeto – observações – data de entrada – modo de aquisição</b>
Frasco contendo solitária – 1931(?)
Pinto quadrúpede nascido em Itaparica. 1931(?)
Tartaruga pequena conservada em liquido. 1931(?)
Cobra de coral pequena apanhada em Amaralina. 1933(?)
Cobra pequena encontrada na Gamboa. 1933(?)
Pequena cobra coral, apanhada no Garcia.
Couro de cobra jiboia curtido. Oferta, Dr. Agripino Barbosa. 1934.
Cobra jaracuçu, pequena
Cobra coral
Garrafa contendo três cobras pequenas
Pele de jiboia, curtida, Conquista - Bahia. 1931
Peles de guará com as respectivas penas / Peles com as penas vermelhas, bico, longo e conservando a forma das asas, dorso etc. Penas usadas e muito apreciadas pelos indígenas do Brasil. Transferida do Arquivo Público. 1931
Coleção de peles, curtidas, de diversos animais de porte médio e pequeno. Compra Coleção Carlos Sales. 1938
Vidro contendo seis fetos de saguim. 1933(?)
Vidro contendo lagarto
Frasco contendo besouro apanhado em Alagoinhas
Conchas marinhas, apanhadas nas praias do Bomfim. Oferta, Zilda Oliveira. 25/10/1932.
Coleção de conchas, búzios, esponjas marítimas, das praias de Itapoã. Oferta, almirante Pinheiro de Vasconcelos. 1938.
Cranio de veado com as respectivas galhas, trazido de Morro do Chapéu. Oferta, Lauro Sampaio. 1933.
Coleção de preparados em cera e taxidermia a seco e em líquido, para estudo das ciências naturais. Em vidros e em quadros com tampo de vidro. Oferta, Departamento de Saúde. 29.08.1940.

### Grupo 4 – África e Escravidão

<b>Objeto – observações – data de entrada – modo de aquisição</b>
Jornal “a Imprensa Fluminense” com a lei da abolição da escravatura. Impresso. Rio. 1888. 1931
Retrato da Princesa Isabel. S/d. fotografura de um retrato a óleo por Ângelo Caritú. 30/03/1940
Algemas de ferro. Usada antigamente para prender escravos. 16/02/?
Cadeira de arruar. Madeira, palhinha e pano. / Pequeno mocho de crioulas vende-deiras.

Retratos de creolas. Postal. Lindemann. / Casal de negros da África Ocidental. Postal / Vista panorâmica e tipos populares de Goa... Moçambique. Aquarela
Planta do Quilombo chamado Buraco do Tatú. 1763. Fac-símile.
África (alegoria). Óleo sobre tela por autor não identificado. ?
Par de brincos de crioula - século XVIII. / Par de botões de camisa de crioula - século XVIII. / Par de pulseiras de crioulas - século XVIII / Par de pulseiras de crioulas - século XVIII / Pulseira de copo de crioula / Correntão de crioula / Xale de pano da costa. Algodão. África Ocidental. Século XIX / Penca de balangandãs com 16 peças.

## Grupo 5 – Candomblé

<b>Objeto – observações – data de entrada – modo de aquisição</b>
Atabaques (2). / Atabaque / Caxixi / Ganzá. 1931 / 1939
Coleção de objetos de candomblé / Coleção de objetos de candomblé. 1931 / 1939
“Oxé de Xangô”. Madeira. Escultura primitiva. 1931
Carta com encomenda de objetos de candomblés. 1938
Coleção de três registros de santos católicos encontrados em candomblés. ?
Objeto de Xangô para batismo de Iaô (noviça). Objeto de candomblé. Barro cozido. Bahia. s/d. 1940?
Trono de Pai de Santo. Cadeira de braços, madeira clara. 1940?
Retrato do Babalorixá Joãozinho da Goméa. Corpo inteiro. Óleo sobre tela. Por Liber Fridman, 1947.
“Cabeça de Exu”. Escultura em madeira, por Mário Cravo. Bahia, 1955. ??/1956

## Grupo 6: Diversos

<b>Objeto – observações – data de entrada – modo de aquisição</b>
Instrumento para empinar arraia Engrenagem de madeira com dispositivo para enrolar e desenrolar o fio, mediante manivela que imprime a rotação
Bengala de Alpinista. Madeira, cabo de chifre, 1879. 6/08/1931. Oferta – Marieta Pacífico Pereira
“Mirin”, fetiche protetor, indígena. 1931. Oferta Álvaro Formosinho
Pegadores de Papel que pertenceram ao engenheiro Ramos de Queiroz.
Antigo sino da torre da Casa de Garcia D’Ávila. Bronze, século XVI(?). A peça foi trazida para o Museu, depois de ter estado cerca de 80 anos na capela de São Pedro, na Fazenda “Retiro”, distrito de Assú da Torre, de propriedade do casal dr. Luís Pacheco Pereira – D. Cecília Regis Pacheco Pereira. Cedido por Dr. Luís Pacheco Pereira e D. Cecília Regis Pacheco Pereira
Coleção de 88 curiosidades do mais diferente tipo. Essas peças foram misturadas com o grosso da Coleção Carlos Sales, não se tornando possível separá-las, dado o caráter vago da referência, por ocasião de sua aquisição. Compra Coleção Carlos Sales

Fonte: fichas e livros de registro do MAB.

Transcrevemos, a seguir, dados de algumas fichas que nos permitem perceber a forte presença de elementos relacionados ao universo religioso afro-brasileiro no acervo. Presumimos que a data constante na ficha seja a de preenchimento da mesma e que o item autor refere-se a quem a preencheu.

## Fichas do acervo

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 0.412 / “Trono de Pai de Santo”, cadeira de braços. Madeira clara. Bahia, s/d. Alt. 1,315 / Cadeira de braços de alto espaldar, com a parte central do mesmo e o assento, acolchoados. Na parte superior, que termina em curvas, ornato simbólico, composto de duas espadas cruzadas; abaixo destas, as iniciais; T. R. Q.		
<b>Observação</b> - Museu do Recôncavo		
<b>Bibliografia</b> -		
<b>Modo de Aquisição</b> - Bom: tecido de acolchoado, descorado.		
<b>Estado de Conservação</b> -		
<b>Referências</b> - Antropologia, madeiras - Antropologia, religião		
<b>Data</b> - 5.12.949	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 39.28.1.70		
Neg. 39.28.29 / Coleção de objetos de candomblé. Ferro, missangas, búzios, madeira, pedra, barro, flandres, penas. Bahia. / Variedade de Objetos destacando-se colares de contas, búzios, missangas de vários tamanhos; “ferramenta de ogum”, cachimbo; cruzeiros de madeira; “assente” de Exu”. O número 39.28.29 tem negativo; é uma “Ferramenta de ogum” que figura na capa do livro “Candomblés da Bahia” de Edison Carneiro. 8ª. Publicação do Museu do Estado, 1948.		
<b>Observação</b> - Encontrados 14 colares / 39.28.9 - Leque de Oxum / 39.28.19 - Castiçal / 39.28.1 - Exu de Tempo / 39.29.23 - Castiçal de braço.		
<b>Bibliografia</b> -		
<b>Modo de Aquisição</b> - Oferta, Altino Teixeira, 20.7.939		
<b>Estado de Conservação</b> - Bom: pequenos estragos pelo uso.		
<b>Referências</b> - Antropologia, religião - Oferta, Teixeira, Altino		
<b>Data</b> - 29.3.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 31.705 / “Oxé de Xangô”. Bonzo de madeira. Escultura primitiva. s/d. Alt. C.515. / Figura de bonzo sobre peanha, trabalhada em uma só peça; torso nú, tendo à cabeça o símbolo de Xangô: figura irregular dotada de olhos, nariz e boca. A figura principal traz ornato de missangas, nos tornozelos, cintura e pescoço. Usado nos candomblés.		
<b>Observação</b> - Recôncavo.		

<b>Bibliografia -</b>		
<b>Modo de Aquisição -</b> Oferta, Marieta Pacífico Pereira, 1931.		
<b>Estado de Conservação -</b> Perfeito.		
<b>Referências -</b> Antropologia, madeira - Antropologia, religião - Oferta, Pereira, Marieta, Pacífico.		
<b>Data -</b> 13.3.950	<b>Autor -</b> H. Batista	<b>Visto -</b>

<b>Número / Objeto / Descrição -</b> 0.399 / “Obaeté de Xangô” para batismo de Iaô (no- viça). Objeto de candomblé. Barro cosido. Bahia, s/d. Alt.0,20 / Bilha (forma de mo- ranga) de barro escuro, com três depressões no bojo, nas quais se incrustam três pe- quenas figuras masculinas, barbadas, em relevo.		
<b>Observação -</b> Carmo		
<b>Bibliografia -</b>		
<b>Modo de Aquisição -</b>		
<b>Estado de Conservação -</b> Perfeito.		
<b>Referências -</b> Antropologia, cerâmica - Antropologia, religião		
<b>Data -</b> 19.12.949	<b>Autor -</b> H. Batista	<b>Visto -</b>

<b>Número / Objeto / Descrição -</b> 39.31.1-9 / Atabaque. Madeira e couro. Bahia. Al- tura variando 0,47 o menor e 1,10 o maior. / Feito de um toro de madeira, oco, com uma das extremidades fechada por couro apergaminhado, bem esticado. Usado nas cerimônias religiosas afro-brasileiras, denominadas “candomblés”. O maior tem o nome de “Rum”, o médio “Rumpi” e o menor “Lé”.		
<b>Observação -</b> Museu do Recôncavo		
<b>Bibliografia -</b> Edson Carneiro “Candomblés da Bahia”, p.67		
<b>Modo de Aquisição -</b> Oferta, Arménio Barbosa, 3.8.939.		
<b>Estado de Conservação -</b> Regular: madeira bichada, pele se desprendendo		
<b>Referências -</b> Antropologia, religião - Oferta, Barbosa, Armenio		
<b>Data -</b> 9.3.950	<b>Autor -</b> H. Batista	<b>Visto -</b>

<b>Número / Objeto / Descrição -</b> 31.704 / Cajado nagô. Madeira. Bahia. Comp. 1,46 / Castão arqueado, aproveitando anomalia da madeira, cuja extremidade abre-se co- mo boca de serpente. O castão encaixa no bordão, ou cajado, propriamente dito. Li- xado e levemente envernizado. Cabo quebrado.		
<b>Observação -</b> Secção de Etnografia		
<b>Bibliografia -</b>		
<b>Modo de Aquisição -</b> Oferta, Marieta Pacífico Pereira, 8.6.1931		
<b>Estado de Conservação -</b> Perfeito		
<b>Referências -</b> Antropologia, madeira. - Antropologia, religião. - Oferta, Pereira, Ma- rieta, Pacífico.		
<b>Data -</b> 6.12.949	<b>Autor -</b> H. Batista	<b>Visto -</b>

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 39.17.1-11 / Coleção de objetos de candomblé. Bronze, cobre e latão. Maragogipe, Bahia. / Pulseiras de cobre, de bronze, objetos dentados com feitio de pente, dois leques (um com guizos) de metal amarelo, dois instrumentos semelhantes a pena e espátula em metal amarelo. Provenientes do candomblé de Pinho. Maragogipe.		
<b>Observação</b> - Secção de Etnografia. Sobre as peças numeradas 39.17.2, 3 e 4, veja-se antigo “Livro de Tombo” pag. 65 e “Livro de Termo” pag. 33.		
<b>Bibliografia</b> -		
<b>Modo de Aquisição</b> - Oferta, José Joaquim de Carvalho, 26.3.939.		
<b>Estado de Conservação</b> - Perfeito		
<b>Referências</b> - Antropologia, religião. - Oferta, Carvalho, José Joaquim de		
<b>Data</b> - 29.3.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 39.51.1.27 / Objetos de candomblés diversos. Madeira, ferro, latão, palha. Tamanhos diversos. / Utensílios e instrumentos típicos dos candomblés, destacando-se: arco e flecha, aljava com flechas (instrumentos de Oxossi, deus da caça); “agogô”; “abebê”; “xaxará” (feixe de palha, com búzios, de Omolu); “caxixis”; “aguê” (cabaça revestida de renda e contas); espadas de madeira; lanças; chocalho; gamelas.		
<b>Observação</b> - Sobre as peças numeradas 39.51.17 e 20, veja-se antigo “Livro de Tombo” pag. 65 e “Livro de Termo” pag. 33. Encontrado no Carmo 39.51 - 11, xaxará e 39.51.10 gamela.		
<b>Bibliografia</b> - Edson Carneiro “Candomblés da Bahia” - 1948		
<b>Modo de Aquisição</b> - Oferta, Arménio Barbosa, 4.9.939.		
<b>Estado de Conservação</b> - Regular: gastos pelo uso.		
<b>Referências</b> - Antropologia, religião.		
<b>Data</b> - 3.4.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 0.414.1-2 / “Lança” e cajado, de candomblé. Metal e madeira. Comp. (cajado) 1,00; Lança: 0,82. / 1) Cajado de madeira seccionado, com revestimento de metal inferior. 2) Lança de madeira pintada de bronzil (sic) prateado. Sobre a peça numerada 0.414.1, veja-se antigo “Livro de Tombo” pag. 65 e “Livro de Termo” pag. 33.		
<b>Observação</b> -		
<b>Bibliografia</b> -		
<b>Modo de Aquisição</b> -		
<b>Estado de Conservação</b> - Bom: usados		
<b>Referências</b> - Antropologia, religião		
<b>Data</b> - 3.4.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 39.31.10-11 / “Caxixi”. Instrumento musical de candomblés. Palha. Bahia. Dimensão: Alt. 0,15. / Instrumento musical componente da orquestra dos candomblés. Feito de palha trançada, à maneira de um chocalho comum, fechado, contendo grãos (sementes de bananeira do mato) para produzir som peculiar, quando agitado.		
<b>Observação</b> - Museu do Recôncavo		
<b>Bibliografia</b> - Edson Carneiro - “Candomblés da Bahia” pags. 67 e 119.		
<b>Modo de Aquisição</b> - Oferta, Armenio Barbosa, 3.8.939.		
<b>Estado de Conservação</b> - Perfeito.		
<b>Referências</b> - Antropologia, musica (instrumento de) - Antropologia, religião -Oferta, Barbosa, Armenio		
<b>Data</b> - 9.3.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 39.31.12-14 / “Ganzá”. Instrumento musical. Metal. Comp. 0,43; 0,47; 0,50 / Instrumento formado de uma haste cilíndrica a cujas extremidades estão soldadas as caixas cônicas contendo grãos ou pedrinhas que produzem som quando agitado.		
<b>Observação</b> - Museu do Recôncavo		
<b>Bibliografia</b> -		
<b>Modo de Aquisição</b> - Oferta, Armenio Barbosa, 3.8.939		
<b>Estado de Conservação</b> - Regular: enferrujados		
<b>Referências</b> - Antropologia, metal - Antropologia, musica (instrumento de) - Oferta, Barbosa, Armenio		
<b>Data</b> - 10.3.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 31.562.1-2 / Atabaques. Madeira e couro. Bahia. Alt. 0,39 e 0,275 / Instrumento musical, de percussão. Feito à maneira de barril, com uma das extremidades menor e aberta, a outra maior é fechada a couro apergaminhado, bem esticado. Usado nos candomblés.		
<b>Observação</b> - Garagem		
<b>Bibliografia</b> -		
<b>Modo de Aquisição</b> - Transferência do Arquivo Público, 1931		
<b>Estado de Conservação</b> - Regular: bichados.		
<b>Referências</b> - Antropologia, musica (instrumento de) - Antropologia, religião		
<b>Data</b> - 9.3.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

<b>Número / Objeto / Descrição</b> - 31.694.1-5 / Coleção de objetos de candomblé. Cobre, latão e madeira. Bahia. Dimensões entre: 0,58 e 0,39. / 1 e 2) espécie de alfanje e lança de cobre, instrumentos de Oxossi, deus da caça, nos candomblés negros; 3) lança, de latão; 4) machado de madeira, de dois cortes, insígnia de Xangô; 5) porta estandarte, de madeira; de forma arqueada com extremidades em florão. Foram apreendidos por A. Souza Dantas em um candomblé, em 1912.		
<b>Observação</b> - Secção de Etnografia.		
<b>Bibliografia</b> - Edison Carneiro - “Candomblés da Bahia” - 1948; pag. 43		
<b>Modo de Aquisição</b> - Oferta, Marieta Pacífico Pereira, 1931		
<b>Estado de Conservação</b> - Bom: usados		
<b>Referências</b> - Antropologia, religião - Oferta, Pereira, Marieta, Pacífico		
<b>Data</b> - 27.3.950	<b>Autor</b> - H. Batista	<b>Visto</b> -

Fonte: Fichas do acervo do MAB.

## O MAB, antes dele mesmo

Neste ensaio, apresentamos dados que acreditamos possam auxiliar a percepção sobre a perspectiva etnográfica do MAB no passado. Ainda resta muito a desvendar a partir da documentação existente nos seus arquivos administrativos e técnicos. Acreditamos que os dados iniciais possibilitam lembrar e melhor entender o museu quando denominado Museu do Estado da Bahia, com outra configuração, que não era a de dedicação exclusiva às Artes Decorativas e Belas Artes, mas um espaço que apresentava elementos de outros campos do conhecimento e outras tipologias de acervo.

Para além da percepção relativa às origens dessa importante instituição museológica centenária, o que esses dados nos ajudam a compreender é a configuração de um modo de pensar elementos patrimoniais relacionados à formação da sociedade baiana, em finais do século XIX e início do século XX, sendo o Museu do Estado uma entre várias outras experiências com a mesma abordagem na Bahia e outras localidades do território nacional, como reflexo de experiências semelhantes ocorridas no exterior. Do final do século XIX aos dias atuais, ocorreram mudanças programáticas e conceituais que indicaram a reconfiguração do modo de conceber e exibir objetos relativos a grupos específicos, ainda que permaneça a interpretação hegemônica que continua a dominar e nortear o discurso.

Nessa direção, para a mais apurada compreensão desse panorama, um exercício a realizar é o da leitura crítica relativa à construção de sentidos, in-

interpretações e reinterpretações sobre grupos étnicos, manifestações culturais e suas formas de organização e articulação. Os arranjos expográficos, os textos explicativos e a documentação museológica produzida a partir de tais acervos são indicadores de enquadramentos em que foram operacionalizados, refletindo nos espaços artificiais das salas de exposições a ideologia relativa à raça e à hierarquização vigente e praticada na sociedade de então.

Ao passarmos da abordagem sobre museologias e acervos do passado para a de museologias e acervos para o futuro, considerando a permanência de acervos formados e formatados em configurações que já não dão conta de novos entendimentos sobre a realidade social, e que muitas vezes tinham por objetivo reforçar estigmas e hierarquizações, é preciso refletir sobre a seguinte questão: como construir novos discursos a partir de velhos acervos?

Acreditamos que somente a prospecção bem aprofundada de nossas instituições, realizando aquilo que consideramos a “arqueologia” das nossas estruturas museológicas, identificando potencialidades de reconfiguração de suas abordagens, seja através da construção de novos textos para antigas exposições ou, quando possível, pela reelaboração de suas exposições, permitirá atualizar os discursos desses espaços de memória, recuperando o seu sentido de utilidade.

Com efeito, no caso do MAB, pelo que foi possível prospectar em nossas pesquisas, ocorreu a transformação radical do discurso expográfico com a reconstrução expositiva após a aquisição pelo estado da Coleção Góes Calmon, como anteriormente explicitado, privilegiando, assim, a cultura material da elite dominante em suas exposições. O viés que dava lugar ao etnográfico e ao histórico – certamente passível de muitas críticas no que diz respeito ao tratamento apresentado – foi substituído pelas artes decorativas, destinando-se à reserva técnica objetos que, inclusive, poderiam ser apresentados nesse mesmo ângulo, ou seja, o das artes.

Nossa reflexão sobre essa questão não visa anular o novo museu que surgiu desse processo, tão pouco desconsidera a importância dos elementos culturais apresentados em sua nova exposição. O objetivo é ressaltar que, se desejamos romper com a ótica hegemônica e excludente da maioria dos nossos museus, é necessário que os indicadores culturais, presentes em suas exposições, dialoguem de forma mais ampla com os diversos segmentos socio-culturais e suas culturas materiais, compreendidos como constituintes e estruturantes da produção de sentidos, memórias e patrimônios.

## Referências

ROMO, Anadelia. O que é que a Bahia representa? O Museu do Estado da Bahia e as disputas em torno da definição da cultura baiana. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 39, p. 115-151, 2010.

CERÁVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 189-246, 2011.

CERAVOLO, Suely Moraes. Cultura Baiana em Exposição: José Antonio do Prado Valladares “um Homem de Museu”. *Anais do III ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura*, Salvador, 2007.

HOLLANDA, Guy de. *Recursos Educativos dos Museus Brasileiros*. Rio de Janeiro: CBPE/Onicom, 1958.

## O MUSEU DE ARTE ANTIGA DO INSTITUTO FEMININO DA BAHIA E O COLECIONISMO DE HENRIQUETA MARTINS CATHARINO

MARIJARA SOUZA QUEIROZ

A emancipação da mulher foi uma pauta crescente na segunda metade do século XIX e início do século XX como parte de ideais difundidos no cenário internacional com efeitos no Brasil. A luta das mulheres por reconhecimento e melhorias nas condições de vida deu-se, na maioria das vezes, por meio das margens de manobras, através de ações individuais ou de grupos organizados com frentes de reivindicação que sinalizaram emergências na inserção de mulheres no mercado de trabalho e, por consequência, na educação formal e profissional.

De acordo com Guacira Lopes Louro (2015, p. 445-446), as ordens religiosas femininas se ocupavam das meninas órfãs com a preocupação de protegê-las da “contaminação dos vícios” enquanto outras religiosas voltavam seus cuidados para as “moças sem emprego” para que estas não se desviassem do “bom caminho”. Nesse caso, é possível que o mau caminho que se apresentava como possibilidade de desvio estivesse relacionado aos ideais políticos internacionais de grupos de trabalhadoras organizadas em torno do socialismo e do anarquismo que, na virada do século, “apresentaram propostas para a educação de suas crianças” e, efetivamente, “as tornaram realidade através da criação de escolas” libertárias. Os anarquistas, especialmente, davam maior atenção à educação feminina e, com frequência, difundiam instruções nos jornais da época sobre a educação como uma “arma privilegiada de libertação para a mulher”.

No Brasil, a primeira Escola Normal foi criada na década de 1830 no Rio de Janeiro, sob a Lei nº 10 de 1835, de acordo com Greissy Leoncio Reis Lemos (2011, p. 4). Além de transplantar um modelo europeu, a Escola Nor-

mal era designada para as classes sociais que detinham o poder e que “reconheceu nessas instituições uma forma de consolidar e expandir a sua supremacia e seu projeto político conservando assim a sua hegemonia”. Em 1836, a Escola Normal foi criada oficialmente na Bahia “sob a Lei n.º 37, sancionada pelo Presidente da Província, Dr. Francisco de Souza Paraíso”, a partir da qual se explicitava “a preferência da formação de alunos do sexo masculino”, ao tempo que também previa a formação de professoras a partir de bases curriculares voltadas exclusivamente para o ensino primário, “acrescido de desenho linear e prendas domésticas”. Contudo, a Escola Normal da Bahia “só veio a funcionar efetivamente no ano de 1842” em “instalações improvisadas, pois não havia instalações físicas destinadas para esse fim” (LEMOS, 2011, p. 4).

Devido à falta de estrutura que permitisse que alunos e alunas pudessem ser educadas separadamente, as cargas horárias foram diminuídas à metade para que homens e mulheres estudassem em turnos opostos e com planos de estudos diferenciados. Em 1850, a Resolução nº 403, de 2 de agosto, determinou que “o curso prático para o magistério, cuja clientela era do sexo feminino ocorresse em outro prédio” separado dos homens, uma vez que a co-educação era considerada “muito perigosa do ponto de vista moral”. A Escola Normal também passou a funcionar com regime de internato para ambos os sexos como forma de controle de comportamento daquelas que se tornariam mestres. O modelo de ensino era prático e religioso e os cursos duravam em torno de três anos (LEMOS, 2011, p. 5). As altas despesas com manutenção dessas instituições e a baixa frequência de alunos contribuíram para a extinção do internato masculino, “com a justificativa de que esse regime de internato para homens contrariava a índole e os hábitos desse público que não se sujeita à reclusão” (p. 6). De outro modo, “o regime de internato feminino permanecia inalterado”, já que o modelo de educação era considerado “condizente com a índole feminina, mais passiva e predisposta ao recato e a reclusão”. Essa índole, na verdade, era construída pela proposta de educação que formava as professoras primárias e as mulheres para serem subservientes aos homens, pelo “adestramento diferenciado” (LEMOS, 2011, p. 6). Dessa forma, as Escolas Normais se dedicaram a formar especialmente professoras primárias em regime de internato e assim permaneceriam até o final do século XIX com sutis modificações no início do século seguinte.

De acordo com Louro (2015), o magistério era visto como uma extensão da maternidade e destino primordial da mulher que desejasse ingressar no mercado de trabalho e, por isso, o ensino religioso era imprescindível para a formação dessas mulheres. Entretanto, a voz de Nísia Floresta ressoava esti-

mulada pela Proclamação da República em 1889, clamando: “educai as mulheres! Com a justificativa de afastar a imagem de um país colonial atrasado, inculto e primitivo” (LOURO, 2015, p. 443). Nísia Floresta acreditava ainda que a sujeição da mulher ao sexo masculino se dava especialmente pela falta de acesso das mulheres ao sistema educacional.

Como Nísia Floresta, outras mulheres se mobilizaram na luta pela educação feminina como forma de emancipação a partir de uma formação mais ampla. De acordo com Elisete Silva Passos (1992, p. 46), Henriqueta Catharino seria uma dessas seguidoras que, na primeira metade do século XX, considerava a educação feminina, voltada apenas para ler e contar, como insuficiente para as mulheres, pois se voltava quase que exclusivamente ao necessário “cumprimento das funções de mãe e esposa”. Já no campo das profissões, as atividades que acolhiam mulheres se reservavam a indústria da vestimenta e chapelaria, além de funções domésticas.

Henriqueta Martins Catharino (1886-1969) nasceu na cidade de Feira de Santana, Bahia, portão de entrada para o sertão baiano, e aos cinco anos migrou com sua família para Salvador. Era filha da feirense Úrsula Martins Catharino e do português Bernardo Martins Catharino, um bem-sucedido industrial de têxteis. De acordo com Margareth Rago (2015, p. 580), o processo de industrialização iniciado no Nordeste em meados do século XIX, sobretudo o desenvolvimento da indústria têxtil na Bahia que produzia tecidos à base de algodão, não garantiu a inserção da mulher nessa modalidade de trabalho. Contudo, observamos que garantiu o acúmulo de fortuna por parte do pai de Henriqueta que, mais tarde, usaria parte dessa fortuna em prol da emancipação feminina a partir de suas ações voltadas especialmente para a educação profissional da mulher baiana.

Henriqueta Catharino não frequentou a Escola Normal, ela recebeu aulas particulares em sua residência, à Rua da Graça, no palacete que ora abriga o Museu Rodin. Com base na educação religiosa e nos valores morais cristãos, as orientações dos professores cercavam a literatura, a filosofia, a arte, a música, a poesia, e as línguas, especialmente o francês, além de boas maneiras. Henriqueta acreditava que “era chegado o momento de pensar no sexo feminino”, de preparar as mulheres para assumir “novos papéis na sociedade” e via na educação e no apostolado cristão a possibilidade para a mulher baiana. Dessa forma, em 1918, orientada espiritualmente pelo Cônego Ápio Silva e pelo padre jesuíta Camilo Torrend, ampliou sua biblioteca particular com novos títulos e a colocou à disposição de jovens moças da sociedade baiana em tardes de leitura que promovia em sua própria casa (PASSOS, 1992, p. 27).

Figura 1. Bernardo e Úrsula Catharino com os filhos, em Paris, início do século XX



Fonte: arquivo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.



Figura 2. Henriqueta Catharino aos 21 anos

Fonte: arquivo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

As reuniões vespertinas se institucionalizavam como *Propaganda das Boas Leituras* na medida em que repercutiam positivamente. Essa é a primeira ação de Henriqueta direcionada às mulheres de que se tem registros. Segundo Marieta Alves (2003, p. 17), historiadora e amiga íntima de Henriqueta, não satisfeita com o resultado

das tardes de leitura, Henriqueta “convidou senhoras e senhorinhas” para outras tardes de “costuras em sua residência”, nas quais eram executados trabalhos manuais com agulhas, como o crochê e o tricô. As peças produzidas eram doadas às mulheres mais necessitadas, em especial às que esperavam bebês e se comportavam de acordo “com as leis divinas e cristãs”. Com a morte do noivo, o suíço Ernest Richard Heinerwal, em 1919, Henriqueta concentrou-se mais nas ações sociais em prol da mulher, ainda que jamais tivesse dado sinais de que quisesse se casar, mesmo antes da morte do noivo.

Ao perceber essa indisposição para novo noivado e predisposição para o trabalho social cristão, Monsenhor Flaviano Osório Pimentel, que acumulava experiências filantrópicas como diretor da Associação das Senhoras de Caridade de Salvador, convidou Henriqueta “para auxiliá-lo na catequese de pessoas adultas”. Com a parceria, veio também o estímulo para levantar fundos para a ampliação de seus projetos: organizou um bazar beneficente no Teatro Polytheama Baiano, vendeu suas joias, incluindo um “anel de brilhantes” e um “colar de pérolas”; e solicitou ao pai o “adiantamento de uma parte da herança que lhe caberia um dia” (ALVES, 2003, p. 22).

Com o montante reunido deu início ao seu ideal e, em abril de 1923, inaugurou o Atelier São José, na Avenida Sete de Setembro, uma espécie de agência de colocações e de trabalhos que empregava em média trinta moças na confecção de *lingerie* e vestidos finos sob a orientação de “modistas renomadas como a parisiense Marcelle Héloin” (PASSOS, 1992, p. 30). Em outubro do mesmo ano, inaugurou a Casa São Vicente no Terreiro de Jesus, nº 15, que funcionava com uma biblioteca, uma agência de trabalhos manuais, sobretudo corte e costura, e uma agência de empregos. Apenas dois meses depois, em 8 de dezembro de 1923, a Casa São Vicente passaria a se chamar Escola Comercial Feminina, funcionando com os cursos de datilografia, harmônio, francês e inglês.

A partir das experiências, dois objetivos se delineiam na trajetória de Henriqueta Catharino: consolidar uma escola para mulheres, com vistas à emancipação feminina por meio da educação formal, profissional e espiritual; e criar um museu de cultura popular e arte antiga feminina no espaço da escola para complementar a formação das alunas.

Com a morte de sua mãe, em 1924, Henriqueta herdou um imóvel na Praça da Piedade para onde transferiu a Escola Comercial Feminina e implantou a Beneficência Santa Úrsula, em homenagem à benfeitora que deixou herança capaz de prestar assistência médica e odontológica, oferecer bolsas de

estudo e alimentação e ajuda com viagens às “estudantes carentes” (PASSOS, 1992, p. 31). O novo espaço permitiu a reserva de uma sala de exposições onde eram dispostos móveis e objetos decorativos que iam de toalhas e panos bordados a enxovais de batizado e casamento, além de composições similares às residências das famílias da elite baiana, como mesas de chás postas de acordo com as regras de etiqueta francesa.

O aumento das ações exigiu uma divisão por setor e a escola precisou, mais uma vez, se adaptar. Em março de 1928, acomodou-se à Rua do Rosário, nº 215, abrindo novos cursos como Filosofia, Tradição e História da Bahia, Braile, Religião e Contabilidade. Os cursos profissionalizantes da Escola Comercial Feminina e outros cursos de formação religiosa e filosófica tinham como objetivo afastar as jovens baianas dos “comportamentos incorretos” e “métodos ilícitos”, além de promover a autossustentação. Dessa forma, a emancipação da mulher dar-se-ia por meio da profissionalização e inserção no mercado de trabalho, de modo a torná-la independente em relação ao matrimônio, ainda visto como negócio e única condição de inserção social. Possibilitava ainda que as mulheres casadas exercessem atividades fora do lar através de “cursos domésticos” como de culinária, corte, costura e artesanato (PASSOS, 1992, p. 42).

Após um ano de funcionamento, a escola foi oficializada pelo governo estadual, em março de 1929, e passou a se chamar Instituto Feminino da Bahia, que atendia uma média de 400 estudantes. O principal curso era o de Contabilidade e além da escola, no mesmo prédio, funcionava também um pensionato para as moças do interior que operava em regime de semi-internato e um restaurante que atendia alunas, professoras e pensionistas.

A estrutura organizacional da instituição, bem como as ações que desenvolviam em cada setor, foram expressos no *Histórico do Instituto Feminino da Bahia, 1923-1933*.<sup>1</sup> O documento de gestão também informava que o “Museu” do Instituto Feminino da Bahia, “têm recebido ultimamente valiosas ofertas”. Informava ainda que o cofundador Mons. Flaviano O. Pimentel haveria dividido o “Museu” em três categorias: “indústria e comércio”, que possuía um tear em funcionamento, “muitas fazendas” [tecidos], fotografias de fábricas de tecidos da Bahia, fibras, raízes, cereais diversos e uma coleção de madeiras e minerais doada pelo ex-governador Vital Soares; “micellanea” [sic], com “variadíssimos e interessantes objetos”; e “arte antiga”, como uma

---

<sup>1</sup> Documento consultado no arquivo da Biblioteca Marieta Alves em maio de 2019.

rede de penas “trazida do alto Amazonas pelo escritor Euclides da Cunha” que foi doada por Bernardo Martins Catharino, além de “vários objetos de candomblé doados pelo delegado Dr. Tancredo Teixeira”, provavelmente apreendidos pela polícia nos terreiros de candomblé de Salvador.

Contudo, Henriqueta Catharino alimentava o desejo de oficializar o Museu de Arte Antiga Feminina o que era reforçado reiteradamente pelas viagens à Europa, quando aguçava o olhar para diversas tipologias de coleções até então pouco valorizadas no Brasil, como indumentária e moda feminina. Paralelamente, Henriqueta colecionava objetos relacionados à cultura popular adquiridos nas viagens pelo Brasil e Europa, como também em bazares beneficentes organizados pelas paróquias de Salvador. Educar e colecionar, portanto, são dois aspectos que definem a trajetória de vida de Henriqueta e circunscreve o gênero feminino como público-alvo tanto da escola quanto do museu.

Ao contrário da maioria dos colecionadores do período, Henriqueta Catharino apontava interesse particular pelos pequenos indícios da cultura material. De acordo com Ana Lúcia Uchoa Peixoto (2003, p. 11-12), ela “tinha uma maneira muito especial de ver o objeto de arte”, compreendia-o de uma forma “divina” de modo que “a beleza não é um atributo derivado, mas coincidente com sua própria realidade”. Isso ficou expresso na coleção têxtil que foi iniciada em 1933, quando Henriqueta organizou a exposição *Arte e Lavores* por ocasião do I Congresso Eucarístico Nacional para “proporcionar aos congressistas uma visão clara da arte baiana e [de] como vivia a sociedade no século XIX”. Peixoto transcreveu o depoimento de uma visitante que foi publicado na coluna “Impressões da Bahia” do jornal *Era Nova*, de 16 de setembro de 1933, que descreveu a exposição:

Na primeira sala, quadros, imagens antigas, vitrina cheia de objetos de ouro antiqüíssimo como brincos, pulseiras, anéis e correntões. Uma preta de pano em tamanho natural mostrava aos de fora o esplendor das jóias, com que, ainda ao aspirar do século passado, as crioulas da Bahia enchiam de admiração quantos as vissem de torço de seda e sandálias finas, faiscando como vitrinas ambulantes. Na sala reservada aos trabalhos de agulha e arte feminina, vi peças de roupa[s] branca[s] tão antigas que não sei o que mais posso admirar, se os anos que possuem ou a dedicação com que foram guardadas. Bordados de 1783, 1813, 1815, 1830. E no meu caderno de notas registrei os nomes dos primitivos donos daquelas preciosidades: Barão de Cotegipe, uma glória do Brasil Império, Baronesa do Rio Real, família Calmon [...]. (*Era Nova Apud. PEIXOTO, 2003, p. 11*)

A exposição contou com peças da coleção embrionária que incluía trajes, enxovais e diversos trabalhos artesanais com destaque para os bordados. A exposição demarcou e reiterou dois interesses: cultura popular e indumentária feminina. Esse interesse se anuncia em fusão na coleção de bonecas com trajes típicos de diversas regiões e países que Henriqueta visitou e compõe a coleção de arte popular. Com o sucesso da exposição e usando esta como justificativa na introdução do seu texto, Henriqueta lançou uma *Carta Aberta à Sociedade Baiana*<sup>2</sup>, em 1934, no ímpeto de consolidar o Museu de Arte Antiga, na qual declarava:

Recebemos com prazer peças antigas de vestuário, leques, lenços, pentes, terços, tudo enfim que a moda consagrou em era distante, assim como trabalhos manuais: bordados, flores, pinturas, etc., que serão cuidadosamente expostos em ambiente apropriado e com as indicações precisas. Muito nos desvaneceria contar com a simpatia de V. Excia. no sentido de transmitir às pessoas amigas o ideal do Instituto, deseja conservar tudo quanto de interessante nos fale do passado. Julgando imprescindível para conhecimento dos vindouros, colecionar modelos de vestidos e adornos de todas as épocas, dirigimos um apelo especial a V. Excia. no sentido de confiar ao Instituto o que a moda passada e a atual criaram, e que V. Excia julgar digno de conservação. (PEIXOTO, 2003, p. 11).

A carta aberta foi assinada pela presidenta do instituto, Henriqueta Martins Catharino, pela sua irmã e presidenta de honra, Almerinda Martins Catharino e pelas conselheiras, Sofia Costa Pinto Gomes de Oliveira, Marieta Pacífico Pereira, Leocádia de Sá Martins Catharino e Marieta Alves. Em atenção à carta, as senhoras da elite baiana, sobretudo as associadas aos centros paroquiais, colaboraram (e colaboram) com doações de peças que foram enunciadas na carta como os leques, cuja coleção era composta por 400 itens. Outras peças eram parte da compreensão particular de cada doadora sobre o que seria arte antiga feminina.

Essa carta é, pois, o marco classificatório do universo feminino e dos museus que se desenvolveram a partir dele na medida em que as senhoras que compuseram o quadro de mais de três mil doadoras e implantaram seus olhares na formação da coleção, são as mulheres ali representadas, em primeira instância. Além do pedido de doações, Henriqueta adquiria peças que indicavam seus interesses na composição do acervo.

---

<sup>2</sup> A carta aberta manuscrita por Henriqueta Martins Catharino foi transcrita por Ana Lucia Uchoa Peixoto, que publicou trechos no catálogo institucional do Museu do Traje e do Têxtil em 2003.

Em 1934, adquiriu dois vestidos de baile em um bazar do Asilo da Ordem Terceira da Piedade que pertenceram à Maria Conceição Pinho e à Mariana Cerqueira de Magalhães<sup>3</sup>, Irmãs Terceira da Piedade e benfeitoras daquela Ordem. O primeiro, em seda bordada, cinza de 1895; o segundo, em tafetá de seda brocada, marrom furta-cor, costurado à mão.

Figura 3. Vestido de baile que pertenceu à Maria Conceição Pinho, século XIX



Fonte: Foto de Sérgio Benutti, arquivo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Figura 4. Vestido de passeio que pertenceu à Mariana Magalhães, século XIX



Fonte: Foto de Sérgio Benutti, arquivo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Incansável na busca de melhores acomodações para ampliação de suas ações, entre 1937 e 1939, Henriqueta construiu a atual sede, à Rua Monsenhor

<sup>3</sup> Mariana Magalhães deixou em seu testamento a casa à Avenida Araújo Pinho, nº 19, onde hoje funciona a Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), para que nela fosse fundado um abrigo para as Irmãs Terceiras que estivessem “na indigência” e precisassem de “um asilo para conforto de seu estado de velhice”. Em 1960, o abrigo foi desapropriado pelo governo do estado e o Asilo Mariana Magalhães foi transferido para a Ladeira dos Barris, nº 4, onde permanece até os dias atuais. Fonte: Arquivo da Fundação Instituto Feminino da Bahia, documento publicado parcialmente no Catálogo do Museu do Traje e do Têxtil em 2003.

Flaviano, Politeama, no lugar onde funcionou o Teatro Polytheama Bahiano, após um incêndio que o destruiu. Com o aumento do espaço, além das salas de aula, algumas salas, *halls*, espaços intermediários e as áreas de recreação no subsolo foram destinados à exposição da coleção de arte antiga, juntamente com o mobiliário de época que davam suporte à coleção que compunha a decoração do prédio.

Em 1940, Henriqueta encomendou vitrines à renomada firma de *design* alemã Laubisch & Hirth, que havia se estabelecido no Rio de Janeiro entre 1920 e 1950, a fim de adaptar duas salas de aula para exposições. A proposta enviada pela empresa apresentou vitrines amplas e profundas para expor trajes, de acordo com os *croquis*. Em 1941, mesmo sem as vitrines, em comemoração ao 18º aniversário da instituição, “foi inaugurada uma exposição com indumentária feminina e seus acessórios – leques, adereços e bordados”. No mesmo ano, Clotilde Lopes Rodrigues doou um vestido em estilo império bordado em fita de prata datado de 1811 que pertenceu a Ana Constança dos Reis Rodrigues, sendo esse o traje mais antigo da coleção (PEIXOTO, 2011, p. 12).

As doações delinearão uma coleção de caráter artístico com foco na indumentária feminina, na cultura popular e na religiosidade. Nos primeiros anos da década de 1940, os objetos doados eram diversificados, porém já anunciavam predisposição para trajes e têxteis de origens e usos variados. No caderno número 2, foram registradas peças doadas ao Instituto Feminino da Bahia de abril de 1942 a setembro de 1943.<sup>4</sup> Vejamos algumas:

Tabela 1. Peças doadas entre 1941 e 1942

Ano	Mês	Nº	Item/Objeto	Proveniência/Doador
1941	Julho	3732	- Pano de marca com 58 x 48 cm. com assinatura “Vadeltrudes Gavazza 1894”	Pertenceu a D Vadeltrudes Gavazza. Cachoeira, Bahia. Doado por Lídia Vallasques de Andrade, amiga da dona do pano.
		3733	- Pano de marca (alfabeto), letras azuis e vermelhas, foi feito por D. Emília Vnllasques de Barros, aos 10 anos de idade. D. Emília era filha do Comend. José de Barros Reis, ela nasceu em 1848.	

<sup>4</sup> Caderno que registrou a entrada das peças 3.670 a 3.996 (1942-1943) no acervo geral da Fundação Instituto Feminino da Bahia. Cada peça recebe um número provisório em ordem crescente.

Ano	Mês	Nº	Item/Objeto	Proveniência/Doador
1942	Abril	3670	<i>Medalha dourada (de um lado São Francisco e do outro A Imaculada Conceição)</i>	Madre Rosa (Missionárias Franciscanas Portuguesas)
		3671	<i>Ídolo dos Incas (Trahuauacu), berço da civilização Incaica, Perto do lago Titicaca, na Bolívia</i>	<i>Trazida pelo Revmo. P. Ulisses Galvão R. da Bolívia e doado pelo Mons. Ápio Silva</i>
		3673	<i>Bolero de camurça azul bordado a ouro com grelots</i>	Yolanda Melo Lisboa
	Maio	3677	- 2 arcos e 6 flechas;	Artemisa Reis.
		3678	- 1 esteira de palha, confeccionada pelos índios do Amazonas.	Observação: <i>Devolvido a Artemisa.</i>
		3679	<i>Quadro de folheto de ouro; e Imagem de Santa Maria Magdalena (Convento dos Humildes, Santo Amaro, Ba. (Maquineta)</i>	Pertenceu a D. Magdalena Pereira, mãe das ofertantes, Adélia e Edésia Pereira Feira de Santana, Bahia.
		3695	<i>Calça de criança de veludo vermelho, botões de metal.</i>	Paris, usada por Marieta Girdwood pelos filhos da ofertante Amalita Machado
		3696	Pano de marca, antigo, com pequena marca "L E", (alfabeto até letra O).	Lúcia de Souza. Bahia, 1854. Pertenceu à ofertante.
	3711 3712	Turmalina. (Escola); Água marinha (Escola)	Teófilo Otoni, Minas Gerais. Ana Carmen Lopes Drummond	

Fonte: Caderno de registro nº 2 (1942-1943). Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

As assinantes da carta, parceiras de trabalho, irmãos de beneficência e amigas desde a fundação do instituto doaram uma quantidade expressiva de peças nos anos seguintes. Almerinda Martins Catharino da Silva, irmã de Henriqueta, é a doadora mais presente nos registros, tanto pela doação de objetos que lhe pertenceram como de objetos que pertenceram a outras mulheres por ela intermediadas. Somente em 1942 ela doou 27 peças, quais sejam:

Tabela 2. Doações de Almerinda Catharino da Silva em 1942

Nº Reg.	Item/Objeto	Procedência
<p>3674</p> <p>3675</p> <p>3676</p> <p>3685</p> <p>3737</p> <p>3790</p> <p>3791</p>	<p>- Carteira para níqueis com monograma U, Bahia;</p> <p>- <i>Quadro com moldura dourada com fotografia de um repuxo</i>, Europa;</p> <p>- <i>Capa para almofada em cassa francesa com medalhão de Barafundas e bordado a mão (bico nas extremidades)</i>, Bahia;</p> <p>- Argola para guardanapo, letra S;</p> <p>- 2 ganchos pretos para cabelo, Europa;</p> <p>- Marcador de livro em talagarça com cromo (fita vermelha);</p> <p>- Marcador de livro em talagarça com cromo (fita azul).</p>	<p>Pertenceu A D. Umbelina Meireles da Silva.</p>
<p>3681</p> <p>3686</p> <p>3748</p>	<p>Armação de chapéu de sol para senhora (cabo de bambu). Foi mandado cortar o cabo pela Presidente do I.F.B. por ter bichado, em 15/03/1944.</p> <p>- Argola para guardanapo (búzio) de madrepérola. <i>Sacre Coeur De Montmartre</i>. 1900;</p> <p>- Monograma A.S.R. em metal (para bolsa de senhora)</p>	<p>Pertenceu a D. Alzira Silva Ribeiro</p>
<p>3682</p> <p>3683</p> <p>3683</p>	<p>- touca para criança, de Crochê, 1917;</p> <p>- touca de cambráia de linho com enfeites “jasmim”, barafundas, 1917;</p> <p>- camisinha de pagão, de cambráia de linho com preguinhas, renda e bordado</p>	<p>Foi usada por D. Alice M. Catharino Silva.</p>
<p>3687</p>	<p><i>Livro de missa e da confissão</i> capa de madrepérola representando N. S. das Graças (o corte é dourado tendo medalhões pintados).</p>	<p>Paris, Editor Laplace e Cia. Editores</p>
<p>3705</p> <p>3706</p> <p>3707</p> <p>3708</p> <p>3709</p>	<p>- Touca de cambráia de algodão e bordado francês.</p> <p>- camisinha de pagão de cambráia de algodão, bordada a mão, Perfilado na frente e rendas de Almofada;</p> <p>- Camisinha de pagão de cambráia de algodão, bordada a mão (perfilado redondo) e com renda de almofada. 1875.</p> <p>- Vestido de pagão de cambráia de algodão com rendas de almofada, bordado a mão e bordado francês, 1875.</p> <p>- Vestido de pagão de cambráia de algodão com entremeios de bordado a mão e ponto de cadeia, 1875.</p>	<p>Pertenceu ao Dr. Lino Meireles da Silva</p>
<p>3710</p>	<p><i>Colcha de crochê com as letras M J C e data 1898. (pássaros, Ir. Ilidia cisnes, etc).</i></p>	<p>Portugal</p>

<b>Nº Reg.</b>	<b>Item/Objeto</b>	<b>Procedência</b>
3747	01 enfeite em forma de 8, em pedras brancas (para vestidos)	
3782	01 anel de metal (N. S. da Boa Morte).1908	Cachoeira, Bahia
3783	03 rosários para serem usados no pescoço. Bahin, 1914.	
3784	Medalha da “Mãe da Divina Providência”, em metal.	Bahia.
3746 3821 3822	- 1 chatelaine de metal (com pedaço de corrente); - 1 varinha para coçar as costas com a terminação em formato de mão (marfim); - 1 cinto de tartaruga e metal dourado.	Europa.

Fonte: Caderno de registro nº 2 (1942-1943). Acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Além de documentar quem doou com o acréscimo de informações sobre procedência das peças (quem fez ou quem usou), os cadernos também atendiam aos registros de ocorrências no acervo como, por exemplo, os dois “arcos e [as] 06 flechas” além de uma “esteira de palha”, confeccionados “pelos índios do Amazonas” que foram “devolvidos a Artemísia”, de acordo com o expresso na Tabela 1. As intervenções de conservação no acervo empreendidas por Henriqueta ficaram expressas no “chapéu de sol” (ou sobrinha) que teve seu cabo em bambu cortado a mando da “Presidente do I.F.B. por ter bichado, em 15/03/1944”.

Em setembro de 1943, haviam 3.996 peças registradas no acervo com destaque para os panos de marcas bordados com monogramas, alfabetos ou números, enxovais de nascimento ou casamento e trajes femininos ou infantis. As salas adaptadas com as vitrines encomendadas ficaram prontas em outubro de 1944, quando foi realizado um desfile de vestidos antigos para estimular mais doações. Em dezembro do mesmo ano, Regina Revault de Figueiredo Rego doou um “vestido de fillet” cheio com um bilhete que diz que o vestido foi “executado por D. Ana Joaquina da Rocha Ferreira que o ofereceu a sua afilhada”, a doadora, 18 anos antes. A executora era “natural da cidade de Barra, Rio S. Francisco” e “faleceu poucos meses” [antes da doação] em Juazeiro, Bahia.<sup>5</sup>

O Museu de Arte Antiga se concretizou em 1945, segundo Alves (2003), e se projetou especialmente a partir da realização de congressos e de exposi-

<sup>5</sup> Informações no Caderno 2 de registro de entrada de peças no acervo da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

ções comemorativas, dentre as quais “a celebração do centenário da Princesa Isabel em 1946 e a exposição retrospectiva do Segundo Reinado”, pensada pela escritora e poeta baiana Amélia Rodrigues, em 1961. Alves destaca ainda a participação política e social de Henriqueta na Campanha Nacional da Criança, em 1948, que contou com a presença do presidente Marechal Eurico Gaspar Dutra, evidenciando sua estreita relação com as instâncias de poderes políticos e governamentais, além do respaldo da Igreja (ALVES, 2003, p. 17-23).

A exposição retrospectiva do Segundo Reinado homenageou a princesa Isabel. Henriqueta Catharino registrou o feito e enviou ao descendente monárquico no Brasil através de carta. A resposta chegou em 18 de outubro de 1948 com os agradecimentos do neto da princesa, Dom Pedro de Orleans e Bragança, e expresso desejo de visitar a Bahia para “poder doar ao Instituto objetos que pertenceram à Princesa Isabel”. A visita ocorreu cinco anos depois, em 5 de março de 1953, quando, além de fotos e pequenas relíquias da família imperial, foi doado o traje de magistratura que pertenceu à Isabel e é destaque na exposição do Museu do Traje e do Têxtil. Segundo a carta, o traje foi usado quando a princesa foi investida como Regente do Império, em 1871 (PEIXOTO, 2003, p. 11-13).

O conjunto é composto por saia em tafetá de seda pura, com ramos de café bordados em fios de ouro e prata, e cauda em veludo verde ladeada por ramos de café, com estrelas e coroas imperiais ao centro, também bordadas em ouro e prata.

De acordo com os registros de entrada de peças, a coleção de trajes de crioula também teve o agenciamento direto da presidente do IFB<sup>6</sup>, Henriqueta Catharino, e foi adquirida em leilão na Igreja da Piedade. Henriqueta doou para o Museu de Arte Antiga Feminina, em junho de 1946, mesmo ano em que a adquiriu. Ao menos 20 peças do conjunto pertenceram a “Florinda Ana do Nascimento, Preta Fulô, [...] escrava da família do Dr. Joaquim Inácio Ribeiro dos Santos”, da Fazenda Bom Sucesso, em Cruz das Almas, Recôncavo Baiano, dentre as quais, 12 saias, duas anáguas e seis casacos tipo batas. Quatro torços também compõem a coleção, mas não há referência sobre a procedência.

Em 1950, o instituto tornou-se fundação e em maio de 1953 já havia 7.124 peças no acervo com presença mais marcante da doação de leques, casacos, sapatos, chapéus, luvas de pelica, joias e assessórios diversos. O mobiliário não era registrado como acervo, uma vez que atendia, em primeira instan-

<sup>6</sup> Informações a partir do Caderno 4 (registros de 4.456 a 5.221 de abril de 1945 a fevereiro de 1948) de entrada de peças no acervo geral da Fundação Instituto Feminino da Bahia.

cia, à sua função utilitária, como também à função de suporte para objetos do acervo que compunham a decoração de ambientes, de modo que, aos poucos, as peças foram se acomodando pelas salas, corredores e *halls*.

De acordo com Helder Viana (2002, p. 36), “caberia ao Museu de Arte Antiga possibilitar a formação da identidade baiana entre as alunas através do ‘ensino do bom gosto artístico’”. Os objetos doados se espalhavam pela casa para ensinar o “bom gosto” às moças, mas cumpriam também o papel didático, pois serviam para complementar a formação das alunas sobre usos e costumes relacionados à aristocracia baiana no espaço doméstico e no espaço social.

Porém, nos anos que seguiram e nas décadas seguintes, as doações aumentaram e os itens do vestuário feminino também, tais como sapatos, chapéus, lenços, camisas dos mais diversos usos, aventais, luvas, bolsas, leques, óculos, vestidos, saias, cueiros, colares, anéis etc. Dessa forma, as salas de aula, aos poucos, cederam espaço para o museu que passou a ocupar todo o primeiro andar do prédio e a se chamar Museu Henriqueta Catharino após a morte da fundadora, aos 83 anos, em 21 de junho de 1969. Com a morte de Henriqueta, a escola, o pensionato para moças e o restaurante foram desativados, nessa ordem e gradativamente, de modo que o acervo se acomodou nos três andares do prédio.

Em 2002, a instituição passou por nova reestruturação e dividiu o acervo por categorias de coleções: arte popular, no subsolo do prédio; artes decorativas, no térreo e primeiro andar; e, traje e têxteis, no terceiro andar do prédio. Essas três coleções foram denominadas, por convenção, respectivamente de Museu de Arte Popular, Museu Henriqueta Catharino e Museu do Traje e do Têxtil e se integram à Fundação Instituto Feminino da Bahia.

A coleção de arte popular reúne objetos em barro, cerâmica, argila, palha, madeira, metais, cestaria e diversos trabalhos artesanais de variados materiais e regiões do país e da Europa. A coleção de arte decorativa também reúne itens diversificados como cristais, porcelanas, opalinas, prataria, pinturas, gravuras e, sobretudo, por uma diversidade de peças artesanais denominadas “artes menores”<sup>7</sup>, elaboradas com penas, conchas, tecido, papel, folhas secas

---

<sup>7</sup> Na historiografia da arte do século XIX e do século XX, convencionou-se tratar como artes menores a produção artesanal eclética que invadiu os salões do Segundo Reinado brasileiro, numa referência aos modos vitorianos, da rainha Vitória (1837-1901), que exerciam forte influência sobre o reinado de Luís XVI da França e sobre 1/3 do mundo ocidental ou ocidentalizado. Segundo definição de Argan (1992), eram classificados como “artes maiores” a arquitetura, a escultura e a pintura que exigiam um momento indutivo ou intuitivo na produção, enquanto as “artes menores” referiam-se a todos os gêneros de artesanato, que exigia apenas um momento executivo, mecânico.

e cabelos colocados em redomas ou molduras ovais com vidros abaulados. Na recriação de cenários a partir dessas coleções que conta com mobiliário de época, evidencia-se a vida doméstica no interior de palacetes e solares do final do século XIX e início do XX, mesmo que ali tenha sido uma escola para mulheres e nunca uma residência de família baiana.

Segundo Helder Viana (2002, p. 133-134), desde a denominação de Museu de Arte Antiga e Museu de Arte Popular na década de 1950, “a divisão da coleção e a separação dos museus parecem denotar uma certa dificuldade de seus organizadores” em reunir o acervo num mesmo princípio ordenador. Logo, a opção tem sido “oferecer uma visão hierarquizada delas”, de modo a constituir os valores dos grupos sociais dominantes no processo de formação da identidade baiana. O Museu de Arte Antiga buscava destacar “o espaço privado das classes superiores: o espaço do lazer, dos passatempos, das festas e das devoções religiosas”, de modo a representar o “antigo” e não o “presente”, o que fica evidente nas palavras da própria Henriqueta em sua carta aberta que invocava a conservação de objetos relacionados ao universo feminino do passado. Dessa forma, o interesse em preservar a ideia de uso dos espaços privados da elite baiana era uma extensão da exposição dos espaços públicos da casa em reuniões sociais festivas, conforme prática da família burguesa que fez dos hábitos domésticos do Segundo Reinado, elemento de sociabilidade das elites nacionais.

O enaltecimento “suprapessoal”, segundo Rosane Pasione (2011), depende sempre de uma escolha de insistir no indivíduo que residiu ou dedicou parte de sua vida à casa, em detrimento da construção de narrativas voltadas para temas sociais ou culturais de determinados períodos históricos ou de reflexões sobre categorias profissionais ou identidades locais. Segundo as categorias estabelecidas para tipologização dos Museus Casas, o Museu Henriqueta Catharino poderia se enquadrar como “casas de colecionadores”, ou “casas dedicadas a pessoas ilustres”, ou “casas testemunhas de histórias familiares”, ou “casas dedicadas à história de determinados grupos sociais”. Uma diversidade de leituras possíveis.<sup>8</sup>

Suely Cerávolo (2016, p. 1) analisou 45 exposições de curta duração realizadas na Fundação Instituto Feminino da Bahia entre 1920 a 1969, principalmente a partir de notícias publicadas em jornais, e concluiu que as exposições visavam reforçar a ideia de feminino para as mulheres da elite baiana

---

<sup>8</sup> O Comitê Internacional de Museus Casas Históricas foi criado em São Petersburgo em 1999 para o projeto de classificação das tipologias de museus-casas. A proposta surgiu antes, em 1997, na Conferência Internacional de Gênova chamada “Morar na História” (PASIONE, 2011).

“tendo como modelo a mulher de um fausto passado”. Esses objetos serviam para ensinar às mulheres sobre história, mas sobretudo como memória visual a partir da qual seriam mantidos indícios do passado. Ao analisar coleções de museus brasileiros criados no final do século XIX e início do século XX, Cerávolo (2011) observa que a maioria revelava suas coleções representativas de grandes feitos históricos representados por bandeiras, troféus, numismática, moedas, armas, medalhas, fardões, condecorações, títulos e comendas. Esse é o caso do Museu do Estado da Bahia, cujo objetivo institucional era desenvolver – ou corroborar – com o projeto de uma arte e cultura tradicional da elite baiana. Esses objetos representativos de fatos históricos relacionam-se geralmente a guerras, à política e, por consequência, ao universo masculino, como o próprio ato de colecionar.

Nesse sentido, podemos considerar que o diferencial da formação da coleção da Fundação Instituto Feminino da Bahia está no fato de que a maioria dos objetos da coleção partiu de doações de senhoras da elite baiana, o que inclui Henriqueta Catharino. A partir do olhar dessas mulheres sobre a cultura material eleita para compor o acervo, é possível extrair leituras sobre a experiência social da mulher, o que não significa, do ponto de vista das teorias feministas, uma subversão de ordem nos discursos e narrativas construídos pela instituição, sobretudo através das exposições, que apresentavam tão poucas modificações estruturais sobre a posição da mulher na sociedade. Contudo, importa reconhecer que a coleção da Fundação Instituto Feminino da Bahia é formada por mulheres, para mulheres e sobre mulheres, de modo que o público feminino ocupou posição central nas ações de Henriqueta tanto na Escola como no Museu.

## Referências

ALVES, Marieta. *Henriqueta Martins Catharino – sua vida e sua obra*. Salvador, 5 de outubro de 1970. In: PEIXOTO, Ana Lucia Uchoa (Org.) *Museu do traje e do têxtil*. Salvador: FIFB, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. *Guia da História da Arte*. Europa: Lisboa, 1992.

CERAVOLO, Suely Moraes. Exposições temporárias para as “senhoras e senhoritas” da sociedade baiana: o discurso performativo do Instituto Feminino da Bahia (1920 a 1968). *Anais do V Congresso Sergipano de História e do V Encontro Estadual de História da ANPUH/SE*, Aracaju, 2016.

CERAVOLO, Suely Moraes. O Museu do Estado da Bahia, entre ideais e realidades (1918 a 1959). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 189-246, 2011.

D'INCAO Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LEMONS, Greissy Leoncio Reis. A Escola Normal na Bahia e a Educação Feminina. *X Jornada do HISTEDBR*, Vitória da Conquista, BA, 26 a 29 de julho de 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

PASIONE, Rosane. O projeto de classificação dos museus-casa: a conclusão da primeira fase e resultados. *Revista Musas*, n. 5, ano 7, 2011.

PASSOS, Elizete Silva. *O feminismo de Henriqueta Martins Catharino*. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1992.

PEIXOTO, Ana Lucia Uchoa. O Museu do Traje e do Têxtil. In: PEIXOTO, Ana Lucia Uchoa (Org.). *Museu do traje e do têxtil*. Salvador: FIFB, 2003. (Catálogo).

QUEIROZ. Marijara Souza. De escola para mulheres a museu feminino: o colecionismo de Henriqueta Martins Catharino. *Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. Florianópolis, 2016.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

## Arquivos

Museu do Traje e do Têxtil, Fundação Instituto Feminino da Bahia.

Biblioteca Marieta Alves, Fundação Instituto Feminino da Bahia.

# “COM GRANDE JÚBILO, JUSTO ENTUSIASMO E ORGULHO VOS APRESENTO O PRIMEIRO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA”: O PIAUÍ NA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE 1923<sup>1</sup>

LAILA PEDROSA DA SILVA

Em 1º de maio de 1851, foi inaugurada, em Londres, a “Grande Exposição dos Trabalhos da Indústria de Todas as Nações” (HARDMAN, 1988). A primeira exposição universal representou a concretização de um projeto que teve início na segunda metade do século XIX e se prolongou ao longo do século XX, introduzindo uma sequência de eventos que celebravam o progresso material e tecnológico das nações, criando e modelando um imaginário de modernização. Assim, através de seus cenários festivos e visão ilusória, as exposições tornaram-se centros irradiadores de uma ordem moderna.

Francisco Foot Hardman (1988) ao analisar o “imaginário científico” em torno das exposições no contexto de expansão do capitalismo, mostra que os eventos, inclusive os brasileiros, são provas incontestáveis da reunião entre progresso e espetáculo para as massas, sendo os mesmos portadores de uma euforia mistificadora, onde se propagava uma melhoria da humanidade e a criação de uma sociedade unificada. Era a própria materialização do discurso burguês que pretendia inaugurar uma nova fase de consumo, orgulhando-se de suas produções tecnológicas que acabavam por modificar o modo de vida dos indivíduos.

As exposições do século XIX foram concebidas como “instrumentos de divulgação científica” ao buscarem colocar a ciência ao alcance de todos

---

<sup>1</sup> Este texto é parte da minha dissertação de mestrado, “*Somos parte integrante da nação*”: o Piauí nas exposições do início do século XX e os debates sobre modernização e integração da região, concluída em 2019 no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Casa de Oswaldo Cruz (COC) / Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

(HEIZER, 2001, p. 166). No entanto, as mostras expositivas deixavam em evidência as diferenças existentes entre os países, na medida em que estes eram classificados de acordo com o seu desenvolvimento econômico e industrial. Por trás da exaltação do progresso, dos avanços da ciência e da técnica, estavam os problemas sociais advindos do capitalismo. Desse modo, os eventos serviram como “uma janela para o mundo” exibindo “o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo” (PESAVENTO, 1997, p. 45).

O desejo enciclopédico de classificar e exibir todas as riquezas das nações acabava por revelar as disparidades existentes. Hardman (1988, p. 50) aponta que as exposições – desde sua primeira aparição em 1851 em Londres – se caracterizaram como espetáculos populares expondo elementos de territórios exóticos e o fascínio dos maquinários. A crença ilusória na ideia de progresso material e de uma paz universal arrastava inúmeras sociedades para as “galerias da moderna *exhibitio* burguesa” sendo o estado um dos maiores patrocinadores dos eventos (HARDMAN, 1988, p. 57).

Nesse sentido, faz-se necessário pensar as exposições como espaço marcado por tensões e diferenças, tendo em vista a heterogeneidade das nações e a diversidade de projetos políticos de modernização que viriam a ser elaborados em cada contexto e, sobretudo, nas distintas regiões ou estados que compunham cada nação. Nelson Sanjad (2017, p. 806), ao analisar alguns estudos sobre a participação dos países latino-americanos nos eventos, chama atenção para certos “elementos de distinção” na forma de representação desses países, evidenciando as complexas dessemelhanças da América Latina, em relação aos países da Europa, na forma de apreender e representar o discurso de modernidade, desenvolvimento científico, tecnológico e industrial.

Para alguns países da América Latina, não era fácil elaborar discursos e construir símbolos associados a um desenvolvimento industrial e tecnológico semelhante aos europeus (SANJAD, 2017, p. 806). Existia um grande paradoxo entre o que era representado e o que era realidade. No caso do Brasil, por exemplo, sua participação nas exposições acabou por revelar as especificidades de um país subdesenvolvido, de sociedade escravista, com população analfabeta e mestiça ao comparar seu desenvolvimento industrial com o de outras nações do globo (NEVES, 2001, p. 183).

O Brasil começou a participar das exposições em 1862, mais especificamente, na Exposição Universal de Londres. No entanto, antes de adentrar oficialmente no mundo dos espetáculos, realizou eventos nacionais como forma de radiografar as riquezas existentes em seu território. Assim, em 1861, o

país organizou sua primeira Exposição Nacional no Rio de Janeiro, em preparação à exposição universal que ocorreu no ano seguinte, convocando todas as províncias para apresentarem suas produções no intuito de selecionar os melhores produtos que seriam enviados. As exposições que se seguiram apresentaram o mesmo formato na sua estrutura organizacional: primeiro, realizavam exposições locais em cada província; em seguida, reuniam todos esses produtos na capital do país para serem expostos em exposições nacionais e, por fim, os produtos vencedores representariam o Brasil nas exposições universais.

A proposta do Brasil de organizar e participar das exposições do século XIX estava estritamente aliado ao progresso material e tecnológico da nação, sendo essa ideia propagada pelos idealizadores dos eventos no país desde a sua primeira participação na Exposição Universal de Londres, em 1862, até a grande Exposição Internacional, em 1922. Os resultados obtidos na primeira exposição nacional deixaram seus organizadores e colaboradores entusiasmados. Assim, os eventos ganharam grande destaque no cenário brasileiro tendo todo apoio do monarca D. Pedro II que passou a incentivar a participação do país nos eventos universais, como também, a realização de exposições em nível nacional (SCHWARCZ, 1998).

As exposições procuravam modelar um novo modo de ver o mundo. Sob a óptica capitalista do consumismo e da cultura de massa, forjava-se uma classificação das atividades humanas em povos e culturas civilizados ou bárbaros, adiantados ou atrasados, desenvolvidos ou em desenvolvimento (HARDMAN, 1988). A partir dessa visão positivista, pode-se entender o orgulho da recém-proclamada República brasileira em afirmar que as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas nesse período seriam o reflexo da civilização que adentrava o Brasil.

O Piauí aderiu às exposições ainda no século XIX, concorrendo na Exposição Universal de Paris em 1867, na Exposição Universal da Filadélfia em 1876, e na Exposição Universal de Chicago em 1893. No século XX, o estado participou da Exposição Universal de Saint Louis em 1904, da Exposição Nacional do Brasil em 1908, da Exposição Internacional do Brasil em 1922 e ainda realizou uma Exposição Estadual em 1923, da qual nos deteremos neste capítulo.

As exposições ganharam importante destaque no cenário piauiense, tornando-se um dos mecanismos utilizados pelas elites políticas, econômicas e intelectuais para catalogação e divulgação das riquezas da região, a fim de atrair investimentos das esferas do governo e inserir a produção econômica no

circuito das grandes economias nacionais e internacionais. Nesse sentido, este capítulo tem por objetivo descrever e analisar a participação do estado do Piauí na Exposição Estadual de 1923, realizada em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil.

### “Nosso caro Piauí”: uma breve contextualização

Para desenvolver esta investigação, é necessário entender o contexto piauiense de finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Importa esclarecer que as informações relativas a esse período evidenciam uma região que lutava com grande dificuldade para superar inúmeras crises econômicas ocasionadas, principalmente, pelas secas e pelo abandono do poder central. Somando-se a esses fatores, havia a percepção de que se tratava de um lugar isolado, considerando, sobretudo, as grandes distâncias entre as populações, caracterizadas como dispersas em um território a ser ocupado. Além disso, o uso de determinismos climáticos, para justificar a situação de atraso em que se encontrava o estado, era recorrente nas interpretações de intelectuais piauienses ainda na primeira década do século XX.<sup>2</sup>

As reclamações das elites locais, em relação à falta de recursos do governo federal voltados para exploração das potencialidades econômicas da porção norte do Brasil, eram expressas frequentemente em periódicos da época, como é possível analisar no trecho a seguir retirado do jornal *O Apostolo*: “conhecer sua pátria é prévia e indispensável condição para saber prezá-la. Não se tem em devido preço o norte do país, assombroso e abandonado em suas riquezas, porque, – vos digo sem esboço, – é deveras pasmosa e lastimável a ignorância a respeito dele” (MIRANDA, 1907, p. 3).

No Piauí, a percepção de uma região abandonada e atrasada foi reforçada no início do século XX com o declínio da atividade pecuária, principal fonte de renda.<sup>3</sup> Desde então, o estado foi sendo associado cada vez mais a

<sup>2</sup> Um dos intelectuais piauienses que nos apresenta aspectos para refletirmos acerca da questão climática no Piauí é Abdias Neves. Em 1907, foi publicada sua clássica obra, *A Guerra do Fidié*, na qual elegeu aspectos climáticos e geográficos como determinantes de uma suposta *piaiensidade*. Abdias Neves descreveu o piauiense como um “reflexo do meio”, apontando que a abundância de recursos naturais disponíveis era responsável pela degeneração dos habitantes, tornando-os fracos, pacíficos, indolentes, preguiçosos e incapazes de uma reforma, tendo em vista que não precisavam de muitos esforços para obter os meios de sobrevivência. Conferir Abdias da Costa Neves (1974).

<sup>3</sup> O processo histórico de formação do Piauí se deu em torno da criação do gado, o que acabou caracterizando a região como essencialmente pecuarista. No entanto, segundo Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (2006, p. 31),

signos de decadência, estagnação e isolamento, ao mesmo tempo em que era destacado seu potencial de desenvolvimento. Assim, considerava-se que com investimentos necessários e a devida atenção das esferas do governo seria possível seu progresso econômico, político e social e, como consequência, seu pertencimento a uma nação que, no contexto republicano, buscava tornar-se moderna. As duas visões estavam presentes nos discursos locais e orientaram a elaboração dos projetos políticos de modernização do estado naquele contexto (SILVA, 2019).

Para comprovar que o Piauí possuía grandes riquezas inexploradas e que sua integração a âmbito nacional era necessária, suas elites apostaram na divulgação do território, sendo as exposições percebidas como mecanismo para evidenciar a diversidade produtiva daquela região, que apesar de toda dificuldade – uma indústria fabril sem capitais estrangeiros, uma atividade pastoril sem melhoramentos, uma agricultura pouco desenvolvida e uma atividade extrativa que perdeu importância a partir de 1914 – se apresentava como parte integrante da nação e reivindicava os mesmos auxílios que outros estados recebiam.

Foi com essa intenção que, em 1923, o Piauí realizou uma exposição estadual em comemoração ao primeiro centenário de sua adesão à independência do Brasil. O evento fazia parte do programa de festividades e contou com a participação de uma grande quantidade de produtos, evidenciando a diversidade regional.

### “Salve, pois 1923”: o Piauí na Exposição Estadual de 1923

Passa hoje a maior data piauiense: o centenário da nossa adesão a independência do Brasil. Daqui esse rumor festivo e álcree que se observa em todos os recantos da nossa formosa capital, e, certamente, em todas as zonas do estado, demonstrando que no coração de cada piauiense vibra intensamente uma sintética centelha de patriotismo. Dadas as nossas condições geográficas e a incúria que nos tem deixado os altos poderes nacionais, dificultando, sobretudo, os nossos meios de comunicação e de transporte, não temos, entretanto permanecidos estacionários. (*O Arrebol*, 24 de janeiro de 1923, p. 1)

---

durante a segunda metade do século XIX a atividade pecuária não se apresentou capaz de provocar mudanças socioeconômicas de grande relevância, pois teria permanecido sem investimentos. Além disso, fatores climáticos como secas, incêndios e pestes afligiam a região. Assim, em finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, a ideia de decadência da economia pecuária era fortemente enfatizada na fala dos governadores do Piauí.

Em 24 de janeiro de 1923, o Piauí inaugurava em seu território uma Exposição Estadual, concebida como parte das comemorações do Primeiro Centenário da Independência do Brasil.<sup>4</sup> A realização do evento partiu do desejo das elites políticas, econômicas e intelectuais piauienses de reunir e apresentar as potencialidades econômicas daquela região, mais conhecida pelo isolamento e atraso. Assim, as festas do centenário despertaram o interesse desses sujeitos, que se empenharam em organizar um programa próprio para “solenizar o brilho feito do Ipiranga”, que contou com a realização de diversas obras pelo estado e alguns eventos cívicos na capital, Teresina (*O Arrebol*, 30 de julho de 1922, p. 1). O jornal *O Arrebol* salientava como as discussões em torno das festividades estavam acontecendo.

Nesta capital elas vão se tornando assunto de palestras. Realizadas como pretendem as varias comissões, serão, indubitavelmente, as mais empolgantes, as mais patrióticas e as mais brilhantes destes cem anos decorridos. [...] A respeito da organização do programa definitivo das festas, são prenúncios agradáveis de que elas serão brilhantíssimas e terão início no dia 4, prolongando-se até o dia 10, uma semana inteira, que será a semana da independência. (*O Arrebol*, 30 de julho de 1922, p. 1)

O jornal dedicou uma edição exclusiva para falar do centenário da independência, na qual teceu elogios à iniciativa de celebrar o “brado da independência ou morte”, considerando que dele decorria toda prosperidade que o Brasil tinha experimentado no transcorrer de um século. Na ocasião, também destacou que a “confraternização geral da nação”, que partia da “majestosa capital da República” e ecoava do “extremo norte ao extremo sul”, repercutia nas terras piauienses através de expressivos festejos (*O Arrebol*, 7 de setembro de 1922, p. 2). Pode-se inferir que a matéria buscava destacar o papel do estado, tanto no processo de independência como nas comemorações do centenário, acrescentando que a organização de um programa de festas naquele território era a prova exata de um povo que tinha “compreensão dos seus deveres

---

<sup>4</sup> É importante destacar que as comemorações do centenário foram realizadas em diferentes partes do território brasileiro. Na capital da República, Rio de Janeiro, foi inaugurada em 7 de setembro de 1922 uma Exposição Internacional, que reuniu produtos dos diferentes estados da federação como uma espécie de vitrine para exibir os avanços do país. Inicialmente, o evento surgiu como proposta de uma exposição nacional, onde seriam apresentados ao mundo os avanços do Brasil após cem anos de independência. No entanto, devido a grande participação de países estrangeiros, a exposição passou a ser considerada internacional. O Piauí participou da Exposição Internacional de 1922 de forma tímida, uma vez que o governador João Luiz Ferreira não apoiou a participação do estado no evento como forma de protesto pelo abandono em que vivia a região. Para mais informações, ver Laila Pedrosa da Silva (2019).

cívicos”, que “sabia amar a pátria”, que “não desmentia as tradições dos seus antepassados” e que era “parte integrante da federação brasileira” (*O Arrebol*, 7 de setembro de 1922, p. 4).

No Piauí, as homenagens ao episódio histórico tiveram início em 1922 com a construção de algumas obras pelo estado.<sup>5</sup> Além disso, na cidade de Teresina foram realizadas festas populares, como o concurso de beleza promovido pelo jornal piauiense *O Arrebol* e os eventos organizados pelo Clube dos Diários (FERREIRA, 1 de julho de 1923, p. 5). O Instituto Geográfico e Histórico Piauiense (IGHP), criado em 1918, também publicou uma edição especial dos cem anos da independência política do país, na qual foram divulgados 12 artigos, entre os quais estava um sobre a independência do Piauí, escrito por Anísio Brito.<sup>6</sup>

O artigo analisava o papel do estado no processo emancipatório, ressaltando que mesmo diante do isolamento dos povos piauienses, dada a situação geográfica, tinham sido os primeiros a aderir ao movimento, “talvez até mesmo antes do grito de D. Pedro nas margens do Ipiranga” (BRITO, 1922, p. 27). Anísio Brito defendia o dia 19 de outubro como verdadeira data da proclamação da independência do Piauí.<sup>7</sup> Apesar das discordâncias, a data escolhida para festejar o centenário da emancipação política do estado foi 24 de

<sup>5</sup> Entre as obras, podemos citar: embelezamento da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, em Teresina, onde foi inaugurado o busto de Coelho Rodrigues; construção do Monumento da Independência em Parnaíba; reforma da Praça Aquidabã em Teresina, que passou a se chamar Praça da Independência; construção de um obelisco na cidade de Campo Maior em homenagem aos protagonistas da Batalha do Jenipapo; inauguração do busto de D. Pedro II na Praça Rio Branco em Teresina; e criação da bandeira do Piauí, em 24 de julho de 1922. Houve comemorações também na antiga capital, Oeiras, com diversas festas, entre as quais a inauguração solene do Ipiranga Foot-Ball Club, uma missa campal realizada na Matriz e uma parada infantil dirigida pelo professor João Ribeiro Carvalho e a normalista Maria de Moura de Carvalho.

<sup>6</sup> Os demais artigos apresentavam os seguintes títulos: “A independência do Brasil”; “Independência do Piauí”; “A mudança da capital”; “Síntese da história administrativa do Piauí”; “Notas sobre o Amarante”; “Congresso das Municipalidades”; “O teatro em Teresina”; “Sesmarias piauienses”; “Os Balaios no Piauí”; “A Herma de Pedro II”, “Através do Piauí em 1819”. Continha ainda a relação dos sócios efetivos e beneméritos, e a lista de livros oferecidos à biblioteca do instituto.

<sup>7</sup> Em relação a essa questão, faz-se necessário destacar a sucessão de acontecimentos que são considerados como definidores da proclamação da independência no Piauí. O primeiro acontecimento diz respeito às manifestações públicas de adesão ao Imperador D. Pedro I, que tiveram início no litoral, mais especificamente em Parnaíba, no dia 19 de outubro de 1822, quando Simplício Dias da Silva e João de Deus e Silva proclamaram a adesão do Piauí à independência do Brasil. O segundo corresponde ao levante organizado por Manoel de Sousa Martins contra os portugueses na capital, Oeiras, no dia 24 de janeiro de 1823. E o terceiro faz referência à Batalha do Jenipapo, no dia 13 de março de 1823, quando as tropas do major João José da Cunha Fidié se depararam com um grupo de revoltosos e travaram uma das mais sangrentas batalhas pela independência, a Batalha do Jenipapo, nas margens do riacho Jenipapo no município de Campo Maior. Os três episódios descritos causaram muitas divergências nas discussões sobre a proclamação da independência no Piauí.

janeiro de 1923, dia também estabelecido para realizar a inauguração da exposição estadual. O jornal *O Arrebol* relembra o fato ocorrido em Oeiras como propulsor de “uma nova era de progresso e de desenvolvimento para o Piauí”.

O Piauí, com o seu honrado governador e o integro Juiz Federal a frente do belo movimento, festeja hoje com brilhantismo, o centenário de sua emancipação. Esse gesto bem significativo do patriotismo e civismo dos nossos patrícios é digno por todos os motivos dos nossos mais sinceros aplausos e louvores, por isso que, faz cem anos, que numa bela manhã, na legendária Oeiras, o valoroso Brigadeiro Manoel de Souza Martins aclamou D. Pedro I, Imperador constitucional e defensor perpetuo do Brasil. Desde esse momento memorável iniciou-se uma nova era de progresso e desenvolvimento para o Piauí livre do jugo de Portugal [...]. (*O Arrebol*, 24 de janeiro de 1923, p. 2)

Outro artigo publicado na revista do IGHP que merece destaque é sobre o Congresso das Municipalidades, que ocorreu em Teresina em 1921 e reuniu representantes de diferentes municípios do estado para tratar sobre questões referentes à instrução primária e profissional, saneamento urbano e rural, vias de comunicação, desenvolvimento agrícola e pecuário, regime tributário, limites intermunicipais e unificação de posturas gerais (PAZ FILHO, 1922, p. 21). Na sessão inaugural do congresso, o capitão Manoel Raimundo da Paz Filho, intendente de Teresina, convidou os poderes públicos a se unirem com o governo do estado em busca de soluções para os problemas da região (PAZ FILHO, 1922, p. 91).

A situação do Piauí era descrita como precária e assustadora. A falta de investimentos em setores como educação, transporte e saúde tornavam as condições de vida bastante difíceis. Desse modo, o intendente enfatizava que após cem anos de independência política, o Piauí tinha muito do que se envergonhar diante de uma nação que celebrava o progresso e a civilização. Logo, atribuía ao estado um lugar secundário no conjunto da federação, destacando os inúmeros obstáculos que impediam o seu desenvolvimento, como, por exemplo, a ausência de vias de comunicação e melhoramentos na agricultura e pecuária (PAZ FILHO, 1922, p. 97-98).

Apesar desse quadro preocupante, Paz Filho também salientava que o Piauí tinha muito do que se orgulhar, visto que a situação naquele momento era melhor do que alguns anos atrás, ou seja, a região progredia mesmo que fosse a passos lentos (PAZ FILHO, 1922, p. 99-100). A ideia era projetar uma imagem positiva do estado a outras unidades da federação, embora o Piauí não

recebesse os grandes impulsos que gozavam os estados do sul, “favorecidos pelas suas condições naturais e pelas prebendas oficiais” (*O Arrebol*, 24 de janeiro de 1923, p. 1). Nesse sentido, a primeira exposição piauiense, tinha por objetivo tornar conhecida a abundância e a variedade dos produtos naturais e industriais daquela terra. Não era apenas um momento de celebração, era também um momento de reivindicação por melhorias.

Para as comemorações do Centenário da Independência no Piauí, foi organizada uma agenda de festividades que se iniciou no dia 24 de janeiro de 1923, como já mencionado, e que terminou no dia 27 de janeiro do mesmo ano. O programa de festas, divulgado pelo jornal *O Arrebol*, convidava toda a população piauiense a se fazer presente no “ato de patriotismo” (*O Arrebol*, 24 de janeiro de 1923, p. 5). Teresina se tornou palco de um grande espetáculo com festas, bailes, peças teatrais e cinemas, ocasionando uma maior circulação de pessoas que se deslocavam para a capital do Piauí, na maioria das vezes provenientes do Maranhão, a fim de celebrar a passagem dos cem anos da independência (*O Arrebol*, 24 de janeiro de 1923, p. 4).

O programa de festas do centenário buscou mobilizar diferentes grupos sociais, contando com atividades públicas, como a alvorada e a parada militar, bem como atividades privadas, como os bailes e os espetáculos no Teatro 4 de Setembro. A intenção era incluir todas as camadas da sociedade para mostrar que aquela região caminhava rumo ao progresso, mesmo diante de tantos problemas causados pela falta de investimentos. A exposição, instalada no prédio do Fórum Estadual, foi o ápice de toda celebração, pois reuniu a produção econômica de 32 municípios, entre eles: Teresina, Alto Longá, Amarante, Amarração, Aparecida, Barras, Batalha, Boa Esperança, Buriti dos Lopes, Campo Maior, Canto do Buriti, Castelo, Floriano, Jaicós, Jerumenha, Livramento, Marruás, Miguel Alves, Oeiras, Parnaíba, Pedro II, Piri-piri, Piracuruca, Picos, Porto Alegre, São João do Piauí, São Pedro, São Raimundo Nonato, Simplício Mendes, União, Uruçuí e Valença (CATÁLOGO, 1923). Além disso, possibilitou a realização de um mapeamento das riquezas daquele vasto território.

A grande quantidade e variedade de produtos e objetos foram distribuídas nas seções de agricultura, indústria pastoril, várias indústrias, indústria extrativa e artes liberais. Essas seções se encontravam subdivididas em 60 grupos e todos receberam exemplares para serem expostos. Os itens eram enviados por seus respectivos produtores ou pelos intendentess municipais, demonstrando a preocupação existente em não deixar nenhuma parte do território de fora.

Os produtos apresentados na exposição eram os mais representativos daquela região. Entre eles, estavam os artigos advindos das principais atividades econômicas desenvolvidas no estado, isto é, a pecuária, o extrativismo e a agricultura. Assim, devido à grande quantidade de produtos, como já mencionado, optamos por apresentar apenas uma parte do que foi exibido na exposição. O quadro a seguir é extenso, pois contém alguns dos artigos que selecionamos de cada grupo, mas nos possibilita visualizar a produção econômica do Piauí naquele momento e, conseqüentemente, o lugar que o estado ocupava no conjunto da nação.

Quadro 1. Produtos piauienses expostos na Exposição Estadual de 1923

<b>Seção de agricultura</b>	
Grupo culturas diversas	Arados e aparelhos da Inspetoria Agrícola;
Grupo zoologia agrícola	Casulos de bicho de seda, mel de diferentes abelhas;
Grupo produtos agrícolas	Fava branca, feijão, arroz, farinha de mandioca, de puba e de goma, milho, gergelim, tapioca, algodão, rapadura;
Grupo arboricultura	Pés de algodão, caules de cana de açúcar, sementes de salsa, sementes de urucu, maniçoba, mamona, favela e sucupira;
Grupo fruticultura	Mangas, uvas, laranjas, melões, melancias, jabuticabas, cocos, batatas doce, abóboras e castanhas de caju;
Grupo horticultura	Alho, cebola, couve-flor, nabo, rabanete e repolho;
<b>Seção de indústria pastoril</b>	
Grupo raças cavалares e muares	Cavalo, jumento e burro;
Grupo raças bovinas	Gado zebu, vaca de raça cruzada sangue holandês e zebu, touro mestiço zebu e taurino e garrotes de raças cruzadas holandesas;
Grupo raças suínas	Casal de leitões;
Grupo raças caprinas	Bode de raça e cabra branca;
Grupo outros animais	Onça, tartaruga, macaco e jiboia;
Grupo avicultura	Galinha de raça white-wyandotte e ema;
<b>Seção das várias indústrias</b>	
Grupo massas alimentícias, biscoitos, bolachas, etc	Pães, biscoitos e bolachas de farinha de trigo e farinha de banana;

<b>Seção de indústria pastoril</b>	
Grupo artigos de confeitaria e pastelaria	Doces em calda de figo, limão, laranja, mamão, jaca e pitanga, doces cristalizados de carambola, cidra, laranja e lima, doces em massa de banana, bacuri, batata, umbu, leite e melancia, geleias de bacuri e goiaba;
Grupo conservas de carne, peixe, legumes e frutas	Massa de tomates, caju e caranguejos em conserva;
Grupo azeites, óleos e condimentos	Óleos de amêndoa de pequi, castanha de caju, amêndoa de tucum, gergelim, mamona, buriti, bacuri, babaçu, carnaúba e copaíba;
Grupo vinhos e vinagres	Vinho de caju, de Coroatá e jenipapo, vinagre de banana, tamarindo e caldo de cana, licor de tamarindo, jenipapo e maracujina, aguardente de cana, de limão, caju e mandioca;
Grupo queijo, manteiga e outros produtos lácteos	Requeijão e manteiga fabricada nas fazendas nacionais pela Companhia Amparo Industrial;
Grupo obras de marcenaria e carpintaria	Tigela de madeira, pilão, colheres de pau, farinha, espingarda de madeira, engenho, cachimbos de madeira e canetas de madeira;
Grupo móveis comuns e de luxo	Cadeira de rodizio, cadeira de molas, cadeira de balanço e cantoneira de taboas para sala;
Grupo cal, cimento e outras matérias de construção	Tijolos de alvenaria, telha, argila, cal roxo e pedras de cal;
Grupo fios e tecidos de algodão, tecidos de meias	Brim, novelos de fios, par de cordas, cortes de algodão e meias transparentes;
Grupo fios e tecidos de linho, cânhamo, juta e aramina	Redes de fibra de tucum e carnaúba, manta de croa e paco-paco;
Grupos barbantes, cordões e cordoalhas	Cordas de sedenho e de fibras de tucum, cabresto e peias de fibra de tucum;
Grupo utensílios de pilhas de carnaúba, fibras de tucum e talas de taboca	Abanos, peneiras e cestas de palha de carnaúba;
Grupo de vassouras, brochas, escovas e esteiras	Vascoalhos, vassouras de palha de carnaúba e esteira de fibras;

<b>Seção de indústria pastoril</b>	
Grupo roupas brancas para homens, senhoras e crianças	Colete de brim branco para homens, vestido para criança bordado à máquina e fronha;
Grupo rendas, bordados, aplicações em filó	Toalha bordada à seda, guardanapo de cambraia, bolsa de filó, almofadão de cetim e aplicações de rendas;
Grupo flores artificiais	Cestinha com flores, ramos de flores de mandioca e de rosas de seda;
Grupo chapéus para homens, senhoras e crianças	Chapéu de palha de carnaúba, de seda, de capim e couro;
Grupo calçados	Botinas e chinelas de couro;
Grupo sabões, velas e glicerinas	Sabão sablok e velas de carnaúba;
Grupo ourivesaria e joalheria	Taça, porta copo e copos de prata, medalha de ouro, punhal com cabo e bainha de prata, copos de alumínio e anel de ouro;
Grupo utensílios de flandres	Máquina grande para café, chocolateira, coadeira, peneira, funil, maquinas para passar café;
Grupo cutelaria	Facão, faca, machado, alicate, foice, canivete e ferrão para touro;
Grupo metalurgia	Lavatório de ferro, par de estribos de ferro, bomba de compressão;
Grupo produtos de mármore, ágata, granito e outras pedras	Trabalho em pedra, pedra esculpura com as armas do Piauí e a data da independência;
Grupo cerâmica	Amostras de mosaico, potes grandes, moringa, painelas, jarros, filtro completo;
Grupo artigos de chifre	Cuias de chifre, pentes e pulseiras, bengala e chibata;
Grupo couros e peles preparadas	Peles de onça pintada, suçuarana, pampa, furão, cobra, ovelha gato. Couro de jumento, anta, bode, onça, raposa;
Grupo malas, bolsas, artigos e acampamento	Mala grande, maletas para viagem, manta de couro, sela de vaqueiro, cabresto de couro;
Grupo fumo e seus preparados	Milheiros de cigarro João Luiz e Reis de Paus, da fábrica Ipiranga, fumo de corda;
Grupo tintas, colas e vernizes	Tinta de casca de pau chapada, genipapinho, jatobá, pau d'arco amarelo e aroeira;
Grupo produtos fabris não especificados	Vila, gaiola de pássaros, raposa empalhada, boneco índios, leques de madeira, cofres, cuia, foguete e anzol;

<b>Seção de indústria extrativa</b>	
Grupo coleções científicas, mineralógicas e geológicas	Coleção de borboletas, insetos, ossos de baleia, madeira petrificada, cupim petrificado, minérios de cobre e de ferro, salitre, pedra-hume;
Grupo sal e salinas	Água mineral;
Grupo borracha	Amostras de borracha de maniçoba;
Grupo fibras e cascas industriais	Fibra de tucum, croa, de buriti, algodão;
Grupo frutas silvestres	Coco babaçu, buriti em raspa, fruta de jacarandá, tucuns;
Grupo cera, resina, etc.	Amostras de cera de carnaúba, resina de jatobá, angico, imburana;
Grupo madeiras	Amostras de madeira amoreira, angico, Arapiraca, burra de leite, capoeira, grão de bode, pau piranga entre outras;
Grupos plantas medicinais	Raízes de angico, aroeira, erva cidreira, marmeleiro, cajazeiro, malva, pinhão, batata de purga, entre outras;
Grupo penas e crinas	Plumas de garça, crinas de animal;
<b>Seção de artes liberais</b>	
Grupo aquarela, desenho e pintura	Retratos em aquarela, quadros a óleo, paisagem a óleo;
Grupo fotografias	Fotografias de Epitácio Pessoa, Pires do Rio, de trechos da estrada de rodagem Oeiras-Florianópolis, da cidade de Piriápolis, de vistas da cidade de Pedro II, entre outras;
Grupo cartografia	Mapa agrícola do Piauí, diversas plantas de trabalhos projetados e em execução, como estação central de Teresina, pontes sobre o rio Parnaíba e Poty, estradas de ferro Petrolina Teresina e Teresina a São Luís;
Grupo tipografia	Exemplares da Academia Piauiense de Letras, comemorativas do primeiro centenário da independência do Brasil do primeiro centenário da adesão do Piauí à independência nacional;
Grupo medicina e cirurgia, artes farmacêuticas e químicas	Licor de alcatrão, vinho de jurubeba, xarope de flores de angico, fortificante, elixir antifebril, pílulas de vitamina, entre outros;
Grupo antropologia, história e curiosidades diversas	Machado indígena, espada antiga, diversas moedas de cobre da época da independência do Brasil, balas encontradas onde se travou a Batalha do Jenipapo, canhão tomado de Fidié no combate do Jenipapo;

Fonte: CATÁLOGO, 1923.

Todos os produtos apresentados eram produzidos no estado, ou seja, faziam parte da sua especialidade, o que reforça a ideia de que o objetivo dos organizadores era mostrar a capacidade produtiva da região. Logo, a extensa relação dos itens, demonstrada no *Catálogo dos Produtos Piauienses* na Primeira Exposição Estadual, revela um estado que percebeu na produção econômica a ferramenta para construção de representações sobre seu espaço e para materialização de projetos que visavam sua modernização.

Além da relação dos itens expostos, o catálogo contém os nomes dos expositores em ordem alfabética por município. Cada expositor possuía um número, assim, é possível identificar na lista dos produtos o que cada sujeito enviou. Diante dessa informação, fica perceptível que o evento contou com a participação de pequenos e grandes produtores da região, pois os objetos variavam desde os mais rústicos até os mais rebuscados, considerando, sobretudo, as especificidades daquele território.

Na parte final do catálogo, é apresentada uma relação dos prêmios conferidos aos expositores pelo júri geral da exposição. Os prêmios foram distribuídos nas seguintes categorias: medalha de ouro, medalha de prata, medalha de cobre, diploma de honra e menção honrosa. Os municípios que levaram o maior número de prêmios foram: Teresina (48), Parnaíba (37), Floriano (28), Simplício Mendes (15), União (10), Jerumenha (8), Uruçuí (7), São João do Piauí (7), Amarante (6), Livramento (6), Piriipiri (5), São Pedro (5) e Porto Alegre (5). Os demais municípios receberam entre um e quatro prêmios (CATÁLOGO, 1923, p. 100-111).

A exposição contou com o incentivo do governador do estado, João Luiz Ferreira, e com o apoio de importantes sujeitos piauienses, os chamados “homens de letras”, que tinham grande destaque na sociedade piauiense, atuavam em diferentes segmentos e integravam a comissão organizadora, entre eles, Matias Olímpio de Melo – presidente; Miguel de Paiva Rosa – vice-presidente; Valdevino Tito de Oliveira – primeiro secretário; Felton Ferreira Castelo Branco – segundo secretário; José Faustino dos Santos e Silva – tesoureiro; Cristino Castelo Branco – orador (CATÁLOGO, 1923, p. 89). Eram políticos, jornalistas, literatos, professores, quase todos formados em direito pela Faculdade do Recife. Pertenciam a tradicionais famílias políticas piauienses vindas do século XIX que acabaram perdendo espaço na Primeira República e, para continuar no poder, buscaram realizar novas alianças, tanto em âmbito estadual como federal, revelando as inconstantes relações diante do entrecruzamento de interesses.

O fato de que esses sujeitos ocupavam importantes cargos, em diferentes municípios do Piauí e fora daquele território, estava relacionado às estratégias utilizadas para reprodução e continuação na política. Assim, diante da inviabilidade de sobrevivência em contexto local, os políticos opositoristas acabavam “migrando” ou sendo “expulsos” para outros estados (QUEIROZ, 1994). Com isso, queremos mostrar a fragilidade das relações estabelecidas entre esses sujeitos e que a escolha dos membros que compunham a comissão organizadora da Exposição Estadual de 1923 estava estritamente vinculada às alianças que os mesmos mantinham com as forças políticas no poder. Além disso, esses sujeitos foram responsáveis pela produção de conhecimento sobre o território do Piauí através da publicação de trabalhos.<sup>8</sup>

Havia, portanto, um conjunto de interesses por parte das elites locais em organizar e participar da Exposição Estadual de 1923. Cabia a esses sujeitos construir representações positivas sobre aquela região, uma vez que os eventos simbolizavam de forma ímpar a materialização da modernidade, apresentando ao mundo as riquezas produtivas da nação. Assim, mais do que um projeto nacional que visava expandir as fronteiras e explorar as riquezas do Brasil central, o discurso vinculado às exposições no Piauí passou constantemente a atender às demandas locais, evidenciando as particularidades dos diferentes contextos e sujeitos que integravam esse emaranhado ambiente das exposições.

## Considerações finais

O anseio das autoridades políticas locais em tornar o Piauí moderno foi predominante no início do século XX. Motivados pelas inúmeras transformações políticas, econômicas e sociais que atingiram o país no contexto de transição entre os séculos, esses sujeitos buscaram realizar, por meio das exposições, uma espécie de propaganda das riquezas existentes em seu território, como forma de superar a construção de uma região atrasada. Os eventos tornaram-se o meio ideal para a concretização desse projeto, na medida em que possibilitaram a reunião, em um único lugar, da produção econômica local.

O fato das elites piauienses organizarem uma exposição também reforça a ideia de que esses sujeitos não estavam alheios às ideias que circulavam em um contexto mais amplo, onde os eventos eram percebidos como gran-

<sup>8</sup> Podemos citar a obra *O Piauí no centenário de sua independência (1823-1923)*, composta por artigos que tratam sobre as características dos municípios e destacam o progresso do estado após cem anos de independência.

des vitrines de divulgação do progresso material das nações. Isso nos ajuda a pensar e questionar até onde o discurso de isolamento e atraso era real, pois o que ficou evidente é que tal percepção foi utilizada como forma de reivindicar maior atenção para a região. Além disso, os produtos expostos revelam as especificidades da produção econômica daquele estado, que contrastava com a de outras regiões, evidenciando as contradições existentes nos espetáculos do progresso.

Em 1923, percebe-se que o Piauí buscou se apresentar como elemento importante de uma nação que pretendia ser moderna. Assim, o estado se fez representar por meio de seus produtos, com um terreno fértil, premiado e que, portanto, celebrava com júbilo e entusiasmo o fato de fazer parte da nação brasileira. O evento acabou atingindo grandes dimensões e contou com o apoio das elites locais, não só como organizadoras, mas também como construtoras de uma memória histórica através da escrita de trabalhos que foram publicados nas revistas da Academia Piauiense de Letras (APL) e do IGHP.

A imagem que se buscava mostrar era de uma região que sofria pelo abandono do governo central e pelos estigmas negativos de atraso e decadência, mas que percebia no desenvolvimento da sua economia a possibilidade de reverter esse quadro. Nesse sentido, as comemorações do centenário podem ser entendidas como um esforço excessivo para integração do Piauí em contexto nacional e para construção de uma identidade histórico-cultural a partir das contribuições do povo piauiense nas lutas pela independência. A ideia de ressaltar o lugar do Piauí na história do Brasil estava associada à tentativa de romper com narrativas que excluía seu protagonismo e apresentavam a região apenas por meio de suas mazelas e do isolamento.

## Referências

BRITO, Anísio. Independência do Piauí. (Ponto dado na aula de História do Brasil da Escola Normal). *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense*, Teresina, Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional. Teresina: Typ. d' O Piauí, Tomo 2º, 1922.

CATÁLOGO, *Produtos piauienses na primeira Exposição Estadual do Piauí de 1923 realizada a 24 de janeiro de 1923, comemorativa do primeiro Centenário da sua adesão a Independência do Brasil*. Papelaria Piauiense, Teresina, 1923.

FERREIRA, João Luiz. *Mensagem apresentada à câmara legislativa pelo Exm. Sr. Dr. João Luiz Ferreira governador do estado do Piauí no dia 1 de julho de 1923*, Tipografia do Piauí, Teresina, 1923.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HEIZER, Alda Lúcia. Os instrumentos científicos e as Grandes Exposições do século XIX. In: HEIZER, Alda Lúcia; VIEIRA, Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro. Access, p. 165-172, 2001.

JORNAL *O Arrebol*, Teresina, 30 jul. 1922.

JORNAL *O Arrebol*, Teresina, 7 set. 1922.

JORNAL *O Arrebol*, Teresina, 24 jan. 1923.

MIRANDA, Antônio Passos Miranda. As riquezas do Norte do Brasil: 1ª conferência do Dr. Antônio dos Passos Miranda, *Jornal O Apostolo*, Teresina, 2 jun. 1907.

NEVES, Margarida de Souza. A “Machina” e o Indígena: o Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

NEVES, Abdias da Costa. *A Guerra do Fidié*. 2. Ed. Teresina: Editora Arte Nova S.A, 1974.

PAZ FILHO, Manoel Raimundo. Congresso das Municipalidades. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico Piauiense*, Teresina, Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional. Teresina: Typ. d' O Piauí, Tomo 2º, 1922, p. 91.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A importância da borracha de manicoba na economia piauiense: 1900-1920*. Curitiba, 1994.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

SANJAD, Nelson. Exposições internacionais: uma abordagem historiográfica a partir da América Latina. *História, Ciência, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, julho – setembro, 2017.

SILVA, Laila Pedrosa da. “Somos parte integrante da nação”: o Piauí nas exposições do início do século XX e os debates sobre modernização e integração da região. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde), Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

# EM “RESPEITO ÀS SAGRADAS RELÍQUIAS DE NOSSA HISTÓRIA”: O MUSEU HISTÓRICO E DE ARTE ANTIGA DE PERNAMBUCO, ENTRE 1928 E 1933

RODRIGO CANTARELLI

Quanta preciosidade se tem perdido, quanta riqueza se tem atirado fora, quanta antiguidade autêntica se tem inutilizado sem que os elementos de cultura se ergam para protestar, para reagir, para impor até pela violência o respeito as sagradas relíquias de nossa história! (FERNANDES, 1920)

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por grandes transformações nas cidades brasileiras. Transformações essas que, no Recife, foram as responsáveis pela destruição de grande parte daquilo que entendemos como o núcleo onde se originou a cidade e também pela emergência das primeiras discussões, em Pernambuco, que problematizaram a questão da preservação de um patrimônio herdado do passado. Na década de 1920, um grupo de intelectuais, do qual fez parte nomes como Gilberto Freyre, Anníbal Fernandes e Luiz Cedro, conhecido pela alcunha de “Regionalistas”, se destacou nos debates acerca da importância da preservação de edificações e objetos históricos, sendo, naquele momento, os mais atuantes defensores dessa causa, dentre os mais diversos grupos de intelectuais do estado. Foram esses mesmos intelectuais que desempenharam um importante papel na criação da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e do Museu Histórico e de Arte Antiga do Estado de Pernambuco, em 1928.

O museu, por vezes chamado na imprensa de Museu Pernambucano ou de Museu do Estado, nome que adota oficialmente até o presente, foi o primeiro criado em Pernambuco, gerido pelo estado e, embora esteja inserido num

panorama nacional dos museus históricos, possui diversas nuances na construção do seu acervo e no discurso adotado em sua primeira exposição que o distingue dos demais museus brasileiros daquele momento. O primeiro momento de existência do Museu Histórico e de Arte Antiga de Pernambuco que nos propomos analisar aqui é o período no qual ele funcionou como um órgão anexo à Inspetoria de Monumentos de Pernambuco, desde a autorização para a sua criação, em 1928, até a extinção dos órgãos, em 1933, quando o rico acervo formado nesse período foi entregue aos cuidados da Biblioteca Pública do Estado, sendo o atual Museu do Estado reaberto, apenas, em 1940. As ideias que levaram à criação do museu, os principais personagens envolvidos com a instituição, a formação inicial do seu acervo, a primeira exposição e as mudanças ocorridas a partir da Revolução de 1930 até o seu fechamento, em 1933, serão alguns dos temas que abordaremos a seguir.

### **Gilberto e Anníbal, aliados insolentes e sem fraque**

Ainda na década de 1910, o jornalista Anníbal Fernandes denunciava em sua coluna no *Diário de Pernambuco* os mais diversos casos de destruição do patrimônio pernambucano, bem como venda, para outros estados e para o exterior, de objetos históricos e de obras de arte. Anníbal defendia que era preciso reunir esses objetos num lugar que os protegesse da dispersão e da destruição, defendendo a criação de um museu que seria “útil para a educação do povo, que vive alheiado (sic) dos prazeres intelectuais da arte e do gosto” (FERNANDES, Anníbal, 1919). Foram vários os artigos de jornal publicados, em sua maioria, na coluna *De uns e de Outros*, nos quais Fernandes criticou a forma como se estavam descuidando do patrimônio em Pernambuco. Aos poucos, Anníbal foi conquistando amigos que partilhavam sua causa e, de uma forma geral, suas críticas lhe renderam uma certa fama como defensor do patrimônio em Pernambuco. O próprio Gilberto Freyre, em mais de uma ocasião, elogiou as suas ações e viu nele um aliado para sua causa de defesa de valores regionais.

Naquele momento, Freyre também publicou no jornais diversos artigos nos quais podemos começar a perceber as suas primeiras concepções de patrimônio e de como deveria ser um museu. No artigo “23”, publicado no *Diário de Pernambuco* em 23 de setembro de 1923, Gilberto discorreu acerca dos museus que conheceu no período que esteve fora do país, como o Metropolitan, em Nova Iorque, o Cluny, em Paris, e o British, em Londres. Entretanto, o

museu que ele destacou por não se ter “a impressão de estar entre retalhos de coisas mortas” é o Museu Nacional Germânico, em Nuremberg. Para Freyre, esse museu passava uma nítida sensação de se passear através das épocas, vivenciando aqueles momentos e sendo um “intruso feliz de suas intimidades”. Era essa a sensação que ele acreditava que os museus deveriam passar, não sendo apenas “museus tentaculares”, como o Metropolitan, o Britânico e até mesmo o “museuzinho” do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), onde ele defendeu ser preciso documentar não só fatos políticos e militares, mas também a vida “social nos seus vários aspectos”. Freyre estava alertando para a falta da vida cotidiana local nesses museus, firmando que aqui, no Recife, um museu deveria “contentar-se com ser Pernambucano” (FREYRE, Gilberto, 1923). Para Mário Chagas (2009), a vivência no estrangeiro, a viagem de estudos à Europa e as visitas aos museus feitas nesse período foram as responsáveis pelo desenvolvimento da imaginação museal de Gilberto Freyre, sendo o artigo “23” um belo exemplo desta, que considerava o passado, o presente e o futuro como momentos coexistentes.

Gilberto e Anníbal, aliados numa mesma causa, ambos, rapazes “insolentes” e “sem fraque”<sup>1</sup>, começaram a agir, de fato, em prol da preservação de um patrimônio no estado a partir da segunda metade da década de 1920, enquanto ocuparam cargos públicos. Em 1927, Freyre foi nomeado oficial do Gabinete do então governador do estado, Estácio Coimbra, ao passo que Fernandes, já havia se iniciado na carreira política desde 1923, no governo de Sérgio Loreto, ao assumir a Secretaria de Justiça e Negócios Interiores. Quando deputado estadual, Fernandes, no dia 18 de julho de 1928, pronunciou um discurso na sessão da Assembleia Legislativa que “concretiza antigas aspirações da opinião culta do Estado, sobressaltada diante dos constantes atentados ao nosso patrimônio artístico e ao desaparecimento de tudo quanto se relaciona ao nosso passado histórico” (FERNANDES, Anníbal, 1929, p. 29). Destacando a perda, ou remoção, de bens móveis, como mobiliário, louças e pratarias, e denunciando que restavam, no estado, poucos desses objetos que antigamente “ornavam os interiores das residências senhoriais pernambucanas” (FERNANDES, Anníbal, 1929, p. 33). Fernandes defendeu que a defesa do patrimônio deveria estar vinculada à preservação dos objetos históricos e artísticos, argumentando que a criação de um serviço de proteção aos monu-

---

<sup>1</sup> Os termos fazem alusão ao fato de ambos não pertencerem ao Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e estarem em desacordo com as posturas adotadas pela entidade, criticando abertamente as ações do instituto.

mentos históricos não poderia estar separada da criação de um museu regional. Esse museu seria responsável pela coleta e exposição de objetos que mostrassem toda a pujança de um passado de riquezas provenientes do açúcar. Tal qual foi apresentado, o projeto foi votado e aprovado e, no dia 28 de agosto de 1928, através da Lei nº 1918, o Congresso Estadual autorizou o governador Estácio Coimbra a criar a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais de Pernambuco, juntamente com um Museu de Arte Retrospectiva anexo a ela.

## O Museu Histórico e de Arte Antiga de Pernambuco

No dia 8 de fevereiro de 1929, foi, afinal, publicado no *Diário Oficial do Estado* o Ato nº 240, que criou a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais e o Museu Histórico e de Arte Antiga anexo a ela, vinculados à Secretaria da Justiça e Negócios Interiores, sendo nomeado para assumir as instituições, no dia 13 daquele mês, o jornalista Anníbal Fernandes. Esse ato do governador ainda contava com o regulamento das instituições, a equipe pensada para o funcionamento<sup>2</sup>, além das atribuições previstas para o inspetor, que também seria o diretor do museu, e do intendente, o responsável direto pelo acervo, que são muito semelhantes às funções de um museólogo na atualidade.

O Museu Pernambucano só foi aberto, de fato, em 7 de setembro de 1930, nos salões da cúpula do Palácio da Justiça, inaugurado naquele mesmo dia, no entanto, a formação da sua coleção tem início antes mesmo da publicação do Ato nº 240, mais precisamente em dezembro de 1928, quando parte dos bens da rica e diversa coleção do Comendador Baltar foram adquiridos pelo governo do estado, antes que o “martelo do leiloeiro os dispersasse” (FERNANDES, Anníbal, 1930, p. 23). Essa aquisição se deu em dois momentos distintos: o primeiro, em que foi comprada a coleção de pinturas do artista pernambucano Telles Júnior, e o segundo momento, durante o leilão, onde foram adquiridos objetos etnográficos e diversos outros documentos. A Coleção Baltar pertencente ao museu possui dois grandes núcleos, um primeiro, de documentos e imagens que constroem uma paisagem pernambucana, em especial recifense, mostrando aspectos primitivos da região, desde os primórdios da ocupação holandesa até princípios do século XX; e um outro, composto de artefatos etnográficos amazônicos. Bastante diversa, esta últi-

<sup>2</sup> Um inspetor de monumentos, que seria o diretor do museu; um intendente; um datilógrafo; dois contínuos e um porteiro.

ma coleção compreende cerâmicas, armas, instrumentos musicais, máscaras, cocares, tangas, brincos e outros objetos utilitários ou de adorno de diversas etnias amazônicas como os Karajás, Cachibés e Anurinús<sup>3</sup> além de cerâmicas marajoaras. O interesse, nesse momento, em se adquirir essas peças pelo governo do estado para a constituição do seu museu residem, possivelmente, no fato de querer deixar registrado no acervo um passado anterior ao da ocupação portuguesa em terras brasileiras. Naquele momento, as etnias que viviam em Pernambuco, e até mesmo no Nordeste, eram, de certa forma, consideradas, por alguns etnógrafos do período, como “aculturadas”, uma vez que entendiam que elas haviam perdido os seus elementos identitários em contato com o colonizador.

O outro grande núcleo da Coleção Baltar é caracterizado por conter uma vasta iconografia pernambucana, sendo um conjunto que documenta um Recife desde o período da invasão holandesa, no século XVII, até princípios do século XX, revelando aspectos desaparecidos da paisagem urbana e que hoje nos permite fazer uma reconstituição de lugares característicos da cidade e não mais existentes. Na coleção, encontramos uma grande quantidade de livros e gravuras que tratam do período holandês, dentre os quais se pode destacar *Marin d’Olinda de Pernambvco*, de 1635, e *T’Recif de Pernambvco*, de 1633, que são, possivelmente, os primeiros registros iconográficos das duas cidades. Além deles, estão presentes na coleção um grupo significativo formado por gravuras, pinturas, mapas, aquarelas e fotografias, contendo uma enorme sequência de vistas que mostram a paisagem do Recife e dos seus arredores ao longo do século XIX, como os dois álbuns de gravuras produzidos pelo litógrafo alemão F. H. Carls: *Memória de Pernambuco (Álbum para os amigos das artes)*, datado de 1863, no qual estão presentes 33 vistas desenhadas por Louis Schlappriz, e o *Álbum de Pernambuco e seus arrabaldes*, de 1878, que reúne 58 imagens desenhadas por Louis Krauss a partir de fotografias de João Ferreira Vilela e Alfredo Ducasble. Aliada a essa rica iconografia, está o grupo de pinturas do artista Jerônimo José Telles Júnior, o maior conjunto de obras do pintor, 16 no total, reunido em um único acervo. Pernambucano, Telles Júnior foi um pintor de paisagens, e sua formação incluiu aulas com dois pintores importantes para o Brasil durante o século XIX: Edoardo de Martino e Agostinho José da Motta. A pintura de Telles Júnior é uma pintura realista, com uma forte fatura gestual, elementos esses, considerados por muitos au-

<sup>3</sup> Essas informações estão presentes no inventário da coleção do Museu do Estado feito nos anos 1950 e encontrado no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), no Rio de Janeiro.

tores como já anunciadores do Impressionismo que viria a seguir. Intelectuais como Joaquim Cardozo e Gilberto Freyre exaltaram a produção artística de Telles Júnior, enquanto Anníbal Fernandes, no artigo em que comentou a aquisição da coleção pelo governo, destacou que

Sentem-se em certos quadros seus a fisionomia mesmo da terra. Ele tinha, nos momentos felizes, o verdadeiro sentimento da beleza da natureza. No meio de sua produção havia é claro obras de puro efeito cenográfico. Dessa coleção mesmo, anteontem adquirida, há quadros que têm um valor mais de documentos. As cenas do embarque de passageiros no lamarão são interessantes sobretudo como ilustrações da época. Mas ao lado desses quadros, feitos evidentemente de encomenda, há os outros, aqueles que ele fazia espontaneamente, desinteressadamente, escolhendo os sítios, a hora, os efeitos de luz sobre o céu e as árvores que ele mais amava. (FERNANDES, Anníbal, 1930, p. 27)

A segunda grande coleção adquirida por Anníbal Fernandes para a constituição do acervo do Museu do Estado era pertencente ao antigo Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco surgido, a partir da Sociedade de Artistas Mecânicos, em 1836. Tido como uma das mais importantes instituições de ensino no Recife, durante o século XIX, o Liceu chegou a receber exposições de destacados artistas brasileiros como Pedro Américo, Victor Meirelles e Antônio Parreiras, sendo lá inaugurada uma galeria de pintura, em 1887, contendo obras de nomes como Telles Júnior e Edoardo de Martino, assim como cópias de mestres europeus como Rafael, Ticiano e Velásquez. Para além de pinturas, Laura Bezerra, antiga funcionária do Museu do Estado de Pernambuco, afirma que ainda constituíam a coleção de arte do Liceu “móveis antigos de Jacarandá, e ainda esculturas em mármore, madeira e gesso, alguns bronzes, porcelanas da China e do Japão e vários outros objetos de fabricação europeia, de porcelana, cristal, e terracota” (BEZERRA, Laura, S/D).

A transferência da coleção para o governo do estado se deu em 4 de janeiro de 1930, a partir de entendimentos tomados com a direção da instituição ainda no ano anterior. A documentação consultada nos sugere que Anníbal Fernandes teve livre arbítrio para escolher, dentre os bens do Liceu, aqueles que interessariam ao Museu do Estado, evidenciando que o antigo Museu do Liceu foi desmantelado em benefício do recém-criado Museu do Estado e que o inspetor de monumentos teve à sua disposição, além das obras desse museu, o mobiliário e demais objetos decorativos encontrados nos salões nobres e de

uso comum da instituição. Um dos conjuntos mais importantes da coleção do Liceu diz respeito às artes decorativas, com cristais europeus e porcelanas, em sua maioria, orientais, e ao mobiliário, que compreende, além do palanquim dourado com pinturas sacras, datado do final do século XVIII, que havia pertencido à demolida Igreja do Corpo Santo, no bairro do Recife, um grande número de peças no estilo D. João V, do século XVIII. O que foi transferido para o recém-criado Museu do Estado, em muito se assemelha à decoração das residências urbanas recifenses no século XIX e princípio do XX, reflexos de um gosto pelo luxo e pela ostentação almejados pela burguesia daquele período, que tentava reproduzir, no Brasil, formas de viver das residências europeias. Uma tipologia de objetos que é exatamente a mesma que Anníbal Fernandes e Gilberto Freyre, em seus artigos no começo da década de 1920, relataram estar desaparecendo do interior das residências da aristocracia pernambucana, que, com a transferência da coleção para o novo museu, uma parte desse patrimônio, agora teria garantida a sua permanência no estado.

Além dessas duas grandes coleções, a formação do núcleo inicial do acervo do Museu do Estado ainda contou com a colaboração de diversas outras instituições. Do Tribunal do Júri e do Tribunal da Relação vieram pinturas representando a justiça; do Tesouro do Estado, o retrato do Marechal Deodoro; do Almoxtarifado Geral do Estado, o fragmento de cantaria com as Armas da República do antigo Palácio do Governo; este, por sua vez, doou ao museu pinturas e mobiliário; o que também foi doado pelo Senado Estadual; da Biblioteca Pública foram transferidas obras raras e gravuras; do Ginásio Pernambucano, medalhas e moedas; e da Casa Detenção, um canhão que pertenceu ao forte de Fernando de Noronha e o Crucifixo da Cadeia Velha do Recife. Ainda foram levados muitos ex-votos de igrejas do Recife e seus arredores, sendo os mais representativos os ex-votos cênicos das igrejas do Monte, em Olinda, dos Martírios, no Recife, e dos Prazeres, em Jaboatão, além de várias cabeças de madeira do Santuário de São Severino do Ramos<sup>4</sup>, em Paudalho, na Zona da Mata. Tais transferências foram, possivelmente, intermediadas pelo governador Estácio Coimbra, que participava, com entusiasmo da formação da coleção do museu, chegando ele próprio a participar do leilão do colecionador Julius Van Sohsten, adquirindo para a instituição “objetos que julgou preciosos e que não deveriam sair de Pernambuco” (INSTITUTO, 1930).

<sup>4</sup> Sua origem está na Capela de São Severino, pertencente ao Engenho Ramos, desativado na década de 1920. Datam de meados do século XIX os primeiros relatos de milagre atribuídos a São Severino e o Santuário, ainda hoje, é um dos maiores centros de romaria de Pernambuco.

Ainda colaboraram com a formação do acervo pessoas diretamente relacionadas ao governo ou envolvidas no funcionamento do museu e da inspetoria, como o próprio Gilberto Freyre, que doou cartas do século XIX e objetos pertencentes a uma igreja em ruínas de Igarassu; o intendente Braz Ribeiro que, dentre outros objetos, doou uma bacia de louça inglesa com as armas do Império do Brasil e um areeiro que pertenceu ao Conde da Boa Vista, além de cédulas do período imperial; e o inspetor de monumentos e diretor do museu, que doou uma fotografia da Casa Grande do Engenho Megahype, juntamente com diversas medalhas. O museu ainda recebeu muitas doações de membros da sociedade, sendo esses objetos, na maioria das vezes, ligados à memória de familiares que tiveram certa importância no passado, como, por exemplo, o primeiro conselheiro do Ginásio Pernambucano, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, que teve um retrato seu doado ao museu por seu sobrinho, Oswaldo Machado, ou as medalhas oferecidas a José Braz da Conceição e Silva, farmacêutico e proprietário da Pharmácia Normal, numa premiação ocorrida na Exposição Universal de 1889, em Paris. Essas doações podem ser interpretadas como uma forma da sociedade mostrar a importância que suas famílias tiveram no passado, exaltando a memória dessas figuras, ficando aí evidente a tentativa de alguns sujeitos de se fazerem representar no museu através dessas atitudes. Mas não somente figuras ilustres foram representadas nessas doações, o leque de peças doadas era bastante vasto e ainda incluía desde uma espada usada na Guerra do Paraguai, até mesmo esculturas de santos católicos e os paramentos da capela do Engenho Megahype.

Unindo-se a esse vasto acervo, ainda merece destaque a compra de uma pintura de Frans Post, em agosto de 1929. O jornalista Estevão Pinto, num artigo publicado em 14 de agosto de 1929, alertou para a ameaça do quadro de Post, pertencente a Sylvio Cravo, sair do estado, uma vez que o colecionador havia demonstrado interesse em vender a pintura. A obra, representando a vila de Ipojuca em 1640, era considerada, naquele momento, uma das únicas três existentes no Brasil pintadas por Post<sup>5</sup>, que, juntamente com Albert Eckhout, é considerado o artista mais importante da comitiva que acompanhou Maurício de Nassau, durante o período de dominação holandesa. O inspetor de monumentos logo notificou o proprietário da obra, informando-o acerca do imposto previsto para importação de objetos históricos e artísticos do estado. O artigo 15 do estatuto da Inspeção de Monumentos previa um imposto de 300%

---

<sup>5</sup> As outras duas pertenciam à Escola Nacional de Belas Artes.

aplicado sobre o valor estimado da obra, e a venda do quadro, “que se achava quase ultimada com um dos institutos oficiais do sul do país” (FERNANDES, Anníbal, 1930, p. 10), foi suspensa, uma vez que Sylvio Cravo preferiu vender a obra ao governo de Pernambuco.

Reunido esse acervo, a exposição do museu ocupou uma pequena área no andar térreo<sup>6</sup> e os salões da cúpula do Palácio da Justiça, sendo inaugurada no dia 7 de setembro de 1930, juntamente com o próprio edifício. Foi um momento em que muitos elogios apareceram na imprensa, o jornalista Limeyra Tejo defendeu que

O Museu Pernambucano, anunciando para inaugurar-se no próximo domingo, não significa apenas um grande empreendimento do atual governo do Estado. É mais do que isso. É uma reabilitação. Porque dificilmente se compreendia que em um Estado, onde foram vividos momentos culminantes da História do País, que possui a glória de haver orientado várias correntes intelectuais, artísticas e filosóficas e que é detentor de uma inestimável documentação pictorial da sua vida desde os tempos coloniais, que abriga nas suas igrejas velhas verdadeiros monumentos de tradição artística, só dificilmente se compreendia que essa indiferença de até hoje não representasse uma falta de visão patriótica. (TEJO, Limeyra, 1930)

Já Nehemias Gueiros, que foi convidado a visitar a exposição antes da inauguração, afirmou que “sente-se ali a cor local, o ambiente autêntico de regionalismo tão precisamente integrado ao nome da instituição” (GUEIROS, Nehemias, 1930). Enquanto o jornalista Renato Vieira de Melo, também presente nessa visita, relatou que

Correndo a vista sobre aquelas respeitáveis velharias – pesadas cômodas de ar eclesiástico, vistas do Recife antigo a transpirar a suave monotonia do burgo colonial, palanquins que sugerem longos passeios de sinhazinhas dengosas – senti-me deslocando no tempo e por instantes tive a ilusão de viver um pouco daquela vida, cujas últimas ressonâncias tinha diante de mim. (MELO, Renato, 1930)

A exposição montada, no entanto, evidencia que o museu não era somente de história e arte, como a princípio se havia pensado, o discurso havia

---

<sup>6</sup> No andar térreo, ficaram os canhões, uma peça de cantaria com as armas da cidade e os quadros comemorativos das Batalhas das Taboas, doados pela Prefeitura de Olinda, possivelmente por se tratarem de peças de grandes dimensões e que seriam de difícil transporte para a cúpula do palácio.

mudado. Dividida em dois salões, o primeiro núcleo, que ocupou o salão inferior da cúpula do Palácio da Justiça, foi chamado de Seção de História e Arte Antiga, e a notícia publicada n'*A Província*, quando da inauguração do museu, detalha que nesse espaço

figuram numerosa coleção de gravuras holandesas, do século XVII, pela qual poderemos acompanhar a evolução do Recife desde quando era uma simples praia de pescadores; variadíssima coleção de litografias do Recife de metade do século passado; grandes retratos a óleo do imperador Pedro I e de d. Leopoldina; do Imperador Pedro II e de d. Thereza Cristina; pequenos retratos a óleo do pintor Blard de d. Pedro II e de d. Thereza Cristina; litografias de vultos do 2º. Império; retratos a óleo do marechal Deodoro, do conselheiro Correia de Araújo, do Visconde da Silva Loyo; palanquins do século XVIII; coleções de armas, espadas, cartas, livros holandeses do século XVII; a mesa onde funcionava a Assembleia Provincial; a Bandeira Portuguesa hasteada no Recife no governo do general Luiz do Rego Barreto; a bandeira brasileira hasteada na municipalidade de Igarassu, por ocasião da visita do Imperador àquela cidade; peças do painel, armado em Igarassu, durante a permanência ali do Imperador; a bandeira oferecida em 1850 ao 2º. Batalhão da Guarda Nacional de Pernambuco; nichos de igreja, santos, peças de antigos paramentos e na série de pequenos objetos, ligados a vultos e a factos históricos de Pernambuco. (O PALÁCIO, 1930)

A concepção do primeiro módulo da exposição era muito vinculada à exaltação de figuras ilustres e do culto à saudade. Os objetos do museu eram mostrados como relíquias autênticas, diretamente vinculadas ao culto de personalidades de destaque, como a família imperial, ou aos acontecimentos do passado que deveriam ser rememorados e cultuados, como, por exemplo, a pintura *A Vila de Ipojuca em 1640*, de Frans Post. O quadro, assim como as outras obras datadas do período holandês, estavam ali mais como uma memória do momento do que, de fato, como objetos de arte. Eles estavam inseridos numa narrativa que procurava mostrar o passado da região, valorando, nesse caso, o período de domínio flamengo. Os objetos eram reunidos e agrupados em um ambiente que contextualizava a história, tentando fazer com que o visitante pudesse vivenciar aqueles momentos, além de ser educado no gosto.

É possível, então, traçar um paralelo com a análise feita por Myrian Sepúlveda, ao estudar o perfil adotado pelo Museu Histórico Nacional na sua primeira exposição, de 1922, quando este buscou cultivar e manter viva uma tradição que “mantinha-se fiel a uma concepção de tempo descontínua e a uma

metodologia que tinha ainda como pressuposto básico a memória, ignorando as tendências de uma historiografia mais atual, já presente no Brasil daquela época” (SANTOS, Myrian, 2006, p. 36). O passado exaltado pelo museu pernambucano, assim como pelo carioca, era um passado elitista, representando apenas o grupo dominante e livre de qualquer conflito social intenso, sugerindo uma amnésia intencional acerca de alguns aspectos. Anníbal Fernandes, na Secção de História e Arte Antiga, apoiou o seu discurso em alguns símbolos de um passado da região, que não mais existiam daquela maneira, baseando a exposição na, suposta, capacidade que esses objetos, apoiados na memória, teriam de evocar esse passado, que foi considerado como o grande definidor da identidade regional. O fausto produzido pela monocultura açucareira foi recontado tanto através das belas paisagens retratando engenhos e canaviais, quanto do mobiliário e das porcelanas orientais, usadas para adornar as residências dos senhores de engenhos. As questões de outra natureza, de certa forma, foram esquecidas.

Já a segunda parte da exposição foi chamada de Secção de Etnografia, e a ideia de criação desse núcleo está registrada numa notícia publicada n’*A Província*, na véspera da inauguração do Museu, que defendia a “vantagem cultural que há em começarmos desde já a dar o devido valor aos estudos etnográficos” (MUSEU, 1930). Esse foi o grande diferencial da primeira exposição, mostrado no pavimento superior da cúpula, onde estavam expostos:

Armas, adornos e apetrechos de índios da Amazônia; ex-votos pintados e em madeira de diversas épocas e de diversas igrejas de Olinda, Recife e outros Municípios; Escultura em barro de tipos do interior, objetos de uso caseiro, pequenas indústrias, cerâmica, brinquedos feitos no município do Recife; modelos de jangadas, de armadilhas para caça e pesca etc. (O PALÁCIO, 1930)

Em nenhum momento na documentação produzida oficialmente percebe-se a incorporação de um discurso antropológico ao do museu. Somente com a exposição é que vimos que o discurso histórico seria complementado com peças etnográficas e de uso cotidiano. Estava previsto que a Secção de Etnografia recolhesse “todos os elementos da vida pernambucana, tudo quanto diga respeito a usos e costumes do nosso povo, enfim todas as manifestações materiais de sua atividade” (MUSEU, 1930). A ideia de retratar o cotidiano, no entanto, já estava registrada numa notícia d’*A Província*, datada de 21 de fevereiro daquele ano:

As coleções de um museu como o nosso, *cujo fim é menos o de arte pura do que o de documentação da vida da cidade*, devem incluir essas recordações interessantíssimas de fases do progresso urbano [se referindo aos lampiões de azeite que, no início do século XIX, iluminavam a cidade] [...] Não ficarão os recifenses de amanhã, como atualmente nósoutros (sic), escravos das gravuras e das fotografias. À Inspetoria de Monumentos também nos permitimos sugerir que recolha às suas coleções algumas dessas janelas de xadrez, tipo mourisco, que existem ainda em velhas casas do Recife, especialmente no bairro de São José, e que estão rapidamente a desaparecer. Fariam uma coleção interessantíssima juntamente com certos caixilhos, de caprichoso desenho, varandas de ferro rendilhadas, grandes torneadas. (COISAS, 1930, grifo nosso)

Foi previsto que essa coleção de etnografia seria enriquecida com contribuições das diversas municipalidades do estado, a fim de que esses municípios se fizessem representar no museu, conforme demanda do diretor. No entanto, apenas o prefeito do Recife, Francisco da Costa Maia, atendeu ao pedido, remetendo ao museu “uma série de objetos, de uso atual no município do Recife, inclusive uma numerosa coleção de folhetos de literatura folclórica”. Não se pode identificar, no entanto, se todos esses objetos chegaram a fazer parte dessa montagem da exposição, uma vez que foram doados no dia 6 de setembro, na véspera da inauguração.

Na primeira exposição apresentada pelo Museu do Estado, no seu primeiro núcleo, buscou-se sintetizar um passado ao passo que, no segundo núcleo, o seu grande diferencial, procurou-se representar o presente, mostrar um Recife do cotidiano através de artefatos relacionados ao dia a dia, aos rituais e tradições da camada social que não era, necessariamente, a elite exaltada no primeiro módulo. São ideias que fazem parte da imaginação museal de Gilberto Freyre e que dão à Secção de Etnografia uma enorme relevância, visto que, para Mário Chagas, “a corporificação da imaginação museal freyreana” (CHAGAS, Mário, 2009, p. 141) tem início com os seus experimentos no Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais e o seu ápice se dá com o Museu do Homem do Nordeste. O que podemos observar, no entanto, de forma evidente, é que ele já havia ensaiado pôr em prática suas ideias aí. A combinação de elementos relacionados ao patrimônio material e imaterial, como antiguidades relacionadas a figuras notáveis ou da aristocracia açucareira e brinquedos, maquetes de barcos, ex-votos e outras

expressões da cultura popular encontradas nessa exposição, refletem as preocupações freyrianas em se preservar tanto a tradição quanto o cotidiano que caracterizaria a região. Essa exposição ainda que estivesse permeada por uma imaginação museal de Anníbal, mais voltada ao passado de fausto e glórias do estado, mostrou, pela primeira vez, a aplicação das ideias de Freyre em relação aos museus.

Nos dias seguintes à inauguração, o museu foi “extraordinariamente visitado”, como contam as notícias publicadas *n’A Província*, ao mesmo tempo que a coleção cresceu através de diversas doações e transferências, como, por exemplo, os ex-votos cênicos representando a Batalha dos Guararapes, pertencentes à Prefeitura de Olinda; pratos brasonados; e armas apreendidas no sertão que eram utilizados no cangaço. As doações se seguiram por muitos dias, sendo noticiadas quase diariamente, até o final daquele mês, quando os fatos que se sucederam a partir do dia 6 de outubro de 1930 causaram uma grande mudança no percurso político do país, refletindo-se em Pernambuco e, naturalmente, nas ações da Inspetoria de Monumentos e no Museu.

### Os anos de Mário Melo e o encerramento das atividades

A Revolução de 1930 tirou do poder as figuras que idealizaram a criação da Inspetoria de Monumentos e do Museu do Estado e o cargo de inspetor de monumentos e de diretor do museu foi, naquele momento, assumido por um velho amigo de Anníbal Fernandes, que, com o passar do tempo, havia se tornando um dos seus maiores desafetos: Mário Melo. Nomeado nos primeiros dias da Revolução, em 7 de outubro, Mário Melo, da mesma forma que o antigo diretor e outros funcionários, como Braz Ribeiro, que permaneceu no cargo, fez uma pequena doação para o acervo do museu: uma medalha da Campanha Abolicionista de Pernambuco.

A documentação consultada sugere que, aparentemente, não houve mudanças em relação à exposição que já estava montada, e as ações do novo diretor estiveram mais relacionadas com as atividades da inspetoria, deixando de lado o museu, que teve um crescimento do acervo bastante tímido, ainda mais se comparado aos seus primeiros anos. O Livro de Registro do Departamento de Museologia do Museu do Estado indica apenas a entrada de uma medalha de bronze comemorativa do Centenário da Independência, doada pela Secretaria da Fazenda, do estandarte do Colégio Prytaneu e de uma bandeira do

Brasil Império, todos em 1931. Além desses três objetos, ainda identificamos a medalha doada pelo diretor do museu; uma bandeira que havia pertencido ao Batalhão de Voluntários da Pátria do município de Ouricuri, no sertão do estado, que chegou ao museu em 1932; e o mobiliário que havia pertencido ao Conselho Municipal do Recife, recolhido ao museu pelo interventor do município, Lauro Borba, após a extinção do órgão. Não foi encontrada nenhuma informação a respeito da compra de novos objetos, ou outras informações a respeito da entrada de mais acervo durante a gestão de Melo.

A documentação relacionada a esse período é bastante escassa não sendo, por exemplo, encontrada nenhuma informação referente ao ano de 1933, supomos, portanto, que foi um ano praticamente sem atividades, ficando o museu aberto para visitação, sem desenvolver mais nenhuma outra atividade. O esquecimento das duas instituições vai tomando lugar aos poucos, e vemos que, entre 1930 e 1933, a despesa anual do museu e da inspetoria vai caindo cada vez mais até que no dia 30 de dezembro de 1933, através da publicação do Decreto nº 260, o interventor federal, Carlos de Lima Cavalcanti, extinguiu, como repartições autônomas a Inspetoria de Monumentos e o Museu do Estado, sendo estes incorporados à estrutura da Biblioteca Pública. Os serviços de inspetor e diretor do museu seriam agora desenvolvidos pelo diretor da biblioteca. Esse acontecimento não teria sido, sequer, noticiado na imprensa se, no dia 4 de janeiro de 1934, na coluna “Coisas da Cidade”, do *Diário de Pernambuco*, Mário Melo não tivesse lamentado o fato.

Ainda que fechado e sem uma exposição montada, o Museu do Estado, nos anos seguintes, continuou, de certa forma a funcionar, como podemos observar nas exposições apresentadas por Carlos de Lima Cavalcanti à Assembleia Legislativa, em 1936 e 1937, nas quais são comentadas algumas aquisições para o acervo. Esses relatórios não só mostram que o museu continuou captando acervo no período, mas também que foi preterido, em relação à projeção na sociedade, pelo Museu Regional de Olinda, criado por Cavalcanti em 1934, que passou a ser sede de ações culturais do governo naquele período, vinculando-o à gestão do momento, enquanto o Museu do Estado, relacionado diretamente à figura de Estácio Coimbra, encontrava-se fechado. Foi esse o início do período de hibernação do museu, que, ao final daquela década, foi recriado, dessa vez como uma instituição autônoma, no entanto, não trazendo mais a marca daqueles que o idealizaram.

## Considerações finais

A criação da Inspetoria de Monumentos e do Museu do Estado, ao final da década de 1920, foi um ato governamental de invenção de tradições defendidas no contexto do regionalismo. Os bens selecionados por Anníbal, sejam eles objetos ou monumentos históricos, tinham uma vocação de encarnar uma identidade, e, do seu ponto de vista, representariam Pernambuco nacionalmente. Ao inventar um passado para Pernambuco, Anníbal agia como o narrador de Walter Benjamim, quando este afirma que “ele é livre para interpretar a história como quiser” (BENJAMIM, Walter, 1994, p. 203), sendo esse Pernambuco inventado o da aristocracia canavieira, católica, livre de problemas e desigualdades, enraizada com profundos ideais de liberdade.

As ações desenvolvidas pela inspetoria fizeram parte de um “Movimento de Cultura”, assim chamado por Anníbal Fernandes no artigo publicado em 13 de setembro de 1929, *n’A Província*. Movimento esse que dotou Pernambuco do seu primeiro serviço de proteção a um patrimônio histórico, criou o primeiro museu estadual, ampliou a Biblioteca Pública, realizou Salões de Arte premiando artistas locais, além de diversas outras iniciativas que merecem ser melhor estudadas. Todas essas iniciativas de Estácio Coimbra tiveram fim com a Revolução de 1930, que o tirou do poder, assim como seus principais colaboradores, mudando drasticamente a trajetória dessas instituições. Aos poucos, a inspetoria e o museu foram sendo desaparelhados e a extinção dos órgãos como repartições autônomas, subordinando-os à Biblioteca Pública, foi o fim dado por Carlos de Lima Cavalcanti a um projeto inovador idealizado por Gilberto Freyre e Anníbal Fernandes, juntamente com outros intelectuais pernambucanos, e posto em prática na gestão de Coimbra.

A primeira exposição montada no Museu do Estado se mostrou, por fim, como uma experiência singular no panorama dos museus existentes no Brasil até aquele momento. A concepção do seu primeiro módulo expositivo, muito vinculada à exaltação de personalidades e do culto à saudade, tinha um perfil muito semelhante ao de diversos outros museus que já existiam naquele momento no país, um núcleo que, usando de palavras de Lilia Schwarcz, podemos entender como um “gabinete de quinquilharias a serviço da elite local e em homenagem a ela” (SCHWARCZ, Lilia, 1993, p. 90). No entanto, o grande diferencial dessa exposição foi o seu segundo módulo, que recebeu o nome de Secção de Etnografia, que tinha como objetivo retratar o cotidiano do estado, querendo documentar a vida social de Pernambuco naquele momento,

tal qual Gilberto Freyre, no artigo “23” já havia anunciando como o Museu Pernambucano deveria ser.

## Referências

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221, 1994.

BEZERRA, Laura Josefa. *Ligeiros apontamentos para o levantamento histórico do “Liceu de Artes e Ofícios”*. Manuscrito S/D, Acervo do Arquivo do Departamento de Museologia do Museu do Estado de Pernambuco.

CANTARELLI, Rodrigo. *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a Inspetoria de Monumentos de Pernambuco*. Recife: Editora Massangana, 2014.

CHAGAS, Mario de Souza. *A Imaginação Museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

COISAS do Recife. *A Província*, Recife, 21 fev. 1930.

FERNANDES, Anníbal. De Uns e de Outros. *Diário de Pernambuco*, Recife, 8 jan. 1920.

FERNANDES, Anníbal. De Uns e de Outros. *Diário de Pernambuco*, Recife, 27 nov. 1919.

FERNANDES, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 28 de Abril de 1928 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1929.

FERNANDES, Anníbal. *Relatório da Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais: apresentado a 19 de Fevereiro de 1930 ao Sr. Secretario da Justiça e Negócios Interiores*. Recife: Imprensa Oficial, 1930.

- FREYRE, Gilberto. 23. *Diário de Pernambuco*, Recife, 23 set. 1923.
- GUEIROS, Nehemias. O Museu Histórico de Pernambuco. *A Província*. Recife, 6 set. 1930.
- INSTITUTO Arqueológico. *Diário de Pernambuco*. Recife, 24 jul. 1930.
- LUBAMBO, Cátia Wanderley, *O Bairro do Recife: Entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1991.
- MELO, Renato Vieira de. Uma instituição que honra Pernambuco. *A Província*. Recife, 5 set. 1930.
- MUSEU do Estado. *A Província*, Recife, 6 set. 1930.
- O PALÁCIO da Justiça de Pernambuco. *A Província*, Recife, 7 set. 1930.
- PERNAMBUCO, Governo do Estado. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carlos de Lima Cavalcanti à Assembleia Legislativa de Pernambuco a 1º de Agosto de 1936*. Recife: Imprensa Oficial, 1936.
- PERNAMBUCO, Governo do Estado. *Mensagem Apresentada pelo Governador Carlos de Lima Cavalcanti à Assembleia Legislativa de Pernambuco a 1º de Agosto de 1937*. Recife: Imprensa Oficial, 1937.
- PINTO, Estevão. Um quadro de Post. *A Província*, Recife, 14 ago. 1929.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN, 2006.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TEJO, Limeyra. Sobre o Museu de Pernambuco. *A Província*, Recife, 2 set. 1930.

# DO MUSEU HISTÓRICO AO MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ: A DANÇA DOS OBJETOS NA RESSIGNIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS

ANA AMÉLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Eusébio Néri Alves de Sousa<sup>1</sup> foi o idealizador e primeiro diretor do Museu Histórico do Ceará (MHC), criado em 1932 como uma das dependências do Arquivo Público do Estado. Recebeu na época grandes elogios, sendo a maioria deles referentes à iniciativa de organizar duas instituições de apreciável significação e de grande importância para o estado.<sup>2</sup>

A fundação do MHC aconteceu num contexto político de consolidação do Estado nacional. Reafirmar uma identidade para a nação era um anseio compartilhado por intelectuais e políticos nas primeiras décadas do século XX. A proximidade das comemorações do Centenário da Independência reacendeu as discussões em torno da questão, quando republicanos e monarquistas buscavam instituir o marco fundador da nacionalidade brasileira através da criação de elementos que pudessem estabelecer um sentimento de identificação do povo com a nação.

O momento era bastante oportuno, pois a República, alguns anos após a sua instauração, já sofria manifestações de repúdio, quando os próprios republicanos começavam a desacreditar na possibilidade de que o novo regime pudesse concretizar o sonho de nação civilizada e moderna. A classe política

---

<sup>1</sup> Eusébio de Sousa nasceu em Recife em 14 de agosto de 1883. Formado em Direito pela Faculdade do Recife, mudou-se para o Ceará em 1908, tendo trabalhado como magistrado em vários municípios do estado. Foi membro do Instituto do Ceará, redator-chefe do jornal *Gazeta de Notícias*, tendo escrito vários livros sobre temas históricos.

<sup>2</sup> A rapidez com que conseguiu reunir grande número de peças históricas chega a ser destaque em algumas reportagens de jornais (*Gazeta de Notícias*, 12 abr. 1933, p. 5).

e intelectual começava a dividir suas opiniões em relação às razões que teriam causado os males da sociedade brasileira, sendo o regime republicano visto por alguns como o responsável pelos problemas existentes (MOTTA, 1992).

O MHC também teve uma trajetória marcada pela sua utilização como instrumento formador/consolidador de identidades, em que buscava-se construir uma memória através de operações ideológicas que produzissem significados e representações sobre a História do Ceará. Sob a administração de Eusébio de Sousa, o MHC tentou construir uma interpretação sobre o passado, na qual grandes personagens ganhavam destaque pela realização de grandes feitos, como os generais Sampaio e Tibúrcio, heróis da Guerra do Paraguai.

O posicionamento de Eusébio de Sousa em relação ao passado aproximava-se ao de Gustavo Barroso, fundador do Museu Histórico Nacional e idealizador do “culto da saudade”.<sup>3</sup> A preocupação de Barroso era com o descaço de seus compatriotas pelas tradições do passado, consideradas dignas e inesquecíveis. Nada mais pertinente para a celebração das glórias de outrora do que um museu, lugar transformado num templo para celebrar os feitos gloriosos dos heróis nacionais que deveriam tornar-se conhecidos da população como algo digno de respeito e veneração.

Eusébio de Sousa preocupava-se sobremaneira com o “resgate” do passado histórico, que deveria ser conhecido pela população, visto como o meio de fortalecer o vínculo identitário das pessoas com as suas raízes históricas, despertando para a importância de se conhecer os assuntos e as “personalidades” relacionadas ao passado memorável. O Museu Histórico tornar-se-ia, portanto, o lugar ideal para a apresentação desse passado digno de ser venerado. Percebemos aí o caráter educador que Eusébio de Sousa atribuía à História. Entendida como a “mestra da vida”, seria o instrumento utilizado para fomentar as bases da moral que estruturaria uma sociedade.

Na perspectiva de Pierre Nora (1993), os lugares de memória surgem a partir do momento em que a memória deixa de ser uma prática vivida no cotidiano para se tornar o resultado de uma organização voluntária e seletiva, quanto “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de

---

<sup>3</sup> “O ‘culto da saudade’ deveria ser um ritual sagrado e oficializado, no qual os cidadãos reverenciariam os heróis nacionais, a exemplo da devoção dos fiéis católicos aos santos. Nesse ritual, os objetos que pertenceram ou estiveram em contato com algum vulto ilustre, ou que participaram de ‘grandes acontecimentos’ recebiam uma aura de sacralidade que os tornava ‘reliquias’” (MAGALHÃES, 2006, p. 22).

suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (p. 14). Os lugares de memória nascem do sentimento de que não há memória espontânea. Daí a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, que se tornarão provas e registros daquilo que se foi. Instituições como museus, arquivos, bibliotecas, monumentos, surgem com a finalidade de salvaguardar uma memória que deixou de ser múltipla e coletiva, para se tornar única e sagrada.

A partir de uma concepção evolutiva de História, o futuro representaria o auge da evolução histórica iniciada anteriormente. O sentimento cívico seria despertado nas pessoas a partir da ideia de que, através do passado, seríamos instruídos para nos tornarmos cidadãos dignos do convívio social. Respeitar as tradições, como queria Eusébio de Sousa, significava dar continuidade a algo iniciado antes, fortalecer os vínculos da sociedade com as práticas e as concepções definidas no passado que deveria permanecer como modelo a ser seguido.

Para Eusébio de Sousa, a constituição de uma identidade nacional passava necessariamente pelo fortalecimento da identidade em âmbito regional, fortalecimento que só seria possível se os cearenses tomassem conhecimento sobre a importância de conhecerem o seu passado, as suas tradições, vistos pelo diretor como elementos essenciais para a constituição da nacionalidade. Segundo depoimento de Antônio Salles, “ele (Eusébio) é um homem para o qual *o passado existe e deve estar patente aos olhos do público para ser compreendido e amado*, como a base da moral da nacionalidade cimentada pelas tradições” (SALLES, 1935, p. 33, grifos nossos).

Dispondo de pouca documentação fotográfica, os jornais são uma das mais importantes fontes de informação sobre o caráter expositivo dos primeiros anos de funcionamento do MHC. Numa reportagem de 1933, é possível encontrar indícios sobre o modo de expor de Eusébio de Sousa, que não utilizava critério cronológico ou temático para a seleção do acervo a ser exposto. Os objetos aparecem esparsos. Dividiam o mesmo espaço objetos diversos que não estabeleciam vínculos mais diretos.

Suspensa à parede, entre vários quadros curiosos, um flagrante fotográfico *precioso*. A Praça General Tibúrcio. [...] Noutro quadro, uma figura *extravagante*. O dr. Eusébio nos esclarece: - É a beata Maria de Araújo... [...] Ainda nesse recanto do Museu dois móveis antigos. Uma mesa tipo Diretório: pertenceu à antiga Câmara Municipal do Icó nos tempos áureos da ‘Princesa do Sul Leste’. E o outro móvel *tosco, grosseiro*,

gasto pelo tempo. Um simples estrado de madeira trepado sobre dois cavaletes. Mas evoca um acontecimento *terrível*: foi aí que se lavrou e assinou a sentença condenando à pena capital Pinto Madeira. (*A Rua*, 10 mar. 1933, grifos nossos)

Apesar de dividir o mesmo espaço com o quadro da Praça General Tibúrcio, o quadro da Beata Maria de Araújo ganha uma outra significação completamente distinta. Enquanto a beata é vista como uma figura “extravagante”, a fotografia da praça é destacada como um “flagrante precioso” do lugar, por se tratar de um local que celebra a memória de um grande herói nacional. Da mesma forma, acontece com os móveis citados mais adiante na reportagem. Os pertencentes à antiga Câmara de Icó relembram os tempos áureos da cidade, sendo atribuído a eles o valor de “reliquias” de um importante momento histórico; enquanto o objeto que se refere à Revolta de Pinto Madeira é visto como algo tosco e grosseiro, que evoca um acontecimento terrível da história cearense.

Nesse sentido, é plausível afirmar que houve, nos primeiros anos de funcionamento do MHC, a presença da tradição antiquária, caracterizada por atribuir aos objetos o caráter de relíquias, sendo exibidos de forma desvinculada dos demais, sem a intenção de compor um discurso mais articulado com eles. Essa tradição representava um dos procedimentos de conhecimento sobre o passado, mas passou a ser desconsiderada pelos historiadores modernos no século XIX por não se tratar, na concepção deles, de uma metodologia de análise histórica.

No antiquarianismo, o passado era entendido como a existência das experiências vividas. A crítica se dava à falta de sentido na forma como os antiquários tratavam a História, segundo os historiadores, desprovida de finalidade e utilidade (GUIMARÃES, 2002). A partir dessa perspectiva, os museus materializavam o passado através dos objetos apresentados em suas exposições, tornando-os provas fiéis dos acontecimentos e personalidades que deveriam ser lembradas. Com Eusébio de Sousa, as peças (mais ou menos isoladas) ganhavam *status* de provas autênticas de acontecimentos ou figuras consideradas de relevância histórica para o Estado ou a Nação.

Uma das salas era considerada o salão nobre do museu (Figura 1) e composta por objetos bastante diversos, que não pareciam estabelecer vínculos mais explícitos, como a imagem de Nossa Senhora da Assunção, jarros de porcelana pertencentes ao Passeio Público e um quadro do General Ti-

búrcio. A outra sala, denominada “Sala das Armas” (Figura 2), era formada na maior parte por armas e canhões, além de outros objetos, como o porta-chapéus que pertenceu ao Barão de São Leonardo e um salva-vidas de um navio francês.

O museu parecia organizar aos domingos uma pequena e rápida exposição dos objetos que iam sendo adquiridos. Nos jornais, apareciam muitas “chamadas” que diziam: “como vem se sucedendo, todos os domingos, nova documentação será exposta de objetos adquiridos durante o decorrer da semana finda” (*Gazeta de Notícias*, 21 maio 1933, p. 7). Há uma rotatividade de objetos com certa frequência, a fim de serem exibidos ao público. Isso reforça o caráter de tradição antiquária das exposições do Museu Histórico, que expunha seu acervo com o intuito também de saciar a curiosidade de seus visitantes.

Figura 1. Detalhe da Sala Antônio Bezerra



Fonte: arquivo do Museu do Ceará.

Figura 2. Detalhe da Sala das Armas



Fonte: arquivo do Museu do Ceará.

Após a saída de Eusébio de Sousa em 1942, o MHC passou por um momento de abandono. Isso ocorreu devido à mudança de diretores num curto espaço de tempo, quando estiveram à frente da direção os senhores Fidélis Alves da Silva, Antônio Pais de Castro, Artur Eduardo Benevides e Hugo Catunda. Segundo o “resumo histórico” apresentado num dos catálogos, “essa situação de mudanças de direção abriu um hiato na vida do museu e foi quebrado o ritmo de prosperidade que lhe imprimira o seu primeiro diretor” (CASTRO; MEDEIROS, 1972).

O jornal *O Nordeste* apresenta a matéria intitulada “O Arquivo Público em pandarecos” (*O Nordeste*, 2 out. 1948) sobre a situação lastimável em que se encontrava o arquivo. Apesar de não serem citadas as condições do Museu Histórico, basta lembrar que o museu funcionava como um anexo do arquivo e que a sua situação não deveria ser diferente. O jornal *O Estado* (2 mar. 1948) também define como lastimável a situação, não só do arquivo, mas também de outras instituições culturais, como a Biblioteca Pública e o Teatro José de Alencar. As evidências nos levam a crer que essa troca frequente de diretores

durante um intervalo de quase dez anos e a falta de uma política por parte do estado prejudicaram a continuidade do trabalho iniciado por Eusébio de Sousa ou a própria definição de um plano a ser implantado na instituição por outro diretor.

Esse descaso pode ser percebido ainda no período em que Eusébio de Sousa era diretor do museu. Em entrevista concedida ao jornal *A Rua* em 1936, Eusébio fala sobre as dificuldades em manter a “repartição”. Isso pode ser interpretado como uma determinada postura dos governantes, que não pareciam preocupados com a memória, da elite ou do povo. Num trecho da entrevista, ele afirma:

[...] – A verba do Museu e do Arquivo é suficiente para as despesas necessárias ao mesmo?

– Infelizmente não. Relativamente pequena, calcada ainda na primitiva verba, estou lutando com imensas dificuldades para que consiga maior verba para a minha repartição, confiado na ação dinâmica do ilustre governador do estado, dr. Menezes Pimentel, que como professor e intelectual de renome conhece muito bem o valor social e cultural do Museu, amparando-o na altura das suas necessidades ingentes. (*A Rua*, 26 maio 1936, p. 3)

Ao falar do estado em que se encontrava o museu quando recebido pelo Instituto do Ceará a partir de outubro de 1951, Raimundo Girão<sup>4</sup> foi um pouco mais contundente que as matérias citadas até agora. Em artigo publicado no jornal *O Povo*, ele afirma:

Ultimamente a vestuta sociedade (Instituto do Ceará) andou deveras aflita com o deslocamento de sua sede, que era localizada, na parte térrea do Paço do Legislativo, porém, afinal, tudo se conciliou, e o atual Governo houve por bem dar uma solução feliz ao caso. O Instituto deixaria aquele local, de que a Assembléia necessitava para as suas instalações e como compensação, passar-se-ia para o edifício até então ocupado pelo Arquivo Público, na Avenida Alberto Nepomuceno, ficando sob sua responsabilidade, todavia, a guarda e direção do Museu Histórico. Postas as coisas nestes termos, efetuou-se a mudança, como bem se compreende muito difícil, dado o recíproco deslocamento dos mó-

---

<sup>4</sup> Cearense de Morada Nova, nascido em 1900, Raimundo Girão era bacharel em Direito e exerceu diversas funções públicas, como o de secretário-geral da Prefeitura de Fortaleza e de secretário de cultura. Notabilizou-se na área da pesquisa histórica, tendo escrito diversos trabalhos, como *História Econômica do Ceará* e *Pequena História do Ceará*. Em 1941, tornou-se sócio efetivo do Instituto Histórico do Ceará.

veis utensílios, livros e pertences de ambas as entidades. E o Instituto, depois de estabelecido ali, iniciou-se a reorganização do Museu. *Um pandemônio, aquilo! Uma confusão à primeira vista irremovível. A originária disposição do Museu, devida ao Dr. Eusébio de Sousa, sofrera, com os tempos, dolorosa subversão. Tudo em desordem, abandonado, entregue à poeira e ao cupim.* Não havia verba para melhorar o Departamento e qualquer esforço dos seus dirigentes resultava improficuo. *Desprezava-se, sem explicação, aquilo que um povo mais civilizado estaria de todo empenho em preservar.* Foi deste modo que a ‘Casa do Barão de Studart’ recebeu aquele patrimônio em franco desgaste. Mas o trabalho de restauração começou lento, dificultoso, quase desanimado. Primeiro, a higienização do prédio, dominado pelos ratos, e traças, a sua pintura, a remodelação dos seus móveis danificados. Depois, a seleção dos objetos, tudo misturado, posto ali dir-se-ia granel, sem nenhum critério de escolha, à medida que chegava. Era um museu de velharias, sem um sentido lógico. Parecia uma casa de ferro-velho. Uma barra funda. (*O Povo*, 10 jan. 1953, p. 3, grifos nossos)

O museu abandonado há alguns anos, estava desorganizado e sujo, não sendo mais possível identificar a forma de exposição do acervo antes utilizada. Havia um total descaso por parte do governo no tocante à liberação de verbas que pudessem manter as mínimas condições de funcionamento da instituição. Para Girão, o abandono do museu parecia ser um ato de selvageria, já que “qualquer povo mais civilizado” se empenharia em preservá-lo. Foi nessas condições que o Instituto do Ceará recebeu o MHC em 1951, quando assinou um convênio com o governo do estado. O convênio foi firmado pela Lei nº 1.105, de 23 de outubro de 1951, passando a responsabilidade da administração do MHC ao Instituto Histórico do Ceará.

O Museu Histórico passa a ser administrado pelo instituto em 1951, mas só em janeiro de 1953, quando recebe a denominação de Museu Histórico e Antropológico do Ceará (MHAC), é reaberto ao público. As atas do Instituto do Ceará dão alguns indícios de como o acervo poderia estar dividido num primeiro momento. Na ata da sessão de 20 de junho de 1955<sup>5</sup>, Raimundo Girão fala sobre a instalação da “secção” constituída a partir da aquisição do Museu da Abolição, que recebe o nome de Eusébio de Sousa; e da “secção” antropológica, formada a partir da Coleção Dias da Rocha e que por isso recebe essa denominação. Ainda há referência a duas outras “secções”, denominadas de Leonardo Mota e Alves Ribeiro, mas não se fala sobre o conteúdo

<sup>5</sup> Ata do Instituto do Ceará. Sessão do dia 20 jun. 1955, p. 306.

delas. Assim, podemos supor que nesse período (1955), o Museu Histórico apresentava o seu acervo através de salas ou “secções” que lembravam àquelas criadas por Eusébio de Sousa.

Nos documentos de 1958, surgem evidências de uma nova forma de divisão das salas, nesse caso, diferenciando-se um pouco mais daquela realizada pelo fundador do MHC. O jornal *Gazeta de Notícias* apresenta numa reportagem a organização do acervo a partir das seguintes salas: Sala da Cidade, Sala do Sertão, Sala do Índio, Sala Eusébio de Sousa, Sala General Tibúrcio e Sala do Serviço de Antropologia (*Gazeta de Notícias*, 9 jul. 1958). Percebiam que além do aumento no número de salas, há uma ampliação das temáticas abordadas.

Já no Guia do Visitante de 1960 (INSTITUTO DO CEARÁ, 1960), há uma nova forma de disposição das salas. De acordo com o texto, as coleções do Museu ficariam distribuídas da seguinte forma: Sala da Cidade, Sala do Sertão, Sala do Índio e Sala Eusébio de Sousa e a Sala dos Gerais – sendo as duas últimas menores que as demais. As quatro primeiras salas permanecem de 1958 a 1960, mas há uma modificação nas outras duas. A sala antes chamada de General Tibúrcio parece ampliar a sua temática e passa a se chamar Sala dos Gerais, ao abrigar objetos pertencentes ao General Antônio de Sampaio.

A criação da Sala da Cidade não é obra do acaso. Através da produção bibliográfica de Raimundo Girão, é possível perceber que a cidade de Fortaleza era o seu principal tema de pesquisa, algo que se observa ao percorrermos a sua produção sobre o assunto, que traz trabalhos como *Geografia estética de Fortaleza* (1959); *Matias Beck, fundador de Fortaleza* (1961); *A cidade do Pajeú* (1982); e *Fortaleza e a crônica histórica* (1983). Nada mais pertinente do que essa cidade, tão falada por Raimundo Girão em suas obras, ganhar uma sala exclusiva no Museu Histórico.

Raimundo Girão tinha a pretensão de construir uma imagem de Fortaleza atrelada ao ideal de modernidade, ideal que caracterizou a sua gestão como prefeito. Ele, que foi secretário-geral da Prefeitura de Fortaleza (1931), depois prefeito da cidade (1933-1934) e mais adiante Primeiro Titular da Secretaria Municipal de Urbanismo (1960), foi responsável por realizações que estavam em consonância com uma ideologia de progresso característica daquele período. Progresso que Girão pensava, inclusive, a partir da lógica do urbanismo, visto como uma espécie de arte ou ciência, capaz de ordenar o espaço ocupado pelos agrupamentos humanos que ali vivam (GIRÃO, 1959, p. 105).

No texto introdutório do Guia do Visitante, encontra-se a afirmação de que a reorganização do museu tinha a finalidade de recuperá-lo, não só em seu aspecto físico, mas também no tocante às suas finalidades como instituição cultural. Assim, o museu passaria a ter um caráter estritamente regional, com o objetivo de documentar os fatos relacionados ao Nordeste e, principalmente, ao Ceará.

O Museu Histórico do Ceará foi criado pela Lei nº 479, de 3 de fevereiro de 1933, e teve como organizador e primeiro diretor o Dr. Eusébio Néri Alves de Sousa, sócio efetivo do Instituto do Ceará (Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico). O afastamento do Dr. Eusébio, por efeito de aposentadoria, determinou grandes prejuízos para a entidade. Faltou aos seus sucessores, na maioria dos casos, o interesse, o carinho que o ilustre historiador lhe dedicava. Até que, já muito desfalcado em suas coleções, em virtude de negligência na necessária preservação, o mesmo Instituto do Ceará, por força do convênio firmado com o Estado, em 10 de dezembro de 1951 (autorizado pela Lei nº 1.105, de 23 de outubro do mesmo ano), assumiu a responsabilidade da respectiva administração. Foi preciso, então, reorganizar de todo o *Museu*, não somente no que se referia à sua recuperação, como também no tocante às suas finalidades. Passou a ter um objetivo estritamente regional, de modo a documentar coisas e fatos relacionados com o Nordeste, e, especialmente, o Ceará. O Instituto confiou aludida reorganização ao seu consórcio Dr. Raimundo Girão, o qual pôde e soube mudar completamente o aspecto expositivo e o sentido educacional do estabelecimento. Peça por peça, unidade por unidade, foi assunto de seus cuidados, assim como a aquisição de novos elementos, que indiscutivelmente muito o enriqueceram e ilustraram. (INSTITUTO DO CEARÁ, 1960, p. 3-4, grifo do autor)

Segundo o texto introdutório, o museu sofreu grandes modificações. Girão organizou de outra forma as exposições do museu, escolhendo temas que pudessem agregar objetos que se relacionassem com a temática escolhida. Como o próprio texto afirma, além do caráter expositivo, as mudanças tinham por objetivo modificar, também, o sentido educacional do museu. Ao definir as temáticas que dariam nome a cada uma das salas, Raimundo Girão destacava aquilo que era de grande importância para o conhecimento da História e, como tal, deveria ser algo conhecido por todos. Assim, definem-se as temáticas diante do acervo reunido, tentando estabelecer uma narrativa através da distribuição dos objetos em cada uma das salas.

Se a escrita foi durante muito tempo o principal instrumento utilizado por Girão para expor suas concepções sobre a ciência histórica, a partir de 1951, o museu passou a ser mais um meio de tornar pública a sua posição sobre assuntos relacionados à história local, “narrados” por ele por meio das exposições que organizou.

De acordo com Cristina Rodrigues Holanda (2005), a produção de um “texto tridimensional temático” no Museu Histórico só se concretizou após 1951, quando o Instituto do Ceará assumiu a condução do museu e reorganizou o acervo a partir de assuntos variados, criando o que hoje poderíamos chamar de salas temáticas (HOLANDA, 2005). Mas a tentativa de definir um novo modo de expor não significou uma ruptura com o modo anterior. Assim como em Eusébio de Sousa, percebemos na gestão de Raimundo Girão traços do antiquarianismo, presentes na Sala Eusébio de Sousa, por exemplo.

No museu, as palavras relacionam-se com a distribuição dos objetos no espaço museológico. É possível, a partir da análise das exposições, perceber as suas concepções em relação à História enquanto ciência, em relação à finalidade do museu enquanto instituição formadora, concepção essa que aos poucos vai se evidenciando através do discurso que se constrói a partir da escolha e disposição dos objetos que estão em cada uma das salas.

A escolha dos temas, assim como dos objetos para compor uma exposição, pressupõe uma intencionalidade em estabelecer sentidos sobre determinada coisa. As exposições de um museu histórico apresentam a elaboração de significados ou explicações sobre o passado, constituindo-se assim numa narrativa. Raimundo Girão reorganizava o museu a partir das suas concepções de mundo e, principalmente, da sua consciência histórica. As salas temáticas do museu iam compondo um discurso que tinha o intuito de levar ao público aquilo que, segundo Girão, seria importante para a formação da população.

O caso da Sala do Sertão é diferente do da Sala da Cidade, por exemplo. Se nesta, a pretensão era “contar” a história da capital cearense, aquela já tinha um caráter mais pitoresco, no sentido de algo que tinha como objetivo incitar a “curiosidade” do visitante. É como se os objetos lá expostos não tivessem importância histórica, mas constituíssem um conjunto de coisas exóticas, curiosas. O texto do Guia inicia-se falando do quão “sugestiva” e “diferente” era a vida sertaneja e de como ela vinha sendo ignorada.

*Documenta a vida sertaneja, tão sugestiva e diferente, mas ignorada e, por isso, não devidamente interpretada pela maioria dos brasileiros. Na verdade, o sertão é um acúmulo de imagens e impressões às vezes*

brandas, às vezes violentas, mas sempre vigorosas, de que pode orgulhar-se o nosso País. Centro de interesse nesse ambiente forte é o vaqueiro, destemido e dedicado ao mister dos rebanhos. Uma literatura inteira já o objetiva, sem contudo expressar o seu verdadeiro aspecto – o de construtor de uma civilização típica – a civilização do boi ou, na linguagem de Capistrano de Abreu, a Era do Couro. Num dos mostuários da Sala encontra-se a roupa de vaqueiro, com o seu gibão, seu guarda-peito, as perneiras, o chapéu e quantos outros complementos, inclusive a sela ou ginete e os seus arreios. Noutra, acham-se objetos de uso pessoal do Padre Cícero (Cícero Romão Batista), o chamado “taumaturgo do Juazeiro”, figura singular até agora ainda não definida com a precisa exatidão, apesar de tantos estudos a seu respeito. A mística das populações nordestinas, cada vez mais acentuada em torno do Padre Cícero, continua a desafiar as exegeses sociológicas. *Conjuntos da arte popular e de cerâmica utilitária oferecem ao visitante motivos de incitante curiosidade.* A Sala do Sertão é dominada por um belo mural, da autoria do pintor Floriano Teixeira. (INSTITUTO DO CEARÁ, 1960, p. 5-6, grifos nossos)

Da mesma forma em que exaltava o papel do sertanejo como elemento fundamental na construção da “civilização pastoril”, Raimundo Girão reforçava os mesmos clichês apresentados por outros intelectuais da época, caracterizando aquilo que pertencia ao povo como algo exótico e diferente.

De acordo com Michel de Certeau (1993), o que desperta o interesse dos estudiosos pelo “popular” é exatamente a distância. Quanto mais distantes estiverem as produções do povo, mais emotivas e curiosas elas serão: “a emoção nasce da própria distância que separa o ouvinte do suposto compositor” (p. 60). Raimundo Girão cria essa relação de distanciamento a partir do momento em que elege o “povo” como o guardião das tradições, do passado, e só ao passado ele passa a ser referenciado. Logo, aquilo que representa o “popular” passa a ser visto como algo diferente, curioso. A abordagem que Raimundo Girão faz sobre o sertão no museu expressa essa relação de distanciamento, pois quanto mais o diretor reconhece o sertanejo como elemento portador da ancestralidade de um povo, mais ele o elimina, o afasta e o distancia.

A Sala do Sertão não abordava as questões econômicas da região, como a pecuária ou as charqueadas; não tratava dos problemas climáticos característicos, como a seca; mas voltava-se basicamente para o cotidiano do sertanejo, expondo a indumentária do vaqueiro, objetos de cerâmica e ex-votos definidos como “arte popular”, chinelos de couro, ou seja, todo um universo “curioso” e “desconhecido” dos visitantes encontrava-se ali em exposição.

As mudanças nas denominações, que vão de Museu Histórico do Ceará (MHC), Museu Histórico e Antropológico do Ceará (MHAC) a Museu do Ceará (atual nome), expressam não só as mudanças administrativas pelas quais passou a instituição, mas mudanças nas concepções de história e de museu de seus administradores, concepções essas que estarão materializadas nas exposições. A reordenação dos objetos, as mudanças nas temáticas das salas de exposição não acontecem meramente por uma questão de organização ou “arrumação” de objetos, mas pelo desejo de tentar narrar algo a partir daquilo que está exposto.

Assim, juntar, separar, mostrar, esconder fazem parte da dinâmica de qualquer instituição museológica. No texto “Ovos de dragão e plumas de fênix, ou uma defesa do desejo”, Alberto Manguel (2000) fala sobre o processo de constituição de sentidos em um museu, que se dá através do agrupamento e organização dos objetos dentro de um espaço determinado. Juntar objetos em um lugar específico representa a imposição de um sistema de categorias para esses objetos, que serão contaminados com significados predefinidos por aqueles responsáveis pelo ato de juntar.

Mas os sentidos não são constituídos apenas por aqueles que organizam os museus, mas também por quem os visita. Para estabelecer um novo sentido a esses mesmos objetos, Manguel (2000) sugere ao público que dissocie as peças de seu conjunto, separe-as, vendo-as fora de seu contexto, devolvendo-lhes sua individualidade, para que assim os objetos possam ser percebidos além do rótulo estabelecido pelo museu.

## Referências

CASTRO, Manoel Sedrim de; MEDEIROS, José Hortêncio de. *Monografia do Museu Histórico e Antropológico*. Homenagem do Museu Histórico e Antropológico do Ceará à pátria, nos festejos de seu sesquicentenário da Independência. Fortaleza: Secult, 1972.

CERTEAU, Michel de. A beleza do morto. In: *A Cultura no Plural*. Campinas: Papirus, p. 55-85, 1993.

GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1959.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Revista Topoi*. Rio de Janeiro, p. 184-200, 2002.

HOLANDA, Cristina Rodrigues. *Museu Histórico do Ceará: a memória dos objetos na construção da História (1932-1942)*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2005 (Outras Histórias, v. 28).

INSTITUTO DO CEARÁ. MUSEU HISTÓRICO E ANTROPOLÓGICO DO CEARÁ. *Guia do Visitante*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

MAGALHÃES. Aline Montenegro. *Culto da saudade na Casa do Brasil*. Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2006. (Outras Histórias, v. 49)

MANGUEL, Alberto. Ovos de dragão e plumas de fênix, ou uma defesa do desejo. In: *No bosque do espelho: ensaio sobre as palavras e o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 164-177, 2000.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 1992.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC, p. 7-28, 1993.

SALLES, Antônio. Os canhões de Paracurú. *Boletim do Museu Histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial, v. 1, n. 1, 1935.

## “VISITANDO A CASA DO HOMEM QUE CONTA A HISTÓRIA DE SERGIPE”: JOSÉ AUGUSTO GARCEZ E O MUSEU SERGIPANO DE ARTE E TRADIÇÃO (1948)

JEAN COSTA SOUZA

Falar de coleção e colecionismo é seguir os enalços das iniciativas que despertaram no colecionador a vontade de guardar determinadas “coisas” e pronunciar determinadas narrativas a partir de uma constelação de objetos. O colecionismo desperta a atenção humana há milênios e tornamos, a partir desse gesto, mediadores e comunicadores que produzimos diversos usos e significados (Cf. MOLES, 1974, BAUDRILLARD, 2002). Desse modo, “visitando a casa do homem que conta a história de Sergipe”<sup>1</sup>, evidenciaremos uma “coleção de coleções” reunida em um museu particular que revela uma determinada leitura da história de Sergipe por meio de um conjunto de objetos, assumindo aquilo que Krzysztof Pomian (1984, p. 71) designou de semi-óforos: “objetos que representam o invisível”. O colecionismo seria esse ato subjetivo que o colecionador confere ao presente, a partir do seu pensamento e arranjo, narrativas possíveis no desfilar da materialidade exposta a quem vê.

Realocado em um conjunto de objetos, em meio a uma linguagem expositiva, o mesmo perde o seu valor de uso e se transforma em coleção, carregado de gestos qualificativos, históricos e afetos daquele que o coleciona. O colecionador sergipano José Augusto Garcez (1918-1992), ao constituir uma coleção privada e organizar um museu particular, arquitetou um lugar de produção de significados.

Para Pomian (1984), uma coleção é composta de “quaisquer objetos de conjuntos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou definitivamente

---

<sup>1</sup> Expressão de J. C da Costa Pereira e Lauro Fontes (In: GARCEZ, 1958, p. 24).

te, fora do circuito das atividades econômicas, sujeitas a uma proteção especial, um lugar fechado preparado para esse fim e expostos ao olhar do público” (p. 55). É nesse lugar de “proteção especial” destinado ao “olhar do público” que analisaremos o processo colecionista de José Augusto Garcez quando, em 1943, iniciou sua coleção particular, cujo objetivo era servir de espaço de educação e valorização das “tradições sergipanas”.

O Museu de Sergipano Arte e Tradição, fundado em 1948 na cidade de Itaporanga D’ Ajuda (SE), talvez seja o primeiro resultado do gesto colecionista de José Augusto Garcez materializado em um museu. Uma prática que, paulatinamente, foi desmembrada para outras localidades e endereços, ainda sob a guarda do colecionador na capital Aracaju. Todavia, é dos objetos que permeiam a construção de sua “totalidade privada” (BAUDRILLARD, 2002, p. 94), do seu museu particular e suas coleções, que investigaremos o colecionismo de Garcez em Sergipe, na primeira metade do século XX.

A sua atuação como colecionador no cenário cultural sergipano é atravessada por ações e práticas intelectuais mobilizadas a partir de sua condição social, de homem branco, letrado, católico, descendente de família de fazendeiros e políticos da região, que produziram uma posição “distintiva” (BOURDIEU, 2008), garantindo legitimidade cultural no campo de produção simbólico, principalmente no campo dos museus e da Museologia sergipana. Essa posição, segundo Pomiam (1984), não só denuncia o lugar socioeconômico do colecionador, como auxilia na faculdade de retirar determinados objetos dos círculos de valores do cotidiano e incorporar sucessivos significados ao adquiri-los para sua coleção.

Personagem do seu tempo, Garcez foi um estudioso que a partir do seu acervo expôs ao público seu pensamento por meio da “linguagem expositiva das coisas” (BRITTO, 2018). Atuou no campo das letras como jornalista, editor e organizador de livros<sup>2</sup>, mas foi no campo dos museus que Garcez materializou o seu pensamento a partir da criação do seu museu particular, no qual o mesmo se fez viajante, um curioso das coisas de Sergipe registrando e preservando objetos de diversas localidades da antiga província, mobilizando imaginações outras para o cenário museológico sergipano (Cf. BRITTO; DANTAS; SANTOS JUNIOR, 2018).

Assim, o presente texto tem por objetivo analisar a trajetória do colecionador José Augusto Garcez e as estratégias para criação e consolidação do

<sup>2</sup> Sobre a atuação de José Augusto Garcez no campo das letras e da editoração de livros em Sergipe, consultar Silvaney Santos (2018).

seu museu como espaço de fabricação de uma determinada leitura da história e da arte em Sergipe, evidenciando aspectos do seu colecionismo ao longo das décadas de 1940 e 1950. Para tanto, utilizaremos como recurso metodológico a análise de um conjunto de fontes inéditas como jornais, documentos pessoais, bibliografias e fotografias, no intuito de visualizar as táticas utilizadas pelo colecionador que, conforme argumentaremos, se fizeram a partir de um ato colecionista construído paulatinamente por meio de achados, aquisições e doações, na primeira metade do século XX.

Vale destacar que não é o objetivo deste estudo narrar uma “história de vida” do colecionador sergipano, mas problematizar, a partir da noção de trajetória (BOURDIEU, 2007), indícios do que poderia ter motivado Garcez a criar uma coleção particular composta por tipologias diversas e um museu intitulado “Museu de Arte e Tradição”. A análise das fontes de jornais, aqui cronologicamente apresentada, e das fotografias disponíveis nos arquivos do Instituto Tobias Barreto da Universidade Tiradentes (UNIT), em Aracaju, permitiu visualizar indícios da existência simultânea do Museu de Arte e Tradição na cidade de Itaporanga D’Ajuda, em 1948, onde provavelmente teria sido o primeiro espaço de guarda de sua coleção; e na capital Aracaju, a partir da década de 1950.<sup>3</sup> Até o momento não foi possível identificar com exatidão o período em que José Augusto Garcez desmembrou a sua coleção e a alocou em endereços diferentes. Todavia, conforme analisaremos a seguir, a sua atuação efetiva na capital sergipana, Aracaju, e a necessidade de um espaço adequado para abrigar a coleção podem ter contribuído para o deslocamento e para a permanência dos objetos em lugares diferentes.

Em virtude desse cenário, o texto foi desmembrado em dois momentos. No primeiro, apresentaremos as possíveis motivações que estimularam o colecionismo de Garcez e a criação do seu museu particular na cidade de Itaporanga D’Ajuda, em 1948. Os documentos consultados, reconhecidos como testemunhos históricos (BURKE, 2004), tornam-se indícios importantes para a visualização da variedade de objetos colecionados e expostos no museu. No segundo momento, analisaremos os esforços de José Augusto Garcez no intuito de que seu acervo fosse reconhecido como “patrimônio histórico e artístico

---

<sup>3</sup> Apresentado como Museu de História e Ciência de Sergipe ou Museu Social de Sergipe, segundo as correspondências destinadas ao colecionador sob a guarda do Instituto Tobias Barreto da UNIT, em Aracaju, o museu estaria localizado na Rua Estância, nº 542, onde provavelmente residia José Augusto Garcez. No livro *Folclore: realidade e destino dos museus* (GARCEZ, 1958), o colecionador indica a Rua Barão de Maruim, nº 692, como a sede do museu.

sergipano”, e seu museu financiado e legitimado pelo poder público estadual como o Museu do Estado de Sergipe.

### Um aqui, ali, acolá “de cousas do passado, sem o esquecimento do presente”

José Augusto Garcez nasceu no dia 19 de agosto de 1918, na Usina Escurial, em São Cristóvão (SE), filho de Silvio Sobral Garcez e Carolina Sobral Garcez, descendentes de uma família de donos de engenho e políticos reconhecidos na região. Iniciou os seus estudos no município de Itaporanga D’Ajuda<sup>4</sup> tendo aulas com professores particulares. Devido a situação do ensino primário e secundário, Garcez realizou seus estudos em Aracaju no Colégio Tobias Barreto e concluiu o nível secundário no Colégio Marista Nossa Senhora da Vitória, em Salvador, Bahia. Ainda em terras baianas, cursou a faculdade de Direito, mas, devido a um problema de saúde, não a concluiu (SANTOS, 2011, SOUZA, 2019).

Em sua atuação como aluno secundário no Colégio Marista, no qual o ensino da Física, Química e História Natural era realizado em espaços de experimentação e apresentação de objetos científicos e culturais, a exemplo dos Gabinetes de Ciências Naturais, é provável que tenha apreendido práticas destinadas à preservação e à identificação de objetos de naturezas diversas, assim como em sua passagem pela Faculdade de Direito na Bahia. Não sabemos a data em que Garcez frequentou o colégio particular da Ordem Marista nem tão pouco o ano que ingressou na Faculdade de Direito, todavia, é provável que essas experiências tenham contribuído para uma aproximação maior com campo dos museus e das coleções científicas. Esses trânsitos justificariam, provavelmente, sua aproximação com diferentes áreas do conhecimento. Em relatos autobiográficos, Garcez (1958) informou que realizava cursos e estudos nas áreas da Paleontologia, Antropologia, Ciência Zootécnica e Museologia, o que denota a centralidade que a cultura material e as coleções científicas possuíam em sua trajetória.

De volta à cidade natal, em 1938, Garcez iniciou sua carreira de jornalista, publicando como trabalho de estreia uma biografia do médico e professor Antônio Prado Valladares: “Quando estudante na Bahia, conheci Prado Valladares com quem mantive fortes laços de amizade e obtive neste encontro

---

<sup>4</sup> Cidade sergipana localizada à margem do Rio Vaza Barris, a 196 Km da capital Aracaju.

feliz minha admiração pelos médicos”.<sup>5</sup> Mais um indício das relações e meios sociais do intelectual sergipano que atesta um contexto em que não exista uma concepção rígida entre as áreas científicas, deslocamentos que lhe proporcionaram notoriedade e legitimidade no cenário cultural sergipano.

Voltando para as “cousas” de Sergipe, Garcez foi um intelectual que pôde através de sua posição, transitar e dialogar com os meios de comunicação possíveis, vivenciar espaços e conhecer lugares que culturalmente contribuíram para a produção do seu olhar. Dito isso, é notório que José Augusto Garcez soube a partir de sua posição social manipular seus capitais para determinadas leituras a respeito do que entendia como tradição, arte e cultura no estado de Sergipe. Atuou em diferentes espaços de produção<sup>6</sup>, agindo em distintas atividades proeminentes dentro e fora do estado, seja como colaborador nos órgãos de imprensa como o *Diário de Sergipe*, *O Nordeste*, *Correio de Aracaju*, *Sergipe Jornal*, de Aracaju (SE); *A Tarde*, de Salvador (BA); *Diário Carioca*, do Rio de Janeiro (RJ); *A Gazeta*, de São Paulo (SP), ou em instituições culturais como o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), em 1942.

Ainda nesse contexto, início de 1940, Garcez se candidatou para a Academia Sergipana de Letras (ASL), todavia somente ingressou na instituição em 15 de novembro de 1972. Levando em consideração o lugar ocupado por aqueles que transitavam nesse espaço de produção da notoriedade, é provável que nesse momento Garcez tenha sentido a indiferença da intelectualidade local. Nesse aspecto, em virtude de suas experiências anteriores com as coleções científicas e dos impactos da recém-atuação do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional (Sphan) em Sergipe<sup>7</sup>, decidiu mobilizar estratégias de reconhecimento a partir da criação de espaços de notoriedade no campo da cultura material, dos museus e do patrimônio sergipano.

Segundo Garcez (1958), a sua prática colecionista iniciou em 1946, devido ao descaso do poder público estadual com relação à preservação dos monumentos e objetos representativos da “história e tradição do povo sergipano”.

<sup>5</sup> Documento presente no Arquivo do Memorial de Sergipe da UNIT em Aracaju, acervo em processo de catalogação.

<sup>6</sup> Além do Museu de Arte e Tradição, ele foi responsável pelo Programa Radiofônico - Panorama Cultural da PRJ- 6 (1949-1965). Criou o serviço de pesquisa e documentação cultural (1950), a Editora Movimento Cultural de Sergipe (1953) e a Biblioteca Luís da Câmara Cascudo (1972).

<sup>7</sup> Na cidade de Itaporanga D’Ajuda, onde Garcez tinha residência e familiares, encontra-se o conjunto arquitetônico jesuíta (Casa-escola, Casa-grande, senzala e igreja) tombado em 1943 como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Inscrição nº 213 de 21 de maio de 1943) e reconhecido como a primeira construção realizada pelos jesuítas na Colônia Portuguesa na América.

Isso se potencializou “em virtude da constante exportação das relíquias históricas” e da “dispersão do patrimônio histórico e cultural do estado” (p. 24). Todavia, apesar de estabelecer esse marco fundador, é provável que construiu sua coleção anteriormente. Exemplar desse argumento, consiste na correspondência datada de 4 de julho 1943, na qual Garcez, aos 24 anos de idade, relatou o posicionamento de seu pai em relação às suas coleções em conversa com o seu sócio, Aminthas Garcez: “Juro Aminthas se o José morrer não faço absolutamente questão destas porcarias (referindo-se à biblioteca e demais objetos) eu darei tudo” (SANTOS, 2018, p. 38). Esse relato comprova a prática colecionista de Garcez iniciada em sua residência na cidade de Itaporanga D’Ajuda no início da década de 1940, coincidindo com a abertura do processo de tombamento pelo Sphan do Conjunto Arquitetônico Casa de Tejupeba e Capela do Colégio daquela localidade, em 1941 (Processo nº 289-T-1941).

Esse fato é extremamente relevante na medida em que demonstra os impactos que a política nacional de preservação do patrimônio histórico e artístico ocasionaram no campo cultural sergipano. A presença em Sergipe, no ano de 1939, de uma comitiva liderada por Rodrigo Mello Franco de Andrade, diretor do recém-criado Sphan, visando selecionar os bens a serem tombados nacionalmente de acordo com os critérios de legitimação da nação, contribuiu para a criação de uma ação política: “voltada para a preservação da memória nacional e de construção de uma identidade que tinha como pilar o passado colonial”, fator que resultou em “ações atreladas à preservação do patrimônio histórico, especialmente os monumentos de grande ‘valor artístico’” (SANTOS, 2018, p. 234). No mesmo aspecto, a atuação do sergipano José Calasans como delegado do Sphan em Sergipe contribuiu para a difusão “da defesa pela preservação na própria comunidade, ao tentar convencer os moradores da relevância para Sergipe em salvaguardar a memória acerca do passado local” (p. 229).

Desse modo, é provável que José Augusto Garcez tenha sido influenciado por esses debates no campo do patrimônio, especialmente quando reconhecemos a importância da preservação dos “monumentos” da cidade de Itaporanga D’Ajuda nos discursos dos intelectuais modernistas. No mesmo aspecto, é significativo pensar que essa consciência da necessidade de salvaguardar determinados testemunhos do passado local, em alguma medida extrapolou a prática do órgão oficial de preservação que privilegiava os bens de “pedra e cal”. Impactados por esses discursos, alguns agentes, a exemplo de Garcez, reuniram esforços visando preservar bens móveis e integrados e impedir sua

dispersão o que, naquele contexto, era comum em virtude da atuação de negociantes e colecionadores:

As décadas de 30 e 40 só fizeram ampliar e multiplicar a exploração na área, o mobiliário e a imaginária entrando firmes. O que resultou na criação de uma clientela certa para nossa arte colonial erudita e semi-erudita, um perigo à integridade dos acervos das igrejas, agora expostos a toda espécie de cerco. Clientela nacional e internacional. [...] Acontece que, embora tombados com os monumentos, englobados sob a simples menção de ‘acervo’ ou ‘recheio’, pelo fato de não terem sido inventariados e fotografados individualmente esses bens ficaram desamparados. Sob o consentimento de parte do clero persuadido de seu direito de dispor das obras, ocorreram dilapidações seguidas, algumas que se constituíram em perdas irreparáveis. É de se ressaltar o desgaste então da direção do SPHAN, sem corpo técnico voltado exclusivamente para o patrimônio móvel e pessoal suficiente para controle. (COSTA, 2002, p. 303-304)

Provavelmente foi esse o sentimento que contribuiu para o colecionismo de José Augusto Garcez. Nesse contexto, o estado de Sergipe tinha apenas dois espaços museológicos que respondiam como lugar de preservação: o IHGSE, em Aracaju, fundando em 1917 (hoje Museu Galdino Bicho, pertencente à mesma instituição); e o Museu Horácio Hora, criado pelo Decreto nº 31 em 16 maio de 1942, na cidade de Laranjeiras. Sobre essas duas instituições, Garcez promoveu algumas críticas no tocante à forma como desenvolviam suas atividades culturais no cenário museológico sergipano. Segundo o autor, ambos careciam de cuidados quanto à “arrumação, organização, peças destinadas a proteção de objetos, etiquetas, inventário” (GARCEZ, 1958, p. 42). Além desse argumento, a formação de uma coleção em Itaporanga D’ Ajuda evitaria que os bens móveis fossem encaminhados para outras cidades sergipanas e, ao mesmo tempo, contribuiria para a fabricação da crença em seu nome como um dos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio em Sergipe.

Segundo Cláudio de Jesus Santos (2014), a coleção de Garcez foi fruto das viagens que o colecionador fez pelo interior do estado de Sergipe, certamente visando evitar a dispersão dos bens de outras localidades ainda não contempladas com espaços museológicos e ampliar o repertório de sua coleção. Esse fato pode ser comprovado na fotografia de um dos espaços de sua residência (Figura 1), que também abrigava “os acervos da Biblioteca Popular

Tobias Barreto e o respectivo Arquivo, situados na Rua Manoel Sobral, nº 05 em Itaporanga D’Ajuda”<sup>8</sup>, registro que testemunha o modo como era disposta a coleção no final da década de 1940.

Figura 1. Seção de Antropologia Cultural, Museu Sergipano de Arte e Tradição



Fonte: Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura da UNIT.

A imagem é um recorte de sua coleção na “Seção” por ele nomeada de “Antropologia Cultural” que integrava o Museu de Arte e Tradição. Conforme podemos perceber, a fotografia apresenta o colecionador ao lado dos objetos sugerindo a sua inserção simbólica no repertório discursivo da memória sergipana. O arranjo atesta um colecionismo de feição eclética que contemplava animais taxidermizados, objetos de couro, materiais cerâmicos, rochas, fósseis, indumentárias etc., organizado em seções temáticas espalhadas pelos cômodos de um imóvel que adquiriu em Itaporanga D’Ajuda quando transformou sua coleção em um museu, em 1948.

<sup>8</sup> Documento presente no Arquivo do Memorial de Sergipe da UNIT de Aracaju, acervo em processo de catalogação.

Segundo registro deixado pelo próprio colecionador, seu acervo tinha “mais de oitocentos fosseis encontrados em Sergipe (município de Canhoba, Aquidabã, Maruim e Aracaju e Bebedouro. [...] Também fosseis de provável raça primitiva habitada em Sergipe, hoje objeto de estudo do livro Pré-História de Sergipe”.<sup>9</sup> Para o poeta Santos Souza<sup>10</sup>, foi graças à iniciativa de José Augusto Garcez e os seus estudos no campo arqueológico e paleontológico que Sergipe teve o seu “passado geológico concernente aos fosseis animais [e] algumas dezenas de achados da preciosa fauna de vertebrados extintos encontrados nas cacimbas de sítios Novos – (Canhoba)” (In: GARCEZ, 1958, p. 28).

São escassas as informações a respeito dos objetos que integravam seu museu particular na cidade de Itaporanga D’Ajuda. Documentos pessoais e notícias de jornal do início da década de 1950 destacam a existência do Museu de Arte e Tradição em Aracaju, provavelmente decorrente da mudança do colecionador. O museu estava localizado na residência de José Augusto Garcez, na Avenida Barão de Maruim, nº 629, região central de Aracaju e a partir desse deslocamento para a capital teve sua nomenclatura alterada para Museu Sergipano de Arte e Tradição. Na verdade, a escolha das categorias “arte” e “tradição” de alguma maneira reproduziu o entendimento difundido pelos intelectuais do Sphan que privilegiou os elementos históricos e artísticos na nomenclatura do órgão preservacionista, além de traduzir as transformações no campo dos museus brasileiros na primeira metade do século XX. Todavia, o colecionismo de José Augusto Garcez também foi influenciado por outras referências museológicas, o que contribuiu para uma feição marcadamente eclética do seu acervo, permeando “valores de raridade, exemplaridade, notabilidade e conservação de tipos em extinção, presentes nos de história natural, o que interfere no recolhimento, classificação e exibição dos conjuntos” (LOURENÇO, 1999, p. 87).

### **“O museu em sua própria casa é criação do seu pensamento”**

Instalado no início da década de 1950, em Aracaju, o Museu Sergipano de Arte e Tradição continuava vinculado à residência de José Augusto Garcez. A coleção era mediada pelo colecionador que, através de próprio relato, apresentava “a origem do acervo, bem assim o aspecto histórico, empenhando es-

<sup>9</sup> Documento presente no Arquivo do Memorial de Sergipe da UNIT de Aracaju, acervo em processo de catalogação.

<sup>10</sup> Sergipano, membro da ASL e amigo de José Augusto Garcez. Ambos figuraram no campo das letras na lista de novos escritores sergipanos.

forço a fim de oferecer ao público o sentido primordial que é de colocar o museu, na missão educativa e social” (GARCEZ, 1958, p. 35). Influenciado por uma prática pedagógica em que os objetos seriam visualizados como suportes para o ensino das diferentes disciplinas, o museu atestaria narrativas construídas a partir da cultura material.

Os relatos de intelectuais que visitaram o museu na capital sergipana descrevem com detalhes outras tipologias de objetos que permeavam as ações de coleta e comunicação no museu de José Augusto Garcez. Uma dessas visitas foi a do folclorista Luís da Câmara Cascudo, em 1951, por ocasião da comemoração do centenário da morte do folclorista sergipano Silvio Romero, conforme relato publicado no dia 26 de junho de 1951 no jornal *Diário de Natal*:

Visito a biblioteca de José Augusto Garcez. E a sua galeria de arte popular. Muitos espécimes curiosas de barro, madeira, osso, pastoris, presépios, o grupo de Lampião e Maria Bonita, macumba, candomblé, amuletos, reminiscências de viagens. Muita cousa para ver e estudar. E quadros, fotos, e objetos dignos de demora atenta. A Biblioteca anuncia o estudioso que pode se credenciar para todos os voos. Todos os gêneros estão amplamente representados. Documentário sério. A hemeroteca é variada e copiosa. José Augusto Garcez é abelha que ainda não fixou a flor de sua especialização cultural. Sua biblioteca é viva, pessoal, abrangendo os horizontes mais largos e gerais, Direito, Jornalismo, História, Crítica, Poesia, assuntos Agrícolas, pecuarismo, etnografia, folclorismo. Escreve como uma simplicidade de como a ponto de ouro sustenta e valoriza a pérola, na delicadeza e na segurança do engaste. Devemos-lhe a publicação dos versos do jesuíta Gonzaga Cabral e seus planos de trabalho são de uma simpatia humana e lógica. (In: GARCEZ, 1954, não paginado)

Em seu depoimento, Luís da Câmara Cascudo apresenta a coleção e destaca a atuação multifacetada do colecionador. O pesquisador alerta para presença de objetos que remetem ao colecionismo “popular” e informa a existência de uma “galeria de arte popular”, provavelmente uma das seções do museu. Meses depois, o jornal *Correio de Aracaju*, no dia 15 de setembro de 1951, noticiou a matéria “O Museu de José Augusto”, de autoria do jornalista Zózimo Lima:

A casa de José Augusto Garcez é um museu de pequenas proporções, mas um verdadeiro museu onde se encontram elementos para estudo no setor da história, da pintura, da numismática, e principalmente da ce-

râmica. [...] Passei longas horas esquecido entre as preciosidades anti-quíssimas que José Augusto guarda com ambição e ciúmes de usuários, para só mostra-las a quem seja como ele, enamorado de arte. Contemplei, embevecido, fragmentos de mosaicos com arabescos Árabe, Camafeus com o perfil de Aretusa, Taças, Litões, Cantaras e Ânforas que talvez fossem esculpidas por Brygos e Euphronias, vasos etruscos que talvez pertencessem a Mumio e Martelo, cimitarras, e espadas das guerras de Bizâncio e do Paraguai, ídolos encontrados em escavações na fazenda Dira, em Itaporanga. E preciosa e escolhida a coleção de obras de Direito, Sociologia, Psicanálise, História, Crítica Literária e Científica. Perdem-se horas admirando-se os estudos acadêmicos de antigos e modernos pintores nacionais e estrangeiros. (LIMA, 1951, não paginado)

O informe, rico em detalhes, apresenta outras tipologias de objetos que integravam o colecionismo de José Augusto Garcez. A exposição, conforme o relato, direcionava a testemunhos materiais ligados à Arte e à História. A referência à “casa de pequenas proporções” indica não só um reduzido espaço adaptado para o acervo, como também remonta uma relação intimista do colecionador no trato e na apresentação da sua coleção. Além disso, o fato de “só mostrá-las a quem seja como ele, enamorado de arte”, sugere que o museu era um lugar ainda reservado para poucos ou aberto mediante agendamento prévio.

Vale ressaltar que, apesar das matérias de jornal até aqui apresentadas não evidenciarem o desejo de transformação da instituição em um museu público ou financiado pelo estado, é provável que José Augusto Garcez estivesse decidido a transformá-lo em museu estadual, tendo em vista que, no dia 26 de outubro de 1951, registrou “mais uma vez ao governador do Estado, Arnaldo Rollemberg Garcez, a necessidade de se fundar em Aracaju um museu” (GARCEZ, 1958, p. 61). Isso é evidenciado na matéria de Corinto Mendonça publicada no dia 21 de fevereiro de 1952, no *Diário de Sergipe*:

Seria uma providência louvável se o Estado pusesse à disposição de José Augusto Garcez um salão num edifício público onde pudesse ele instalar o seu arsenal de coisas valiosas e dignas de admiração. Seria uma exposição permanente, de que, não se veria somente o que fala da antiguidade, do pré-histórico, do passado, porque aí se poderia mostrar ao turista o que é nosso; de quanto somos capazes; os nossos valores nos diversos ramos da nossa vida.

Haveria também um recanto reservado a exposições de trabalhos artísticos, de pinturas, de esculturas, de prendas domésticas, de labores, de revelações de inteligências precoces expressas em ficções. (MENDONÇA, 1952, p. 4)

Na verdade, é provável que os discursos em prol da valorização do acervo de Garcez e sua transformação em um Museu do Estado tenham sido estimulados pela visita do folclorista Luís da Câmara Cascudo em terras sergipanas. Prova disso é que em carta direcionada ao colecionador sergipano, a pedido do próprio governador, o folclorista relatou que seria interessante que o Museu do Estado fosse criado seguindo uma perspectiva folclórica<sup>11</sup>, um museu pensado como espaço cultural movido pela cultura material, e os demais acervos – arquivístico e bibliográfico – fossem destinados a outras instituições, como o Arquivo Público e o IHGSE.

O jornalista Lincoln de Souza, após visitar o museu no dia 12 de maio de 1953, registrou no jornal *A Noite* “o que de mais interessante se vê no museu de José Augusto Garcez”. Por meio de “amostra de objetos ligados à vida do Brasil de ontem e de hoje e, especialmente, do folclore nordestino”, a descrição do jornalista resultou em uma apresentação minuciosa da coleção de armamentos:

Logo à entrada, alguns canhões usados por holandeses, quando de sua fuga de Pernambuco, revelam o primitivismo dessas peças de guerra daquele tempo, então carregadas pela boca, com pólvoras, pedaços de ferro, pontas de prego, pedras, etc., sendo a detonação provocada por um estopim que se acendia na parte posterior, do lado de cima do canhão, onde havia um pequeno orifício que fazia comunicar o estopim com a pólvora. Algumas dessas peças vieram de várias cidades sergipanas, como Itaporanga, Laranjeiras, Divina Pastora, S. Cristóvão (que foi a antiga Capital), etc. Com referência a armas, pode-se ver, ainda uma coleção completa de trabucos, revolveres, pistolas, fuzis antigos, sendo que, pela sua raridade, se destaca uma arma usada por Antônio Conselheiro e que representa uma pistola e arma branca conjugadas. Essa arma ele não a deixava nunca na famosa campanha de Canudos. Também, em matéria de instrumentos de morte, chama a atenção de todos um punhal, de setenta e cinco centímetros de comprimento, que pertenceu a Lampião e com o qual dezenas de pessoas foram impiedosamente sangradas, pelo processo preferido do famigerado bandoleiro, o qual era de enterrar a lâmina em sentido vertical, pelo omoplata da vítima, vindo a ponta do ferro sair pelo lado da região pubiana ou pela barriga. Também assim que Zé Baiano fazia com os infelizes que lhe caíam nas garras. Aliás, deste último, há no museu, oferecidos por seu matador, Antônio Pereira da Conceição, vulgo ‘Antônio de Chiquinha’, o largo sombreiro de couro, cheio de enfeites baratos, bernal de pano,

---

<sup>11</sup> Sobre a atuação dos estudos de folclore e o campo dos museus em Sergipe, consultar Jean Costa Souza (2019).

punhal, cantil, etc. No que tange ao cangaço, a coleção é completa, havendo ainda, bonecas representando Atila do Nordeste. Maria Bonita e todo o seu bando de facínoras. (SOUZA, 1953, p. 29)

A apresentação dos objetos demonstra não só o modo como ocorria a mediação, mas explicita também a preocupação que Garcez tinha com a procedência e a identificação de cada objeto nas narrativas por ele apresentadas aos visitantes. Prova da preocupação que o colecionador tinha com a pesquisa é a carta com fotografias enviada para o historiador e diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso. O documento, datado de dezembro de 1956, enviado por intermédio do professor major Erivaldo Fontes, visava elucidar a procedência de uma arma. Em resposta, no dia 6 de janeiro de 1957, Gustavo Barroso afirmou que se tratava de “único exemplar existente no Brasil”, atestando a dificuldade de “chegar-se a conclusão certa sobre uma arma dispendo tão somente de fotografias não muito claras, pois, não se pode estudar bem o mecanismo, nem procurar qualquer transcrição ou marca de número”.<sup>12</sup> O relato do jornalista também apresenta as nove seções do museu:

**Imagens:** Imagens de santos diversos, do tempo dos holandeses, quando estes, expulsos de Pernambuco, se detiveram em terras sergipanas. Muitos estão mutilados. Obras dos ímpios Batavos, santos de Madeira, alguns datando do século XV. Cristos de Marfim. Uma custódia – a primeira que entrou na então província. **Fosseis:** Não identificados, de animais extintos, encontrados numa lagoa, no município de Canhoba. **Pintura:** Quadros de Horácio Hora, notável pintor sergipano, Dois Retratos, que se encontravam no porão, na cidade de Laranjeiras (onde nasceu João Ribeiro). Também de Horácio Hora se vê a sua última paleta. **Arte Popular:** Representação de todos os municípios do Estado: bonecas, vasilhas, cerâmica, objetos trabalhados em côco, chifres, madeira, etc. **Armas:** Armas de fogo de todas as épocas, trabucos, fuzis, canhotos, espadas, punhais, etc. **Etnologia:** Bestas primitivas da aldeia indígena de Itaporanga da Ajuda. Arcos e Flechas envenenadas. Esculturas de madeira de Índio do Amazonas. **Macumba:** Coleção completa de bonecas representando deuses, figuras da macumba, ‘babalaôs’, ‘pais de santo’, ‘Cambonos’, médiuns, objetos de culto, etc. **Peças internacionais:** Defumador egípcio. Arte popular de angola (bonecas), Xícaras e pratos japoneses. Pratos holandeses e franceses. Porcelana de Sevres, etc. **Diversos:** Salva vidas do ‘Araraquara’ e lanterna de ‘Baependi’, torpedeados nas costas de Sergipe (2º Guerra). Medalhas de prata na-

<sup>12</sup> Documento presente no Arquivo do Memorial de Sergipe da UNIT de Aracaju, acervo em processo de catalogação.

cionais e estrangeiras. Cédulas diversas, Autógrafos da Princesa Isabel e de D. Pedro II. Documentos de transações de escravos (compra e venda). Algemas, tronco e instrumento de martírio e escravidão. (SOUZA, 1953, p. 29, grifos do autor)

A partir da forma como o colecionador fez a apresentação de sua coleção e do contato epistolar, é possível inferir o conhecimento que possuía das normas técnicas aplicadas aos museus, nos moldes concebidos por Gustavo Barroso em seu livro *Introdução à técnica de museus*, publicado em 1946. Também é possível evidenciar narrativas construídas com alguns objetos de sua coleção apresentados em exposições de curta duração realizadas em diferentes espaços de Aracaju, a exemplo da Livraria Regina.<sup>13</sup> Em 1958, em razão da publicação do seu livro *Folclore: realidade e destino dos museus*, Garcez além de registrar o seu pensamento sobre campo dos museus e os desafios para a Museologia, apresentou de forma classificatória a sua coleção enquadrada nas categorias de “Etnologia Brasileira”, “Arte Sacra”, “Arte popular em Geral”, “Armário”, “Instrumentos de Tortura”, “Ciclo do Cangaceiro”, “Ciclo da Escravidão”, “Iconografia”, “Animais Taxidermizados” e “Antropologia Cultural” (GARCEZ, 1958). Dito isso, concordamos com José Reginaldo Gonçalves (2007) quando a partir “das categorias culturais ou sistemas classificatórios dentro dos quais situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos” (p. 14) percebemos que a vida social é composta por objetos que circundam os agentes proporcionando significados distintos, temporalidades, trajetórias individuais ou coletivas que reverberam em suas práticas e em seus pensamentos.

É possível afirmar que o Museu Sergipano de Arte e Tradição, por meio dos registros aqui apresentados, se tornou um “coleção de coleções”, um espaço formado pela inquietude intelectual de um agente que construiu aquilo que Durval Muniz de Albuquerque Junior (2013) denominou de “Museu de tudo”, inspirado na obra de João Cabral de Melo Neto ou, em outras palavras, “uma feira de mitos, uma colagem de fragmentos disparatados, selecionados entre a variedade de formas e matérias de expressão que foram e são produzidas em várias áreas deste espaço” (p. 20-21). Garcez transformou a sua casa de “pequenas proporções” em um lugar de preservação de fragmentos aparen-

---

<sup>13</sup> Conforme anotações manuscritas de José Augusto Garcez, sem data: “História do Brasil - Ciclos da escravidão, do Índio e do Cangaceiro. Em exposições populares consagra em homenagens póstumas valores científicos e culturais: Primeiro Centenário de Nascimento de Clovis Beviláqua (4.10.1959), Cinquentenário de Morte de Euclides da Cunha (15.08.1959) e Centenário de Nascimento de João Ribeiro (24.06.1960).” Fonte: Arquivo do Memorial de Sergipe - Universidade Tiradentes, Aracaju.

temente disparatados, mas que ganharam coerência a partir de sua imaginação colecionista.

No final de década de 1950, José Augusto Garcez, em meio à busca de apoio para a que seu museu fosse financiado pelo poder público, cogitou encaixotar as coleções tendo em vista que seu espaço apresentava “limites exíguos, inadaptados às verdadeiras condições museológicas, aonde centenas de peças se amontoam e se expiram em várias dependências, afetando, inclusive, a saúde de minha família” (p. 71). Apesar disso, é provável que tal afirmação consistiu em apenas uma sugestão, visto que existem indícios de que o acervo do museu esteve exposto até a década de 1970. O fato é que os objetos que Garcez reuniu em nome da “arte e da tradição” foram desmembrados para compor outras narrativas museológicas no estado de Sergipe, encenando atualmente novos arranjos conceituais no Museu Histórico de Sergipe, em São Cristóvão; no Museu Afro-Brasileiro de Sergipe, em Laranjeiras; e no Memorial de Sergipe, da UNIT, em Aracaju.

Em parte, o desejo do colecionador se tornou realidade e algumas de suas coleções subsidiaram a criação ou a ampliação do acervo de museus públicos no estado de Sergipe. Apesar disso, o fato de sua coleção ter sido desmembrada contribui, em alguns casos, para a invisibilidade do colecionador e de seu projeto, reforçando “uma predileção indisfarçável pelos monumentos em detrimento dos intelectuais que lutaram em defesa da preservação” (SANTOS, 2018, p. 226). Predileção essa que também se estende aos objetos, silenciando a memória de um colecionador que não mais ocupa uma única casa e que, por sua vez, faculta a reescrita de outras histórias sobre Sergipe.

## Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema de objetos*. 4. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BRITTO, Clovis Carvalho. *Gramática expositiva das coisas: a poética alquímica dos Museus Casas de Cora Coralina e Maria Bonita*. Salvador: EDUFBA, 2018.

BRITTO, Clovis Carvalho; DANTAS, Rafael Jesus da Silva; SANTOS JÚNIOR, Roberto Fernandes dos. *Sob os véus de Mnemosyne: A imaginação museal de Maria Thetis Nunes*. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

COSTA, Lygia Martins. *De Museologia, arte e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.

GARCEZ, José Augusto. *Folclore: realidade e destino dos museus*. Aracaju: Livraria Regina, 1958.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2007.

LIMA, Zózimo. O Museu de José Augusto. *Correio de Aracaju*, Aracaju, ano XLIV, n. 5.379, 15 set.1951.

LOURENÇO, Maria Cecília França. *Museus acolhem moderno*. São Paulo: EDUSP, 1999.

MENDONÇA, Corinto. Onde a arte se esconde. *Diário de Sergipe*, Aracaju, ano 5, 21 fev. 1952, p. 4.

MOLES, Abraham André. *Teoria de los objetos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, 1984.

SANTOS, Cláudio de Jesus. Realidade e destino de uma coleção: José Augusto Garcez e sua contribuição para a museologia sergipana. *Revista Eletrônica Ventilando Acervos*, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 54-63, nov. 2014.

SANTOS, Magno Franco de Jesus. Um intelectual a serviço do patrimônio: José Calasans, o ensino de história e as políticas do SPHAN em Sergipe. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./jun. 2018.

SANTOS, Silvaney Silva. *José Augusto Garcez, uma trajetória no campo intelectual sergipano (1938-1972)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2018.

SOUZA, Jean Costa. “*O culto à tradição de nossa gente*”: a fabricação do folclore sergipano em exposições museológicas (1948-1976). Dissertação (Mestrado em Culturais Populares), Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

SOUZA, Lincoln de. Preciosidades inestimáveis num Museu de Sergipe. *A Noite*, Rio de Janeiro, 12 maio 1953, p. 29.

## SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

**Maria Margaret Lopes** - Professora aposentada do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, é bolsista PQ 1-C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), investigadora associada do grupo de pesquisa Ciência: Estudos de História, Filosofia e Cultura Científica (CEHFCi) do Instituto de História Contemporânea (ICH) de Évora, Portugal e do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu da Unicamp. Além disso, é pesquisadora colaboradora sênior do Programa de Ciências da Informação da Universidade de Brasília (UnB) e orientadora plena do Programa Interunidades em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). Agradecimentos ao CNPq pelo apoio às minhas pesquisas, proc. 303505/2018-4, Bolsa de Produtividade em Pesquisa (2019-2023).

**Clovis Carvalho Britto** - Doutor em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa, e em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor no curso de bacharelado em Museologia e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da UnB e no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro dos grupos de pesquisa: Observatório da Museologia na Bahia da UFBA; Museologia, Patrimônio e Memória da UnB; e Cultura, Memória e Desenvolvimento da UnB. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Museologia.

**Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha** - Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor no Departamento de Museologia, no Programa de Pós-Graduação em Museologia e no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor no Programa de Estudos

Pós-Graduados em Museologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), Lisboa. Vice-líder do Grupo de Pesquisa Observatório da Museologia na Bahia (UFBA/CNPq). Atual Coordenador do Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) da UFBA.

**Suely Moraes Cerávolo** - Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-Doutora em Museologia/História dos Museus pela Museu Paulista/ USP e em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Líder do grupo de pesquisa Observatório da Museologia na Bahia (UFBA/CNPq) e membro do grupo de pesquisa Cultura Material, Antiguidade e Cotidiano da UFBA.

**Ana Amélia Rodrigues de Oliveira** - Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Possui Doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas culturais, cultura popular, patrimônio cultural, memória e museus. Nos últimos anos vem se dedicando às pesquisas na área de Ensino de História. Atualmente é vice-coordenadora do GT de Ensino de História da ANPUH-CE.

**Cláudia Philippi Scharf** - Doutora em Artes Visuais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Artes pela Université du Québec à Montréal (UQAM), no Canadá, especialista em Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Autora da tese *Libri Principis e as ilustrações de fauna do Brasil holandês: fatura, técnicas, materiais e autores* (UFBA, 2019).

**Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos** - Professor do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Doutorando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz-RJ) Membro dos grupos de pesquisa: Historiografia Brasileira da Universidade Federal de

Mato Grosso do Sul (UFMS), Grupo de História e Literatura da Universidade do Extremo Sul Catarinense(UNESC); e do Núcleo de Estudos em História e Literatura da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

**Heloisa Meireles Gesteira** - Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Integra os grupos de pesquisa Núcleo de Estudos de História dos Artefatos de Ciência e Tecnologia do MAST, Ciência, impérios e viagens: circulação de saberes, práticas e objetos (séculos XVI-XIX) da Fiocruz e Metamorphose | Materialidade e interpretação de manuscritos e impressos da Época Moderna da Universidade de Brasília (UnB).

**Jean Costa Souza** - Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Culturas Populares pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Graduado em Museologia pela UFS. Membro do grupo de pesquisa Observatório da Museologia na Bahia (UFBA/CNPq). Autor da dissertação “*O culto à tradição de nossa gente*”: a fabricação do folclore sergipano em exposições museológicas (1948-1976) (UFS, 2019).

**Laila Pedrosa da Silva** - Doutoranda e mestre no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) / Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Membro do grupo de pesquisa História das Ciências e da Saúde da UFPI. Autora da dissertação *Somos parte integrante da nação: o Piauí nas exposições do início do século XX e os debates sobre modernização e integração da região* (Fiocruz, 2019).

**Magno Francisco de Jesus Santos** - Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor adjunto do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e Ensino de História (PPGEH) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro dos grupos de pesquisa Cultura, Identidades e Religiosidades da Universidade Federal de Sergipe (UFS), História e Educação: textos, escritas e leituras da

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Espaços, Poder e Práticas Sociais e Teoria da História, Historiografia e História dos Espaços da UFRN.

**Margarida Maria Dias de Oliveira** - Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora no Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro dos grupos de pesquisa História, Memória, Sociedade e Ensino da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Espaços, Poder e Práticas Sociais da UFRN.

**Mariana Cerqueira Rodriguez** - Mestre em História pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e em História pela Universidade de São Paulo (USP).

**Marijara Souza Queiroz** - Doutoranda em Artes Visuais pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Artes Visuais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Curso de Museologia da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB). Membro do grupo de pesquisa Museologia, Patrimônio e Memória da UnB. Autora da dissertação *Museu memória e a morte: um estudo a partir da coleção de quadros de cabelos da Fundação Instituto Feminino da Bahia* (UFBA, 2014).

**Paulo Brito do Prado** - Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em História e Especialista em Educação para a Diversidade e Cidadania pela UFG. Professor da Secretaria de Educação de Goiás (Seduc).

**Pollynne Ferreira de Santana** - Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo (USP), na linha de pesquisa “História dos processos museológicos, coleções e acervos”. Realiza a pesquisa *O Museu na Escola: a Coleção de Modelos Didáticos para Ensino de Botânica no Museu Louis Jacques Brunet/Ginásio Pernambucano (1893-1934)* sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Heloisa Barbuy. É museóloga pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

**Rafael Jesus da Silva Dantas** - Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Autor do livro *Sob os véus de Mnemosyne: a imaginação museal de Maria Thetis Nunes* (UFS, 2018).

**Roberto Fernandes dos Santos Júnior** - Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Autor do livro *Sob os véus de Mnemosyne: a imaginação museal de Maria Thetis Nunes* (UFS, 2018) e da dissertação *Por uma Museologia da Libertação: impactos do pensamento de Hugues de Varine no campo museal brasileiro* (UFBA, 2019).

**Rodrigo Cantarelli** - Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Autor do livro *Contra a conspiração da ignorância com a maldade: a inspetoria de monumentos de Pernambuco* (Massangana, 2014) e da tese *Ante o vandalismo dos homens e os estragos do tempo: experimentos, preparações e invenções nas práticas de preservação do patrimônio brasileiro* (UFPE, 2019).

**Ulisses Neves Rafael** - Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor titular do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro dos grupos de pesquisa Cultura, Cotidiano e Sociabilidades na Contemporaneidade e Grupo de Pesquisa sobre Gêneros e Sexualidades da UFS. Autor do livro *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República* (Editora da UFS/EDUFAL, 2012).